

THIAGO OLIVEIRA

# FORMAS DE OCUPAR O IMPOSSÍVEL

CORPO, AFETO E  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO  
PROCESSO DE URBANIZAÇÃO  
DA TRÍPLICE FRONTEIRA  
AMAZÔNICA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

THIAGO DE LIMA OLIVEIRA

**FORMAS DE OCUPAR O IMPOSSÍVEL  
CORPO, AFETO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
URBANIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA**

São Paulo, SP  
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

THIAGO DE LIMA OLIVEIRA

**FORMAS DE OCUPAR O IMPOSSÍVEL  
CORPO, AFETO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE  
URBANIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA**

(versão revisada)

Tese de doutorado apresentada à comissão avaliadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências – Antropologia Social.

Linhas de pesquisa:  
Cidade, espaços e mobilidades  
Poder e diferença

Orientação:  
Profa. Dra Silvana de Souza Nascimento

São Paulo, SP  
2022

A pesquisa que deu origem a esta tese foi financiada com recursos públicos. Para sua condução o autor obteve financiamento por meio do programa de bolsas regulares no país (Processo 2016/23046-4) e do programa de bolsas de estágio de pesquisa no exterior (Processo 2019/02852-0) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Qualquer pessoa está autorizada a compartilhar, copiar, distribuir e transmiti-la por meios convencionais ou eletrônicos, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oliveira, Thiago de L.

Formas de ocupar o impossível: corpo, afeto e transformação social no processo de urbanização da tríplice fronteira amazônica / Thiago de L. Oliveira; orientadora Silvana de Souza Nascimento – São Paulo, 2022.  
304 fls.

Tese (Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia social.

Gênero e Sexualidade. 2. Antropologia Urbana. 3. Pessoas LGBTI+; 4. Cidades na Amazônia. 5. Estado e Sexualidade. I. Nascimento, Silvana de Souza, oriente. II. Título

OLIVEIRA, Thiago de Lima. Formas de ocupar o impossível: corpo, afeto e transformação social no processo de urbanização da tríplice fronteira amazônica. Tese de doutorado apresentada à comissão avaliadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social para obtenção do título de Doutor em Ciências (Antropologia Social).

#### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Marjo de Theije  
Department of Social and Cultural Anthropology  
Vrije Universiteit Amsterdam

Prof. Dr. Fabiano Gontijo  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Flavia Melo da Cunha  
Departamento de Antropologia  
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra Ana Claudia Rocha Duarte Marques  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Patrícia Pinheiro  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Universidade Federal da Paraíba

São Paulo, SP  
2022

onde é que conseguiremos  
descansar a cabeça  
descalçar a dor dos pés  
desfazer as amarrações do peito  
deslembrar a cor do sangue

\*

escrever como quem diz  
eu estou viva

[francisco mallmann]

\*

Se migrarmos, os predadores morrerão de fome. Se voltarmos, os predadores lembrarão do nosso gosto. E se nos tornarmos predadoras, perceberemos que peixes e pescadores não são inimigos ou aliados, mas, sim, matérias ordenadas pelos desígnios da Lua em nosso planeta.

[castiel vitorino brasileiro]

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de pesquisa de doutorado que me permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa no país (Processo FAPESP nº 2016/23046-4). Agradeço à FAPESP também a concessão da bolsa de estágio de pesquisa no exterior que me permitiu realizar uma estadia de pesquisa na Vrije Universiteit Amsterdam (Processo FAPESP nº 2019/02852-0). As opiniões, hipóteses e conclusões expressas neste material são de responsabilidade do autor e não refletem a visão da FAPESP.

Esta pesquisa teve início em julho de 2016, um momento particularmente difícil na história da educação pública e da ciência no Brasil. De lá pra cá, muitos esforços de gerações foram sendo desmantelados pela redução nos investimentos públicos em educação, na ciência e na proteção aos direitos humanos que talvez nos colocássemos em uma posição de menor desvantagem. Apesar deste cenário, fui apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que concedeu os recursos financeiros para que eu realizasse o doutorado nas melhores condições possíveis. Isso não teria sido possível, no entanto, se não tivesse contado com recursos do Governo Federal na graduação e no mestrado. Esses esforços permitiram não apenas que eu me tornasse o primeiro da minha família a ingressar na universidade, concluí-la e acessar a pós-graduação, mas também me permitiram encontrar na antropologia a minha vocação.

Sou especialmente grato à Silvana Nascimento que me acolheu e me ensinou o que era a antropologia quando eu era apenas um curioso. Nos dez anos que temos trabalhado juntos, fui nutrido com sua enorme paciência, generosidade, inteligência e afeto. Nesse tempo também tentei seguir seu conselho impresso nas páginas iniciais do volume de “Estruturas Elementares do Parentesco” que ela me deu e tentei “aproveitar a leitura e destruir as estruturas”. Ela foi a responsável por eu aprender a arte e a ciência da antropologia, acreditar nos afetos e nas histórias, pensar com o corpo.

A Antropologia permitiu que eu vivesse encontros e construísse amizades que sempre me desafiaram intelectualmente e me alimentaram afetivamente. Nesse equilíbrio sensível entre fazer e fazer-se, sou especialmente grato a Lux Ferreira Lima, Vinicius Venancio e Florbela Almeida que tantas vezes compartilharam no bar e na tela as angústias de escrever uma tese enquanto o chão se despedaça.

Durante meu estágio de pesquisa no exterior, fui acolhido por Marjo de Theije que recebeu a proposta feita quase que no susto. Tive a sorte de ter sua supervisão e a honra de compartilhar histórias e jantares, sempre com seu bom-humor, rigor e gentileza. Ainda durante minha estada, sou especialmente grato a Aleeha Ali, Jackson Yu Liu e Weizhen Li pela companhia constante, conversas e tudo mais que me permitiram construir um sentido possível de casa enquanto estava tão desterrado e deslocado.

Agradeço às pessoas que aceitaram participar da banca de avaliação do trabalho, quanto em sua defesa pública quanto no processo de qualificação: Ana Claudia Marques, Fabiano Gontijo, Flavia Melo, José Miguel Nieto Olivar, Júlio Assis Simões, Marjo de Theije e Patrícia Pinheiro.

Uma das razões pelas quais me senti acolhido ao chegar à Antropologia foi o modo como os encontros e relações que elas criam se sedimentam e germinam. Ao chegar à Tabatinga, esses sentimentos foram se construindo, ganhando força e florindo pela ação de múltiplas pessoas. Agradeço a todas estas pessoas que me ensinaram sobre suas vidas, sobre o lugar que cresceram e sobre os mundos por onde andam. Meu agradecimento especial a Camila Cangalaya Matios, Francisco Nery Furtado, Roberto Machado, Mario Sangallo, Silvério Mendes, Elizania Mendes, Walkenia Mendes, Mepar'üna, Johni, André, Gerardo Salvador, Deodato, Morena, José, dona Rita, Jairo, Biscoito, e às suas famílias.

Os anos de envolvimento com o doutorado foram também anos de engajamento e de compreensão do meu lugar no mundo, meu compromisso com a antropologia e com a educação pública. Parte importante disso foram as relações construídas com os companheiros da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis na Tríplice Fronteira (AGLT-TF), com o Coletivo Antropotetas e com o Coletivo Iteramaxê. Meu agradecimento às pessoas que me trouxeram e me ensinaram



o poder da conversa e do encontro: Patrícia Pinheiro, Camilla Iumatti Freitas, Alessandra Garcia Lúcio, Andrea Priscilla, Cintia Spíndola, Bianca Landini, Claudia Luna e Telma Araujo Souza.

Com toda reverência e respeito às oportunidades que me foram dadas, esta tese também pertence a Joana e José.

## RESUMO

No final da década de 1960, um conjunto de ações governamentais chamou atenção pelo modo como o Estado brasileiro passou a investir em grandes projetos de intervenção e desenvolvimento da região Amazônica. Essas ações, contudo, configuravam parte de um histórico mais longo, marcado pela presença persistente e violenta do poder estatal. Nessa histórica, as cidades ocupam uma posição central, pelo modo como permitem a instalação de mecanismos institucionais necessários às práticas de estado, mas também pelo modo como congregam coletividades marcadas por múltiplas categorias de diferenciação. Localizada em uma intersecção de estudos antropológicos sobre gênero e sexualidade e antropologia urbana, esta pesquisa buscou analisar as relações entre sexualidade e urbanização em um contexto específico do território amazônico: a região do Alto Solimões. Em termos metodológicos, este trabalho é de natureza etnográfica, baseada na pesquisa de campo in loco desenvolvida entre 2016 e 2018 e da análise centrada no registro das narrativas e experiências de pessoas LGBTI+ sobre a urbanização do Alto Solimões, tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. A pesquisa evidenciou a invisibilidade que gênero e sexualidade ocupam no discurso oficial sobre a colonização da Amazônia, destacando também os dissensos resultantes dela. As formas de mobilização pessoais e coletivas produzidas por pessoas LGBTI+ são entendidas aqui como respostas e como formas de rebeldia aos efeitos do acesso precário aos espaços institucionais. Reconhecer essas lógicas de invisibilidade é um recurso importante para estabelecer uma análise crítica das formas diferenciais de acesso e experiência de cidade, especialmente no que tange à cidadania e à garantia de condições dignas de vida de pessoas LGBTI+.

**Palavras-chave:** Cidades na Amazônia. Sexualidades. Urbanização. Práticas de Estado. Gênero e Espaço.

## ABSTRACT

At the end of the 1960s, large intervention and development projects in the Amazon region made by the State marked the governmental agenda. However, these projects were part of a longer history, marked by the persistent and violent presence of state power. In this history, cities occupy a central position, for the way they allow the installation of institutional mechanisms necessary for state practices, but also for the way they congregate collectivities marked by multiple categories of differentiation. Located at the intersection of anthropological studies on gender and sexuality and urban anthropology, this research sought to analyze the relations between sexuality and urbanization in a specific context of Amazonian territory: the Alto Solimões region. Methodologically, it's based on the ethnographic field research carried out between 2016 and 2018 and in the registration of the narratives and experiences of LGBTI+ people about their perspectives on the urbanization of Alto Solimões, in the border between Brazil, Peru and Colombia. The research highlighted the invisibility that gender and sexuality occupy in the official discourse on the colonization of the Amazon, also highlighting the dissensions resulting from it. The forms of personal and collective mobilization produced by LGBTI+ people are understood here as responses and as forms of rebellion to the effects of precarious access to institutional spaces. Recognizing these logics of invisibility is an important resource to establish a critical analysis of the differential forms of access and experience of the city, especially regarding citizenship and the guarantee of decent living conditions for LGBTI+ people.

**Keywords:** Amazon cities. Sexualities. Urbanization. State practices. Gender and space.

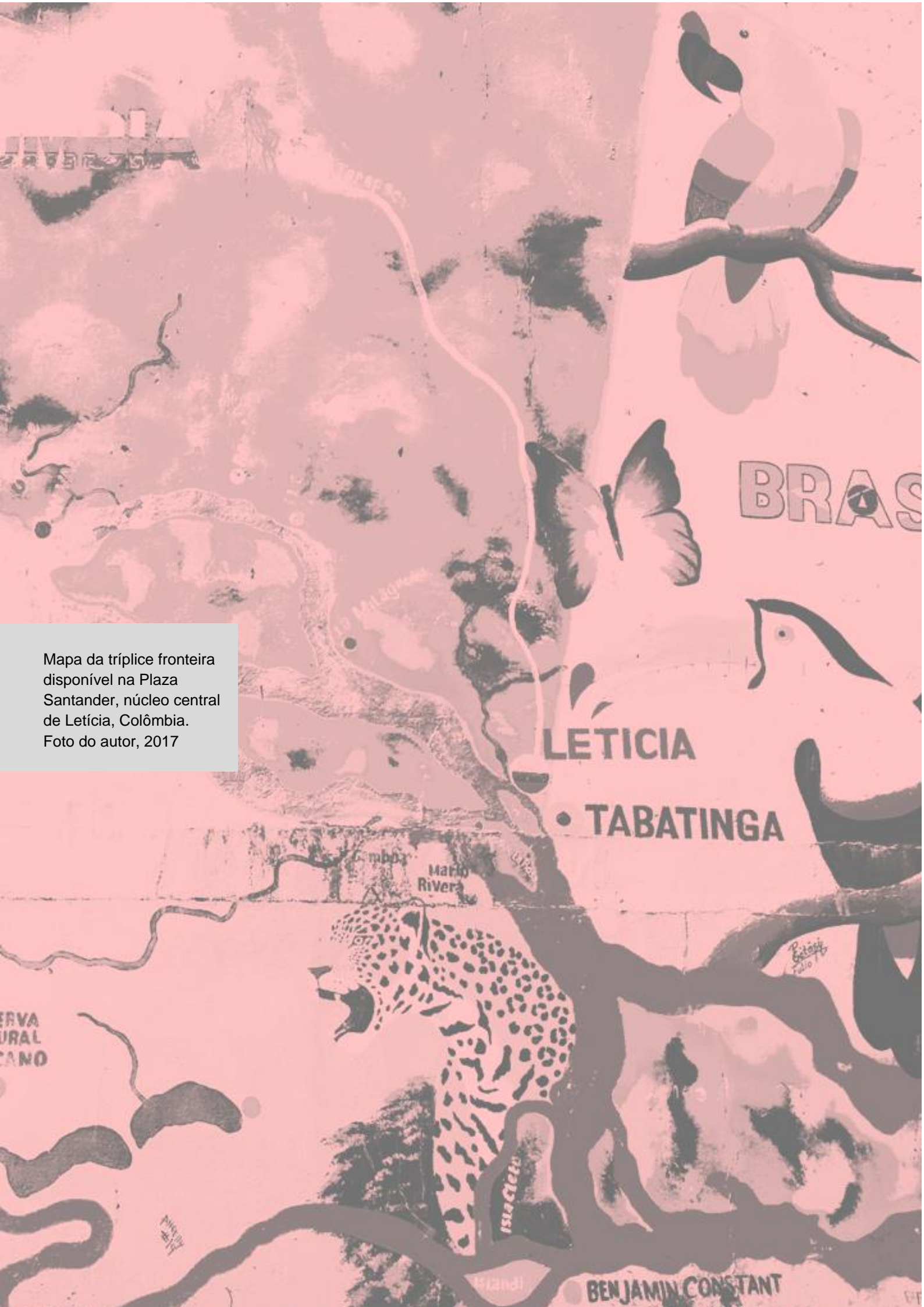
## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vick atentando no salão enquanto conversa com Silvana.	80
Figura 2	Morena, Julio e Camilla conversam na garagem da peluquería e casa de Camila.	81
Figura 3	<i>Peluquería</i> da Willy. Camila, Willy atendem cliente	85
Figura 4	Romain e sua mãe (à esquerda)	87
Figura 5	Encontro com a irmã e mãe de Romain	87
Figura 6	Residencial Tabatinga, localizado na avenida Santos Dumont, Tabatinga	100
Figura 7	Claudia Patrícia durante a 9º edição da Parada do Orgulho LGBT na Tríplice Fronteira.	110
Figura 8	Ilustração da expedição de Francis de Castelnau (circa 1843-1847)	129
Figura 9	Forte São Francisco Xavier, 1924	130
Figura 10	Registro da Vila Militar de Tabatinga produzida pela Comissão de Inspeção de Fronteira liderada pelo Marechal Rondon, 1929-1930	131
Figura 11	Cruzamento da avenida da Amizade com a avenida Marechal Malet. Tabatinga, novembro de 2017.	152
Figura 12	Documentos	155
Figura 13	Desfile de 7 de setembro. Tabatinga, Avenida da Amizade	165
Figura 14	Mapa de Tabatinga produzido pela Secretaria Municipal de Turismo.	186
Figura 15	Caixa da grelhação	191
Figura 16	Isabelly Fontana liderando a marcha por ocasião da IX Parada pela Diversidade da Tríplice Fronteira.	191
Figura 17	Vista para os banheiros do bar Point Jovem, cruzamento entre a rua Coronel Berg e Avenida da Amizade	199
Figura 18	Comércio de peixe na ponte que estabelece os limites entre a comunidade Umariáçu I e Umariáçu II.	219
Figura 19	Participantes e realizados da Oficina de vídeo para comunicadores indígenas.	224
Figura 20	Silvério coordenando as ações da ala pela qual era responsável durante o Festival das Trinos do Alto Solimões.	227
Figura 21	Desenho de Silvério a pastel óleo.	227
Figura 22	No quintal de sua casa, Silvério recebe os brincantes e outros amigos para confeccionar os adereços e fantasias do desfile da Onça Preta	251
Figura 23	No quintal de sua casa, Silvério recebe os brincantes e outros amigos para confeccionar os adereços e fantasias do desfile da Onça Preta.	251
Figura 24	Desfile da Onça Pintada durante a primeira noite do Festsol 2018. Tabatinga, setembro de 2018	253

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
Construção da pesquisa e estratégias textuais .....	24
Organização dos capítulos.....	29
2. FORMAS DE ENCARNAR O IMPOSSÍVEL.....	32
Corpo, Afeto e Estado.....	36
Sobre modos de fazer aparecer (ou esconder) .....	46
Cidade e escala no contexto amazônico .....	53
3. A CASA.....	60
Casa e Família .....	71
Luiza e Vicky .....	79
Caramelo e Romain .....	84
Fernanda.....	95
Fechando as portas .....	104
4. A CIDADE .....	108
O Cronista .....	114
Organizando o lugar.....	124
Mario e Petrônio.....	138
5. DUAS RUAS.....	147
Programa Calha Norte .....	150
6. HISTÓRIA DE FAMÍLIA.....	173
Mulheres, família, mudanças .....	173
Um problema de geração.....	192
7. UMARI .....	210
Câmeras, frames e comentários .....	223
Silvério .....	226
Fanny .....	242
Onças.....	250
8. FRONTEIRAS.....	255
Más cerca y más allá de la frontera .....	256
Saúde e fronteira (do Estado e do cuidado) .....	265
Presenças persistentes e limites instáveis.....	273
FORMAS DE OCUPAR O IMPOSSÍVEL .....	279
REFERÊNCIAS .....	286

Mapa da tríplice fronteira disponível na Plaza Santander, núcleo central de Letícia, Colômbia.  
Foto do autor, 2017



# 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa etnográfica desenvolvida desde 2016 junto a pessoas LGBTI+<sup>1</sup> no Alto Solimões, região de tríplice fronteira amazônica, com o objetivo de compreender as relações entre sexualidade e transformação social a partir do processo de urbanização das cidades pequenas e médias nesta região. A construção da etnografia adotou uma perspectiva localizada, nos termos de Donna Haraway (1995), e considera os efeitos de uma relacionalidade radical encontrada em autoras como Marilyn Strathern (2006; 2014) de modo que pensa o problema em questão – os processos de urbanização em uma região específica e seus efeitos sobre as dinâmicas da vida social em sua complexidade – a partir de uma coletividade específica sem abdicar das relações de aproximação e distanciamento entre as partes envolvidas na construção do conhecimento. No caso da pesquisa, me interessa analisar como as concepções em torno da sexualidade, do corpo e dos afetos podem produzir uma entrada descritiva pouco explorada nas discussões sobre as experiências e tipo-ideal de cidade, acompanhando a distinção feita por Olivier Mongin (2006).

As situações e eventos que narro ao longo do trabalho têm origens e contextos diversos e marcam o processo de construção de uma relação de interlocução com as pessoas *no* e *do* Alto Solimões. De forma sintética, frente aos eventos críticos e dramáticos dos últimos dois anos, é possível organizá-los em dois conjuntos. O primeiro conjunto de elementos que permitiram a construção do material aqui analisado é resultado das diversas experiências de pesquisa *in loco* nas quais pude participar do cotidiano de interlocutores e interlocutoras, fazer entrevistas, mapeamento e análise de arquivos e acervos públicos e pessoais, além de observações de eventos. Esse período compreende o intervalo entre 2016 e 2018, quando estive no Alto Solimões em quatro ocasiões com estadia média de 20 dias.

---

<sup>1</sup> LGBTI+ é uma forma de identificação política que nem sempre é capaz de capturar o universo relacional e as categorias de enunciação utilizadas pelos sujeitos. Assim, ao longo do texto utilizo LGBTI+ como uma categoria genérica para fazer referência a processos mais amplos e, sempre que possível, localizo os termos e categorias contextualmente acionadas pelas pessoas com as quais convivi para indicar seu gênero, sexualidade ou outras formas de diferenciação.

Desde esse período alimentei uma relação de proximidade com muitos dos interlocutores, conversando com alguns semanalmente, os recebendo em minha casa em São Paulo ou mesmo os encontrando em viagens a outros lugares do país. A partir desses contatos pude também colaborar com algumas atividades e iniciativas desenvolvidas pelo movimento LGBTI+ local, especialmente no que se refere à alimentação de suas redes sociais e também na construção de propostas de projetos para financiamento por parte de outras agências. Essas relações me permitiram conhecer alguns dos meandros internos das atividades desenvolvidas pelos interlocutores na produção de uma linguagem política, mas também fez com que tivesse acesso a uma importante rede de acolhida e apoio que foi indispensável entre os anos de 2020 e 2021, período marcado pela presença da pandemia de covid-19 no cotidiano de todos nós.

Com a eclosão da pandemia de Covid-19, as possibilidades de retorno a campo se colocaram em suspensão, interrompendo também o cronograma de pesquisa que havia estabelecido para os dois anos seguintes a partir de 2019, quando estive afastado do país para realização do estágio de pesquisa no exterior. Os materiais construídos nesse segundo momento, bem como as alternativas adotadas para lidar com as adversidades do estar em campo na impossibilidade do deslocamento, formam parte do segundo conjunto de materiais que uso aqui.

Durante minha estadia em campo mapeei e investiguei espaços como os arquivos e livros de registro e batismo da Diocese do Alto Solimões, além de ter considerado investir também sobre as coleções do Museo Etnográfico del Banco de la República (Letícia, Colômbia). A partir da pesquisa bibliográfica e documental, acessei também um conjunto de documentos e dados públicos relativos à burocracia estatal na região. Esse conjunto de documentos foi constituído, em sua maior parte, por relatórios, projetos, memorandos de entendimento, atas públicas, registros de nascimento e casamento, tabelas de fluxo orçamentário, regimentos e planos diretores que reunidos durante o trabalho de campo e também por meio da Lei de Acesso à informação. Além disso, recorri também a jornais e outras mídias locais com o objetivo de situar e contextualizar alguns debates correntes no período. O acervo do Jornal do Comercio, que retomo e menciono algumas vezes durante a tese, foi de



enorme relevância, por oferecer um panorama de longa duração sobre as discussões políticas e sociais no estado do Amazonas.

Por muito tempo minha relação com documentos, números e outros artefatos foi um interesse lateral, se consolidando apenas durante este segundo período de pesquisa, quando meu retorno ao campo começou a se configurar como impossível. Nesse sentido, ainda que pensando documentos e números desde uma perspectiva crítica, passei a considerá-los como parte de rotinas burocráticas e mecanismos de comunicação estatal e, em certo aspecto, também como interlocutores ou mediadores na minha forma de compreender e descrever o processo de urbanização do Alto Solimões.

Ainda nesse período, continuei mantendo relação com as pessoas em campo a partir de redes sociais como WhatsApp, Facebook e Instagram e em algumas ocasiões também fiz chamadas telefônicas com aquelas pessoas que me eram mais próximas. Todavia, a instabilidade da rede, além da baixa cobertura de internet, acabava por alongar conversas e discussões que iam se reorganizando ao longo do tempo. Essas conversas e entrevistas mediadas por outros dispositivos eram longas não pela sua continuidade, mas antes, pelo ritmo de descontinuidade que lhes eram características em virtude dos aspectos infraestruturais. A essas entrevistas dei o nome de “conversas de longa duração”, tendo em vista o modo como se prolongavam por dias e, eventualmente, por semanas, conforme era possível que meus amigos em campo me respondessem tendo em vista o ritmo de vida e as condições materiais impostas pelos eventos a que estávamos submetidos. Algumas dessas conversas são apresentadas aqui, seja na forma de fragmentos, seja na forma de informações contextuais que utilizo para situar perspectivas e fenômenos descritos por interlocutores

A questão que eu persequi ao longo da pesquisa pode ser formulada da seguinte maneira: considerando os efeitos do processo de urbanização na Amazônia no passado recente, que narrativas e experiências foram construídas por pessoas LGBTI+ em sua compreensão sobre o espaço urbano e a sua relação com as cidades do Alto Solimões? Desde as primeiras incursões a campo, passei a supor que esse processo era mediado por um conjunto de intervenções estatais

que correspondia não apenas aos projetos de desenvolvimento, transporte de maquinário e organização administrativa dos territórios, mas também a dinâmicas de aproximação e deslocamento que produziam repertórios políticos sobre gênero e sexualidade. Assim, acompanhando as reflexões de autoras como Silvia Aguião (2018), Adriana Vianna (2013) e Flávia Melo (2020) passei a considerar o cruzamento e encontro com formas de enunciação política instaurados por processos de Estado e formas de governo que diziam respeito ao acesso a serviços e direitos que constituem parte das prerrogativas do espaço urbano: serviços voltados à saúde e à educação, além de programas voltados à moradia passaram a ser interpretados como lugares privilegiados para entender a história e o lugar que gênero e sexualidade ocupavam nas experiências de cidade.

O conjunto de relatos apresentados aqui busca então pensar narrativas e experiências de pessoas que se reconhecem sob uma variedade de categorias que estão em diálogo com o que, no ecossistema social e político, usualmente descrevemos atualmente no guarda-chuva “LGBTI+”. A partir da minha própria participação e implicação nos processos da pesquisa etnográfica, a maior parte das pessoas com as quais estabeleci contato e construí relações de pesquisa e amizade é formada por homens gays, travestis e mulheres trans. A noção de pessoas LGBTI+ é tomada então como parte de um idioma possível para descrever uma constelação de categorias ambivalentes, contextuais e relacionais utilizadas para expressar tanto as relações entre corpo, desejo, afeto e reconhecimento. Sendo assim, os relatos, narrativas e experiências tomam as pessoas LGBTI+ como uma perspectiva enunciativa para descrever fenômenos sociais complexos, como a vivência cidadina, relações familiares e comunitárias, processos burocráticos, (interdição de) acesso a serviços, burocracia entre outros.

Em discordância com o imaginário social que visualiza a Amazônia a partir da narrativa da grande floresta, o crescimento e o investimento na urbanização de assentamentos populacionais vem sendo uma tônica constante das últimas décadas no Brasil. Desde os anos 1960 vem se avolumando projetos de intervenção e discursos desenvolvimentistas que problematizam a grande extensão da floresta em oposição ao “vazio demográfico”, ou seja, a baixa taxa

de ocupação nos territórios em contraste com os núcleos urbanos centrais do país (Osório de Almeida 2002; Nogueira 2007). A esse imaginário recente atualiza-se a retórica mais ampla da “conquista” presente nos relatos dos primeiros viajantes ainda do período colonial. Corroborando com as discussões de Anne McClintock (2010), em última instância a linguagem produzida a partir da retórica da conquista se forma e se consolida na articulação entre categorias sociais relativas à gênero, sexualidade e raça, devendo ser interpretada também sob as lentes do Imperialismo. Esforços nesse sentido têm sido empreendidos por autores atuando na região, a exemplo de Flávia Melo e José Miguel Nieto Olivar (2019) e Telma Bemerguy (2021) considerando um ideário colonial de longa duração. A partir dos problemas oferecidos pela cidade e pela expectativa de vida cidadina construída historicamente no Alto Solimões, é a esse conjunto de reflexões que busco somar e colaborar. No cenário latino-americano de forma mais ampla, isso tem ganhado significados diferentes a partir dos diversos contextos nacionais, conformando assim paisagens complexas que devem ser pensadas e avaliadas com a utilização de instrumentos que considerem a longa duração e a articulação entre os processos sociais e históricos da região.

A história dos processos de colonização e ocupação da Amazônia – que formam parte da temporalidade mais longa aqui em discussão – tem sido narrada como parte do discurso oficial de maneira descorporificada. Dito de modo mais explícito, a produção discursiva manipulada e difundida como parte de uma institucionalidade estatal (e também imperial) tende a se colocar como uma história apartada de interesses e afetos específicos. Para Ann Laura Stoler (2007), noções como racionalidade e impessoalidade são tomadas como características do *modus operandi* do Estado como sistema de organização do poder, ignorando assim aspectos subjetivos e a própria dinâmica do afeto que formam, por exemplo, a gestão da burocracia no cotidiano. Estabelecendo uma relação entre a formação do Estado (ou mais precisamente, do Estado-Nação) e a história colonial, é possível destacar alguns desses aspectos nas narrativas sobre a Conquista, como mencionado acima. Ecoando a análise sobre o encontro colonial proposta por Anne McClintock (2010), é possível argumentar que a conquista da terra virgem assume sua inteligibilidade a partir de uma gramática que se fundamenta em expectativas sobre o funcionamento da

sociedade baseadas em categorias como gênero, raça e sexualidade. Na historiografia amazônica essa mitologia formadora da história se corporifica a partir de personagens variados, como soldados, missionários, desbravadores, pioneiros, além de especialistas que assumem uma posição de mediadores entre práticas de conhecimento variadas (sertanistas, professores, regatões) entre outros. É esse o papel desempenhado por uma série de personagens em narrativas e práticas discursivas que retomam a importância do homem e de um modelo heterossexual, cisgênero e patriarcal de família, produzindo assim uma linguagem oficial que é tanto masculinista quanto esvaziada de sentido no que tange aos eixos de diferenciação (cf. Melo; Olivar, 2019).

O Alto Solimões foi eleito como território frutífero para a condução da pesquisa em razão do modo como ali a presença estatal se deu de forma sofisticada, misturando investimentos em infraestrutura com sucessivas ondas migratórias que tiveram como objetivo a inserção de recursos humanos na gestão da burocracia e da máquina estatal na fronteira. A aposta da pesquisa esteve em explicitar, a partir do estudo das formas amazônicas de urbanização estimuladas pelo Estado, os cruzamentos entre corpo, afeto, cidade e diferença a partir das narrativas de um conjunto de interlocutores LGBTI+. A descrição aqui oferecida considera o fluxo e a mobilidade entre cidades do Alto Solimões, porém, como se verá de forma mais objetiva ao longo do texto, uma parte significativa das situações de campo descritas têm como lócus a cidade de Tabatinga, do lado brasileiro da tríplice fronteira, onde estive por mais tempo e também onde pude construir uma rede de relações e de contatos mais sólida.

Se a sexualidade constitui um eixo de produção da noção de pessoa, então o lugar por ela ocupa tem diferentes formas e forças para cada coletividade observada. Acompanhando Tom Boellstorff, como uma “posição de sujeito”, ela não se configura como uma “escala espacial isomórfica”, tal como argumenta. O efeito final dessa constatação é aquilo que Patrice Maniglier (2009) descrevia como uma “ontologia sexual”, ou seja, uma determinada composição do mundo em que a sexualidade existe em si mesma. Todavia, como observa o autor, essa concepção é, em si mesma, aberta e heterogênea. Inscrevendo-a de outro modo, a partir de um idioma stratherniano, nesse trabalho a tomamos como uma relação que contém em si mesma outras relações.

Ao supor a sexualidade como uma categoria descritiva, e testá-la em sua rentabilidade etnográfica e histórica, me interessa avaliar as possibilidades, limites e extensões de sua aplicação, como forma de compreender as experiências de certas coletividades e trajetórias. Uma região como o Alto Solimões oferece uma particular configuração de encontro e tensão entre coletividades e modos de produção de mundo para pensar tais “posições de sujeito”, tal como expressa Boellstorff, em termos de eixos de diferenciação. Em seu estudo sobre os modos de vida gays na história na Indonésia, o autor argumenta:

(...) três pontos cruciais na investigação etnográfica das posições dos sujeitos são: (1) sua historicidade (ou seja, o modo como eles foram formados pela versão incorporada de sua própria história e o que conta como história); (2) as escalas espaciais; e (3) como elas interseccionam com outras posições de sujeito e as histórias e escalas espaciais dessas outras. (Boellstorff, 2005: 35).

Em última instância, lugares, categorias e experiências são processos em transformação e podem ser analisados antropologicamente quando tomados como práticas de conhecimento. É esse aspecto que me interessa e o faço a partir do conjunto de experiências, narrativas, documentos e pessoas com as quais venho me relacionando desde 2016.

Ao explorar os rendimentos analíticos da proposta para o Alto Solimões, interessavam-me por três questões em particular: a constituição desse espaço como uma região de fronteira não apenas em sua dimensão geopolítica e de governamentalidade, mas também de ajuntamento entre pessoas com múltiplos regimes de diferenciação e pertencimento; um comprometimento epistemológico e político sobre produção de narrativas fundamentadas em perspectivas parciais e que situam os locais de enunciação para os processos que descrevem; e por fim, a possibilidade de avaliar a rentabilidade de tal proposta para se pensar processos de transformação social em escalas de complexidade mais amplas do que a previamente desenvolvida.

O Alto Solimões tem sido descrito como um aglutinado transurbano, uma microrregião, algo que podemos chamar de “complexo urbano transfronteiriço” configurado pela justaposição de fluxos de pessoas, práticas de conhecimento e valores que se desenham em velocidades e intensidades distintas (Dille, 2008).

A principal cidade na região é Tabatinga, na porção brasileira da fronteira. É lá “onde começa o Brasil”, como se exhibe orgulhosamente no muro do quartel do exército próximo ao aeroporto e ao Rio Solimões, que conecta os municípios por vias fluviais e que também nomeia a região.

Foi a partir de Tabatinga que organizei meu núcleo central de relações. A partir dele consegui acessar outras cidades da tríplice fronteira e do Alto Solimões<sup>2</sup>, como Benjamin Constant, Letícia, Santa Rosa, Islandia, Cabalococha e Atalaia do Norte. Em grande medida, foi nessas cidades que estive durante os períodos de pesquisa de campo *in loco*, realizadas em quatro oportunidades entre 2016 e 2018.

Tabatinga se localiza a sudoeste no estado do Amazonas, na porção mais alta do rio Solimões que segue seu curso até a capital, Manaus, quando também muda de nome. O acesso à cidade é feito por via fluvial ou aérea. Seguindo o fluxo do rio, os barcos de transporte levam em média cinco dias entre a capital e o porto de Tabatinga, a depender do fluxo favorável ou contrário às correntes. Já por via aérea, há voos comerciais diários com duração de duas horas e que movimentam o aeroporto da cidade. Apesar da grande extensão do território municipal, uma parte significativa da população reside nas proximidades da sede, onde está também o núcleo urbano central do município. É nessa parte também que Tabatinga faz fronteira com a cidade colombiana de Letícia, com quem está conurbada pela expansão dos núcleos urbanos, tendo no convergência entre a Avenida da Amizade e a Avenida Internacional um dos seus principais símbolos. Por via fluvial, a cidade faz fronteira com Isla Santa

---

<sup>2</sup> Alto Solimões é o termo que uso com maior frequência para descrever o conjunto de cidades brasileiras situadas nessa porção específica do sudoeste amazônico. Quando necessário abarcar outras cidades para além das fronteiras internacionais, a expressão adotada será tríplice fronteira. Em alguma medida essas duas noções são intercambiáveis e assim usadas pelas pessoas no contexto etnográfico, porém ‘Alto Solimões’ é um referente da organização administrativa e cultural brasileira, sendo nesse sentido, inadequado para envolver as cidades que formam o complexo urbano transfronteiriço entre Tabatinga, Letícia e Santa Rosa, ou entre Benjamin Constant e Letícia. Além dos aspectos relativos à organização do território, há que se pensar nas distinções estabelecidas em termos de escala. Na porção colombiana da fronteira, por exemplo, a cidade de Letícia tem o status de capital do estado do Amazonas e está sediada na região do Trapézio Amazônico. Por sua vez, as cidades peruanas mais próximas, Isla Santa Rosa e Islandia, estão aglutinadas na província de Mariscal Ramón Castilla, parte do departamento de Loreto, região da Selva. Sendo assim, tanto quanto os próprios municípios/departamentos/províncias, importa entender a circularidade e interdependência entre cada um desses regimes administrativos.

Rosa, uma das tantas ilhotas e alagados que formam parte do território peruano do outro lado da margem do Solimões, uma viagem de barco de pouco menos de 5 minutos.

Saindo de Tabatinga e seguindo cerca de 20 km pelo rio, é possível chegar a outras duas cidades nas quais estive e a partir das quais conduzi a pesquisa. A primeira delas é Benjamin Constant, antiga sede municipal de Tabatinga e uma das cidades mais antigas da região. Ela se localiza no entroncamento entre os rios Javari e Solimões e durante décadas foi um importante centro econômico da região em virtude da exploração de madeira e peles de animais. Próximo a ela está também uma outra cidade peruana, Islandia, uma espécie de ilha-palafita, localizada em uma porção da margem do rio mais alagada em comparação com Benjamin Constant e que justo por isso está sustentada cerca de 5 metros em relação ao nível do solo. Os caminhos entre as casas são feitos por vias de concreto construídas pela administração local, ou mesmo por meio de tábuas de madeira conectadas e sustentadas umas sobre as outras como forma de garantir o trânsito entre as localidades. Assim como na relação entre Tabatinga e Santa Rosa, o acesso entre Benjamin e Islandia pode ser feito por meio de pequenos barcos localizados nos flutuantes que fazem o transporte entre as localidades.

Apesar de pequenas e com uma infraestrutura consideravelmente menor, é a partir dessas pequenas cidades peruanas que foram construídos importantes portos que levam às cidades de maior porte na Colômbia e Peru. Assim, tanto em Islandia quanto em Santa Rosa é possível acessar as lanchas rápidas e barcos de grande porte que fazem o transporte de mercadorias e de pessoas para Iquitos, por exemplo. Foi a partir do pequeno porto flutuante localizado em Santa Rosa que pude chegar a Caballococha, uma das maiores cidades peruanas no caminho até Iquitos e que será apresentada posteriormente. A cidade está localizada cerca de 7 horas de viagem via lancha rápida, em relação a Tabatinga.

As distâncias nessa escala são calculadas não em termos de sua efetiva relação entre dois pontos no espaço, mas a partir do tempo. Assim, deslocamentos entre cidades, ainda que bastante comuns e recorrentes, acontecem dentro de uma economia de tempo que demanda a manutenção de vínculos de amizade,

parentesco e afeto em múltiplas localidades, produzindo assim redes de recepção e acolhida que são centrais na organização do cotidiano.

Outro elemento para ter em conta é que, apesar de relativamente perto, cada uma dessas cidades apresenta uma configuração particular nas relações que constroem. Assim, Isla Santa Rosa se apresenta como um povoado que vive de pequenos comércios e das atividades turísticas em bares e boates. Letícia, por sua vez, é a capital do estado do Amazonas, na Colômbia, tendo uma infraestrutura de serviços significativamente melhor em comparação às demais cidades da tríplice fronteira, contrastando inclusive com Tabatinga e Benjamin Constant. As aproximações, distanciamentos e características da vida em cada uma dessas cidades serão apresentadas de forma mais aprofundada nos capítulos seguintes.

### **Construção da pesquisa e estratégias textuais**

Como dito anteriormente, o material que dá base a esta tese de doutoramento é marcado por duas temporalidades específicas. O primeiro conjunto de materiais é formado por conversas e entrevistas, pelas observações que realizei e pelos documentos que pude reunir durante minha estadia nas cidades do Alto Solimões, realizadas em quatro instâncias diferentes ao longo dos anos de 2016 e 2018, com duração média de 20 dias. A estratégia metodológica adotada nesses momentos foi influenciada pela literatura antropológica feminista e *queer*, de modo que busquei construir relações com os interlocutores situando minha presença e o modo como nossas interações eram estabelecidas por sucessivos espaços de aproximação e disjunção. Em grande medida, a presença em campo foi estruturada pela minha inserção em um circuito de pessoas engajadas com o movimento social LGBTI+ local e seus amigos e amigas. Contudo, minha presença e os acessos que me foram dados foram também objeto de análise pelos próprios interlocutores a partir do modo como nos posicionávamos em termos de gênero, raça, classe e, em muitos casos, também de origem.

Minha constituição e corporificação em campo como alguém lido como homem, branco e nordestino, ainda que vindo de São Paulo e com uma performatividade muitas vezes interpretada em termos de “como se fosse hetero”, me permitiu



construir relações de parceria e de contato com personagens centrais para os propósitos da pesquisa, especialmente as pessoas com mais idade e que com frequência estavam ausente dos espaços e situações de mobilização social. Contudo, essas mesmas características me permitiam conversar e interagir com os mais jovens, já que minha presença em lugares públicos ou mesmo em eventos festivos como bailes e festas de aniversário se misturava ao conjunto heterogêneo de pessoas com quem esse grupo mais se relacionava.

Em cada uma dessas estadias em campo fui recebido por amigos e colegas que conheci em campo e que me permitiram ficar em suas casas a maior parte do tempo. Nesse sentido, uma parte significativa do estar em campo assentava-se sobre a partilha de situações cotidianas, eventos singelos e ordinários que faziam parte das suas formas de entender e se relacionar com a cidade. Foi também a partir dessas pessoas que acessei outros interlocutores e passei a atender para sua presença em espaços institucionais. Nesse escopo, minha presença deu-se primeiramente como um pesquisador acompanhante, e mais tarde como um pesquisador implicado em entender como funcionavam e quais expectativas eram construídos sobre equipamentos como a universidade e a escola, o serviço de imigração e, principalmente, os serviços de saúde.

Acompanhando as estratégias de autoras como Evelyn Blackwood (1995: 55), entendo que o reconhecimento das posicionalidades assumidas em campo significa também lidar com dissensos e equívocos no que diz respeito às formas de interpretação que produzimos. Ainda que não fosse necessariamente claro o que eu fazia como antropólogo, minha posição como pesquisador sempre foi visibilizada e discutida. Como efeito, reclamações sobre minha excessiva curiosidade e perguntas faziam parte das interações que estabelecíamos, se tornando objeto de comentários jocosos e piadas eram parte das estratégias de reconhecimento do lugar diferenciado que eu imagino que ocupei quando estava em campo. Além disso, sempre fui cuidado e observado com bastante carinho por aqueles que me acolheram, o que se notava pelos convites que faziam para que almoçássemos ou jantássemos, e sobre as coisas que eu gostaria de fazer ou aonde ir.

Com os registros acumulados nos anos anteriores, a partir de 2019, passei a atender mais efetivamente para os documentos e o modo como pessoas e instituições construíam formas de governo e práticas de estado em torno deles. Esse período coincidiu também com meu estágio de pesquisa no exterior, sob orientação da professora Marjo de Theije, e, posteriormente, com a impossibilidade de retornar presencialmente à campo em virtude dos efeitos da pandemia de Covid-19.

As relações construídas em campo foram alimentadas via redes sociais e por correspondência telefônica sempre que possível. Nesses momentos privilegiava as pessoas que estavam mais próximas e a partir delas construí um monitoramento duplamente relacional. Por meses alimentei uma planilha com informações sobre o avanço da Covid no Alto Solimões a partir dos dados que eram publicizados pela Secretaria do Estado de Saúde do Amazonas, ao passo que buscava também mapear e entender o que se passava no cotidiano das amigas e amigos que fiz em campo, seus parentes e parceiros. Esse também foi o período em que colaborei com o movimento social de forma mais efetiva. Colaborei com o financiamento e captação de recursos para três projetos para a Associação de Gays, Lésbicas e Travestis no Alto Solimões (AGLT-TF) que tinham como objetivo a minimização dos impactos da Covid-19 sobre a segurança alimentar de pessoas LGBTI+, a estruturação das atividades da instituição e o desenvolvimento de cursos voltados à inserção de pessoas trans no mercado de trabalho.<sup>3</sup>

O envolvimento nestes projetos possibilitou que eu estivesse de algum modo próximo às pessoas que conheci e com quem construí minhas relações de pesquisa e amizade. Além disso, pude ter por parte delas respostas e retornos no sentido de construção conjunta de análises sobre alguns dos eventos, situações e personagens apresentados ao longo da tese. Esse momento que se inicia com o a pandemia de Covid-19 constitui parte do segundo conjunto de materiais que apresento aqui. Respeitando as limitações impostas pela situação

---

<sup>3</sup> Entre 2019 e 2021 a AGLT-TF foi beneficiada pelo edital de resposta emergencial à Covid-19 entre pessoas vivendo com HIV promovido pela Aids Healthcare Foundation; pelo edital LGBTQIAP+ Defendendo Direitos, do Fundo Brasil de Direitos Humanos, e pela chamada pública do Fundo Positivo. Minha atuação se deu de forma mais efetiva nestes dois últimos projetos, ainda que tenha colaborado indiretamente com o primeiro também.

sanitária, retomei a análise de documentos coletados em campo, como estatutos, dados censitários e registros de nascimento e casamento elaborados pela Arquidiocese do Alto Solimões, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e por outras instituições que atuavam nas cidades em que pesquisa, em especial aquelas localizadas em Tabatinga. Aliada a essa estratégia, também fiz um levantamento de notícias e reportagens em jornais e televisão sobre a região entre as décadas de 1950 e 1980 que pudessem contrastar e validar os relatos apresentados pelos interlocutores.

Entendendo as relações entre práticas, memórias e narrativas de pessoas subalternizadas sobre a cidade, esse trabalho se localiza em uma linha de passagem entre antropologia e historiografia. Dito de outro modo, uso as relações entre copo e afeto para pensar os efeitos da produção do espaço urbano na tríplice fronteira amazônica a partir de gramáticas que são relativas à gênero e à sexualidade. Assim, as estratégias de pesquisa privilegiaram a construção de relações cotidianas com pessoas majoritariamente LGBTI+ de diferentes idades, nacionalidades e que se reconhecem sob diferentes identificações de gênero e sexualidade, bem como racialmente. As formas de convivência e o nível de intimidade possível de ser estabelecido com cada uma delas não foi o mesmo, tanto em razão do interesse particular de cada uma em colaborar comigo, mas também pela maior ou menos proximidade com o conjunto de questões que eu apresentava ou com as quais era convidado a lidar durante nossas interações.

Na relação entre antropologia e etnografia e história e historiografia, os documentos ocupam uma posição intermediária. Essa posição é intermediária não apenas porque os observo como objetos importantes tanto em seu aspecto histórico e etnográfico, como também pelo modo pouco sistemático com que a documentação sobre a ação do Estado e das formas de governo na região foi construída. Dito de outro modo, se em Letícia a localização da cidade como uma capital permitiu a confecção de um aparato institucional (arquivos públicos, museus, universidades etc.) que registrou, arquivou e acompanhou a produção da narrativa sobre as transformações no espaço urbano da cidade, em Tabatinga o movimento foi distinto. Apesar da longa ocupação do território, os registros sobre a região foram alterando-se nas mudanças entre núcleos administrativos

responsáveis pela gestão desse território, e igualmente, a infraestrutura disponível na cidade é de baixa institucionalidade, o que tem como efeito a construção de acervos precários, ou a consolidação de uma memória pública fragmentada em arquivos pessoais e familiares. O reconhecimento dessa lacuna estimulou a tentativa de construção de uma narrativa situada e parcial, focada tanto nas narrativas de pessoas LGBTI+ sobre sua percepção e relação com a cidade, quanto o contraste entre esta e a narrativa oficial.

A estratégia etnográfica que elegi para produzir essa descrição e analisá-la, por sua vez, conjuga a manipulação dos conjuntos de materiais que me referi há pouco (dados etnográficos coletados in loco, a comunicação cotidiana com os interlocutores à distância, conversas, entrevistas, documentos públicos, relatórios e planilhas de dados censitários e investimento público, material de imprensa, vídeos, áudios, desenhos produzidos por mim e por outros interlocutores), submetendo-os a uma espécie de “imaginação radical”, nos termos de Sadiya Hartman (2019). Ou seja, ao contrastar materiais de imprensa, a produção bibliográfica e as informações produzidas por veículos oficiais, sempre que possível busquei situar os interlocutores de forma carnal, corporificada. O objetivo era produzir uma extrapolação dos registros convencionais para preencher e oferecer contornos, detalhes e sensibilidade às pessoas com as quais convivi e com as quais estabeleci minhas relações de cooperação.

Aliada à proposta de Hartman, etnograficamente busquei considerar as relações entre memória, corpo e cidade que me eram apresentadas pelos interlocutores e que eram construídas por eu mesmo em minhas experiências de pesquisa. Conforme sugere Silvana Nascimento (2016; 2019) esses processos de experimentação são tomados aqui em sua dimensão experimental e têm seu lugar tanto na composição de “gêneros borrados” (Geertz, 2013) a partir do contraste entre corpografia e etnografia, mas também nas tensões que formas de marcação e diferenciação social estabelecem sobre a produção de conhecimento. Conforme anunciado no início, me interessa o conhecimento parcial, relacional (Strathern, 2005; 2006) e localizado (Haraway, 1995). Assim como Hartman (2019), entendo as experimentações ensaiadas aqui como um exercício de colocar em evidência mecanismos e personagens que usualmente

passam despercebidos, corpos e pessoas que, em face dos problemas que pretendo discutir, não apenas foram pouco observados, como também foram pouco imaginados.

É nesse aspecto também que, textualmente, entendo que esta etnografia não é um exercício de descrição realista-naturalista, mas um experimento que dialoga com diversas estratégias e estilos de descrição para oferecer uma análise dos problemas que coloca em pauta, de sua implicação e dos efeitos que ela pode vir a estabelecer sobre o mundo dos interlocutores. Portanto, conforme julguei pertinente, estabeleci ao longo do texto um diálogo com formas de expressão poéticas, visual, sonora e mesmo ficcional no sentido de recompor aspectos importantes da subjetividade na minha relação com os interlocutores.

Atentando para as ambivalências e tensões que se estabelecem entre imaginários generificados, práticas de poder e metáforas sexuais, ao longo da tese tentei reproduzir uma dinâmica especializada, alternando escalas, unidades e problemas que ganharam relevo e centralidade ao longo das minhas observações.

### **Organização dos capítulos**

O título do trabalho, “Formas de ocupar o impossível”, remete à conjunção entre alguns dos elementos apresentados até aqui e sua realização nas narrativas e experiências das pessoas que conheci e com quem tenho construído minhas relações de interlocução, pesquisa e amizade. Há uma persistente recusa em reconhecer como o espaço da fronteira é povoado por metáforas, práticas e valores que fazem uso de relações socialmente instituídas a partir de domínios generificados. Em última instância, a retórica da conquista é uma forma de longa duração que tem se atualizado e transformado a partir de cenários e de configurações do poder. Apesar disso, gênero e sexualidade permanecem como conteúdos incolores, usualmente entendidos como não relevantes para entender o processo histórico de produção do espaço e os efeitos que as assimetrias e as desigualdades estabelecem sobre aqueles que são submetidos e assujeitados. Ocupar o impossível é assim uma forma de reconhecer como os discursos em torno do gênero e da sexualidade relacionam-se e são relacionados às práticas

de governo da fronteira construídas pelo estado e pelo poder colonial em sua longa duração.

Os capítulos aqui apresentados buscam discutir a relação entre corpo, afeto e cidade vividas por pessoas LGBTI+ a partir de sua relação com o recente processo de urbanização nas cidades da tríplice fronteira amazônica. Trato dessas questões a partir da sexualidade não como um conteúdo em si, mas fundamentalmente como uma alternativa descritiva, ou seja, uma posição a partir do qual processos envolvendo acesso à direitos, relações familiares, poder e diferença são colocadas.

No primeiro capítulo apresento alguns dos elementos teóricos e metodológicos que fundamentaram a pesquisa. Esses elementos dizem respeito a uma exploração do Estado a partir da diferença e permitem situar as relações entre corpo, espaço e modos de fazer Estado. Em “A Casa”, segundo capítulo apresento uma análise da experiência da cidade construída e mobilizada por interlocutoras e interlocutores tomando como mote central a casa, tomando-a em três dimensões: como unidade de relação com a cidade, forma de fazer parentesco e como materialidade objeto de políticas de Estado.

Os capítulos seguintes tratam da produção do urbano na Amazônia a partir de um conjunto de políticas desenvolvimentistas e de organização do espaço social amazônico. Em “A Cidade” discuto como as imagens e processos que permitiram a formação do Alto Solimões e de Tabatinga em um formato semelhante ao que conhecemos hoje, dando destaque para o discurso oficial e presente na mídia. A perspectiva sobre esse tema é retomada no capítulo seguinte, “Duas Ruas”, quando busco descrever como os eventos descritos a partir das políticas oficiais apresentados anteriormente se enquadravam na linha do tempo produzida pelos interlocutores e em relações de microafetos, de cuidado e de sedução.

Os dois últimos capítulos destacam os limites desse processo de ocupação estatal e seus efeitos sobre dois conjuntos de sujeitos específicos. Em Umari penso como indígenas Ticuna que vivem nos limites da cidade posicionam e lidam com a sexualidade e a cidade a partir de dinâmicas de mobilidade

translocal, tema que será também retomado no último capítulo “Fronteiras”, no qual a atenção se volta para o acesso à serviços e a produção da cidadania entre pessoas LGBTI+ vivendo com HIV, muitas delas de origem ou moradoras de cidades peruanas.

Por fim, nas páginas finais apresento algumas conclusões e alinhavo alguns pontos que são centrais para a compreensão da proposta de pesquisa desenvolvida e seus resultados.

## 2. FORMAS DE ENCARNAR O IMPOSSÍVEL

Ainda que a ocupação da Amazônia seja um processo histórico de longuíssima duração e constitutivo do Brasil como uma Nação (Hemming, 2009), as preocupações em torno do controle das fronteiras norte do país e o reconhecimento de sua importância estratégica na política global tem como marco principal a segunda metade do século XX, quando se iniciou uma série de ações voltadas ao desenvolvimento, colonização e integração dessa região (Marques, 2007: 18). Ideias e práticas em torno da necessidade de “desenvolver” a Amazônia, para “integrá-la” ao universo nacional mais amplo têm se constituído como práticas de governo e formulado práticas estatais desde longa data. É a partir disso que se aproximam formas de marcação da presença estatal e intervenção com aspectos e objetivos muitos distintos, como a construção da rodovia Transamazônica, iniciada na década de 1970 (Velho, 1972), grandes projetos de desenvolvimento e geração de energia (Lacerda, 2021) ou mesmo as campanhas de mobilização de trabalhadores levadas a cabo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) já há bastante tempo (Galuch, 2019). Nesses termos, ainda que a presença humana nessa região seja datada e registrada desde os primeiros cronistas do século XVI, no período destacado ela tem como marca uma ação intencional e orientada que acionou diversas agendas e discussões, como a segurança nacional, território e soberania, desenvolvimento e economia, meio ambiente e diferença cultural. Como resultado, o processo de consolidação de cidades e núcleos urbanos foi se ampliando e ganhando contornos específicos que constituem um dos temas centrais desta pesquisa.

A presença do Estado e os recursos mobilizados para a conversão de vilas localizadas em pontos estratégicos (como fronteiras internacionais, foz de rios e regiões com grande concentração de riquezas minerais) em cidades fez com que pequenas comunidades ribeirinhas ou núcleos residenciais compartilhados por grupos de famílias extensas se transformassem em cidades de relativa importância nas dinâmicas regionais e nacionais, como é o caso de Tabatinga, no Alto Solimões. Ainda que desde o século XVII a região fosse um posto importante, delimitador da presença brasileira e marco da soberania territorial



em disputa com os países vizinhos, a partir da década de 1960, a cidade passou a ter uma posição de destaque na dinâmica regional pelo crescente mercado construído em torno dos derivados da coca na Colômbia, além das tensões produzidas na geopolítica latino-americana naquele momento de estabelecimento de regimes antidemocráticos e revoluções populares. Um dos argumentos que busco apresentar ao longo da pesquisa é que, há uma linguagem do gênero, da sexualidade e das formas de usar o corpo que constituem e orientam a interação entre os diferentes contingentes que foram mobilizados para participar da construção de estradas, hidrelétricas e outros grandes empreendimentos que reverberam pelo território regional há décadas. Contudo, no contexto do Alto Solimões essas transformações ganham uma forma específica, isso porque em muitos aspectos a principal forma de presença estatal na região tem se dado não por meio de grandes obras, mas pelo aumento daquilo que tem sido descrito por Daniel Hirata (2019) em termos de “densidade institucional”.<sup>4</sup> Dito de outro modo, o que se nota no conjunto de municípios que convivem na fronteira amazônica e, mais especificamente, esses da tríplice fronteira é que há um acúmulo de representações institucionais do Estado brasileiro atuantes na gestão da burocracia e da defesa dos interesses nacionais. Como efeito, o Alto Solimões tem se colocado como um espaço atrator de funcionários públicos temporários ou permanentes que vêm de várias regiões do país e que lá se estabelecem. Esses contatos são mobilizadores de formas de produção de corpo e afeto que busco descrever como um dos elementos centrais para compreensão dos sentidos e usos da cidade produzidos nos municípios da região e em seus arredores.

---

<sup>4</sup> Densidade institucional, como um conceito, é um instrumento de análise de políticas públicas e formas de governo com longa data, especialmente no contexto das Relações Internacionais. O termo aparece em documentos oficiais e programas, como ilustra, por exemplo, a *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* (Brasil, 2005). Em seu contexto primeiro, o conceito tem sido usado para descrever o crescente número de instituições operando dentro de uma mesma área, tendo em vista um perímetro delimitado. Contudo, como apresenta a *Proposta* (Brasil, 2005: 31), um dado volume institucional deve ser medido não apenas em termos das instituições estatais operando na área estabelecida, devendo-se considerar as políticas sociais desenvolvidas efetivamente nesse contexto e as organizações não-governamentais e movimentos sociais que atuam no contexto particular. Com isso, tendo em vista a “dificuldade em obter várias informações necessárias” (Ibidem) em contextos como o Alto Solimões, a análise desse aspecto deve ser considerada sempre como parcial e orientada pelo volume disponível de informações no momento.

A produção no campo das ciências sociais nas últimas duas décadas tem sido bastante perspicaz ao entrever como processos de Estado, formas de organização do Espaço, gênero e sexualidade se articulam em diferentes contextos etnográficos, como é o caso da etnografia de Cristiane Lasmar (2008) sobre as experiências de mulheres indígenas e seus trânsitos entre comunidade e cidade no Alto Rio Negro. No contexto do Alto Solimões, esforço semelhante tem sido observado, a exemplo do trabalho de Valentina Nieto (2017) que, a partir da experiência na cidade colombiana de Letícia, reflete sobre os trânsitos entre cidade e comunidade produzidos e interpretados por mulheres Uitoto. Em ambas as pesquisas é possível ver como o controle e a vivência da sexualidade (seja na forma do contato e do afeto com outras pessoas com diferentes pertencimentos étnicos e raciais, seja por meio das moralidades em seu entorno, ou ainda pelas diferentes expectativas sobre o que a conjugalidade possa significar) é um elemento importante desse processo de contato entre homens e mulheres, ou entre pessoas do local e pessoas recém-chegadas. Esse aspecto é retomado de forma secundária também por Jorge Picón Acuña (2009) ao descrever alguns dos casais nas famílias fundadoras e o papel dos solteiros na formação da cidade de Letícia nas décadas de 1950 e 1960.

Como notou Luisa Belaunde (2015) a partir da análise dos modos indígenas de produzir e viver a sexualidade, o desejo sexual ocupa posições variadas nessas experiências de contato e alteridade. Segundo a autora, as relações estabelecidas entre esses diferentes regimes de diferenciação constituem corpos feitos por e com outros. Tal como ponderado pela autora, penso que o processo de localização espacial no contexto da cidade constitui uma dinâmica mais ampla para determinar formas contextuais de produção da ordem racial e étnica e que, de igual maneira, essas marcações atuam como eixos relacionais, ou em suas palavras, como “posições relativamente abertas ao trânsito e mudanças contextuais” (Ibidem: 540). Contudo, se essas formas de relacionalidade produtoras de corpos e pessoas são contextuais, elas também envolvem outros modos de construção do afeto que não aqueles pautados pelo dimorfismo ou pela composição de certos arranjos complementares. Mais do que um aspecto do processo de diferenciação vividos nesse cenário, meu interesse é descrever como tais dinâmicas importam como chave descritiva para

fenômenos complexos e usualmente despersonalizados, reproduzindo uma lógica nos termos daquilo que Haraway (1995) anteriormente caracterizou como conhecimento do tipo “olho de deus”.

Tendo em vista essa produção intensa sobre as relações entre diferenciação, sexualidade e cidade em contextos de contato (interétnico), desde a formulação inicial do projeto me interessava observar e descrever como essas questões se manifestariam nas trajetórias e narrativas de pessoas LGBTI+ na região. Se a heterossexualidade foi sendo constituída na literatura como um motor das interações entre corpo, afeto e Estado, quais perspectivas poderiam emergir quando consideradas as trajetórias de pessoas que não estavam inclusas dentro desses sistemas de poder e escritura que conformam corpos heterossexuais e cisgêneros? Sendo assim, a pesquisa tinha como pretensão inicial descrever as experiências de “ser LGBTI+” nessas cidades e foi ganhando novos contornos conforme foi desenvolvendo-se em campo e além dele. O conjunto de descrições construídas aqui reúne assim uma heterogeneidade de dados provenientes do meu próprio contato com interlocutores no Alto Solimões em sucessivas experiências de pesquisa de campo in loco realizadas entre 2016 e 2018, e também das relações que foram alimentadas à distância desde então.

Na forma apresentada aqui, me interessa situar gênero e sexualidade não como um tema para descrever e analisar as experiências de viver em um lugar específico, mas como uma chave descritiva para pensar os processos de produção de corpo e cidade. Dito de outro modo, meu objetivo principal é produzir uma narrativa sobre o processo de urbanização em que as formas de construção de mundo e análise corporificadas por pessoas LGBTI+ sejam um modo de descrever, e não um conteúdo da descrição. Ao fazer isso, o propósito é que interlocutores sejam tomados efetivamente como narradores e narradoras privilegiados, considerando o modo como os eixos de diferenciação que os constitui formam uma perspectiva para descrição de processos complexos com efeitos visíveis e objetivados nas descrições produzidas. No contexto da investigação, isso significa pensar como Estado, corpo e afeto se articulam e se relacionam não desde uma forma estabelecida e única, mas como processos com lugar na história e na cultura e que são interpretados de modos específicos por diferentes coletividades. Assim, ampliando a observação de Gupta (2012:

44) para o Estado de modo a incluir também seus efeitos para o corpo e a cidade, me interessa particularmente descrever “as conexões constitutivas entre economia política, estrutura social, design institucional, práticas cotidianas e representações” que produzem o corpo na cidade nesse cenário etnográfico em particular.

Ao longo da pesquisa procurei acessar tais questões a partir do modo como trajetórias, narrativas e experiências de sujeitos concretos reportam esses significados. Isso é seguido por uma tentativa de contrastar tais aspectos com a linguagem oficial, compondo assim um jogo de espelhamento e refração que tenho pensado a partir da ideia de “idiomas da estaticidade” (*language of stateness*), retirado de Hansen e Stepputat (2001). Conforme colocam os autores, isso implica reconstruir os meios e processos pelos quais o estado produz sua expressão de realidade através da gestão iconográfica, simbólica através de práticas rotineiras que podem ser, inclusive, não-políticas e de imposição violenta da força (Hansen; Stepputat, 2001: 5). Nesta seção retomo alguns dos marcos conceituais e metodológicos que orientaram a construção do projeto e a interpretação dos resultados a serem apresentados nos itens a seguir.

### **Corpo, Afeto e Estado**

Reconhecendo as particularidades do trabalho etnográfico que desenvolvi para produzir uma descrição possível do processo de urbanização no Alto Solimões, metodologicamente investi no cruzamento de dados etnográficos resultantes da minha pesquisa *in loco*, e também de fontes documentais que permitiram recolocar algumas conexões parciais entre modos de fazer Estado, corpo e cidade.<sup>5</sup> Desde a perspectiva que interessa para a investigação, isso tem se traduzido na tentativa de compreender as múltiplas camadas de produção de instituições, sujeitos e artefatos, considerando as regiões de fronteira entre afeto

---

<sup>5</sup> Importante notar que tal investimento se caracteriza como um esforço de compreensão coletivo. Esse investimento parte de experiências conjuntas de pesquisa na região do Alto Solimões que supõe, em alguma medida, o cruzamento entre categorias de estado, corpo e afeto. A partir desse problema, abordamos as incursões e análises apresentadas por estudiosos preocupados com a história das fronteiras amazônicas (Aponte Motta, 2011), as relações entre regimes de mobilidade e dispositivos nacionais de reconhecimento (Olivar; Melo; Rosa, 2015), a formação do sexo mercados (Olivar, 2018; Lima, 2012), relações entre fronteira e gênero (Melo 2018; Melo e Olivar 2019), políticas de bem-estar social e estado (Campos, 2017; Silva, 2018) e até relações entre cidade e gênero (Olivar, 2014; Nascimento, 2018; 2019).

e racionalidades. Autoras que têm discutindo as possibilidades de aproximação entre esses temas insistem na necessidade de “desagregar” composições tomadas como fundamentais e autoexplicativas, a exemplo da própria concepção de Estado como Estado-nação, ou das ideias de Estado assentadas na racionalidade pura e indiferente, (cf. Aretxaga, 2003; Stoler, 2007; Puri, 2016).

O paradigma estabelecido até meados da década de 1980 para a análise do Estado foi o Estado-nação. Essa correlação que estabelece o Estado-nação como um modelo analítico pode ser descrita em termos de um "hífen insustentável" (Aretxaga, 2003). A referência primária ao estado geralmente tende a ser a relação entre o aparato estatal baseado em certas ideias de cidadania e nacionalidade. Essa perspectiva parecia apropriada para descrever sociedades em que o Estado era o resultado de uma nação razoavelmente estabelecida, como foi o caso de muitos povos da Europa Ocidental. Contudo, ela também era incompatível com contextos coloniais e pós-coloniais, nos quais o Estado precedia a produção de uma ideia de nação. A análise do Estado nos contextos colonial e pós-colonial é marcada por outros parâmetros: produção de fronteiras politicamente arbitrárias, justaposição entre grupos rivais em um espaço compartilhado, ocupação colonial histórica, formas institucionais com alto nível de burocratização e corrupção, por exemplo. Assim como as tensões entre Estado e nação, também existem tensões entre outras formas de organização da diferença social. Essas diferenças sociais estão relacionadas a classe, gênero, origem, religião, por exemplo. Como apontado por Begoña Aretxaga:

(...) a fantasia de uma comunidade nacional unificada e imaginada entra em conflito com diferenças internas e lutas pelo poder. As diferenças de classe, gênero, etnia e status criam diferenças de fato na cidadania. O impacto do poder do Estado é sentido de maneira diferente em vários níveis da comunidade nacional. Nas margens da comunidade e no nível local, os encontros com o Estado são frequentemente vivenciados de maneira íntima, onde o poder é vivenciado próximo à pele, incorporado em autoridades locais conhecidas, através de práticas da vida cotidiana (Aretxaga, 2003: 396)

Do ponto de vista de Aretxaga, é a tensão entre o Estado e sua materialização em nível local que estabelece os sentimentos de ausência e abandono que caracterizam a situação dos contextos coloniais.

A fantasia do Estado unificado, criticada por Aretxaga (2003), constitui os meandros do que Abrams (2006 [1988]) apontou como a principal dificuldade no estudo do Estado. Para Abrams, essa concepção é baseada em uma distinção radical entre Estado e sociedade, na qual o Estado é uma “entidade substancial separada da Sociedade” (1988: 61). Em contraste com a dificuldade apresentada por essa fantasia, é necessário considerar os níveis em que a crença no Estado é estabelecida e seus efeitos na organização política do poder na sociedade. Ele discute:

O postulado do Estado serve para minha mente não apenas para nos proteger da percepção de nosso próprio cativeiro ideológico, mas, mais imediatamente, para obscurecer uma característica perceptível do poder político institucionalizado, o sistema de Estado, nas sociedades capitalistas, que de outra forma apreenderiam nossa atenção e provar a fonte de uma compreensão perspicaz do tipo de poder que o poder politicamente institucionalizado é (Abrams, 2006: 124).

As relações entre sociedade e Estado são marcadas por uma divisão tomada como inerente ao poder político. No entanto, "o Estado é o símbolo unificado de uma desunião real. Não é apenas a desunião entre o político e o econômico, mas igualmente uma profunda desunião dentro do político" (Abrams, 2006: 124). A alternativa proposta pelo autor é a contraposição entre uma “Estado-ideia” e um “Estado-sistema”. Estes constituem dois objetos distintos de análise. O Estado-sistema seria constituído por essas instâncias institucionais de poder político das quais toma forma, enquanto o estado-ideia seria a dimensão reificada e simbólica para explicar as práticas.

Retomando Abrams, Timothy Mitchell argumenta que as correlações entre o Estado como ideia e sistema estão fortemente centradas no aspecto simbólico do primeiro. Como efeito, fica difícil definir os limites do Estado. Assim, Mitchell sugere que o Estado deva ser considerado como dois aspectos de um único processo: "para ser mais preciso, o fenômeno que denominamos 'o estado' surge de técnicas que permitem que práticas materiais mundanas pareçam uma forma abstrata e não material" (Mitchell, 2006: 170). É necessário, então, não esclarecer essas distinções, mas inseri-las em uma dimensão histórica. A tarefa é questionar quais condições de existência tornam possível

... o Estado no tempo e no espaço. Em outros termos, para entender o Estado como um efeito, é necessário investigar quais contingências são construídas nas fronteiras entre os estados e outras formas de organização social (Mitchell, 1991: s/p).

A partir da década de 1980, os estudos do Estado nas ciências sociais foram renovados. Grande parte dessa renovação foi resultado de uma mudança de abordagem centrada na ideologia para uma preocupada com os efeitos da cultura (Aretxaga, 2003; Thelen, Vettters e Benda-Bechmann, 2017). Parte dessa renovação também nos permite pensar sobre o que Hansen e Stepputat (2001) denominaram "idiomas da estaticidade", isto é, as correlações entre representações e práticas estatais.

Os conflitos entre o que é concebido como um Estado e como ele é sentido nas práticas cotidianas são centrais e nos permitem localizar as representações e modos de fazer Estado, processo que ganha contornos nem sempre claros quando consideramos sociedades e contextos com histórico colonial. Mais precisamente, imagens e práticas de Estado são uma prioridade para entender a arte de governar em sociedades onde nação, Estado e outras formas de produção e gestão de diferença social são constitutivas de dinâmicas estruturais de desigualdades. Dito de outro modo, pensar sobre o Estado em contextos colonizados requer reformular a figura conceitual do próprio Estado. Nesse contexto de pesquisa, a representação e as práticas do Estado na Amazônia exigiram levar em consideração as "linhas de segmentação" (Candotti, 2017) entre o Brasil como parte da periferia global e a Amazônia como um espaço periférico no Brasil. Em outros termos, é necessário considerar os modos de produção da diferença em múltiplos níveis.

Uma breve situação etnográfica pode ajudar e tornar o ponto mais concreto. Uma das principais articulações entre Estado, cidade e corpo que pude observar em campo se dava em torno das políticas de saúde voltadas à população LGBTI+. Nesse cenário, chamava atenção o modo como o HIV permanecia como uma pauta do movimento social e motivo de preocupação entre as pessoas, principalmente a partir da ideia de ausência de apoio. Nesse sentido, durante minhas várias idas à Tabatinga e Benjamin Constant, observei e acompanhei ações de sensibilização e distribuição de insumos para prevenção. Os insumos

eram oferecidos pelo governo federal e distribuídos pelas prefeituras, ao passo que as pessoas que trabalhavam em tal ação eram financiadas por uma organização de atuação internacional no campo da saúde sexual. Além dos insumos eram realizados exames de teste rápido para HIV, sífilis e outras IST. Uma das principais razões dadas pelas pessoas que aderiram às ações era que o atendimento era ruim nas unidades de saúde, impressão que usualmente contrastava com a impressão de outras pessoas com cidadania peruana e colombiana, para quem era mais fácil e melhor fazer a testagem no Brasil.

A despeito da própria ideia de ausência ou precariedade da assistência em saúde oferecida pelo Estado brasileiro, nessa situação é possível vislumbrar o jogo de escalas, ou ainda o jogo contínuo que se estabelece entre fazer aparecer e esconder o que seja o Estado. Essa dinâmica parecia ser mais recorrente e visível em um conjunto de situações que envolviam o processo de fazer e desfazer de direitos (Vianna, 2013), ou seja, o conjunto de ações e representações institucionais, burocráticas e administrativas que tinham como eixo norteador a ideia do Estado como um promotor da cidadania. Retomando o exemplo, o Estado não é necessariamente uma figura objetivada, mas é algo exercido, praticado, representado e conjurado em situações cotidianas a partir de exercícios reflexivos dos quais os interlocutores tomam parte e se engajam, especialmente na cidade, onde dinâmicas de diferenciação e conflagração de conflitos podem ser vislumbrados de modo mais explícito. A partir disso, é possível vislumbrar como as práticas institucionais de gerenciamento de poder são exercidas e representadas a partir de sua articulação com outras formas sociais.

A formulação de uma forma de Estado não dá conta da complexidade afetiva que estabelece o Estado e suas relações. Como apontado por Ann Laura Stoler, é necessário considerar o trabalho afetivo envolvido na relação entre agentes de Estado como agentes concretos. O Estado não é apenas uma entidade racional interessada em controlar números e populações. Implica também o trabalho sobre “distribuição de sentimentos” (Stoler, 2007: 5). Na perspectiva de Stoler, a racionalidade política do Estado está interessada não apenas em decisões estrategicamente fundamentadas, mas também na gestão de moralidades e



afetos, participando assim como elemento das relações entre similitudes e diferenças.

O controle afetivo está implícito em circunstâncias materiais que criam corpos e populações como espaços de governo. Em relação às formações estatais na América Latina, Barragán e Wanderley sugeriram que:

Outro aspecto do Estado é sua materialidade concreta: sejam funcionários, escritórios e instituições ou práticas burocráticas mundanas. Portanto, foi proposto "des-reificar" e, estendendo a metáfora, "des-Estatizar" o Estado. Considerando-o em sua desagregação, implica em sua concretização, em suas encarnações e em seus funcionários. Também é fundamental analisar as relações de poder múltiplas e entrelaçadas em diferentes níveis e instâncias, bem como os complexos jogos de leituras e reinterpretações, silêncios, acomodações, invenções e conformidades entre os diversos atores (Barragán; Wanderley. 2009: 22).

Na Amazônia contemporânea, existem outras formas de presença estatal, eventualmente mais sutis. Essas formas podem ser vislumbradas pela intensificação institucional por concursos públicos ou pelo estabelecimento de políticas de seguridade social. Entendo que essas formas institucionais constituem formas de aproximação entre corpo e Estado à medida que políticas de diferenciação mobilizam pessoas que se diferenciam e são diferenciadas entre si a partir daquilo que é codificado em seus corpos: gênero, status social ou classe, raça, etnia, geração, por exemplo. Essa noção de corpo é multifacetada e pode incluir desde a gestão de sinais diacríticos (ser homem ou ser mulher como atributos de uma biologia), relações de ascendência étnica ou familiar (identificar-se indígena e ser reconhecido como tal, o que em alguma medida também significa uma leitura dos códigos e símbolos de pertencimento nacional), até elementos não tão palpáveis, como experiências de violência (relatos de abuso ou assédio que instituem vítimas a serem protegidas e agressores a serem punidos, por exemplo). Conforme argumenta Flávia Melo (2018), essas formas de presença estatal podem ser entendidas em termos de "territorialidades estatais sobrepostas", ou seja, várias instâncias político-institucionais que dão forma ao Estado na Amazônia e o produzem como uma região a ser administrada pelo Estado.

A perspectiva conceitual adotada nesta pesquisa considera os conceitos de "forma de Estado" (Aretxaga, 2003) e "Estado relacional" (Thelen; Vetter;

Benda-Bechmann, 2017). Estou particularmente interessado em pensar em como os processos estatais são experienciados a partir de “relações sociais em interações caracterizadas por diferentes imagens de Estado” (Thelen, Vettters; Benda-Bechmann, 2017: 7). Com base nisso, Estado é descrito aqui em termos de:

Um cenário relacional que não pode ser categorizado de acordo com hierarquias simples ou um centro de governança, mas que existe nas relações entre atores que têm acesso desigual a recursos materiais, sociais, regulatórios e simbólicos e que negociam ideias de poder legítimo usando o estado existente imagens - ao mesmo tempo reafirmando e transformando essas representações nas práticas concretas. (Thelen; Vettters; Benda-Bechmann, 2017: 7)

Retomando Aretxaga, argumento que Estado é um modo de fazer e organizar índices de diferença como gênero, classe, etnia e raça. Isso implica pensar tanto na dimensão material quanto na dimensão corporativa do Estado. No contexto da minha investigação, corpo e afeto são formas abertas de referir a experiências concretas de diferenciação que produzem e são produzidas por processos espaciais e relacionais de cidade e Estado. No conjunto dessas categorias, gênero e sexualidade foram as chaves de estrada que escolhi para compreender e descrever tais processos, ainda que usualmente não se restrinjam. Em outras palavras, penso que, como dispositivo de composição e de restrição de um fluxo mais amplo de diferenças, gênero e sexualidades atuem mais como formas exemplares, do que como uma resposta fechada em si. Como categorias complexas, eles são interseccionados por outros eixos de diferenciação e de produção de opressão ou privilégios, como raça, etnia, classe, escolaridade e religião. Assim, no jogo de espelhamento e refração que instituem idiomas de estaticidade gênero e sexualidade devem ser lidos como projeções que indicam também a possibilidade de acessar outros eixos de qualificação da experiência vivida na carne.

A materialidade do Estado na fronteira implica efeitos distintos nas trajetórias de homens e mulheres, como argumentam Melo e Olivar (2019: 7-8). Além de seu gênero dentro de um registro cisgênero<sup>6</sup>, essas transformações afetam as

---

<sup>6</sup> Cisgênero, ou pessoas cis, é empregado aqui para marcar pessoas que se reconhecem em uma relação de continuidade entre seu corpo e o gênero que lhes foi designado ao nascer. Distinguem-se assim de pessoas trans ou transexuais/transgêneros que estabelecem uma

peças de maneiras diferentes. O acesso à educação, por exemplo, é vivenciado de maneira diferente pelas mulheres cis e trans. Do mesmo modo, a produção de masculinidade entre os homens que vivem perto das vilas militares têm restrições distintas entre os homens hétero e homossexuais.

O gênero é aqui interpretado como um exemplo reiterado e mimético de significado social (Butler, 2003). Esse processo de reiteração é estabelecido pelo pressuposto de uma matriz de inteligibilidade que organiza e produz coerência entre sexo, gênero e desejo (Butler, 2003: 45). Se essa matriz de inteligibilidade estabelece plausibilidade em termos de uma relação causal, o marcador diferencial dessa fórmula é o gênero.

Embora gênero e sexualidade sejam categorias analíticas emaranhadas, elas são representadas de maneiras diferentes quando são considerados os processos sociais nos quais ganham forma e significado. Como argumentado por estudiosas feministas, o gênero é mimético e reiterativo (Butler, 2003) e é possível devido a algumas tecnologias sociais (Lauretis, 1987) que garantem o reconhecimento e a legibilidade de corpos, atos e subjetividades codificados como "masculinos" ou "femininos" (Haraway, 2016; Preciado, 2014) dentro do espectro regulatório da norma. No entanto, de acordo com as mesmas autoras, o gênero não é uma categoria única e autoevidente, mas ativado junto com outros eixos de diferenciação, como raça, idade, corpo, etnia e classe, por exemplo.

Esse processo de articulação entre categorias de diferenciação tem efeitos sensíveis sobre corpos marcados em contraste com aqueles não marcados. Em outras palavras, a dimensão normativa das práticas de regulação da diferença social implicada na matriz de poder que lhe confere legitimidade, estabelece certos corpos como universais e não-marcados. Esse corpo é fundamentalmente masculino, branco e heterossexual e instaura um regime de diferenciação no

---

relação de discordância entre sua própria identidade de gênero e aquela que lhes foi designada na ocasião de nascimento. Essas são categorias políticas mobilizadas e reivindicadas por setoriais do movimento trans organizados, bem como por intelectuais trans e podem se atualizar ou mesmo ser contestadas, seja no termo, seja nos efeitos quando considerados contextos particulares. Ao longo do texto eventualmente mobilizo também a ideia de "universo trans" (Nascimento 2014) para me referir a multiplicidade de locais e categorias disponíveis e usados por pessoas que transitam entre gêneros para descreverem a si mesmas.

qual outras experiências são derivativas, ou seja, os “outros” são diferentes na medida em que não podem ser alocados como iguais ao sujeito da norma. Como argumenta Philomena Essed, as experiências cotidianas de racismo, por exemplo, são também formas generificadas e se manifestam de forma distinta entre homens e mulheres (Essed, 1984; 1990). É nesse aspecto de um racismo generificado (*gendered racism*) que se distinguem homens e mulheres, brancos e negros, mas também homens negros em relação a homens brancos e mulheres negras em relação a mulheres brancas, por exemplo. A construção da diferença, nesse espectro, se dá não apenas em termos de gênero, ou raça (ou poderíamos agregar, de classe, de orientação sexual, étnica ou nacional), mas é fundamentalmente consubstanciada, articulada já que supõe a interseção entre as categorias de construção social da diferença.

A proposição de um racismo generificado feita por Essed apresenta ainda ramificações do debate intelectual levando-nos a uma compreensão interseccional sobre a produção de subjetividades e seus efeitos sobre a discussão política. Como argumentado por Grada Kilomba (2019: 98), “[a]s interseções das formas de opressão não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como a ‘produção de efeitos específicos’. Formas de opressão não operam em singularidade, elas se entrecruzam”. É nesse aspecto que é preciso conceituar como a diferença é operada tanto por pessoas concretas na tentativa de circunscrever a si mesmas, quanto por processos de Estado que conferem valor e sentido a partir de formas de diferenciação e de organização estratégica sobre experiências de opressão e privilégio.

No contexto etnográfico aqui tratado, é possível argumentar que as articulações entre corpos, afetos e Estado se estabelecem a partir da gestão de certas “imagens de controle”. São essas imagens de controle que garantem a legibilidade de certas experiências no contexto das normatividades, e produzem a demanda de intervenção. A noção de “imagem de controle” é lida aqui como uma extrapolação do conceito elaborado por Patricia Hill Collins (2018) ao descrever as formas de manipulação de imagens estereotipadas de mulheres negras nas engrenagens de poder da branquitude. Em suma, imagens de controle estabelecem gramáticas que consolidam repertórios semânticos

fundamentados em certos valores, produzindo assim um apagamento de experiências concretas e complexas. Nesses termos, o processo de controle corporal e de subjetividades é um intenso processo de gestão dessas imagens de controle que ganham forma, no contexto do Alto Solimões, pela produção de estereótipos como a mulher indígena pacífica e dócil ou o soldado branco portador da civilização e do progresso. Como argumenta Collins (2018), essas imagens não são fixas, mas formações históricas que podem ser reorganizadas em contextos e momentos específicos. Essas imagens de controle constituem também parte das estratégias de produção de um espaço anacrônico (McClintock, 2010) que organiza e viabiliza certos modos de administração de corpos sujeitados. É nesse sentido que ao longo desse trabalho, ainda que a ênfase não esteja sobre a produção de sujeitos tipificados em imagens de controle, evidencio a recorrência de certos itinerários discursivos estereotipados no contexto de lógicas de subordinação mais amplas, e que portanto, demandam pensar as imagens de controle tanto em termos de quem é controlado, quanto de quem pode ser destacado como controlador.

Ao lidar de forma tática com as intersecções em que se encontram, as pessoas estabelecem modos de ler sua própria subjetividade e de reconhecer também as implicações dentro de determinados aparelhos e ambientes que são tanto institucionais quanto estruturais, mas que, fundamentalmente, ganham sentido no cotidiano (Essed, 1991: 37). É também no cotidiano que o Estado ganha contornos materiais e constitui sua imagem mais imediata, como argumenta Akhil Gupta (1995), e o faz por meio da gestão da burocracia, da documentação, das filas. Esses mecanismos produzem, geral e atualizam as formas de classificação coletiva que circulam culturalmente, como gênero, raça, nacionalidade, etnia, classe, religião. É no cotidiano que tanto formas de diferença quanto processos de estado ganham sentido.

Desse modo, o Estado não é uma entidade abstrata, mas imagem e efeito (Mitchell, 2006). As relações sistemáticas entre imagens e efeitos estatais cooperam para produzir racionalidades e subjetividades, instituições, leis e o reconhecimento de grupos e identidades. O reconhecimento de sujeitos políticos, relações entre pessoas do mesmo sexo, leis sobre identidade de

gênero ou contra a diversidade sexual são expressões sobre como o entendimento da sexualidade pode ser expandido ou restringido pelo Estado.

### **Sobre modos de fazer aparecer (ou esconder)**

Ao refletir sobre como categorias de diferenciação constituem modos de fazer Estado e participam da ação política é preciso localizar como o corpo é pensado e mobilizado. O modo como pessoas são enunciadas e classificadas dentro das estruturas de poder do Estado a partir de formas de racialização e generificação, ou mesmo pela ativação de seus pertencimentos étnicos, de classe ou orientação sexual, parte de uma premissa que é não apenas política, mas também corporal. Como notado por Thomas Osborne (1996: 192), tanto no contexto da teoria social como da ação política, o corpo

é múltiplo, de modo que a reflexão deve ser encaminhada não no sentido de pensar qual representação se produz para o corpo, mas em quais instâncias o corpo se constitui como um problema. Na concepção do autor o problema emerge não como um efeito de negatividade, mas como “veículo de pensamento e ação” (Osborne, 1996: 192).

No contexto das relações contemporâneas, o corpo é conjurado a partir de categorias problemáticas que distinguem o que é natural e o que é artificial, o que está dentro e o que está fora. Como já notado por Donna Haraway (1995), essas discussões encontram um limite curto tendo em vista que ao longo do processo científico e tecnológico de atualização outras formas de localizar o corpo de modo objetivo são produzidos: a pele, os órgãos, a célula, o DNA, os hormônios, a psique e o cérebro. Esses preceitos da racionalidade científica ocidental coabitam o mundo junto a outros dispositivos que expandem as possibilidades de ação do corpo pelo uso de recursos prostéticos: óculos, microscópios, mídias sociais, instrumentos de toda ordem que recolocam a questão não tanto em termos de o que seja o corpo, mas como se é um corpo-pessoa.

Retomando a noção básica de Marcel Mauss (2002a) de que o corpo é o primeiro instrumento da ação humana, há que se considerar que o corpo excede as noções contemporâneas de indivíduo pautado pelo princípio dos limites definidos e rígidos, em última instância, pela geopolítica em que a pele é o limite último. É na esteira dessa reflexão que, partindo de Espinosa, Deleuze (2003)

argumentava que o corpo deveria ser vislumbrado a partir de duas dimensões ou princípios. Conforme pondera Deleuze, na concepção de Spinoza, o corpo é o efeito de partículas infinitas que estabelecem entre si relações de velocidade e lentidão, movimento e descanso. É a relação entre essas partes, instaurada em um regime de afetos, que circunscreve as possibilidades de afetar e ser afetado, segundo princípio de sua concepção de corpo. Dado nesses termos, o corpo deve ser pensado não como algo definido em “sua forma, órgãos, ou função, tampouco como substância ou matéria”. Dentro desta perspectiva, pautada pelo modo como afetos<sup>7</sup> se organizam e produzem um corpo, Deleuze (2003: 171) sustenta que um corpo pode ser definido de modo longitudinal ou latitudinal (*par longitude et latitude*), ou seja, pelo modo como as partículas organizam-se a partir dos movimentos que estabelecem circunscrevendo uma forma expressiva (por longitude), ou pelo modo como se organizam os afetos que instauram e produzem o corpo em um dado momento (por latitude). O modo de localizar o corpo é, assim, parte de um processo de mapeamento, de traçar linhas de latitude e longitude circunstanciais e temporárias.

O modo como latitude e longitude permitem localizar um corpo pode ser aqui transposto para um debate sobre as formas da ação política e do fazer Estado. O processo de cartografia possibilita a construção de uma perspectiva etnográfica sobre o corpo na medida em que os efeitos não podem ser assumidos de antemão. Se, por um lado, é preciso considerar o modo como os afetos organizam-se entre si para estabelecer uma posição-corpo em um dado momento, há que se considerar também o curso dos eventos e a arena social em que os processos se estabelecem. Isso parte do argumento elaborado por Butler (1993) de que o processo de materialização dos corpos é constrangido por modos de regulação e restrição que nos impele a pensar as suas possibilidades de ação, forma e mesmo de aparição.

Nesta perspectiva, o corpo não é algo que as pessoas têm, mas o que elas são. É nessa medida que os processos de que elas tomam parte também as constituem. Como notam Foucault (2007) e Butler (1993), como materialidade o

---

<sup>7</sup> Afeto não deve ser confundido, nesse contexto, com sentimento. Sempre que grafado em itálico ele refere-se à noção de afecção elaborada por Spinoza, ou seja, as potências de agir do próprio Corpo. (cf. Espinosa, 2015: 237).

corpo é regulado por relações de poder a partir das quais se conformam modos de exploração, interrupção e rearranjo da mecânica do poder. É, portanto, um locus prioritário para análise de processos políticos e institucionais, ou mesmo estatais como se pretende aqui.

Ao tratar das relações entre corpo, afeto, cidade e Estado insisto na possibilidade de articular escalas variadas de constituição de relações de poder. Nessas relações, o poder é exercido de formas desiguais pelos agentes que as constituem. Os agentes que constituem e participam de tais relações podem ser pessoas, instituições, formas coletivas de associação, documentos, dispositivos de gestão pública, objetos, enfim.

Um exemplo desse entrelaçamento entre agentes com modos de agir particulares pode ser uma campanha de prevenção ao HIV e à aids. Tais campanhas se multiplicaram e se transformaram em um dispositivo estratégico das políticas de saúde coletiva desde o fim década de 1980, quando da emergência do HIV e do início das campanhas de estímulo ao uso do preservativo (cf. García, 2009; Haig, 2006; Dean, 2009). No contexto do Alto Solimões, tais campanhas se efetuam pela articulação entre secretarias municipais de saúde, organizações não-governamentais e militantes ou ativistas. Orientado pelo Programa Nacional de Aids, o governo federal oferece os insumos que são distribuídos aos municípios. Esses insumos são distribuídos pela secretaria de saúde, e tomam forma de campanha pelas ações conjuntas que, tradicionalmente, são realizadas com participação de organizações da sociedade civil e movimentos sociais e/ou ativistas locais. Eventualmente as ações focalizam grupos específicos, o que implica também na reorganização dessa rede de agentes para apenas para atender a propósitos específicos, mas também para criar as condições de legitimidade que possibilite um grupo de indivíduos ser alçado a algo como uma “população-chave” dentro dos idiomas de estaticidade.

Para execução de uma política como esta, são mobilizados espaços institucionais e setoriais da administração orientados a partir de um documento específico e que têm como propósito a distribuição de um objeto (os preservativos, os informativos, os testes, enfim) ou informação entre pessoas.



Aqui se veem instituições, documentos, pessoas, coletivos e objetos que constituem uma rede com possibilidades e limites de exercer poder de forma desigual entre si. Como uma política de saúde, a ação é sistêmica, o que implica a observância de um protocolo com a previsão de respostas possíveis para situações reconhecidas ou análogas (como acolher as pessoas, que tipo de informação solicitar, a quais espaços elas podem ser direcionadas, por exemplo).

Essas ações devem ser entendidas no campo de uma política que é tanto de organização da sexualidade, quanto uma agenda de Estado.<sup>8</sup> Em sua dimensão prática ela também negocia com as particularidades dos modos de vida urbanos que orientam e distinguem cidades entre si, e de igual maneira, como nesse lugar mulheres e homens atendem a determinadas expectativas a partir das convenções partilhadas sobre gênero e geração. Isso implica que o modo como a política será exercida e sua abrangência será modulada a partir dessa arena mais ampla que diz respeito ao modo como aspectos da diferença social são interpelados.

Contudo, interpretar políticas como essa no escopo de uma ação programada de Estado significa reconstituir as condições a partir das quais as conexões e relações estabelecidas podem ser destacadas e objetificadas. Em outros termos, é preciso reconhecer os procedimentos em torno dos quais as relações de poder serão analisadas. Retomando Foucault (1997; 2013), o poder não é estático, mas capilar e só pode ser apreendido de forma relacional. Nesse escopo, o Estado não é uma fonte de poder, tampouco pode ser tomado como uma unidade autoexplicativa. É preciso reconstituir o plano de fundo e os gestos que tornam possível com que o Estado seja descrito como agente articulador dos códigos de legibilidade para o poder em exercício.

Meu propósito não é compor uma imagem estática do poder, tampouco destacar uma forma do tipo “aqui está o Estado”, ou “aqui está o poder”, mas antes

---

<sup>8</sup> Refiro-me a que estas campanhas representam uma estratégia biopolítica de disciplinamento de corpos em observância a uma racionalização das práticas sexuais. Elas funcionam assim como um dispositivo que prescreve boas e más práticas no contexto do sexo, configurando-se assim como uma estratégia subjetiva de gestão da intimidade. Contudo, elas constituem também uma forma planejada e viabilizada por agentes e programas de Estado no sentido de controlar determinados afetos, relações e modos de uso do corpo e suas potências.

perceber como feixes conflituosos de relações produzem arranjos, desconforto, linhas de fuga e mesmo alguma sensação de possibilidade e negociação. A maneira que tenho usado para descrever esses momentos é a partir do movimento de fazer aparecer/esconder, um procedimento estético em torno do qual alguma propriedade da relação se torna destacável.

A noção de fazer aparecer é tributária de dois conceitos oriundos da produção antropológica e filosófica feminista. Por um lado, parto do conceito de estética elaborado por Marilyn Strathern (2006; 2014) para descrever os modos de troca em sociedades melanésias; por outro lado, das reflexões no campo da filosofia política de Judith Butler (2015; 2006) sobre o corpo e as potências de vida.

Conforme argumenta Strathern, no contexto das sociedades melanésias há circunstâncias específicas em que coisas e pessoas são intercambiáveis, revelando assim um mundo em que as pessoas não são um corpo delimitado na forma de um indivíduo, mas “um microcosmo de relações sociais” (2006: 267). Ao alternar entre o que é exposto e o que é ocultado, o que está em jogo são as técnicas de reificação.<sup>9</sup> Como argumenta Strathern,

(...) há diferenças significativas ao contrastar um regime de trocas pautada pela dádiva e um pautado pela mercadoria. Contudo, é a própria reificação dessa distinção que tende a omitir também as zonas de convergência entre uma e outra. Em outros termos, ainda que estejam pautadas por modos de troca distintos, há zonas de contato e contaminação que permitiriam, em condições específicas, aproximar práticas de conhecimento ocidentais e melanésias, por exemplo. Uma dessas zonas de convergência, poderíamos dizer, é a necessidade de diferenciar e o modo como a forma de uma relação pode ser restrita ou, como elabora a autora, como “as relações só são reconhecidas quando assumem uma forma específica”. (Ibidem: 273).

Retomando o exemplo de abertura desta seção, é possível sugerir como argumento que as campanhas em torno da prevenção ao HIV constroem uma

---

<sup>9</sup> A reificação é entendida por Strathern como um modo específico de restringir formas, ou seja, de fazer com que elas apareçam de uma forma apropriada. Isso parte de sua especulação de que há dois regimes simbólicos em que as transações podem ocorrer na socialidade melanésia. O primeiro regime é chamado de trocas mediadas, no qual as coisas são conceituadas como parte das pessoas, e um segundo chamado de trocas não-mediadas no qual não há uma separação entre as pessoas e aquilo que circula. Segundo ela, os efeitos de bens circulando em cada um desses regimes é múltiplo, já que em trocas mediadas há a produção de vínculos entre os entes, ao passo que em trocas não mediadas há um processo de afetação entre pessoas. Por fim, Strathern avalia que ambos os modos devem ser pensados como pertencentes a um mesmo sistema conceitual, já que ainda que haja diferenças entre um e outro, essas diferenças são relacionadas entre si.

certa estética em torno das quais não são as pessoas em sua instância individual que importam, mas sim as relações que elas estabelecem quando lidas (ou “vistas”, para usar os termos de Strathern) de um modo particular. Há nesse aspecto um processo de restrição de forma, de enxergar relações que se conformam dentro de uma certa convenção.

Os objetos em circulação em tal campanha (os ‘insumos’ na linguagem do Estado e suas políticas de saúde) circulam através de pessoas que os usarão em outros espaços. Guardadas as devidas proporções, poderíamos dizer que eles são intercambiáveis. Melhor dizendo, informações, preservativo e pessoas conceituadas como ‘população-chave’ fazem parte de um mesmo conjunto instrumental que é gerido pelo ritual de Estado de construir uma sensibilidade pautada pelos símbolos da biopolítica, da saúde sexual, da epidemiologia e da sexualidade. Na condição ritual em que se expressam, esses elementos resguardam também um espaço e temporalidade específica que envolve o público, mas também o privado. Ou seja, acessados na dimensão visível de uma campanha de rua ou de um serviço de saúde, eles terão uma temporalidade de menor intensidade, tênue e por vezes contrárias ao espaço público, mas que será ocultada no domínio paralelo e privado.

Pode-se argumentar que aqui as pessoas são entendidas como indivíduos, e de fato, elas assim o são. Médicos, agentes de saúde, profissionais de acolhida são vistos como sujeitos em uma dimensão individual, mas também são percebidos dentro de um feixe de relações intersubjetivas e institucionais que os inserem em uma posição de index. Ou seja, eles indicam ou sinalizam para algo que também os constitui. Nesse sentido, para garantir sua efetividade é preciso que esse jogo entre pessoas como indivíduos e como microcosmos de relações coexista para que a forma seja preservada e vista em sua eficácia.

Conforme especulado por Strathern, no universo de um pequeno número de formas convencionais em torno das quais as relações poderiam ser reificadas, é preciso que elas manifestem certos atributos. Nesse aspecto é preciso fazer aparecer a forma, ou seja, manusear os recursos disponíveis para que os processos de separação e reificação sejam legíveis dentro das convenções estabelecidas. A medida da eficácia entre as formas prescritas e sua apreciação

em um espaço marcado pela convenção é chamado por Strathern de performance. Contudo, nesse momento, interessa mais o potencial estético de fazer com que a forma de uma relação específica apareça do que sua performance.

Na leitura de Strathern, os processos de reificação na socialidade melanésia são pautadas pelo modo como a convicção partilhada organiza o princípio de inteligibilidade e, portanto, a eficácia das performances. Contudo, no escopo desta proposição, gostaria de sugerir que fazer aparecer uma forma específica (tal como o Estado) é a própria condição em que essa convenção é testada. Em outros termos, no modo como tenho pensado o material etnográfico aqui apresentado, a convenção é o limite do fazer aparecer, é ela própria um elemento das relações que serão provocadas a aparecer. Nesse esquema, o lócus do aparecimento é o espaço público, uma dimensão sobremaneira problemática da socialidade euroamericana. Nesse aspecto, longe de ser apenas um índice de criatividade e de invenção, fazer aparecer é também um momento delicado no qual se expõem vulnerabilidades e fragilidades da própria vida.

A (im)possibilidade de certos sujeitos serem reconhecidos em seu direito a ocupar o espaço público leva Butler (2015) a sugerir a figura do “direito a aparecer”, uma figura da ação política marcada pela demanda ética e corporal de produção de alianças estratégicas em favor de que a vida destes sujeitos (pessoas “despossuídas”, como ela descreve e que podem ter no corpo de pessoas trans, migrantes e refugiados sua expressão mais dramática atualmente) sejam mais vivíveis. Sua proposição parte assim de um interesse de que a ação política esteja mais próxima do combate às formas de exposição sistemática à violência e à morte que as ameaça. Sua noção de direito de aparecer parte assim de uma premissa de reconhecimento da precariedade como uma condição partilhada, já que “por mais difícil que possa vir a ser, viver juntos é um imperativo ético e político” (2015: 27).

O gênero ocupa uma posição de destaque tanto em Butler quanto em Strathern. Para Strathern, ele é um princípio central da organização relações, e sendo assim, poderíamos dizer, também de performances. Já em Butler é a construção performativa que assenta o gênero como representação, sendo assim sempre

uma negociação com o poder, e assim sendo, a (in)conformidade com certa matriz de inteligibilidade levam minorias sexuais e de gênero a condições de precariedade insustentáveis. Isso pode nos levar a um melhor entendimento de como se opera no interior do Estado formas de sujeição que implicam no reconhecimento ou não de certas performances como mais ou menos vulneráveis, ou de forma mais efetiva, no nosso maior ou menor comprometimento em construir alianças. O reconhecimento dessas formas de sujeição vincula-se ainda a um segundo nível de relações e processos de hierarquização, implicada, por exemplo, nas relações e possibilidades de distinção entre gênero e sexualidade, ao menos em termos etnográficos. A partir do material descrito e apresentado ao longo da tese, esse tema é retomado e situado a partir das análises produzidas pelos interlocutores na pesquisa de campo e nas interações posteriores. As formas de fazer aparecer ou esconder vinculam-se também às estratégias estabelecidas para apresentar uma reflexão sobre os usos do corpo e dos afetos e as categorias descritivas empregadas para isso.

No contexto deste trabalho essas questões são analisadas de forma mais detida a partir das experiências e situações observadas no contexto do Alto Solimões de modo a construir uma teoria etnográfica sobre os modos de fazer aparecer (e seu correlato, na forma de esconder) e de como elas negociam com essas instâncias simultâneas de circulação do poder a partir de convenções, avaliação de diferenças e de produção de alianças.

Isso nos leva a um último conjunto de instrumentos que precisam ser descritos. Os processos e fenômenos tratados aqui têm na cidade uma dimensão de análise privilegiada. Assim, trato com narradores privilegiados e posicionados dentro de um sistema amplo e interseccional de opressões com o objetivo de construir procedimentos imaginativos e de análise que permitam entender a transformação social do espaço e da sexualidade em seu percurso histórico.

### **Cidade e escala no contexto amazônico**

As formas e sentidos de espaço que aparecem ao longo da tese são produzidas e interpretadas a partir da leitura conjunta entre seus significados etnográficos

em diálogo com a produção intelectual de geógrafas feministas como Doreen Massey e Linda McDowell (1997). Como lembra Massey (2000), o espaço geográfico é produto do universo de relações políticas, econômicas e sociais que lhe conferem sentido em um determinado contexto. Para a autora, a compreensão do espaço então deve considerar duas camadas indissociáveis: o tempo e o poder. Assim, a compreensão do espaço é marcada por uma relação de compressão com o tempo, semelhante ao que foi apresentado por Anne McClintock (2010) ao sugerir que o deslocamento no espaço é também um deslocamento no tempo. Os sentidos desse deslocamento no tempo-espaço dependem fundamentalmente das relações de poder que informam a organização social. Como efeito, determinadas formas de compressão tempo-espaço podem produzir equívocos quando temos em perspectivas situações de encontro, conflito, a exemplo da própria experiência urbana. Nos termos da autora, “a compressão tempo-espaço de certos grupos pode solapar o poder de outros” (Massey, 2000: 180).

Assim, o espaço é tomado aqui como produto de relações conflituais, desiguais e em fluxo que marcam a produção do poder e seu exercício. Nesses termos, como derivativo, o lugar é o espaço de identificação, a unidade de reconhecimento produzida a partir de relacionalidades que pessoas e coletividades estabelecem com o espaço. Lançando luz sobre as relações entre tempo e lugar, o espaço público pode ser um espaço de equívocos e dissensos na organização da memória social de cada grupo. Símbolo disso é a própria avenida central de Tabatinga. Desde sua abertura e pavimentação, entre as décadas de 1960 e 1980 a avenida foi um importante símbolo de ordem e do poder militar na região. Esse símbolo também constitui parte de uma retórica de governo transfronteiriço assentada na integração dos três países na fronteira. Contudo, no contexto presente, a Avenida da Amizade aparece também como um espaço de disputa e de produção de lugar de maneira distinta, já que em um dos seus pontos centrais é onde acontecem os encontros, socialização, brincadeiras e namoro usada por muitos jovens gays, travestis e outras pessoas LGBTI+. Uma forma de mediar o conflito é o processo de territorialização do espaço ao longo do dia, conformando assim sobre um mesmo espaço diferentes lugares a depender dos sujeitos que fazem uso e do momento do dia.

Essas questões ganham forma em outros momentos também, quando consideradas as relações entre unidades de análises e as formas institucionais de produção e descrição da experiência urbana. Em outros termos, trata-se de pensar não apenas as escalas que estabelecem a “cidade” como um problema de análise e sua localização como pequena, média, grande ou metrópole. Trata-se de pensar as particularidades e distanciamentos entre cidade, urbano e município. Sem qualquer pretensão de resolver essa questão, gostaria de aproveitar as linhas finais para distinguir os modos pelos quais essas categorias aparecem e são usadas ao longo deste trabalho. Tal reflexão e as decisões nela implicadas são beneficiadas, mais uma vez, da produção feminista (Alcoff, 1996; McDowell, 1996) e, mais recentemente, da ênfase e diálogo cada vez mais presente que tem se estabelecido entre estudos de gênero e sexualidade e antropologia urbana, e, também daqueles entre estudos queer e geografia cultural (cf. Johnston; Longhurst, 2010, por exemplo).

De forma simples, entendo cidade como uma determinada configuração de assentamento marcada pela presença de equipamentos públicos e institucionais importantes para o funcionamento da estrutura administrativa. A disposição desses equipamentos produz um modo de vida estratificado, marcado pela relação com pessoas com laços de convivência relativamente frágeis e que, de forma parcial, é interpretado aqui como “urbano”. Em síntese, o que chamo de processo de urbanização diz respeito ao desenvolvimento de uma relação complexa e articulada entre pessoas umas com as outras e entre as pessoas com a infraestrutura da cidade. O município, por fim, é a unidade de organização administrativa sobre a qual tais processos incidem, sendo assim uma unidade de descrição e de intervenção política, e não um objeto de discussão deste trabalho. Essas respostas, contudo, encontra limites quando consideramos o processo de urbanização e a experiência de cidade na Amazônia Legal.<sup>10</sup> Como argumenta Edna Castro (2009):

---

<sup>10</sup> Amazônia Legal é, em si, também um instrumento de governo e de gestão territorial. É uma denominação brasileira para circunscrever os estados e territórios que fazem parte da bacia amazônica, formada pelo Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e por parte do Maranhão. Meu interesse não é descrever essa imensidade territorial de 5.000 km<sup>2</sup>, mas sinalizar aquilo que Bruno Malheiro (2020) descrever como múltiplas Amazônia. No meu caso, me interessa discutir e analisar o Alto Solimões, ainda que, como observaram Castro (2008) e Nogueira (2009) isso signifique considerar o cosmopolitismo, as

Muitos trabalhos sobre o urbano na Amazônia procuram entender o processo de urbanização na Amazônia, mas concentrando as análises na fronteira, considerando dados demográficos, sobretudo os movimentos de migração para áreas rurais e urbanas. As categorias analíticas foram as da teoria clássica da urbanização (tamanho das cidades, hierarquização e rede urbana). Realmente, é compreensível esse fascínio pela fronteira onde as dinâmicas urbanas realmente assumem uma conformação particular. Mas não se pode esquecer que o processo de urbanização recobre toda a Amazônia Legal, coerente à mesma lógica de expansão capitalista a partir dos anos 1970 que incorpora e dinamiza conjuntamente as áreas novas e de antiga ocupação. (Castro, 2009: 32)

O argumento de Castro é que as unidades demográficas são insuficientes para entender a complexidade e o desenvolvimento histórico do processo de urbanização na Amazônia, especialmente quando colocada em evidência as dinâmicas que se desenvolvem em cidades pequenas e médias. Na síntese da autora, o excesso de crença nesse instrumental pode levar à uma leitura evolucionista, pautada pelo crescimento populacional e ignorando os efeitos desse crescimento no cotidiano, nas relações que as pessoas estabelecem a partir do convívio e do compartilhamento de um espaço comum.

Ao longo da pesquisa sempre que esses termos apareciam, eles eram objeto de algum tipo de reflexão, fosse por comparação temporal ou espacial, fosse por considerar os efeitos da cidade<sup>11</sup> sobre o corpo. Dito de outro modo, a cidade era pensada em termos das relações e oportunidades que ela podia oferecer, e esse conjunto de argumentos poderia ser situado tanto em comparação com outras cidades, quanto com outros momentos do passado, ou mesmo em especulações sobre o futuro. Tomado essas situações como medida, ao longo do texto uso a ideia de cidade como um espaço constituído como parte de um

---

relações e articulações entre escalas que as unidades locais estabelecem com o nacional e o global.

<sup>11</sup> Outra dimensão das discussões aqui apresentadas encontra-se na própria noção de “cidade interiorana” que forma o vocabulário político e institucional em discussão. Em alguma medida, essa localização é utilizada também pela literatura (cf. Domingues; Gontijo, 2021; Noletto; Magni; Rieth, 2019). A orientação terminológica e analítica aí apresenta retoma os contrastes entre as capitais e o processo de formação e ocupação de outros assentamentos e núcleos regionais, cabendo assim pensar sua rentabilidade e limites. Cabe também destacar e investir nas possibilidades que tais cenários de pesquisa e produção de conhecimento oferecem para a disciplina, e em especial, para a antropologia urbana tal como a desenvolvida no Brasil. Considerando a agenda de pesquisa construída em torno e a partir da sub representação das experiências urbanas fora de contextos metropolitanos, Gontijo e Erick (2015; 2020), junto a outras pesquisadoras e pesquisadores, têm apontado para uma reflexão que contemple não apenas as cidades interioranas, mas o que descrevem como “contextos rurais e etnicamente diferenciados”, um esforço que contempla também as especificidades da história regional e os contextos amazônicos (cf. Gontijo, 2017).



território administrativo mais amplo (o município) e que tem como característica principal, reunir instituições, serviços e equipamentos públicos que são centrais em práticas de Estado e formas de governo.

Essas práticas de Estado são vividas pela população “no cotidiano da rua”, (*street-level*, conforme a bibliografia anglófona), ou seja, me interessa observar como elas são praticadas e enunciadas a partir de situações cotidianas, como as filas, o registro, o acesso a serviços e a reivindicação de direitos. Assim, se as instituições e equipamentos são um marco importante das práticas de Estado, elas de algum modo também estabelecem e desenvolvem práticas de governo das populações que são atendidas. A população é um mecanismo interpretativo importante tanto para entender as formas de fazer aparecer e esconder que descrevi anteriormente, como também para enunciar formas de investimento que dizem respeito ao registro dos direitos e das responsabilidades, na perspectiva de provimento da cidadania.

Essa confluência entre Estado e Governo em torno da população retoma ainda as aproximações entre formas de ocupação, dinâmica populacional e exploração populacional descritas por Castro (2009) a partir da ideia de “lógica de expansão capitalista”. Segundo a autora, na Amazônia essas relações tiveram dois padrões principais, aqui sintetizados como o barracão e o quartel. No que chamo de barracão, a característica principal está na exploração da borracha, desenvolvida entre o fim do século XIX e começo do século XX, levando à ocupação das margens e vales dos rios como forma de escoar a produção entre o seringal, o barracão e os centros do capitalismo mundial. Já no regime do que chamo de quartel, a autora destaca os projetos de desenvolvimento em torno das frentes de expansão, já com uma explícita associação entre extrativismo e estruturas urbanas planejadas.

Ao modelo apresentado por Castro, Ricardo Nogueira oferece uma outra perspectiva tipológica, centrada não na oposição entre a borracha e o quartel. Para Nogueira (2009), o processo de desenvolvimento urbano na Amazônia registra quatro tipologias de cidade: (a) cidades que dependem de sua configuração como território ribeirinho; (b) cidades que emergiram a partir da construção de rodovias e estradas entre as décadas de 1960 e 1990; (c) cidades

que mesclam sua condição ribeirinha com as transformações sofridas pela construção de rodovias inter-regionais; e, por fim, (d) aquelas resultantes de grandes projetos voltados à geração de energia ou exploração mineral.

Em última instância, ainda que as tipologias apresentadas possam ser entendidas como organizações mais ou menos especializadas dos mesmos processos, o que se vê é que na Amazônia o processo de urbanização ganha contornos particulares quando colocado em contraste a produção bibliográfica mais ampla nas ciências sociais. Nesta, o processo de desenvolvimento urbano usualmente está relacionado à atividade econômica de grande porte, atribuindo uma centralidade à indústria, como é o caso da recente etnografia de Hanan Hammad (2016) sobre o Egito.<sup>12</sup>

O Alto Solimões e suas cidades aparecem assim como unidades de análise interessantes na medida em que seu processo de urbanização tem se dado pela conjugação e confluência de alguns desses fatores articulados. Assim, é notória a relação que cidades como Tabatinga têm com a margem do rio, tendo sido um importante centro comercial ao longo do tempo. Contudo, sua vocação primeira esteve na defesa dos limites nacionais. Assim, sua posição “institucional”, em certa medida, antecede a própria instauração da borracha como uma economia rentável. De igual maneira, a construção de estradas nunca foi um investimento feito pelos governos locais ou pela administração federal. Antes, Tabatinga e o Alto Solimões foram mantidas em uma posição de relativo isolamento, assim como as demais cidades vizinhas nos limites internacionais. Os projetos de desenvolvimento ali desenvolvidos tiveram um outro caráter, voltados à intensificação da presença estatal, sobremaneira instituições voltadas ao controle e à vigilância de coisas e pessoas em circulação.

A questão então é: que tipo de cidade e que processo de urbanização emergem a partir daí? Que efeitos esse processo tem sobre o corpo e a vida de pessoas

---

<sup>12</sup> Ainda que a etnografia de Hammad esteja no escopo disso que a bibliografia tem chamado de “company town”, me parece interessante mencioná-la pelo modo como a autora situa as relações de gênero da classe trabalhadora em uma pequena cidade do Egito durante seu processo de urbanização após a instalação de uma fábrica. Como nota, gênero e sexualidade não são apenas aspectos que organizam a intimidade e a vida privada, são formas de expressão e gestão de conflitos que podem ser intensificadas e complexificadas a partir de movimentos abruptos e transformações significativas do cotidiano.

LGBTI+? Essas são questões que tentei responder, ou ao menos colocar em evidência durante minhas estadas e aqui no texto.

### 3. A CASA

*Eu passei a vida toda andando de canto pra canto, muitas vezes eu chegava num lugar e não tinha nem onde ficar ou morar, foi muita coisa que eu passei. Primeiro me tiraram de casa, depois me trouxeram pra casa, e agora eu tenho minha casinha. Graças a deus sempre aparecia alguém pra me ajudar, sabe? Uma amiga que me levasse pra casa, me desse um prato de comida e um lugar pra viver. Hoje eu já tenho minha casa, um lugar pra morar. Hoje eu tenho paz porque já tenho minha casa e posso viver como quiser.*

*Fernanda, Tabatinga, 2017.*

O trecho de abertura deste capítulo é um registro da minha conversa na casa de Fernanda, no bairro da Comara. Na última seção deste capítulo voltarei à história de Fernanda e a abordarei com mais profundidade e detalhes, mas por hora importa dizer que nossa conversa aconteceu no quintal da sua casa, uma construção em alvenaria localizada em um bairro nos limites do perímetro urbano da cidade. O bairro da Comara<sup>13</sup> é uma região de ocupação popular localizada a cerca de 3 km do núcleo urbano central de Tabatinga, entre a Terra Indígena Umariáçu e a área militar em que se localizam as bases de operação do Exército e também o aeroporto da cidade, além de uma base da Aeronáutica. Desde 2016, quando cheguei à cidade para começar minha pesquisa sobre como pessoas LGBTI+ haviam experimentado o processo de urbanização do Alto Solimões, fiz esse caminho do centro até a Comara inúmeras vezes, fosse para visitar amigos que moravam lá, fosse no caminho até Umariáçu II, onde eu também havia construído relações de amizade e interlocução de pesquisa.

Contudo, meu objetivo neste capítulo não é pensar o bairro da Comara e sua relação com o imaginário mais efetivo da “cidade”, ou seja, dessa porção do território de ocupação mais densa e formada pelo cruzamento entre a avenida da Amizade e a rua Santos Dumont. Ao longo dos três anos em que pude desenvolver idas a campo ao Alto Solimões a casa foi um dos meus principais

---

<sup>13</sup> Comara é a sigla para Comissão Regional de Aeroportos da Região Amazônica, instituição vinculada às Forças Aéreas Brasileiras e que no começo da década de 1990 foi responsável pela pavimentação da avenida central da cidade. A partir do canteiro de obras construído para planejamento logístico da empreitada foi instaurado o bairro de mesmo nome. Para mais ver a tese de Flávio Euzébio (2011: 310-312).

espaços de interlocução e de sedimentação de laços afetivos. Era nas cozinhas das minhas amigas e amigos onde passei horas conversando, compartilhando experiências e impressões, fazendo perguntas e sendo cobrado pelo excesso de perguntas. Muitas vezes me desdobrei dormindo em quartos compartilhados, em colchões no chão da sala e eventualmente em redes sustentada em paredes de madeira que, apesar de parecerem bastante frágeis, me sustentaram ao longo dos dias. Além de um espaço de formação e organização da pesquisa, o espaço da casa e o regime doméstico em torno dele ocupava também uma posição de destaque nas trajetórias de vida das pessoas que acompanhei, como sinaliza a fala de Fernanda.

Como algumas pessoas que conheci ao longo da pesquisa, Fernanda era um homem cisgênero que se apresentava como gay e usava o nome (interpretado como) feminino, uma espécie de herança de um tempo passado em que se apresentava em um gênero diferente daquele no momento em que nos conhecemos. Em razão disso, sua experiência com a família e outras pessoas havia passado por diversas experiências de expulsão de casa, morar junto, brigar e desfazer, sair de casa e voltar para casa. Essa circularidade e elasticidade nas relações eram estabelecidas também em torno da ideia de ter uma casa. A partir de algumas trajetórias, cenas e situações neste capítulo gostaria de explorar alguns sentidos incorporados ou produzidos pela casa nos cruzamentos entre casa - pessoa - cidade no Alto Solimões.

\*\*\*

Em um dos meus últimos dias em Tabatinga, em setembro de 2018, fui convidado por Ana para ajudá-la a escolher os móveis de sua casa. Ao chegar, bati palmas, dei a volta no que era possível ver da casa em que moravam ela e sua família, e me dirigi aos fundos do lote. Ali estava a cozinha da casa, uma pequena extensão projetada desde os demais cômodos. A cozinha e o restante da casa, em certo aspecto, constituíam dois blocos articulados em um mesmo edifício. As diferenças entre os blocos sinalizavam também a própria temporalidade em que a casa estava inscrita, de modo que conforme as relações com a família iam acomodando-se e organizando-se, também se fazia os ajustes necessários para que a casa comportasse as novas demandas do cuidado com

as crianças, a alimentação dos mais velhos, o plantio da mandioca e outras ervas no quintal, um novo quarto para o irmão e sua esposa. Os modos de fazer a casa ajustavam-se aos modos de produzir a própria família.

Dois anos antes, Ana havia negociado a compra do lote em que construiu sua casa. O trabalho como faxineira em uma escola leticiana permitiu que ela fosse juntando o dinheiro que utilizaria tanto para a sua própria manutenção, quanto para a pequena poupança que somou 500 reais brasileiros e era justamente a quantia solicitada para a compra do lote por um senhor que se dizia dono daquela terra. O Xingu que eu havia conhecido como bairro, era uma invasão, diziam alguns amigos; já na perspectiva de Ana e outros tantos que adquiriram seus lotes ali, era uma região nova em vias de se tornar um bairro nas proximidades da linha geodésica, que divide os limites brasileiro e colombiano da fronteira, e como efeito, as cidades de Tabatinga e Letícia. Conforme lhe havia sido explicado, tratava-se de uma espécie de fazenda ou sítio, uma propriedade grande que com o avanço da urbanização, tanto em Letícia quanto em Tabatinga, acabou por perder parte do seu sentido. O plano então passou a ser lotear a área em pequenas unidades e vender o terreno para construção de casas. De fato, ao caminhar pelo lugar, era recorrente ver faixas com anúncios do tipo “venha morar aqui”, “converse com o corretor” ou “realize o sonho da casa própria” colocados nas esquinas ainda fresca daquilo que até pouco tempo era apenas uma área descampada. O solo amarelado, mostrava os esforços dos construtores de manter essas esquinas que para uns delimitavam o começo de uma provável casa em relação ao término de outra. Para Ana e outras tantas pessoas que moravam ali, as esquinas sinalizavam também certo tipo de investimento. Sem muita dificuldade, era possível ver no caminho até sua casa alguns tijolos, telhas e outros materiais comprados quase sempre pouco a pouco e que eram guardados em vistas de algum dia se tornar um muro, parede ou telhado.

Na pequena casa construída no lote pago por ela, mas por todos interpretado e legitimado como uma ocupação ilegal, viviam cerca de oito pessoas. A mãe, o irmão e sua esposa, três sobrinhos pouco crescidos e um bebê recém-nascido. Vez ou outra, ela enfatizava com orgulho e atenção aquela relação com a casa. Apesar da voz tímida, dizia com força e ênfase “mi casa”, sempre que falávamos

sobre o imóvel. Apesar do improvisado que ainda eram as esquinas, a casa de Ana era a penúltima em uma pequena rua. À sua frente se via uma placa de aço de mais ou menos um metro de altura. O material parecia ser o mesmo que revestia uma parte do teto e algumas das paredes laterais. A maior parte da casa, contudo, era suspensa em relação ao chão e construída com tábuas de madeira. Já a cozinha, havia sido anexada à casa e tinha um pequeno batente de degrau semelhante ao que levava do nível da rua à pequena varanda da casa. Não tinha piso, estava assentada na mesma areia da rua e tinha como contorno uma pequena parede de gravetos.

Na cozinha também podia ver o objeto que motivou seu convite para que fossemos juntos ao centro da cidade. Ana e sua mãe levavam ao quintal uma delicada bateria, já datada de muitos anos. Aquele objeto de um tempo já distante e que havia chamado minha atenção era um utensílio de cozinha que permitia guardar de forma suspensa as panelas e outros utensílios. A imagem era familiar por memórias de infância, de modo que fiquei levemente comovido ao olhá-la e lembrar das memórias de minha própria família e da casa com dois quartos que dividíamos eu, meus quatro irmãos e meus pais. Contudo, a imagem das panelas recém lavadas suspensas e com cheiro de detergente de coco era muito diferente do objeto de ferro retorcido e já apagado que Ana tinha colocado em minha frente. A bateria, já comida pelo tempo em certas partes, era opaca. Estava pendurada no limiar entre a saída do pequeno corredor que dava acesso a um dos quartos da casa e o degrau que descendia à área de preparo dos alimentos e onde todas aquelas pessoas eventualmente se reuniam para as refeições. Já não havia mais tantas panelas, de modo que sob a bancada restavam duas ou três panelas com os cabos de plástico já muito gastos pelo contato com o fogo à lenha, além de alguns pratos e vários copos.

Na saída, fomos levando a bateria já aposentada para uma das esquinas. Ao longe víamos alguma fumaça resultado de queimadas pequenas que pareciam sinalizar a confecção ou tentativa de adestrar a terra para criar novos lotes. Assim, depositamos o objeto em uma esquina e seguimos para o centro de Tabatinga. Ana gostaria de comprar um armário de cozinha branco, metálico. O utensílio se somaria em um futuro breve a outros que viriam também com a melhoria da casa. Em breve pretendia comprar um suporte para a televisão, um

rádio melhor para a mãe, e com a ajuda do irmão talvez conseguissem também construir o banheiro dentro da casa.

Ana apresentava-se com seu nome feminino, ainda que no seu dia a dia se vestisse de forma absolutamente comum. Nas poucas vezes que parecia apropriado lhe perguntar, dizia que era “gay”, ou mesmo um “homem homossexual” e que as ocasiões em que saía “de mujer” já eram poucas, restritas aos concursos ou festas em que ia acompanhada de colegas e amigas. Ela havia nascido em Puerto Nariño e a família tinha ascendência indígena Yagua<sup>14</sup>, fato que no curso do tempo fez com que se deslocassem constantemente em busca de melhores condições de vida ou mesmo fugindo de perseguições. Ana, por sua vez, tinha uma relação instável com os demais membros da família. O acúmulo dos vestidos, maquiagens e bijuterias, assim como o crescimento do cabelo criaram constrangimentos familiares que se estenderam desde a adolescência. Por algum tempo, a medida tomada foi a interrupção do convívio familiar, quando então decidiu morar com outras pessoas em Letícia, onde havia conseguido um trabalho eventual ajudando na cozinha de um pequeno bar afastado do centro.

Com a morte do pai e o crescimento da família, os vínculos foram se reorganizando e o contato foi restabelecido. Na sala da casa em que viviam e que em grande medida havia sido financiada com o trabalho de Ana, havia uma moldura sobre o pequeno altar em que estava uma Bíblia. Ali estavam representados o pai já falecido e a mãe com uma idade ainda jovem. Ao lado, um calendário em papel metálico e abaixo um pequeno arranjo com flores de plástico. Enquanto esperávamos a baixa do sol para irmos à cidade, eu brincava com as crianças no quintal e ela descansava sentada na cadeira de plástico ao

---

<sup>14</sup> Os Yagua são um povo formado por cerca de 1.900 indivíduos, segundo o Governo do Peru e que tradicionalmente tem ocupado as margens e vales dos rios Puntamaio, Ampiyacu e Solimões, região que hoje corresponde aos limites nacionais entre Peru e Colômbia. As relações com a sociedade regional foram sempre traumáticas, levando os Yagua a constantes deslocamentos desde o século XVI. No final do século XIX, com o boom da borracha, os Yagua foram submetidos a trabalho forçado e tentaram resistir ao sistema do barracão e outros dispositivos de submissão à economia caucheira, criando rotas de fuga e novos assentamentos em territórios mais afastados. Provavelmente foi a partir desse tipo de estratégia que a família de Ana chegou à Letícia. Um contexto mais amplo e aprofundado desse histórico pode ser encontrado em Chaumeil (1994).



lado do altarzinho, olhando para a mãe que balançava na rede que atravessava a sala.

Até onde me constava, esse parecia ser um dia como outro qualquer na vida de Ana. Nas ocasiões em que fui convidado a ir à sua casa, essa cena repetiu-se com alguma frequência, ganhando um lugar no tempo cotidiano. As galinhas criadas no terreiro da casa competiam com pequenos gritos bem agudos das crianças correndo pelo quintal. Ana descansava da longa jornada de trabalho iniciada ainda no escuro da manhã, enquanto a mãe, já no cair da idade, observava a família formada e agora estabelecida. Contraposto a outras histórias de família que eu havia acompanhado durante a pesquisa de campo no Alto Solimões, essa cena tinha um misto de ordinário e de extraordinário. Era muito evidente pra mim que aquelas cenas representavam nada mais do que o cotidiano de uma família vivendo seus dias, por outro lado, havia um toque de excepcional. Essa excepcionalidade (em si mesma também ordinária, como pude apreender ao longo das minhas idas e vindas ao Alto Solimões) tinha lugar nos conflitos entre família e cotidiano doméstico levados à cabo pelo árduo acolhimento no espaço doméstico de pessoas que experimentavam outras formas de reconhecimento em termos de gênero e sexualidade.

Em contraste com o estatuto e imaginário social que organiza as histórias sobre pessoas trans, travestis, lésbicas e gays no Brasil, a cena traduzia um espaço de possibilidade pouco comum. Se por um lado a relação entre sexualidade e família traduzida na experiência de autorreconhecimento (do próprio gênero ou orientação sexual) estão inscritos dentro de uma lógica de ruptura dos laços familiares, ou mesmo do conflito tênue e de longa duração, o estoque de narrativas observado apontava também um outro conjunto de imagens. É importante marcar a dimensão doméstica dessas relações, tendo em vista que a casa é simultaneamente o mais imediato e concreto princípio de dignidade, e também aquele que mais efetivamente expõe a fragilidade das relações orientadas pela normatividade social, como ilustrado pelas recorrentes situações de expulsão de casa.

Semelhante à produção antropológica mais recente, a relação entre gênero, sexualidade, família e o espaço doméstico/da casa é elástico<sup>15</sup>, e como ilustra a trajetória de Ana, também marcado por movimentos de idas e vindas, traduzindo situações de conflito, rompimento e reconciliação. Nesses movimentos participam diferentes elementos organizadores da experiência social, desde as necessidades mais imediatas de comida e abrigo, até laços afetivos, o reconhecimento do sangue como princípio de organização dos grupos de parentela e sua atualização a partir de outros espaços de sociabilidade e dinâmicas de coexistência. Contudo, na observação dessas composições relacionais, tem se dado mais atenção à dimensão dos vínculos familiares do que propriamente à da casa como espacialidade específica. Como pretendo argumentar neste capítulo, há uma articulação que organiza e distribui o universo de atitudes, termos e responsabilidades na composição de uma casa e que reverberam na produção do cotidiano doméstico e que está vinculado às experiências e noções de gênero e sexualidade produzidas por pessoas LGBTI+.

Em minha estada em Tabatinga e durante os momentos de conversa e de sociabilidade, as histórias que ouvia com relativa frequência por parte dos interlocutores tratavam de relações conflituosas e persistentes com o lugar, com os afetos e com as possibilidades de, existencialmente, construir ali um abrigo para si mesmo. De forma mais concreta, isso se via em histórias com a de Bebe, nome que Belisário havia assumido antes de sua transição de gênero e que ainda mantinha, apesar de, segundo ele, ter se tornado “homem de novo, só que gay”. Bebe havia saído de Tabatinga e migrado para Manaus em 2002 por

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, a discussão construída por Yara Alves (2015; 2018) sobre os moradores do Pinheiro, uma comunidade quilombola no Vale do Jequitinhonha e as relações entre casa, corpo e deslocamento a partir dos movimentos de saídas e retornos de seus moradores. Uma discussão semelhante é apresentada por Jesser Ramos (2021) ao analisar as políticas de acolhimento da Casa 1, um projeto de acolhimento para jovens LGBTQIA+ criado e gerido por ativistas do movimento social em São Paulo. Essas reflexões permitem considerar a casa a partir do movimento dos corpos e da produção tanto do espaço da espera e do cuidado, mas também a partir de lógicas de espaço seguro. A isso também se acrescenta a discussão já consolidada sobre as relações generificadas que traduzem políticas sociais e estratégias de administração de conflitos em modos de fazer casa, como apresentado por Antonadia Borges (2013) e Paula Lacerda (2021). Outra reflexão interessante nesse sentido é a moralização do espaço doméstico apresentado por Eugenia Motta (2020) a partir de sua etnografia sobre as casas nas favelas do Rio de Janeiro. Penso que há uma crescente inclinação em termos de pensar a casa tanto em termos de sua relacionalidade como também de sua consubstancialidade tendo em vista que as sobreposições e cruzamentos entre corpo e espaço são um marco dessa produção recente, inclusive em sua recusa a um isomorfismo em torno da casa como um limite fixo e estabelecido.

dificuldades de aceitação no seu núcleo familiar. A casa era um espaço de constrangimento, dizia, ao descrever os cartazes e posters religiosos e a frequência com que reuniões do grupo da igreja acabam por continuar em sua própria causa, eventualmente culminando em redes de oração para que ela fosse “liberta”. Bebe libertou-se, foi para Manaus e com a ajuda de amigas conseguiu um emprego e aprendeu o ofício de cabeleireira.

Após quase 10 anos sem falar com a família, resolveu restabelecer o contato por mensagens, fazia ligações, interagia por meio de redes sociais e enviava presentes aos cuidados de amigas que viajavam à Tabatinga com maior frequência. Em 2016, na época com pouco mais de 30 anos, Bebe resolveu voltar à cidade para cuidar dos pais já bastante idosos. O espaço da casa havia se reorganizado não apenas pela geração de sobrinhos que Bebe não havia conhecido e que naquela situação passavam a fazer parte do seu cotidiano, mas também pela ampliação do espaço da cidade e do próprio universo doméstico. Conforme dizia em nossa conversa, quando voltou a casa estava “mais moderna”. Os cartazes de santos e anúncios de festas e novenas haviam sido trocados por uma pintura branca mais austera, os móveis também se transformavam com a aposentadoria dos pais e a cozinha era completa de eletrodomésticos. Apesar desse movimento de transformação nas condições de vida, o momento foi de reorganização da experiência e das formas pelas quais Bebe reconhecia e identificava a si mesma. As roupas femininas eram gradualmente doadas enquanto ela adquiria outros itens mais genéricos, como camisetas, bermudas e calças jeans. A maquiagem foi desfazendo-se e não renovada, o cabelo cortado.

No caso de Ana, trazer os parentes para a casa adquirida por ela com o resultado do seu investimento no próprio futuro foi acompanhado por um relativo processo de pacificação e acomodação de seu gênero e sexualidade. Havia ainda algum trânsito entre masculinidades e feminilidades que se repetiam em situações eventuais, como os concursos. Mas, na maior parte das vezes, Ana era “gay”, e não uma “chica”. Já no caso de Bebe, o retorno à casa dos pais foi acompanhado de uma reorganização das práticas corporais e de identificação, assim como seu envolvimento nas atividades de cuidado para com os pais, já mais velhos e com algumas doenças. Os conflitos do passado não haviam sido resolvidos ou

pacificados, mas permaneciam ali como um grande silêncio sempre retardado por outras demandas do cotidiano que eram entendidas como mais urgentes.

No nosso caminho até a cidade, Ana comentava sobre os lotes que a cada dia iam sendo ocupados com enxadas, madeiras, tijolos que iam subindo casas e transformando-se em lugares em que viviam pessoas, famílias, crianças. Diferente daquele momento em que haviam chegado ao bairro, as ruas iam ficando barulhentas em certas horas do dia, ocupadas que estavam sendo pelas crianças que iam formando grupos de amigos. Ali naquela esquina havia aberto uma padaria, na outra se especulava sobre um pequeno mercado já que estavam em obras, e na entrada do próprio bairro havia também uma imponente casa de ferragens construída em alvenaria e com dois andares.

As cenas descritas por Ana iam de encontro aquilo que mais me interessava estando ali em Tabatinga: os processos de transformação de uma cidade em franco processo de crescimento. Era esse meu principal objeto de descrição quando comecei a escrever esta tese, mas sobremaneira era também uma questão recorrente e presente nas minhas conversas. O que estava acontecendo no Xingu não era atípico. Antes, era a parte mais recente, e certamente também como aspectos particulares, de um processo histórico iniciado décadas atrás e que eu estava percorrendo. Contudo, quando lhe perguntava o que havia mudado desde sua chegada à cidade, as respostas sempre remetiam às casas. Essa resposta aparecia também na boca de outras pessoas, como Camila, Roberto, Fernanda, Rubia e outros. Havia uma expressiva ocupação do espaço da cidade com casas, e a conversão de lotes de terra antes ocupados por floresta, ou mesmo de sítios em conjuntos habitacionais e bairros não era aleatório. Esse processo coexistiu com outro paralelo, de melhoria ou de qualificação da infraestrutura de outros espaços já existentes e de ocupação mais antiga, a exemplo daqueles localizados nas proximidades do Rio Solimões.

Um dos aspectos que me chama atenção na história de Ana é que a partir dela se ilustram dois aspectos centrais que gostaria de discutir aqui. O primeiro delas é que na perspectiva dos interlocutores, o processo de urbanização é sentido e elaborado a partir de uma dimensão micro, que muitas vezes tem se traduzido

pelas mudanças na própria materialidade dos seus espaços de habitação, ou seja, em suas casas. Em outros termos, acredito que o processo de urbanização seja sentido e percebido a partir das transformações na paisagem da cidade, o que implica o desenvolvimento de formas específicas de fazer o lugar e conviver com os sujeitos que fazem parte dele e que coletivamente constituem uma socialidade urbana e amazônica. O segundo é que a casa, como um espaço de sociabilidade e organizador de certos regimes de interação social, é não apenas um bloco sediado no espaço (*house*, se quisermos operar uma distinção comum à língua inglesa), mas também um eixo que estrutura e configura relações (*home*) afetivas, de consanguinidade, de divisão do trabalho e de cuidado. Antes de serem possibilidades interpretativas distintas, meu argumento é que na experiência de pessoas LGBTI+ esses dois sentidos coexistem, ainda que o universo das relações não teatralize um modelo caricatural ou romântico de família, pautado exclusivamente pela consanguinidade e aliança.

Quando Ana e outras pessoas me falavam sobre as casas, elas se referiam não apenas ao aumento das casas e à formação de bairros, mas também à própria dinâmica interna às quatro paredes de uma residência. Eram relações de coresidência, amizade, convívio, vicinalidade, relações que se constituíam a partir de afetos e de tensões organizadoras do cotidiano e que, nestes termos, eram importantes para descrever as possibilidades de transformação na experiência do lugar. Elas se referiam ao que há de conjunto e coextensivo entre uma casa como uma materialidade necessária à existência nos modos de vida urbano, mas também uma unidade relacional em torno da qual se construíam, organizavam e nutriam relações.

Ao final daquela tarde, após caminhar por alguns quilômetros e conhecer vielas e ruas que se desenhavam ainda na forma de esboço, não conseguimos comprar o armário novo. Caminhávamos já bastante desgastados do sol e dos preços dos móveis quando decidimos voltar. Ela para sua casa e sua família, eu para o quarto alugado que havia transformado em casa pelas semanas de estada em Tabatinga.

Nas seções a seguir busco descrever algumas dessas relações que fazem casas e pessoas como parte de um processo mais amplo, implicado nos modos de

fazer cidade. Extrapolando a escala da proposta feita por autores como DaMatta (1985), meu argumento é contrário a uma oposição radical entre a casa e a rua, ou no contexto do fenômeno aqui descrito, entre os domínios doméstico e público, traduzido aqui no dístico casa-cidade. Antes disso, me interessa refletir etnograficamente sobre aquilo que Louis Marcelin (1997) chamava de “configuração de casa”. A partir de seu exemplo, com esse conceito Marcelin buscou descrever e analisar conceitualmente os atravessamentos e laços que se estabeleciam entre residências, pessoas e suas redes de parentesco. Indo de encontro a sua perspectiva, adoto aqui o termo de modo a entender a organização da experiência entre pessoa, família e o espaço (nem sempre tão) doméstico que é conformado pelos modos e espaços de morar que são indispensáveis para a compreensão do processo de urbanização, especialmente em uma região como o Alto Solimões.

É a partir da noção de configuração de casa também que acredito ser pouco produtiva uma separação radical entre casa e rua, como mencionei há pouco. Os modos de viver e compartilhar o espaço que descrevo neste capítulo partem de diferentes formas de se servir e de produzir um corpo, mas que estão articuladas dentro de certa gramática constituída por afetos, expectativas, dependências e outros elementos do social. Como se verá ao longo do texto, no plano empírico, a expansão no volume, na forma e na experiência da casa não parece compor um dos marcos centrais no processo de urbanização do Alto Solimões. Essa posição, recorrentemente, é relegada a projetos de asfaltamento e a constituição de serviços públicos. Contudo, no cotidiano sensível, a forma da casa é o elemento que organiza muitas das histórias familiares que acompanhei.

A partir da exploração de algumas situações e experiências etnográficas nas cidades de Tabatinga, Cabalococha e Santa Rosa, como exposto há pouco, minha aposta é que as casas formam um núcleo central para a compreensão das transformações da paisagem urbana vividas por pessoas LGBTI+ no Alto Solimões, sendo assim um lócus para compreender os efeitos de processos de Estado e lógicas de governo desde as dinâmicas cotidianas.

## Casa e Família

Ainda que a constituição de um campo de estudos sobre a casa na Antropologia seja relativamente recente, datando de início da década de 1990, é inquestionável a extensa produção no interior da disciplina sobre dois elementos que lhe são indissociáveis.<sup>16</sup> O primeiro deles é os sentidos e modos de produzir família e parentesco que tem sido um dos objetos centrais de debate e análise desde o século XIX; por outro lado, há também uma extensa literatura que diz respeito ao universo do doméstico, e mais precisamente aos efeitos da domesticidade na produção de corpos generificados. Se no contexto do parentesco a casa foi interpretada como o lócus concreto de produção de socialidade por meio das regras que estabelecem relações de troca, aliança e disputa, no que tange à domesticidade a casa foi uma ilustração simbólica e material da interdição da mulher ao espaço público. Longe de uma perspectiva unívoca, há nessa segunda perspectiva abordagens que priorizam os trânsitos e domínios de influência que se pode estabelecer no público a partir do doméstico/privado, estabelecendo assim um melhor entendimento das posições e constrangimentos vividos por corpos marcados por gêneros diferentes. Tendo em vista esses debates, nesta seção ensaio um breve exercício que tem como objetivo construir um lugar para o debate sobre casa a partir desse cruzamento teórico e metodológico desenvolvido pela teoria (antropológica) feminista e pelos estudos sobre a casa na tradição antropológica (ou socioantropológica). A partir dele creio que se possa estabelecer alguns aspectos teóricos importantes para

---

<sup>16</sup> A casa e o espaço doméstico têm sido um importante elemento de análise sobre a formação da sociedade brasileira. Não à toa, em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre (2003 [1933]) faz uso de duas metáforas espaciais e de organização das relações afetivas e produtivas para explicar a constituição daquilo que entendia como sociedade patriarcal no Brasil. Menos ambicioso, mas não menos popular, em *A Casa e a Rua*, Roberto DaMatta (1985) também se apropria do recurso contrastivo e das formas de organização espacial do cotidiano urbano para apresentar uma proposta de interpretação de um sistema diferenciado a partir do qual a sociabilidade e a diferença são justapostos e confrontados. Lidos hoje, com a vantagem do distanciamento histórico e do acumulado dos anos, é possível identificar lacunas e tensões na forma como essas teorias foram se popularizando e constituíram uma espécie de senso comum sobre o universo doméstico e as cenas que ele inaugurou. No caso da análise freyreana é possível perceber como essas metáforas espaciais pacificavam a atmosfera conflagrada em torno do qual gênero e raça se articulam na produção da desigualdade e da opressão em uma perspectiva de longuíssima duração, persistente até hoje. Já no caso de DaMatta (1985) cabe lembrar o jogo de contrastes entre uma vida pública e uma vida privada apresentado pela casa e pela rua ignorando o terceiro elemento apresentado pelo autor – o Outro Mundo – em favor do jogo de contrastes.

entender as extensões e aproximações entre casa, cidade, pessoas e afetos que pude acompanhar durante a pesquisa no/sobre o Alto Solimões.

Não é meu propósito aqui uma leitura de tipo estado da arte, mas antes sinalizar para tópicos e movimentos que permitam delinear de forma mais sistemática os encontros e desencontros na conjunção entre pessoa, casa, cidade e afeto.<sup>17</sup> Uma assunção fundamental neste escopo é a consideração da família não apenas como uma unidade social estabelecida pelo ordenamento biológico ou jurídico, mas um processo eminentemente marcado por regimes de significação culturalmente definidos. Assim, se como argumentou Lévi-Strauss (1980 [1956]), o que chamamos de “família” parece atuar em muitas sociedades como um princípio universal na organização dos grupos humanos, as conceituações em torno dela são variadas, de modo que cabe mais investir nesse segundo aspecto do que no primeiro.

---

<sup>17</sup> Revisões sistemáticas nesse sentido se acumulam, tanto como esforço crítico de pensar a constituição do subcampo de estudos sobre família, como também de identificar tendências e problemas. Contudo, há um deslizamento e impasse na produção dessa reflexão dentro da tradição antropológica. Como argumentou Oscar Lewis (1950), no contexto das ciências sociais euroamericanas, a família permaneceu por bastante tempo como um objeto de estudo sociológico, enquanto a antropologia lidava com outros temas, muitos deles centrados no parentesco como sistema de regras, taxonomias e atitudes. Esse conflito pode ser visualizado especialmente no embate entre a antropologia britânica e o estruturalismo francês em torno das teorias de filiação e aliança, por exemplo. Para uma leitura mais sistemática do debate entre família e parentesco, ver, por exemplo, Sarti (1992). Com algum efeito, poderíamos argumentar que a incorporação da família como unidade de análise é reflexo das aproximações entre antropologia e teoria feminista. Nesse sentido, cabe destacar as análises de Sylvia Yanagisako (1979) que a partir da noção de grupo doméstico reflete sobre os efeitos da exportação do conceito de família para outros cenários etnográficos. Uma reflexão nesse sentido foi ampliada posteriormente junto com Michelle Rosaldo e Jane Collier (Collier, Rosaldo e Yanagisako, 1982) no qual as autoras revisitam a perspectiva malinowskiana sobre família e sua sustentação baseada no cuidado das crianças. É importante notar ainda o peso atribuído pelas autoras ao modo como os sentidos de família têm se estabelecido a partir de construções ideológicas e ações estatais que são centrais para as formas de governo. Essa conjunção entre antropologia e feminismo tem relevo no Brasil desde sua fundação, como se observa, por exemplo, na coletânea e coleção *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (cf. Durham 1983, no terceiro volume da coleção) e no trabalho de Mariza Corrêa (1983) sobre as dinâmicas de violência e afeto que constituem os crimes passionais e a prerrogativa da “legítima defesa da honra”. Para um mapeamento do campo de estudos sobre família e sua apresentação desde variados cenários etnográficos ver Almeida (1986) sobre a família rural e os estudos sobre campesinato no Brasil, a coletânea editada sobre Antonio Augusto Arantes (1982) sobre famílias populares e dinâmicas de diferenciação. É indiscutível também os novos sentidos que o debate vem ganhando a partir da investigação de outros modos de pensar e construir o parentesco que, por sua vez, implicam também outras formas de fazer família, como é o caso das tecnologias reprodutivas (Strathern 1992; Nascimento 2009; Fonseca 2014), e outras práticas legais e regimes jurídicos, como é o caso da adoção (cf. Fonseca 2002).



A definição de uma unidade afetiva e relacional pautada tanto pela afinidade e consanguinidade é central para entendimento do que sejam as famílias. Todavia, de início essa definição tende a apagar dois aspectos centrais: (i) a produção de famílias em eixos que não dizem respeito necessariamente nem à consanguinidade nem à afinidade tais como entendidas na teoria sobre parentesco produzida pela disciplina; e de modo mais efetivo, (ii) a necessidade de situar o sistema de atitudes e expectativas que a vida em família implica de modo menos prescritivo. Assim, trabalhos etnográficos mais sistemáticos e partindo de experiências muito diversas têm indicado as coafinidades entre casa e família e parentesco, atualizando questões clássicas do debate feminista e também alimentando a teoria a partir de material empírico.

A produção do cotidiano e da convivência parte de elementos centrais da organização do trabalho produtivo e reprodutivo centrais para a compreensão da casa e da família como *loci* de análise. No escopo da teoria feminista e da teoria antropológica esse aspecto tem sido interpretado de muitos modos, e eventualmente produzido modelos explicativos nem sempre conciliáveis. Assim, se autores como Sahlins (1976) colaboraram para entender como o capitalismo se beneficia e consolida-se a partir de um modo de produção doméstico assentado em uma família nuclear, os avanços foram tímidos no sentido de pensar o afluxo entre doméstico e privado. Essa timidez se expressou, principalmente, na compreensão de como os papéis são distribuídos e mesmo na reflexão sobre as “famílias indesejadas”, ou seja, aquelas em que a distribuição das funções na rede de parentela era estabelecida ignorando os princípios da convenção social (especialmente no que tange à gênero e trabalho). Durante a pesquisa de campo em Tabatinga, elaborações desse tipo me eram colocadas e concorriam com outras do tipo “desajustada” ou “sem prumo”, referindo-se a outros modelos relacionais e de organização do trabalho doméstico.

A noção de família nuclear, inaugurada pela antropologia britânica e retomada constantemente pela tradição antropológica é forjada em um silenciamento tácito de sua constituição heterossexual. Assim, ainda que o biológico não seja elemento central para compreensão do que seja a família, ele é estabelecido como um dado na identificação de um tipo ideal, formado por relações de

afinidade/aliança e consanguinidade/filiação. As funções-papéis que integram essa unidade básica são estabelecidas por pai, mãe e filhas e filhos. Herdeiro de autores como Chayanov, a noção de modo doméstico de produção ignora dois aspectos prementes. O primeiro é a suposição da heterossexualidade que lhe é implícita, acompanhada também da invisibilização do trabalho desempenhado pelas mulheres, tanto no que se refere aos cuidados domésticos quanto ao trabalho reprodutivo.

Assim, para Sahlins o parentesco assume um status de economia política que permite a ampliação da reprodução por meio do controle sobre a reprodução. Em síntese: quanto mais filhos, mais mão de obra é possível incorporar ao cuidado da terra e na ampliação dos benefícios que dela podem ser extraídos. Ainda que a posição de Sahlins seja aparentemente contrária a esse modo de produção, ela permite apreender algumas recorrências presentes na teoria antropológica no modo como os sentidos de casa, família e domesticidade se organizam. No cenário estadunidense, autoras como Rayna Rapp (1977) e Michelle Rosaldo (1984), por exemplo, argumentaram que as fragilidades nesta análise advêm do apagamento do modo como o gênero participa dessa configuração, tendo em vista a dimensão naturalizada com que ele é interpretado.

A invisibilização do trabalho das mulheres assim como o pouco apelo que o espaço doméstico tinha em detrimento do espaço público foram um dos principais elementos de discussão presentes na teoria feminista, especialmente os debates mobilizados por filósofas e politicólogas com Carole Pateman e Susan Okin. Nesse aspecto, para Pateman (1988), o contrato social que implicava a exploração naturalizada do trabalho das mulheres era uma atualização da ideologia do patriarcado adaptada às configurações do poder no momento histórico. Em síntese, a autora sustenta que o contrato social que organiza o sistema de atribuições de uma dada sociedade coexiste com um outro, tácito e não verbalizado, o contrato sexual que sujeita as mulheres à dominação masculina. Público e privado são assim não apenas princípios sociais de organização espacial, mas antes uma dimensão simbólica e tautológica marcada por assimetrias e diferenciações em um esquema de tipo binário:

(público, racional, impessoal, masculino *versus* privado, emocional, pessoal, feminino).

Contudo, a ideia de separação radical entre público e privado é em si mesma apontada como artificial dentro da teoria feminista. Assim, Okin (1991) sugeria que uma continuidade entre homens e mulheres em ambas as esferas de modo que o problema estaria menos no seu manejo e mais nos efeitos que ela produziria, especialmente na conversão de diferenças em desigualdades que impedem o desenvolvimento pleno das mulheres em oposição aos homens. O cuidado aparece aí como um tema central, tendo em vista que no horizonte normativo são aquelas que têm de abdicar mais para o cuidado dos filhos e dos idosos, sem que haja uma compensação, reconhecimento ou obviação do trabalho exercido.

Sem recusar o argumento patriarcal, ainda nas décadas de 1970 e 1980, a principal contribuição da antropologia feminista tenha sido a de mostrar a arbitrariedade e artificialidade dos modos ocidentais de subordinação das mulheres, desde então a compreensão das zonas de aproximação e influência mútua entre privado/feminino e público/masculino. É nesse aspecto que Michelle Rosaldo (1974) e Sherry Ortner sustentaram uma descrição da desigualdade baseada não no regime biológico da mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo e como efeito, enclausurada no espaço doméstico. A descrição das autoras partia da possibilidade de pensar as opressões e desigualdades de modo situado, considerando as dimensões sociais e culturais de como ela era vivida em cada contexto, abrindo assim a possibilidade de pensar nas possibilidades de mudança.

Como tem se destacado ao longo das últimas décadas, esse entrecruzamento entre antropologias e feminismos marcadamente brancos, apresentam limites interpretativos e políticos mesmo tendo em vista o argumento da variabilidade da opressão. Ao oferecer um conjunto sólido e amplo de situações ambivalentes, a casa parece ser um cenário de análise propício. Em outros termos, há que se ter em conta o modo como a raça atualiza certas dimensões dessa economia doméstica, e como a transformação nas dinâmicas de opressão e invisibilidade do trabalho doméstico é usualmente transferido entre mulheres brancas e

negras, permitindo assim a continuidade das formas a despeito do rearranjo de alguns de seus elementos internos, como havia argumentado autoras como Lélia Gonzalez (1984).<sup>18</sup> Tendo em vista o modo como o racismo generificado estrutura o cotidiano das relações sociais no Brasil, em outro texto Gonzalez (2019 [1982]) sustenta que a casa e o espaço doméstico permanecem como um registro da continuidade das relações de longa duração.

Se a recusa da domesticidade foi um aspecto importante da luta política feminista, particularmente na segunda onda, no contexto de grupos racializados, em especial as mulheres negras, o enfrentamento estava vinculado à atualização de regimes de trabalho baseados na servitude, ou na qualificação dos espaços habitacionais em territórios precarizados. Passadas quase duas quatro décadas da análise de Gonzalez, estas relações persistem e se atualizam, fazendo da casa um espaço privilegiado para interpretação de assimetrias, como se vê ao pensar etnograficamente fenômenos como o trabalho doméstico, o morar junto, além das associações entre sexualidade, moralidade e família implicadas na experiência de ser expulso de casa vividas por mulheres e pessoas LGBTI+.

Trabalhos como o de Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones (1995) têm ocupado uma posição de destaque ao colocar a centralidade da casa para entendimento de algumas formas de organização social. Assim, a aposta recai em pensar quais relações podem ser apreendidas quando atentamos para a partilha do espaço de moradia, tensionando também os limites entre o espaço vivido e o próprio corpo. Em última instância, fundamentado nos autores é possível sustentar que uma análise partindo da casa têm como vantagem central a possibilidade de

---

<sup>18</sup> Na bibliografia estadunidense, autoras como Patrícia Hill Collins têm sustentado que a liberação das mulheres produzida pelo feminismo branco foi possibilitada pela assunção das posições precarizadas por mulheres negras. No Brasil, ainda que o princípio da raça organize essas relações de modo ainda mais sistemático e duradouro em razão de sua permanência e porosidade, esse processo também pode ser identificado. Assim, de forma ampliada, é possível vislumbrar como no campo do trabalho há uma recorrente associação entre pessoas negras e as carreiras subvalorizadas no circuito do cuidado. Às mulheres negras têm sido relegadas funções como babás, cozinheiras e cuidadoras, enquanto aos homens negros cargos de segurança, vigilância patrimonial e manejo de resíduos. Em ambos os casos, permanece um registro ambíguo sobre como essas posições dialogam ou se instauram nos limites entre público e doméstico.

depreender socialidades e relacionadas construídas em relações conflituais, cotidianas e eventualmente pueris.

Na tentativa de compreender os processos de transformação que envolvem a observação do social desde a casa, Louis HERNES MARCELIN (1997) propôs a ideia de configurações de casa. A partir de sua etnografia entre famílias negras no Recôncavo da Bahia o autor na medida em que a casa é um eixo de movimento e transformação ela só pode ser pensada como prática e desde uma dimensão relacional. Ou seja, ainda que as dimensões materiais importem para a configuração de determinados significados, é a partir da forma como o espaço compartilhado é exercido entre as pessoas que nele vivem e o território que dividem com outros grupos que devem ser atingidos. Sendo assim, a casa se conecta a uma outra dimensão de análise, nomeada por ele a partir do conceito de configuração de casas, “conjunto de casas vinculadas por uma ideologia da família e do parentesco” (Marcelin, 1997: 33). O propósito aqui é expandir algumas das aplicações sugeridas pelo autor para compreender o universo mais amplo de configurações a partir do cruzamento com outras dimensões que constituem o território da casa tais como praticada no Alto Solimões.

A questão central aqui parece ser: em que medida a reflexão acumulada e construída sobre domesticidade e exploração pautada em diferenças de gênero pode ser útil para compreensão dos sentidos e experiências de fazer casa e fazer família entre pessoas LGBTI+ em um contexto como o Alto Solimões. Essa pergunta pode ser respondida a partir da consideração de três aspectos que são tanto etnográficos, quanto teóricos. O primeiro deles, de orientação provavelmente mais etnográfica, é que entre as pessoas com as quais construí minha relação de convívio e pesquisa, a família e a casa constituem parte dos projetos afetivos e sonhos de cada uma dessas pessoas. A segunda é que em última instância, fazer casa é também um modo de fazer família, ou pelo menos depreender os significados que conferem a algumas pessoas tal estatuto relacional e quais não. Por fim, as dinâmicas de convívio e o sistema de atitudes que conferem sentido às casas se estabelecem a partir de certas formas de organização do trabalho, seja ele como forma de provimento de recursos, seja afetivo. Sendo assim, relações de sofrimento, constrangimento e rancor bastante

recorrentes são trazidas à tona de múltiplos modos e podem reorganizar o sistema de atribuição de responsabilidades convencional, ou mesmo reificá-lo.

Concorrendo em uma via semelhante às produções feministas, o debate em torno das expressões de gênero e sexualidade entre grupos politicamente minoritários também tem se apropriado dos debates em torno da casa. Em grande medida, essas reflexões têm se caracterizado como um esforço de compreender as diversas configurações de relacionalidade produzidas no encontro entre eixos de diferenciação em contato ou interseção. Esse parece ser, por exemplo, o caso do estudo de Kath Weston (1991) sobre a produção do parentesco entre pessoas LGBT a partir da ideia de “famílias que escolhemos”. Conforme a autora, essas configurações de família se organizam a partir de redes que simultaneamente irradiam e atravessam o doméstico a partir da aglutinação com símbolos afetivos como o amor, ou a partilha de outros ideais históricos, assistência material e emocional, entre outros aspectos. É nesse sentido que os significados atribuídos à casa e à família desde suas conceituações mais convencionais são desdobrados.

As questões que emergem a partir daí podem ser sintetizadas de modo simples da seguinte maneira: se a família nuclear definida pela teoria clássica é pautada pelo regime generificado de controle da produção e da reprodução, que posição simbólica cabe às pessoas com gênero e sexualidade diferentes do estabelecido pelas convenções compartilhadas em determinado grupo? Apesar de remeter à noção de família, essa questão tem na casa sua expressão mais efetiva e radical, o que se nota na escalada de relações de hostilidade e conflito que culminam com a expulsão do espaço doméstico. Não à toa, a casa tem sido elaborada no cenário teórico contemporâneo a partir de outras chaves, a exemplo da própria noção de manufatura e utopia, como expressa o trabalho de Olivier Vallerand (2013).

De modo um tanto generalista pode-se dizer então que a casa tem sido pensada na história oficial das subjetividades LGBTI+ desde narrativas ambivalentes. Se, por um lado, é um espaço conflagrado e marcado por tensões com o grupo de parentesco, por outro lado, ela é também um esforço coletivo de acolhida e de cuidado a partir de certo repertório de símbolos que aludem à igualdade. Nessa

instância, a casa pode ser além de um lócus privilegiado para interpretação do social, um ambiente político configurado de múltiplas maneiras a partir do reconhecimento de uma precariedade compartilhada em diferentes níveis em torno das conformações de gênero e sexualidade. Esse é o caso de importantes projetos de casas de acolhida como a Casa de Brenda Lee (Rio de Janeiro), a Casa Nem (Rio de Janeiro), a Casa 1 (São Paulo) e a Casa Miga (Manaus).<sup>19</sup> No contexto das casas aqui descritas, as configurações estabelecidas têm desdobramentos de menor proporção, implicando na manutenção de redes de cuidado entre grupos de pessoas que estabelecem uma dinâmica doméstica cotidiana, e também onde é possível a produção de si mesmas como pessoas.

### **Luiza e Vicky**

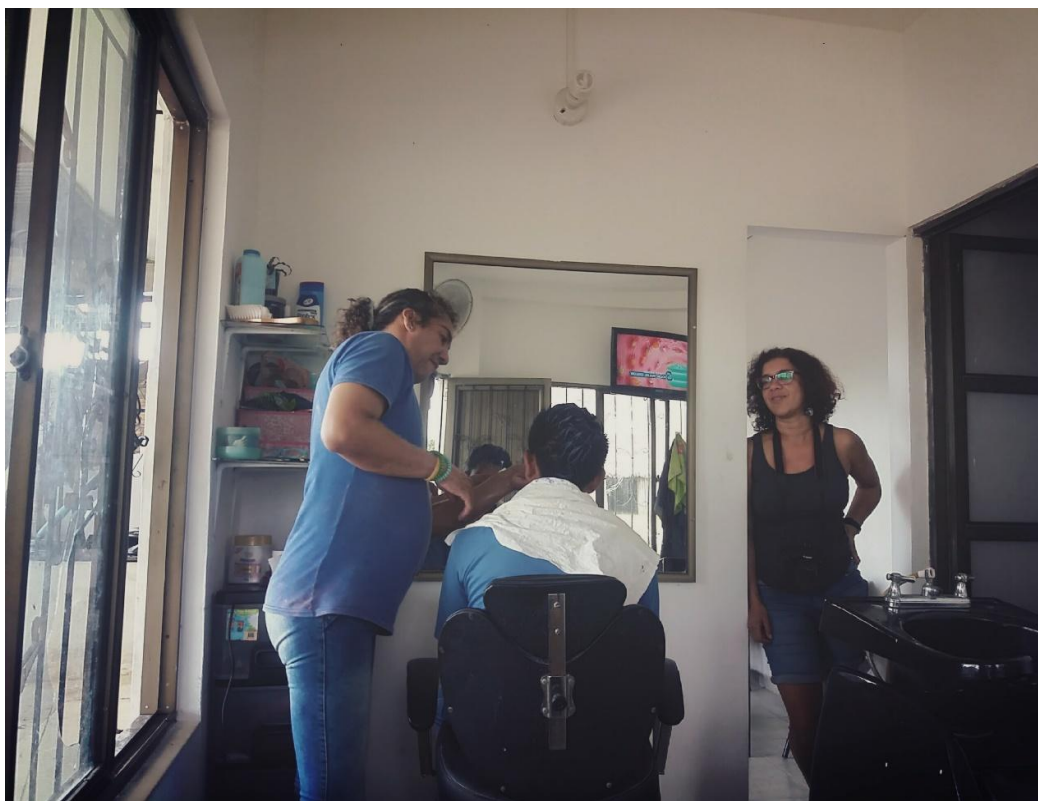
A paisagem urbana em Tabatinga não é muito diferente das demais cidades do Alto Solimões. O padrão habitacional é predominantemente horizontal, com poucas construções que excedem os dois pisos. No núcleo urbano central é comum que as casas sejam construídas em alvenaria e tenham um pequeno quintal ou separação lateral entre si. Apesar disso, as técnicas de construção fazem uso de outros materiais, como madeira e placas de concreto pré-fabricado. As casas de madeira, por sua vez, podem assumir diversos formatos, desde os mais convencionais em que a madeira é usada como forma de baratear o processo de construção ou mesmo de proteger contra as condições climáticas; e podem ser também uma das poucas possibilidades de provimento, como se

---

<sup>19</sup> Cada uma das casas mencionadas aqui corresponde a estratégias de mobilização social e política construídas coletivamente por pessoas LGBTI+ como forma de produzir o acolhimento e o espaço seguro. Entendo que esses elementos são interpretados como valores dentro de uma política que reconhece a necessária implicação e compartilhamento de uma condição precária, nos termos de Butler (2006). A Casa Brenda Lee foi aberta em 1985 como uma iniciativa da travesti nordestina Brenda Lee para receber e acolher travestis, homens gays e outras pessoas vivendo com HIV e que haviam sido abandonadas ou colocadas em situação de vulnerabilidade em razão do seu gênero e sorologia. A Casa Nem, também no Rio de Janeiro, tem uma proposta semelhante, voltada ao acolhimento de pessoas trans e travestis que não encontram um espaço seguro em seus lares, seja por conflitos familiares, seja pelo empobrecimento sistemático a que foram submetidas pela dificuldade de acessar o mercado de trabalho formal. A casa Miga, com sede em Manaus, por sua vez tem como objetivo atender pessoas LGBTI+ refugiadas ou que foram expulsas de seus lares e é gerida pela ONG Manifesta LGBTI+. É curioso notar que na formulação da casa como uma resposta política há um tensionamento da narrativa convencional da ruptura dos laços sociais; antes, o que as casas parecem indicar é uma reafirmação da moradia e da segurança como princípios de direito, e o afeto como um importante instrumento de mobilização coletiva. Assim, mais que ruptura de vínculos, estamos falando em formação e reconstrução de relações a partir do convívio e de uma articulação no modo como a casa envolve e é envolvida pelas pessoas, como argumentou Ramos (2021).

vê em barracos e outras palafitas nas proximidades do rio. Contudo, é bastante recorrente, principalmente nas cidades com maior população, como Tabatinga e Benjamin Constant, uma confluência e coexistência entre técnicas e materiais construtivos, sinalizando assim os processos de reforma, um nítido sinal de melhoria circunstancial no orçamento doméstico ou nas condições de vida.

Um dos aspectos centrais da noção ocidental da casa e doméstico é a organização dos eixos de diferenciação que têm lugar na ideia de local de residência. A residência é assim também um domínio de cidadania, do lugar onde morar, como também uma barreira material e simbólica que organiza diferentes registros de relação. Nesta seção me detenho sobre uma delas, aquela que está pautada pela separação entre o espaço da intimidade e do trabalho. Faço isso a partir de alguns elementos da etnografia que foram construídos nos salões de beleza e *peluquerías* de Tabatinga, Letícia e Benjamin Constant.



**Figura 1.** Vicky atentando no salão enquanto conversa com Silvana. Letícia, Junho de 2017. Fotografia do autor.

Enquanto prepara o cabelo do cliente para o corte, Vicky conversa com Silvana Nascimento. O salão onde atendia era um pequeno cômodo próximo ao marco fronteiro entre Colômbia e



Brasil. Lá, ela e mais dois amigos atendiam seus clientes, além de passar momentos conversando.



**Figura 2.** Morena, Julio e Camilla conversam na garagem da peluquería e casa de Camila. Tabatinga, junho de 2017. Fotografia do autor.

Camilla é uma das cabelereiras mais famosas e reconhecidas de Tabatinga. Na parede externa do muro de sua casa se lê “Camilla Coiffeur” com fonte forte e contorno marcante. Durante a maior parte do dia, três dos seis cômodos da casa funcionam como o salão em que ela atende pessoas da cidade para fazer corte, pintura, aplicação de mega hair e outros procedimentos estéticos. À noite, sua cozinha é preenchida por amigos e clientes, além das pessoas que moram com ela, quase todas de origem peruana. Na foto, estamos eu, ela, Julio e Morena celebrando o fim de mais uma semana enquanto fazíamos um assado de peixe na garagem de sua casa.

O processo de construção das *peluquerias* se dá a partir da fragmentação do espaço doméstico que passa a ser não apenas o lugar de convívio familiar e afetivo, mas também de produção de corpos, renda e trabalho. Os serviços oferecidos variam desde cortes de cabelo, passando a alisamentos, pinturas e outros procedimentos estético-capilares que podem levar de poucos minutos a horas. Nesse processo de separação entre espaço doméstico e de trabalho o que se observa é uma inversão de princípios. Apesar do espaço da casa abrir lugar para o trabalho, é a casa que passa a ser improvisada. Entre as casa-

trabalho que visitei e frequentei era comum uma justaposição de estéticas contraditórias.

Os salões eram marcados por revestimentos, adereços e outros acessórios de decoração que garantiam conforto e atratividade para o público. A casa, por sua vez, era um enclave dentro do trabalho e confeccionada com poucos utensílios, em geral uma cama e televisão. Um banheiro e lugar para preparação de alimentos acompanhava a estética barroca de justaposição de arenas que tendiam a ser antitéticas.

A pequena casa alugada onde Luísa morava, na rua Duque de Caxias, em Tabatinga, pode ser ilustrativa desse processo de fragmentação. Luísa é uma mulher trans peruana e tem cerca de 40 anos. Havia chegado à Tabatinga no início dos anos 2000 a partir da rede de amigas que tinha na cidade, entre elas Dalila, que por algum tempo também foi sua vizinha. A casa onde morava tinha de pouco menos de 16 m<sup>2</sup> e era onde se encontrava também seu local de trabalho. O salão localizava-se na parte da frente. Ao passar pela porta via-se a sala de estar se converter em um salão/*peluquería* com duas cadeiras de plástico e um espelho fixado à parede que fazia jogo com outros dois menores que estavam apoiados no chão. Um aparador sustentava os equipamentos de trabalho: tesoura, máquina de cortar, talco, borrifadores, cremes, escovas e pentes. Uma pequena cortina separava o cômodo do seguinte, onde ficavam seu banheiro, quarto e cozinha. A habitação tinha no total três cômodos, um de trabalho, um de descanso e o banheiro que era usado por ela e por clientes. As refeições eram feitas em um pequeno fogão de duas bocas que ficava em uma das paredes do quarto de dormir.

A casa-trabalho de Luísa se aproximava, em muitos aspectos, a outras tantas que se distribuem ao longo da avenida Santos Dumont, principal via de acesso ao porto e à feira de Tabatinga. Essas construções frequentemente eram em madeira e compartilhadas por mais de duas pessoas que também se revezavam no atendimento aos clientes. Assim como no caso de Luísa, a maior parte dos clientes dessas *peluquerías* de aspecto e construção improvisados eram homens e crianças, que faziam cortes regulares.

Havia, contudo, estabelecimentos de estrutura mais qualificada, a exemplo da casa-trabalho de Camila, ou do salão da Vicky, em Letícia. O salão da Camila era um dos estabelecimentos de beleza mais conhecidos em Tabatinga, frequentado por mulheres de diversos estratos na cidade e outros municípios da região para realização de procedimentos estéticos. A fama cultivada ao longo dos anos de trabalho na cidade rendeu-lhe a possibilidade de produzir um salão com ar-condicionado, cadeiras giratórias, televisão e alguns ambientes para realização de procedimentos estéticos como depilação, maquiagem e outros cuidados capilares de maior custo. De modo semelhante, Vicky tinha um espaço alugado especialmente para ser a *peluquería*. Ainda que pequeno, com pouco mais de 8 m<sup>2</sup>, durante o tempo em que esteve em funcionamento o espaço tinha dois ambientes e um banheiro.

Como espaço de oportunidade para pessoas que não conseguiam emprego em outros postos, as *peluquerías* costumavam agregar também outras pessoas. O salão da Vicky, por exemplo, era mantido por ela, Alejandra e um terceiro amigo que também faziam cortes. Anos antes Vicky apresentava-se de forma feminina, incorporando próteses de seios, cabelo e vestimentas classificáveis como do universo 'das mulheres'. Nesse período também havia morado em outras cidades da Colômbia, como Bogotá e chegou mesmo a viajar pelo Brasil. Ao voltar para Tabatinga com o curso do seu "envelhecimento" foi abdicando de próteses de silicone, dos vestidos e roupas mais femininas, fazendo assim, escamoteando de forma sutil a sua condição de mulher em uma performance que poderia ser descrita como mais ambígua.

Em virtude de sua vida estar atrelada ao espaço de trabalho, era comum que passassem o dia ali, em uma condição de fronteira borrada entre casa, trabalho e a vida pública da rua. Assim, as *peluquerías* se convertiam em outras funções, transformando-se em espaço de encontro para amigos e aprendizado de habilidades que podiam se transformar em um futuro trabalho. Eram também um espaço de divertimento, onde o som de ritmos musicais do momento estimulava e conduzia ensaios para apresentações em concursos, ou como trilha sonora para encontros e paqueras.

## Caramelo e Romain

Sentada no sofá, Caramelo olha para a televisão à sua frente. No nosso primeiro encontro, em agosto de 2018, ela usava o mesmo vestido preto sem qualquer detalhe e bastante ajustado ao corpo com que iria vê-la nos três dias seguintes da minha estada em Caballococha.<sup>20</sup> Ao longo do dia, dezenas de pessoas passaram por aquela mesma televisão, e olharam para o mesmo que ela: noticiário, comédias, desenhos animados e propagandas. Essas pessoas sentavam-se em uma das poltronas acolchoadas enquanto aguardavam o atendimento no pequeno salão de beleza onde Caramelo morava e trabalhava. Seu trabalho era reduzido ao auxílio nos cortes, lavagens, tinturas e procedimentos estéticos realizados ali no salão. Além disso, Caramelo esperava e mirava fixamente a televisão.

Na condição de assistente, ela era acanhada. Ao longo do dia, atravessava os cômodos da casa sempre em silêncio: recolher água no interior e trazer até o salão, aplicar algum produto para relaxamento enquanto sua amiga adiantava outro procedimento, voltar a sentar-se no sofá. Apesar do barulho da televisão, secadores, escovas e também das conversas dentro e fora do salão, sem muito esforço era possível ouvir o arrastado da sandália nos poucos passos que ela dava, como se seus pés estivessem também sedimentados em alguma raiz muito presa. O som destacava-se porque entre os seis ambientes nos quais a casa estava dividida, aquela era a única em que havia piso. Nos demais, ou o chão era terra batida ou protegido por placas de madeira que separavam o nível do solo e o piso propriamente. Assim como na arquitetura da casa-salão de beleza os destaques estavam na entrada, no corpo de Caramelo o destaque estava na pequena bolsa de couro preta onde se destaca um fecho dourado e reluzente.

Alvo de uma inquietação interna, seus olhos eram expressivamente pretos, fechados a qualquer escrutínio mais sistemático sobre o que olhava, via ou pensava. A delicadeza e a fragilidade juntavam-se no retrato maneirista de

---

<sup>20</sup> Essa é uma das cidades peruanas mais próximas do Brasil, depois dos povoados de Isla Santa Rosa e Islandia, e fica a 120km da fronteira brasileira. O percurso é feito por lanchas e barcos que levam em média 4 a 7 horas de viagem.

Caramelo. Nos lábios pouco batom e poucas palavras. O cabelo liso e escuro era cuidadosamente preso ao topo. Os ombros se contorciam entre a pele e a superfície denunciando o formato dos ossos. O zíper dourado destacava-se no negro do vestido, conferindo-lhe certa aura elegante. Àquela altura Caramelo teria cerca de trinta e quatro anos e ocupava o mundo com seus cinquenta e dois quilos e um metro e setenta de altura.



**Figuras 3.** *Peluquería* da Willy. Camila, Willy atendem uma cliente. Fonte: Registros de Campo do autor, Caballococha, 2018.

Enquanto Willy e Camilla preparam uma de suas clientes para a festa de quinceñeira, Romain as acompanha e observa o cotidiano da *peluquería* das amigas de infância. Entre uma conversa e outra, pede que eu faça fotos suas para postar no seu Facebook e Instagram.

Na casa de organização modesta, o salão ocupava a área principal e mais significativa. Era do salão que vinha toda a renda que sustentava os três que ali viviam: Caramelo, Willy e Galleta. O salão também contrastava com o amíúde modesto do interior, composto por três quartos, cozinha, banheiro e o próprio salão, que nas poucas horas que permanecia fechado, era o espaço de encontro.

O salão por sua vez tinha o piso batido decorado com cimento colorido em tom vermelho. Os espelhos grandes lustravam toda a parede frontal, desenhando um traçado onde se replicavam os sofás e as cadeiras onde as clientes aguardavam ou embelezavam-se. O som da televisão e do ventilador alternavam-se na pandemia cotidiana. Os quartos, também em piso batido, eram minúsculos, separados por divisórias em madeira como toda a engenharia da casa em que viviam os três amigos. A cozinha se fazia por uma pequena mesa que dava sustentação aos pratos, assim como uma estante onde juntavam-se panelas e alguns poucos mantimentos. No pequeno átrio entre a cozinha e o quintal havia um grande reservatório utilizado para armazenar a água utilizada no preparo dos alimentos e banho.

Caramelo, Willy e Galleta moravam juntos há cerca de quatro anos quando nos conhecemos. Willy era a responsável pelo salão. O grupo de amigos era formado ainda por Camila e Romain, que durante o começo da adolescência haviam deixado Caballococha, assim como Caramelo faria poucos anos depois. Camila mudou-se para Tabatinga, a poucos quilômetros de sua cidade natal, e logo depois, a maior parte da família também migrou para a capital peruana, Lima. No Brasil ela começou trabalhando como cozinheira em bares e restaurantes locais. Nesse período começou também o processo de transição corporal que deram contorno ao cabelo mais longo, a cintura fina e a maquiagem sempre marcada como se mostrava nas fotografias de sua juventude, quando competia nos concursos de beleza e desfilava no carnaval.

Já Romain tomou um rumo completamente diferente das demais amigas. Assim como as demais, optou por abandonar o lugar que descreviam como “cidade pequena e religiosa demais”, e atravessou a fronteira sem documentos e quase nenhuma escolarização. Morou alguns meses em Tabatinga, logo seguindo para Manaus, Roraima, Mato Grosso até que finalmente chegou a São Paulo. O caminho entre a saída de Caballococha no início da adolescência e a chegada a São Paulo no começo dos anos 2000 levou cerca de sete anos, período no qual ela também pode aprender alguns ofícios e construiu uma pequena reserva financeira trabalhando como “menina” e “fazendo programas” até que pudesse chegar a São Paulo. As mais de duas décadas que permaneceu sem contato com a família foi também o período de intensas transformações em seu corpo,



que foi tornando-se também um arquivo dos muitos lugares e situações com as quais teve de lidar.

Romain voltou à escola apenas em 2013, ocasião em que participou de um projeto de inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho. Lá foi alfabetizada, na ocasião já com quase 40 anos de idade e por meio das mediações estabelecidas pelo projeto, também teve a oportunidade de ser contratada como recepcionista em uma escola especializada em bem-estar na zona sul de São Paulo. Quando nos conhecemos em Caballococha, lá em 2018, aquela havia sido a primeira vez que encontrava efetivamente seus familiares. A viagem havia sido planejada com muita antecedência, já após pouco mais de um ano que retomou o contato com os parentes por meio das redes sociais. Nos dias que passamos juntos, assim como eu era apresentado a Romain e sua família, ela também era apresentada após longos anos e após os tantos investimentos afetivos e financeiros ali colocados. Com frequência, enquanto conversávamos e andávamos pela cidade, as pessoas notavam sua aparência e reconheciam nela uma condição de estrangeira que lhe era também estranha. Andava mostrando e comparando as novas construções e as memórias da cidade, enquanto para os outros sempre se apresentava acompanhada de uma explicação que oscilava entre “la hija de...” e “el hijo de...”.



**Figuras 4 e 5.** Romain e sua mãe (à esquerda). Encontro com a irmã e mãe de Romain (à direita). Caballococha, 2018. Fonte: Acervo Romain, e registros de campo do autor,

Durante o período de um mês em que estive em Caballococha, Romain voltada todos os dias para a pequena casa em que moravam sua mãe, pai, irmã e alguns dos sobrinhos. Aos finais de semana também iam passear pelos pontos turísticos da cidade. Sempre voltada com uma foto feliz em que abraçava sua mãe. A foto à direita é um dos tantos registros que me mostrava e que compartilhava em seus perfis nas redes sociais. No nosso último dia, quando nos aprontávamos para partir e tomávamos café, ela insistia para que tirássemos uma foto nós quatro. Fiquei

constrangido, pois parecia que minha presença era muito secundária naquela história, mas ela insistiu e deixei que fizesse a foto. Sua presença, nesse caso, está no olhar. Na foto estamos eu, sua irmã e mãe, e Romain que nos observa enquanto fotografa.

O cuidado e afeto de Romain pela família era notório. Apesar da curiosidade em descobrir a nova vida possível ali, e bem como das paqueras, todas as noites voltava para a casa construída em madeira nas proximidades do rio Yavari onde a família morava. Ao longo dos anos, o sustento da família havia sido construído por meio do trabalho do pai na pesca, enquanto a mãe era responsável pelo pequeno lote de terra onde eram plantadas principalmente *yuca* e abacaxi. A família humilde cresceu a maior parte do tempo tendo Romain afastada do convívio. Seus irmãos tiveram pouco acesso à escola formal, contudo com o crescimento da cidade foram incorporando outras atividades nos setores de serviço e comercial. Assim, sua irmã trabalhava em uma loja de sapatos na parte mais central, enquanto um dos irmãos era atendente em um bar. A chegada de Romain foi acompanhada também de uma novidade na dinâmica familiar. Pela primeira vez eles teriam uma conta bancária. Ainda nos primeiros dias ela foi a uma unidade do Banco de La Nación e abriu uma conta em nome da mãe, depositando todo o dinheiro que havia trazido e convertido em Sol. O cartão foi entregue à mãe, responsável pela gestão do dinheiro. Romain, por sua vez, prometia economizar e ir alimentando a conta da mãe a cada mês.

A conexão e responsável pela acolhida de Romain e a família foi Willy. Willy era um homem gay de porte robusto. Sempre usava uma bermuda ajustada ao corpo e tinha um boné que prendia seu cabelo a maior parte do tempo. Seu cotidiano era bastante recolhido e comprometido com os afazeres do trabalho. Desde a manhã até o começo da noite, era no salão que permanecia a maior parte do tempo. Os hábitos repetidos e meticulosos, como o café da manhã todos os dias na feira, e a sopa no jantar.

Era nesse cenário em que vivia Caramelo, retornada de Lima há cerca de seis meses. Caramelo, assim como seus amigos, havia nascido em Caballococha e mudou-se ainda jovem para Iquitos no começo da adolescência, quando tinha mais ou menos 16 anos, até que foi para Lima, onde viveu a maior parte de sua vida até retornar definitivamente para sua cidade natal. Caramelo havia saído de



casa após intensos conflitos com a família em virtude de sua identidade de gênero. O filho pretendido pela mãe não coincidia com a menina que Caramelo havia sido e construído ao longo dos anos. No seio de uma família religiosa e de uma cidade ainda pequena, tais conflitos transformavam-se, vez ou outra, em agressões, gritos, discussões e insultos que culminaram com a saída de Caramelo de sua casa e a manutenção de relações com poucos membros de sua família, fundamentalmente uma das irmãs.

Ainda no início da década de 1980, o grupo de amigos com os quais Caramelo tinha contato incluía Camila e Ester. Refletindo sobre essa época, Camila, por exemplo, lembrava o cotidiano de um pequeno vilarejo:

*A gente tinha uma coisa assim de brincar junto, né? Mas era muito diferente, muitas dessas coisas não existiam ainda e a gente era como se tivesse em um mundo diferente. Ela era a mais pequena e a família era muito difícil, até hoje eles são assim muito fechados. A Willy nunca saiu, então ela teve que viver umas coisas assim que... sabe, né?*

*(Camila, Caballococha, agosto de 2018).*

As histórias sobre o passado de Caramelo chegavam a mim pelos olhares, enviesados por confissões, fofocas e suspeitas de seus amigos. Caramelo recusava-se a falar, mantinha o silêncio como uma devoção cultivada e levada com seriedade. Respondia apenas a pequenas provocações e perguntas, estimulada pelas tentativas de cuidado de seus amigos e companheiros de habitação. “Quer jantar?” “Sopa?” “Legumes ou canja?”. A curiosidade sobre sua história por muito tempo residiu menos no que havia acontecido antes do que nos motivos que levaram ao seu retorno tão prematuro e apressado. Por algum tempo, suspeitou-se que ela estivesse envolvida em conflitos policiais, ou mesmo em problemas com agenciadoras ou clientes no seu local de trabalho em Lima. As fofocas nesse sentido logo se mostraram sem sentido conforme Willy e Galleta iam convivendo com Caramelo e ela se sentia confortável para partilhar as partes da sua história que não eram tão óbvias. Assim, durante nosso jantar, a maior parte do tempo nossa conversa era em torno do passado de Caramelo.

Em Lima, Caramelo exerceu diversos ofícios, como cozinheira, cabeleireira e empregada doméstica, além de eventuais “pagos”, maneira pela qual referia-se a encontros românticos em que homens ofereciam dinheiro, bebidas ou

presentes durante os momentos de companhia. Foi justamente na prostituição que ela conseguiu capitalizar a maior parte dos recursos que lhe garantiram uma vida modesta, porém segura. Conforme dizia Galleta, cinco anos antes, quando estava no auge da sua carreira, Caramello tinha uma renda em torno de 1600 e 2000 soles, o que correspondia a algo entre 2 e 3 salários-mínimos à época.

Nos anos que estive fora, Caramelo comunicava-se com os amigos e alguns poucos familiares. Restringia-se a contar as novidades, eventualmente voltou para as festividades, de modo que as interações eram poucas em decorrência do intenso e cansativo trabalho cotidiano. Quando voltou à Caballococha, sua aparência havia mudado de maneira muito drástica daquela que se via nas fotos das redes sociais onde se via as formas marcadas, o cabelo solto e mesmo a compleição do corpo muito mais volumoso do que era possível ver enquanto se sentava pensativa e perdida em si mesma.

Terminado o jantar voltamos para a peluqueria onde ficamos conversando e vendo televisão, acompanhados de Caramelo que tomava a sopa trazida por Willy. A certa altura da conversa, já pelo adiantado da hora, pedi aos anfitriões um copo de água, pois precisava tomar um remédio. Tirei da minha mochila o frasco de comprimidos de TARV<sup>21</sup> que fazia parte do meu cotidiano desde 2014. Sentada próxima, pude ver com ansiedade o olhar de Caramelo se virar em minha direção até que ela se levantou e saiu apressada, sem que isso chamasse necessariamente atenção dos demais. Na manhã seguinte pude perceber o olhar desconfiado de Caramelo enquanto estava no salão e o modo evasivo com que se comportava sempre que tentava lhe dirigir a palavra.

Não havia muito que eu pudesse fazer em relação à Caramelo que não fosse evitar um constrangimento. Assim, nos dias seguintes a minha estada na cidade evitei ficar muito tempo dentro do salão nas horas em que ela estava trabalhando. Procurei assim fazer companhia a Galleta ou caminhar pela cidade com Romain que sempre tinha um amigo de anos que não via e queria

---

<sup>21</sup> TARV é a sigla para terapia antirretroviral, medicação utilizada para tratamento de pessoas vivendo com HIV. No Brasil a medicação é distribuída gratuitamente pelo SUS. Como tratarei no último capítulo da tese, nos demais países da tríplice fronteira, o acesso ao tratamento para pessoas vivendo com HIV é muito distinto, o que faz com que usualmente haja um trânsito de pessoas para acessar o serviço do lado brasileiro da fronteira.

reencontrar. Em uma dessas conversas senti a possibilidade de conversar com Galleta sobre o que estava acontecendo entre mim e Caramelo. Tentando ser menos inconveniente perguntei se ele sabia de algo que eu havia feito que pudesse ter criado um mal-estar, ou se ela apenas estava incomodada comigo ali. Ele ria de forma evasiva, disse que não tinha nada a ver nem comigo nem com Camila, muito menos com Romain.

A resposta de Galleta parecia aludir ao desconforto de Caramelo pelo reencontro não planejado com os amigos da infância e que acabaram por reencontrá-la em uma situação completamente diferente do planejado. Willy havia conseguido construir um dos salões mais respeitados e bem frequentados da cidade. Camila mudou-se para o Brasil e lá também construiu um salão e uma reputação que fazia com que retornasse a Caballococha para eventos especiais a convite das próprias clientes. Romain por sua vez havia feito algum dinheiro e voltava para ajudar a família. Já Caramelo, por sua vez, parecia acuada e desamparada.

A resposta de Galleta parecia fazer sentido, ainda que não respondesse à questão mais central que era o desconforto que demonstrava em relação a mim. O auge da tensão aconteceu na tarde do último dia na cidade. Partiria de volta à Tabatinga na manhã seguinte e justo no intervalo da sesta, após o almoço, todos acabaram dormindo quando Caramelo chegou e sentou-se na cadeira acolchoada onde sempre se recolhia.

por mais de

trinta minutos

olhei para o relógio sem saber

o

que

fazer

ou dizer

um

si

lêncio  
ecoou  
tão grande  
quanto o Yavari

o  
tempo  
escorria  
lento

Angustiado perguntei a Caramelo “¿Qué tal el almuerzo?”, “¿Te gusta este programa en la tele?” ao que ela não respondeu. Já sem ânimo, perguntei se sentia falta de Lima. Pude escutar um sussurrado "muchísimo" antes que Willy adentrasse pela sala com uma vassoura na mão para limpar o espaço antes de retomar os trabalhos.

Naquela tarde conversei novamente com Galleta perguntando o que havia se passado e dizendo que tinha sentido alguma coisa diferente. Dessa vez sem muita cerimônia ele disse: “la sida, ella tiene sida”.<sup>22</sup>

As quatro letras entraram pelo meu ouvido e de repente as conexões começaram a se estabelecer e fazer mais evidentes. A mudança repentina, o corpo muito mais magro do que nas fotos de 1 ou 2 anos atrás, o semblante triste e fixo. Segundo Galleta, Caramelo havia sido infectada com o vírus HIV e só foi diagnosticada em 2017, um ano antes de voltar à cidade. Segundo suspeitava, a infecção era de muitos anos antes, mas só foi diagnosticada em uma fase avançada, quando Caramelo foi a uma unidade de saúde para tratar uma tosse que não passava. Nessas circunstâncias, ela foi diagnosticada e encaminhada para um outro serviço onde seria avaliada para receber acesso aos antirretrovirais conforme seu seguro de saúde. Ainda que o acesso à medicação fosse garantido e mais fácil em Lima do que em Caballococha, Caramelo havia

---

<sup>22</sup> Ainda que a expressão utilizada seja autoexplicativa, em termos clínicos, Caramelo estava infectada pelo HIV e apesar da expressiva perda de peso provocada pela crise aguda, provavelmente não tinha desenvolvido a Aids.

se recusado a fazer uso dizendo que não era uma doente, que não tinha nada demais com ela e que não iria morrer.

Com o agravamento da doença e a significativa redução na sua renda, Caramelo decidiu usar as poucas economias restantes e voltar para casa. Contudo, a família não quis recebê-la. O diagnóstico não foi compartilhado com os familiares que tão somente se recusaram a acolhê-la. Willy, já acostumada com tantas situações daquele tipo, dizia com sobriedade e paz que “eles não queriam ter o filho gay em casa, com uma travesti tanto pior”.

Willy acolheu Caramelo e lhe deu um quarto na sua própria casa. O quarto havia sido uma reorganização do espaço anterior, transformando um pequeno depósito de produtos para cabelo em um quadrado onde foi adicionado um colchão e um pequeno móvel onde sequer cabia toda a mala que ela trouxe. O trabalho não era uma exigência de Willy, conforme fiquei sabendo depois, tampouco a cobrança de aluguel. Para minha surpresa, quando perguntei se ela ficaria ali por mais algum tempo, a resposta de Willy foi “ella vive aquí con nosotros”, o que parecia ser evidente também no semblante de Galleta.

As relações construídas especialmente entre Willy, Galleta e Caramelo eram de um tipo especial, baseada no reconhecimento da fragilidade partilhada e também no acolhimento e cuidado que Caramelo demandava. Ainda que fofocas e especulações fossem muitas, era perceptível no modo como se relacionavam um respeito ao silêncio de Caramelo e do tempo que ela demandaria para processar o diagnóstico e tomar uma decisão sobre os rumos da sua vida. E nesse aspecto, o encontro com Camila também era expressivo e importante.

Desde 2014 Camila vinha atuando junto com o movimento LGBTI+ em Tabatinga com estratégias de testagem e prevenção ao HIV. Seu trabalho envolvia ainda a distribuição de informações e insumos, além do encaminhamento e acompanhamento de pessoas diagnosticadas para o serviço de saúde. Por algumas vezes pude acompanhar ao longe pequenas conversas que as duas mantinham, imagino eu que estabelecidas no esforço de ampliar as possibilidades de Caramelo para entender sua situação a partir daquele momento.

É nesse aspecto que também passei a interpretar o susto ou desconforto causado pelo ritual já tão ordinário e repetitivo que era a administração da TARV. Quiçá, houvesse um conflito de imagens tendo em vista minha aparência física naquela circunstância ser muito diferente da compleição raquítica e apagada que desde a década de 1980 alimentava o senso comum sobre o HIV e a Aids. Assim, como Galleta e Willy nos últimos momentos ali busquei uma atitude mais compreensiva, e tentando depreender daquele microuniverso afetivo formado por três amigos reunidos quase que ao acaso os sentidos de família e cuidado que eram construídos e alimentados.

A configuração de casa estabelecida pelos três era marcada por dois elementos que se misturavam. De um lado o reconhecimento de uma condição de precarização ou de um passado comum que habilita a produção de um regime de coresidência, e por outro lado, as repetitivas rotinas de cuidado e atenção que organizavam os laços de afeto. Como colocado por Andrea Lobo (2021), a casa tem uma dupla marcação tanto como registro de uma memória afetiva, mas também como prática de valores. Em sua análise das relações entre casa e migração em Cabo Verde, a autora sustenta que:

(...) a casa é o lócus das lembranças e das saudades, é um elo de pertencimento, um lugar de retorno e, por fim, um objetivo; afinal, emigra-se para construir uma casa. A casa surge, portanto, como um valor nas trajetórias de mobilidade marcando pertencimentos, solidariedades e desejos. Nesse sentido, a noção de casa aparece enquanto um valor moral, para além de um desejo material. (Lobo, 2021: 288).

Em casos como o de Caramelo e seus amigos, os laços de solidariedade emergem a partir da casa não apenas como um lugar compartilhado, mas da efetiva prática do lugar: a preparação da comida para o outro, a espera e mesmo a definição de espaços que consideram a necessidade de Caramelo apenas estar em silêncio sem que seja provocada. Ainda nesta seara, é compreensível a distinção construída por eles e fixada por Willy quando perguntada sobre quanto tempo Caramelo poderia ficar lá: ela mora aqui.

A ideia de “morar com” junta-se a outras tantas formas de coresidência que pude observar ao longo da pesquisa: morar com, morar de favor, viver de aluguel, ter um lugar, fazer um pouso eram expressões e ideias que advertiam para os diversos modos de praticar e viver o cotidiano das casas. Em algumas dessas,

a mobilidade e a possibilidade de longos deslocamentos temporais não era um critério para definição de quem mora em uma determinada casa ou não. Nesse aspecto, os territórios que constituem uma determinada configuração de casa podem se desenhar em escalas muito amplas, atravessando continentes ou limites, como é o caso das casas praticadas na etnografia de Lobo.

No cenário produzido por Willy, Galleta e Caramelo, e em menor medida, também por Romain e sua família, chama a atenção que a produção da casa é estabelecida nessa temporalidade do agora, uma temporalidade na qual as relações partem de um resquício de memória que tem de ser realimentado e atualizado após longos períodos de distância e de contato reduzido. Assim, tempo e espaço são também elementos centrais para a compreensão dos sentidos de pertencimento e lugar ocupado pelos sujeitos.

### **Fernanda**

Aos 16 anos Fernanda foi expulsa de casa pelo pai porque “não tomava jeito na vida”. Enquanto relembra e contava a experiência remexia a caixa de sapatos onde havia guardado inúmeros papéis, comprovantes e documentos que atestavam sua situação financeira. Tomada pela sensação de lembrar aqueles eventos passados mais de 20 anos, enquanto apoiava o antebraço na mesa era possível sentir a toalha de plástico sendo levemente puxada pelos seus movimentos e a ansiedade.

*Eu tive que sair de casa quando era muito menina ainda. Meu pai um dia chegou e falou que não tinha mais paciência e que se eu não tomasse um jeito na vida era melhor eu procurar um lugar pra morar, porque era melhor não ter um filho. A minha família sempre foi muito unida, era eu e meus três irmãos, só tinha um mais novo que eu. Eu lembro dele falando isso e meu irmão mais velho escutando perto, sem fazer nada, até que a briga ficou séria, minha mãe apareceu e disse pra esperar e dar um tempo que as coisas iam se ajeitar. Eu lembro muito desse dia, lembro das coisas, mas não lembro do que ele tava querendo dizer. Só com muito tempo eu entendi que era sobre meu jeito, que eu tinha que me comportar como um menino sendo que eu nem sabia o que era isso direito.*

*(Registro meu da conversa com Fernanda, Tabatinga, setembro de 2018).*

Fernanda era uma das poucas pessoas que eu conheci que passado tanto tempo não havia restabelecido o contato com a família. Em contraste com sua postura aparentemente dura, ela sempre se mostrou prestativa e gentil em nossas conversas, me acolhendo em sua casa, caminhando comigo pela cidade e me

convidando para as festividades, encontros e pequenas comemorações que fazia, mesmo quando eu não estava na cidade. Foi assim que me chamou atenção essa repetida sensação de vivacidade e angústia que havia em suas memórias sobre o passado do cotidiano familiar e a ruptura do convívio familiar. Se na maior parte das histórias que conheci a ruptura representava um pico nas dinâmicas de conflito que em algum momento era apaziguado ou restabelecido, no caso de Fernanda esse segundo momento nunca havia chegado. Dizia que nas muitas vezes que esteve na cidade natal foi ignorada pelos parentes com escusas e evitações, especialmente no período mais bonito da sua transição, por volta dos 21 anos. Passados tantos anos, o mais próximo de contato que havia construído com essa parte de sua família era o irmão mais novo que tinha aceitado sua solicitação de amizade no Facebook.

Nascida na cidade de Atalaia do Norte, após ser expulsa de casa, Fernanda foi apoiada por alguns dias na casa de amigos mais velhos que ela naquela altura de sua vida. Assim, enquanto tentava a reaproximação com os pais, ficou alguns dias na casa de uma amiga que morava sozinha, outros dias com um amigo cuja família se mostrava mais receptiva à sua sexualidade ou preocupada com o drama familiar instaurado. Nada resolveu. Passados pouco menos de um mês, ela conseguiu uma quantia e pôde ir a Benjamin Constant, onde ficou por alguns meses e logo seguiu para Tabatinga, onde vive até hoje.

Como dito na citação que abre este capítulo, uma parte significativa da vida de Fernanda se deu a partir da atenção e cuidado que recebeu de outras pessoas, muitas delas estranhas e que só a acolheram a partir da mediação de outros conhecidos e que reconheciam na história delas partes das suas. Essa sensação de reconhecimento e de partilha era explicada de muitas formas, sejam elas biográficas, teóricas ou mesmo filosóficas. Nos termos de Fernanda, a explicação era traduzida segundo o princípio de que, ainda que as experiências fossem diferentes, elas se conectam porque as pessoas eram iguais. Enquanto manipulava os papéis na caixinha de sapatos sobre a mesa, ela concluía sua história com dizendo:

*- Eu já passei por muita coisa nessa vida, viu Thiago? Eu sei que tem coisas que eu passei que ninguém devia passar, mas graças a deus sempre teve um anjo na minha vida pra mostrar as coisas e colocar as pessoas no meu caminho. Aqui eu nunca passei*



*fome, necessidade todo mundo tem, mas foi porque eu tive ajuda dessas pessoas que eu cheguei até aqui.*

*- E você ainda tem contato com essas pessoas?*

*- Algumas sim, outras já foram embora ou nem estão mais nesse mundo. Quando a gente passa por essas coisas a gente acaba ficando muito próxima das pessoas. A gente sabe ver quando passou por coisas parecidas só do jeito como a pessoa fala com a gente, ela entende a gente, sabe menino?*

*(Registro meu da conversa com Fernanda, Tabatinga, setembro de 2018).*

Quando nos conhecemos em 2016, Fernanda provavelmente tinha algo em torno dos 40 anos e já há alguns anos havia renunciado às maquiagens, roupas femininas e do cabelo. Contudo, seus trejeitos e o nome pelo qual usualmente atendia permanecia, especialmente no circuito de amigos. Ali, fosse em tom jocoso fosse sério, essa aparente discrepância era marcada quando Fernanda era chamada de A Fernanda ou A Fernando sempre que emergia alguma história a seu respeito, quase todas referindo-se aos amores fracassados e ao péssimo gosto da amiga para homens.

Há poucos meses Fernanda mudou-se para a Comara com o objetivo de pagar um aluguel mais barato e assim reunir recursos para realizar seu sonho: comprar uma casa. A pequena caixa de sapatos que apresentava era o conjunto de evidências, uma documentação construída detalhadamente seguindo conselhos de uma amiga advogada que trabalhava na prefeitura e que lhe dava conselhos. Desde 2013, ela havia ingressado no trabalho da prefeitura, orbitando entre diferentes secretarias e órgãos da administração pública em funções de confiança e outros cargos temporários que possibilitaram construir uma renda variável, mas constante. Sabendo das dificuldades que a vida impunha naquela idade, ela buscava maior estabilidade e assim resolveu ir em busca de um financiamento por meio de um programa habitacional, o Minha Casa Minha Vida (PMCMV).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> A despeito das proporções e dos enormes benefícios trazidos à população, o Minha Casa Minha Vida em muitos aspectos repete a trajetória de outras estratégias de implementação de políticas de habitação social por base do financiamento, a exemplo daquelas desenvolvidas pelo Banco Nacional da Habitação. Forjado durante o regime militar, o BNH foi um dos importantes gestores da política habitacional no Brasil e assim permaneceu pelo menos até meados da década de 1980, quando suas ações foram constrangidas pela recessão econômica e ele foi extinto. Nos anos seguintes as políticas de financiamento da habitação foram fracionárias e pouco expressivas, fosse pela dimensão individual das cartas de crédito ao longo da metade final

Lançado em 2009 com o objetivo de reduzir o déficit habitacional e estimular o acesso à casa própria entre os segmentos mais baixos da população, ao longo da sua primeira década o programa alcançou números expressivos. Interpretado em escala nacional, até 2016 o programa havia investido 296 bilhões de reais na construção e financiamento de quase 5 milhões de unidades habitacionais, que beneficiaram um total estimado de 10,5 milhões de pessoas. Conforme atesta a análise do documento de avaliação do programa por ocasião do seu encerramento<sup>24</sup>, em 2020, as principais estratégias adotadas para atingir esse patamar estiveram relacionadas à ampliação do crédito, redução no preço dos imóveis, ampliação da oferta habitacional e finalmente, uma articulação para reduzir a insegurança jurídica ao passo que permite segmentação por linhas de financiamento diferenciadas (Brasil, 2020).

Em síntese, a principal característica do programa era o subsídio, que permitia que o governo federal fosse o financiador de uma parcela significativa do valor do imóvel. O valor subsidiado era maior conforme menor fosse a renda da pessoa que pleiteasse, e tinha como uma das condições fundamentais que uma das pessoas da família tivesse imóvel em seu próprio nome. Na faixa de renda mais baixa, com renda familiar mensal de até R\$ 1.800,00, o financiamento era estabelecido entre prefeituras e cidadãos, que podiam candidatar-se diretamente no órgão competente e concorrer nos sorteios, sendo o tempo de financiamento de até 120 meses e prestações inferiores a R\$300,00. Já nas demais faixas o processo deveria ser feito entre cidadão, construtora e o mediador bancário, nesse caso, a Caixa Econômica Federal. Nessas outras faixas, o valor subsidiado era menor conforme fosse maior a renda familiar, havendo também diferenciações nas taxas de juros administradas.

---

da década de 1980, fosse pela escala reduzida das ações de cunho estatal. Uma retrospectiva crítica desse processo em escala nacional pode ser encontrada em Maricato (2014) e Rolnik (2015). Para uma análise mais efetiva sobre a experiência

<sup>24</sup> Em 2020 o programa foi extinto como parte das ações de governo do então presidente Jair Bolsonaro como parte da política de antítese ao legado de programas sociais instaurados pelos governos petistas, entre 2003 e 2016. Em seu lugar foi implementado o Programa Casa Verde Amarela que entre as principais diferenças estabelece um sistema de ordenamento baseado em grupos de renda (em síntese, uma redefinição da ideia de faixas, utilizada anteriormente) e o sistema de tributação de juros sobre o subsídio. Além disso, os valores que constituem a renda bruta em cada segmento também foram alterados.

No que tange à população, a oferta habitacional implicava uma facilitação no acesso ao crédito ao passo que para construtoras, incorporadoras e até mesmo para bancos financiadores<sup>25</sup>, implicava também a produção de unidades habitacionais segundo certos requisitos. Conforme a regulamentação do programa, os requisitos obrigatórios para que as unidades fossem qualificadas para o financiamento eram: via pública de acesso, pavimentação, drenagem pluvial, calçadas, energia elétrica e iluminação pública, abastecimento de água e saneamento básico (esgotamento sanitário e coleta de lixo).

Em sua concepção, o Programa abarcava duas linhas de atuação distintas. A primeira estava voltada à habitação em regiões urbanas e a segunda em contextos rurais. Ainda em 2009, por ocasião do lançamento, as ações implicavam também o reconhecimento de particularidades que qualificaram o acesso à habitação em municípios com escalas diferentes, tendo sido a população um dos principais critérios de análise. Assim, municípios com até 50 mil habitantes atendiam a expectativas e respeitavam critérios específicos que eram distintos de cidades de maior porte ou metropolitanas.

Além disso, como se vê na descrição dos requisitos fundamentais para financiamento, em sua pretensão o projeto era orientado não apenas para o acesso à moradia, mas também para a “qualidade habitacional”. Tendo em vista a implementação do programa em algumas cidades do Alto Solimões, é possível antever o aspecto técnico e padronizado das demandas e requisitos aplicados que não levam em conta aspectos fundamentais do ambiente e da sociabilidade que organizam e dão sentido ao que seja a casa. As reclamações que ouvia diziam respeito à distância entre os conjuntos habitacionais e o centro, a infraestrutura que não abarcava aspectos simples do clima amazônico - como o fato das casas não oferecerem uma cobertura que protegesse do sol nos horários de pico de calor, o abastecimento de energia elétrica instável, além da ausência de muros e outros mecanismos que produzissem uma impressão de segurança.

---

<sup>25</sup> Um aspecto importante da dinâmica do PMCMV é que o financiamento foi estendido não apenas às pessoas solicitantes, mas também a construtoras e incorporadoras. Nesse aspecto, projetos de conjuntos habitacionais foram financiados e convertidos em unidades habitacionais do programa por todo o país.



**Figura 6.** Residencial Tabatinga, localizado na avenida Santos Dumont, Tabatinga. Fonte: Foto de Carlos Grossel para o Portal Bocas e Notícias (2017).

Apesar de todas as reclamações, a casa permanecia como um projeto pessoal e um sonho, retomando assim aspectos importantes daquilo que era apresentado por autores como André Dumans Guedes (2017) e James Holston (1991) sobre a permanência da casa e sua constituição como um valor no contexto dos grupos populares, particularmente no Brasil. Era nesse mister entre projeto pessoal, patrimônio e esforço de elaboração afetiva que Fernanda compartilhava comigo sua jornada para obter o financiamento da casa própria. Em um tom que não me era claro se remetia à empolgação e ansiedade ela dizia:

*Já tem quase um ano que tô juntando esses documentos pra dar entrada na casa. Na prefeitura eles falaram que esse ano vai ter sorteio e que eu posso tentar pela faixa mais baixa, ou mesmo direto na caixa. Enquanto a sorte não vem, eu vou tentar direto na caixa mesmo, mas é bem complicado. Tive que ir atrás dos contratos, contracheque, coisa no banco, até coisa da minha família eu tive que ir atrás para explicar que eu não morava nem podia contar com eles. Mas acho que agora sai.*

*(Registro meu da conversa com Fernanda - Tabatinga, setembro de 2018).*

Naquela altura da nossa conversa, Tabatinga tinha um déficit habitacional de cerca de 3000 casas e nos anos anteriores<sup>26</sup>, ainda que os projetos tivessem sido aprovados e algumas unidades habitacionais entregues, a demanda aumentava cada vez mais, especialmente nos estratos mais baixos, onde a

<sup>26</sup> Rádio EBC, 25 de março de 2015. Disponível em <https://radios.ebc.com.br/reporter-solimoies/edicao/2015-03/falta-de-moradia-em-tabatinga-atinge-cerca-de-3mil-familias>

gestão do programa é feita quase diretamente entre cidadãos e prefeitura por meio de sorteios.<sup>27</sup>

Foi nesse momento de emoções confusas que Fernanda foi até o quarto da casa pequena e trouxe até a mesa a caixinha de sapato que nos acompanhou durante toda a conversa. Ali na caixinha estavam os papéis que ela havia conseguido reunir e que seguia alimentando segundo as recomendações da amiga advogada. Enquanto falava ia manipulando cada pedaço de papel em formatos tão variados e logo depois os passava para que eu desse uma olhada.

Nota fiscal fogão 4 bocas TV Lar = 632,00

Recibo de aluguel = 700,00

Contracheque Prefeitura Municipal de Tabatinga julho de 2017 = vencimento líquido 1435,00

Contracheque Prefeitura Municipal de Tabatinga junho de 2017 = vencimento líquido

vencimento líquido

vencimento bruto

Recibo de financiamento moto

extrato banco bradesco março de 2016

Foto 3x4 - 2014 rabiscado em caneta azul ao fundo

extrato banco bradesco janeiro de 2016

bilhete ligar para Felipe

RG e CPF, comprovante de votação

número de telefone Felipe 97 8857... ..

cupom fiscal Farmácia

vencimento bruto

vencimento bruto

cimento

---

<sup>27</sup> Em 2016 a Prefeitura anunciou uma convocatória de sorteio para entrega de unidades habitacionais, como registrado pela Rádio EBC (16/09/2016 - disponível em <<<https://radios.ebc.com.br/reporter-solimoes/edicao/2016-09/em-tabatinga-am-fam%C3%ADias-sao-cadastradas-para-receberem-casas-populares>>>). Em 2020 a promessa era de entrega de mais 450 casas, conforme informado pelo Governo Federal (reportagem de 18/06/2020, disponível em <<<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/mdr-autoriza-a-retomada-das-obras-de-730-moradias-em-suzano-sp-e-em-tabatinga-am>>>).

Enquanto os papéis iam passando entre meus dedos e se acumulando sobre a mesa podia ver uma parte da trajetória de Fernanda sendo contada nos registros provisórios que ela mesma ia produzindo sobre si mesma. O exercício de coletar comprovações de renda indicado pela amiga de trabalho era assim uma tentativa de traduzir e produzir legitimidade dentro de um certo registro em torno do que era possível esperar da burocracia. Olhando o diário de campo de nossa conversa, noto ao fundo escrito também em caneta azul, assim como o registro de data na sua foto 3X4 uma observação: memória anotada.

Conforme a pilha de papéis ganhava forma e se ajustava para ir de volta à sua caixa, Fernanda perguntava se eu morava de aluguel: “sim”. “Deve ser caro aluguel em São Paulo, né?”. Um pouco embargado, dizia que sim, que apesar de ter mudado há menos de um ano a impressão era que tudo era caro naquela cidade, inclusive o aluguel. Ela perguntou quanto eu pagava, e tão logo respondi ela retrucava que era caro, mas muito parecido com os valores cobrados ali na região do centro de Tabatinga. Por fim, ela perguntava se eu já tinha tentado financiar uma casa. A minha resposta foi mais contida, dizia que essa era uma coisa que nunca me tinha passado pela cabeça, mas que naquele momento não era algo que eu fosse tentar. Com suas perguntas Fernanda ia conduzindo a mim mesmo para algo que parecia ser para mim um espaço de aproximação, uma espécie de intimidade partilhada por essa dimensão pouco precisa de se ter um lugar para morar e de uma relativa distância com a família. Tento abaixo reproduzir um pouco do interrogatório que ela dirigia a mim.

*- Mas e sua família, eles já têm uma casa própria?*

*- Mais ou menos. Um pouquinho antes de eu mudar pra São Paulo meu pai conseguiu dar entrada no financiamento da casa deles também pelo Minha Casa Minha Vida, mas eu nunca cheguei a morar lá. Eu saí de casa cedo e apesar disso, acho que a vida inteira eu só morei em quatro casas a vida toda. Numa eu fiquei até os cinco anos, depois a gente foi pra outra numa rua sem saída e quando eu tava mais velho a gente voltou pra esse bairro onde eu nasci, mais perto do centro. Mas tudo sempre de aluguel.*

*- E isso em São Paulo do sul?*

*- Não, eu só mudei para São Paulo agora. A vida toda eu cresci na Paraíba, lá em João Pessoa.*

*- Entendi. Mas pelo menos sua família é muito unida, né? Eu acho que meu pai hoje tem uma casa e outra casinha que comprou. Mas eu não sei direito, a gente não se fala ainda, né? Eu quero muito essa casa, é realizar um sonho, né? Quem não quer. Mas*

*ao mesmo tempo eu fico pensando pra quem vou deixar. Eu não vou arrumar mulher para ter filho, nem homem nenhum vai engravidar. Pelo menos não tão conseguindo.*

*(registro meu da conversa com Fernanda, setembro de 2017)*

Fernanda continua sua pequena entrevista perguntando como meu pai havia feito para conseguir o financiamento. Munido de certa ignorância, minhas respostas seguiam apenas ideias vagas sobre o próprio funcionamento do programa. Ela perguntava também se a casa era boa, e eu dizia que sim, apesar de ser longe de tudo. Por fim, ela perguntou se eu achava que o dela ia dar certo: “espero que sim, vou ficar torcendo”. Até nossa última conversa, em março de agosto de 2018, Fernanda não havia sido contemplada. Nos anos seguintes, tentei restabelecer o contato com ela fazendo ligações telefônicas para um número sempre ocupado. A despeito disso, nos noticiários da cidade, a prefeitura e o governo federal anunciavam a entrega de quase 500 unidades habitacionais em um conjunto habitacional localizado nas margens do perímetro urbano, na ponta extrema oposta à margem do rio Solimões.

Ao refletir sobre a relação de Fernanda e seu sonho duas coisas me chamam atenção. A primeira delas é o modo como as imagens de família se cruzavam aos sentidos que ela colocava em jogo quando descrevia o que era uma casa, sua experiência de morar com outras pessoas, de recebê-las ou ser acolhida. Por outro lado, referindo-se especificamente ao processo de aplicação para o financiamento, revelava-se uma outra dimensão da produção material da casa. Essa dimensão era aquela produzida pelos documentos e que era tão central tanto para a burocracia quanto para a ideia de exercício da cidadania que implica o acesso à habitação. Tendo em vista que o primeiro ponto já foi mais extensamente apresentado nos casos anteriores, argumento de modo pouco mais detido sobre esse segundo aspecto.

Os documentos ocupavam uma posição central na ideia de legitimidade e legibilidade no exercício dos direitos. Em outros termos, era possível ver em Fernanda a tentativa de construir um acervo documental particular que lhe conferisse frente às instituições credoras a imagem de uma boa pagadora e também de alguém com os recursos necessários tanto para ser qualificada dentro da faixa de benefício que pleiteava, como também que dentro daquela mesma proposta ela poderia arcar com os custos do financiamento e pagar as

parcelas. Contudo, esse contraste entre imagens que legitimam e imagens que podem ser lidas como verídicas era extremamente desvantajoso em um contexto em que os critérios de reconhecimento são colocados a partir de outros parâmetros. Fernanda havia aberto uma conta no banco apenas quando começou a trabalhar na prefeitura, tendo em vista que todos os seus trabalhos anteriores eram informais e o pagamento feito em espécie. De igual maneira, a contratação do aluguel nas casas em que morou eram pautadas por acordos verbais entre pessoas que se conheciam, ou com mediação de uma terceira pessoa.

Os registros que ela conseguia acumular ilustravam assim um impasse. Os documentos operavam uma posição de destaque, mas eram também tornados invisíveis, fazendo com que princípios básicos da contratação do subsídio fossem árdios e complexos. No outro lado da relação, para as instituições financiadoras e gestoras do crédito, esse aspecto inegociável era interpretado como uma forma de isonomia no exercício da cidadania, ou seja, a suposição de que todos estavam sendo tratados de igual maneira. Recuperando Matthew Hull (2012) em sua pesquisa sobre o universo dos documentos no Paquistão, parece haver aqui uma recorrência no que diz respeito à invisibilização dos documentos como parte de uma ideia geral de que eles conectam as partes de algo maior, que realmente importa. Na perspectiva do autor, esse argumento tende a ignorar os processos nos quais se forja o Estado e a burocracia cotidiana, o que em alguma medida é ilustrado na trajetória de Fernanda em sua busca pelo financiamento habitacional. A produção de uma documentação pessoal sinaliza os esforços de traduzir a linguagem burocrática em seus próprios termos, mas tem também um limite tácito na forma como esses documentos serão filtrados, interpretados e tornados ou não legíveis por outras instituições responsáveis pela efetivação do direito.

### **Fechando as portas**

Como expliquei acima, os sentidos de casa que pude apreender durante a pesquisa em Tabatinga e, de forma mais ampla, nas relações que foram construídas com as pessoas de lá ao longo dos últimos cinco anos, apontam para algumas configurações e modelos narrativos que se repetem. Por um lado,



existe um certo desconforto em falar e pensar sobre a casa tendo em vista que ela é usualmente referenciada como o espaço familiar, e sendo assim, é também um lócus de experiências de sofrimento, fraturas e de dor. Nesses casos, a casa emergia e era elaborado a partir das ideias de lar e família, e foi a partir dela que tive acesso a algumas reflexões produzidas pelas próprias interlocutoras sobre a organização do espaço doméstico, o trabalho afetivo, e a própria elasticidade das relações com corresidentes e parentes consanguíneos. Assim, para as interlocutoras, a casa era um espaço de desejo dentro de uma micropolítica das emoções marcadas por tensões e ambivalências, expressas em histórias de expulsão forçada ou desgastes que levavam à saída “voluntária”.

Em outro aspecto, histórias como a de Ana me indicavam outra faceta, dessa vez marcada por um fluxo recente e analiticamente interessante para pensar as relações entre casa, família e projetos de desenvolvimento voltados à habitação. Ainda que o Xingu onde ela vivia fosse interpretado como uma “invasão”, ele se colocava próximo a outros projetos inseridos neste grande pacote de investimentos públicos e privados na habitação. Esses projetos produziam uma forma de presença do capital financeiro e da atuação estatal que ganhou um novo fôlego na segunda metade da década de 2000 a partir de programas como o Minha Casa Minha Vida, como ilustrado no caso de Fernanda. No cenário amazônico, ainda que esse modelo não necessariamente fosse novo, já que atualizava outras expressões de projetos passados, como os dos conjuntos habitacionais e das vilas militares, ele adicionava um novo elemento: o do financiamento da habitação em um período de significativo crescimento de renda nos estratos médios da população especialmente em virtude da ampliação de postos de trabalho no funcionalismo público. Nesse conjunto de histórias, a possibilidade de realizar o “sonho da casa própria” se tornou um mecanismo de organização de relações conflituosas que haviam se instaurado em temporalidades pregressas em razão da descoberta e da experiência tanto da sexualidade quanto de uma identidade de gênero não normativa.

Uma dimensão mais ordinária e nem por isso menos expressiva, é estabelecida pelas relações entre o espaço do trabalho e o espaço da intimidade, e o modo como a fusão desses universos cria sentidos específicos de casa. Em outros termos, dadas as poucas oportunidades de trabalho entre os segmentos mais

baixos, trabalhos voltados à beleza e feitos em salões eram uma oportunidade para pessoas homens gays, travestis e outras pessoas que povoavam esses universos de trânsitos de gênero. Nessa configuração, as casas e trabalho se misturavam em uma arquitetura complexa em que os espaços de privacidade e intimidade eram fracionados ou compartilhados com pessoas estranhas, fora do núcleo familiar ou doméstico. Em última instância, entendo que essas experiências em particular informam também às condições materiais de existência a que estas pessoas estão submetidas em sua heterogeneidade.

Por fim, uma última frente sensível e que demanda alguma atenção é como esses debates atualizam reflexões já clássicas sobre o espaço doméstico e a constituição de rotinas de cuidado e de afeto. Muitas vezes traduzida na expressão “a família que a vida me deu”, essa configuração expressa as formas de acolhimento entre pessoas que passaram por diversas formas de desassistência e abandono por parte de seus parentes consanguíneos e que produzem e partilham a casa a partir das relações de amizade e convivência.

No escopo de uma socialidade LGBTI+, ou mesmo queer, a primeira perspectiva tem sido usualmente tratada em termos dos processos de violência e suas relações com as subjetividades de pessoas LGB, trans e travestis a partir da ruptura com o núcleo familiar. Assim, trata-se de uma reflexão que prioriza a análise dos deslizamentos entre sexualidade, gênero e família. Já a última perspectiva aqui apresentada tem sido marcada pela ideia de “famílias que escolhemos”, como consagrado por Kath Weston (1992) e tensionam a produção de outras formas de parentesco entre pessoas LGBTI+ e os modos de fazer família.

Se casas e famílias se produzem mutuamente, então é necessário pensar no modo como essas experiências são atravessadas quando consideradas desde essas conformações de gênero e sexualidade que estão em desacordo tanto com a heterossexualidade quanto com a cisgeneridade. Como visto nos casos até aqui, isso implica considerar a forma elástica e pendular com que se desenham conflitos e relações familiares, mas também a própria produção do parentesco por meio de outros recursos que não a antítese entre filiação e aliança. Aqui, casa e família são produzidas a partir de dissensos, projetos,

sonhos, rupturas, mortes, pelo silenciamento da dor e outras tantas camadas nas quais os sentidos do convívio e da partilha são produzidos e praticados.

## 4. A CIDADE

*Vou dizer de novo ... quando minha mãe morreu, meus irmãos me expulsaram de casa. Eu ainda era jovem, certo? Assim mesmo comecei a lutar, enfrentar a vida para sobreviver. Então minha mãe morreu em 7 de dezembro de 1983. Quando minha mãe foi enterrada, meus irmãos me expulsaram de casa. Eram 6 horas da tarde. Quarta-feira. Cheguei aqui em Tabatinga, era uma chácara, llo de mato. Havia aquela rua principal, havia a Avenida Marechal Mallet e a Avenida da Amizade, apenas essas duas.*

*(Mário, entrevista em Tabatinga, julho de 2017).*

No capítulo anterior apresentei a partir de situações etnográficas diversas, alguns argumentos em torno do como a casa se apresentava como um índice de representação e de experiência de cidade. Era a partir da casa e das transformações que ela produzia nas dinâmicas familiar e afetiva que muitas das minhas interlocutoras e interlocutores percebiam mudanças na experiência de viver na tríplice fronteira. Isso ganhava forma no surgimento de novos bairros a partir de programas de habitação; na construção de casas com uma aparência mais robusta e estável; na produção de formas de habitar pautadas pela coresidência, cuidado e trabalho; e, também, na possibilidade de reatar e alimentar vínculos afetivos com outras pessoas, fossem elas do núcleo familiar, fossem de outros espaços sociais de convívio. Nesse sentido, a casa constituía uma forma de apreender alguns aspectos cotidianos que eram atualizados no modo como as pessoas experimentavam a cidade.

Esses modos de entender e de representar as transformações sociais no espaço urbano da cidade eram atravessados por memórias e afetos que caracterizavam as relações e trajetórias de vida das pessoas que conheci em campo de modo bastante específico. Dito de modo mais explícito, ainda que Tabatinga fosse vista como uma cidade com relativa autonomia e liberdade para que as pessoas vivessem sua sexualidade e expressassem publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero, era na casa e nas relações instauradas no doméstico que emergiram muitas das tensões vividas e narradas para os sentidos, expectativas e contradições vividas ao longo das últimas décadas e as transformações na paisagem regional. É notório, nesse sentido, o processo de espacialização da memória visível na fala de Mário, apresentado no início deste

capítulo. De igual maneira, se destaca a precisão no uso do tempo e o modo vívido como datas, personagens e cenários se apresentavam em seus relatos sempre que conversávamos. A partir da fala de Mário é possível pensar as mudanças e sensações que experiências do universo da casa e das relações (eventualmente familiares) que ela enseja mobilizam. A partir dela é possível observar também o contato com formas de descrever, viver e fazer a cidade, como se verá ao longo deste capítulo.

Quando eu o conheci, Mário era um homem com quase 60 anos. Estava elegantemente posicionado em pé sobre uma *pickup* velha, usando um vestido vermelho justo ao corpo e uma faixa que recordava seu título como primeira pessoa a ganhar um concurso de beleza em Tabatinga, ainda na década de 1980. Cláudia Patrícia, nome com que se apresentou tantas vezes, era “Su majestade primeira”, como expresso na faixa de cetim coberta em glitter dourado, a primeira rainha dos concursos de beleza na fronteira. A imagem de nobreza com o vestido vermelho, os brincos meticulosamente colocados, e o cabelo tão puxado em direção ao topo da cabeça contrastavam com outra imagem, de um segundo momento, quando nos reencontramos no restaurante em que ele trabalhava. O vestido cedia lugar a uma camiseta simples, o cabelo preso ocupava o topo da cabeça de forma natural e era coberto por uma touca; os dedos indicavam o cotidiano de trabalho na cozinha, com panelas, líquidos ferventes e facas que foram pouco a pouco contorcendo as falanges.

Mário havia sido expulso de casa pelos irmãos poucos dias após o falecimento da mãe. A expulsão foi acompanhada também de uma “tristeza profunda”, como ele descrevia a necessidade de não apenas sair de casa, mas sair da própria cidade onde havia crescido. Assim como nas dinâmicas anteriormente descritas, fazer casa e fazer parentesco se cruzam e misturam, de modo que a expulsão encena um processo correlacionado de desagregação dos vínculos de parentesco – ou sua tentativa. Espelhando algumas das trajetórias que descrevi há pouco, esse momento é marcante para muitos interlocutores e interlocutoras, em especial entre as pessoas com mais idade, a exemplo de Mário. Se para os mais jovens a partilha da orientação sexual com pais, irmãos e outras personagens importantes do grupo de parentesco é vivida como uma forma de negociar responsabilidades e expectativas sobre o presente e a segurança, para

Mário, a homossexualidade era uma questão a ser mentida em segredo. Como efeito, as relações entre sair, ficar e ser expulso de casa revelam e produzem dinâmicas elásticas nas redes de parentesco e corresidência, e são carregadas de significados variados e nem sempre condensáveis em uma narrativa única sobre as relações familiares e suas transformações.



**Figura 7.** Claudia Patrícia durante a 9ª edição da Parada do Orgulho LGBT na Tríplice Fronteira. Tabatinga, 2016. Registros de campo do autor.

Após sofrer os abusos e maus-tratos dos irmãos, Mário se mudou para Tabatinga. Poucos anos após chegar, competiu no primeiro concurso de beleza para pessoas LGBTI+ na cidade, ainda chamadas de transformistas, segundo contava. Na foto, ele relembra o tempo em que era chamado de Claudia Patrícia, e como todos os anos, sobe no carro com o título de “Su Majestar Primeira” durante a nova edição da parada pela diversidade na tríplice fronteira, realizada em Tabatinga.

A noção de segredo vivida pela geração de pessoas como Mário contrasta com outras experiências, a exemplo daquela vivida por Marcelo, que voltou à cidade e assumiu as responsabilidades do cuidado de sua própria mãe, já com idade avançada e doente. Com pouco mais de 30 anos quando nos conhecemos, Marcelo era professor e morava na mesma casa junto com seu marido e a mãe. Ainda que as relações entre genro e sogra fossem também constrangidas por perspectivas e moralidades discrepantes, o convívio entre os três era organizador do cotidiano desse núcleo familiar. Já no caso de Mário, o falecimento da mãe foi um momento de ruptura com os demais membros da família, situação que permaneceu inalterada por mais de 30 anos, até que fosse reativada de forma muito modesta a partir do contato via redes sociais com alguns sobrinhos e irmãos.

A retomada desses aspectos do cotidiano doméstico nos quais a casa adquire sentido e desenha relações é importante porque ela marca um outro conjunto de fenômenos e narrativas sobre o processo de ocupação e urbanização na tríplice fronteira. Nesse cenário, interessa-me particularmente pensar nas imagens de oportunidade e de dificuldade que a cidade constrói e possibilita. Ainda que o faça a partir da perspectiva de outros narradores e interlocutores, gostaria de apresentar essa tensão a partir de uma pequena conversa que tive com Marcelo, em outubro de 2018.

*Marcelo: Quanto mais a gente anda no mundo, mais coisa a gente aprende. Eu gostei demais de trabalhar em Manaus, de conhecer o Rio, de viajar. Se eu pudesse fazia isso sempre, mano. Mas a gente sabe, o mundo é perigoso. Uma hora a gente tem que sair de casa e fazer a rua, e pra isso a gente tem que ser muito corajoso, né? Não é fácil não. Eu passei muita coisa, fome nunca passei graças a deus porque eu sempre trabalhei, mas foi muita necessidade e medo. Mas de toda dificuldade, voltar é uma oportunidade.*

*Thiago: Mas nem sempre é assim pra todo mundo...*

*Marcelo: Depende! Tem aquelas que realmente não vão voltar. O mundo é perigoso e quando sua própria família vira as costas, aí é se virar pra ficar forte.*

*Thiago: E pra você foi bom voltar pra Tabatinga?*

*Marcelo: Pra mim foi sim. Hoje eu vivo com meu esposo e com minha mãe, a cidade é diferente. Lá atrás isso não ia ser possível, mas hoje a gente consegue porque a gente lutou muito pra ter nossas coisas. E mesmo assim ainda é bom morar aqui, sabe?*

*(Registro meu da conversa com Marcelo, outubro de 2018).*

Enquanto conversávamos, carros e motocicletas corriam pela cidade em campanha para os governos do estado e presidencial. Eram pouco explícitas as mudanças que iriam acontecer nos anos seguintes, contudo me chamava atenção a série de eventos que marcaram a vida de Marcelo e que ele havia compartilhado pouco antes. De modo um pouco menos aventureiro, o trecho acima da nossa conversa era interpretado em tom mais reflexivo e baixo, retomando uma série de modos de localizar, descrever e explicar a que era casa e o que era cidade. Assim, se o “mundo” era perigoso, ele era também o espaço onde estavam as oportunidades de mudar e crescer com que em algum momento cada um de nós iria se defrontar. Por outro lado, a casa poderia ser tanto o ambiente em que as suas relações de crescimento e identificação foram nutridas por parentes, como poderia ser a cidade, a paisagem emocional em que essas relações e modos de fazer nutrir foram encontrando resistência a partir do convívio e sujeição a uma série de intervenções.

Alguns dos processos vividos por Marcelo ecoam também na trajetória de Mário, ocorrida quase três décadas antes. A expulsão de casa fez com que ele tomasse parte em um grande movimento de encontrar um novo lugar para viver. Seu deslocamento foi bastante longo entre a saída de San Martín, no Peru, e sua chegada à Tabatinga, no Brasil. A diferença entre sua cidade de origem e a Tabatinga dos anos 1980 era tão grande quanto as mudanças e transformações que ocorreram no intervalo entre sua chegada e o momento da nossa conversa, realizada na rua Marechal Mallet, uma daquelas ruas que ele mencionou conhecer já em seus primeiros dias no Brasil.

Mario chegou à Tabatinga em meados da década de 1980, um período de significativas mudanças sociais e políticas no Alto Solimões e na tríplice fronteira. A título de contextualização, nesse momento Brasil ensaiava a redemocratização, processo vivido de forma semelhante no Peru onde se buscava a reintegração da democracia com as primeiras eleições civis após décadas de ditadura; na Colômbia, a instabilidade política e o crescente espaço que o tráfico de cocaína ocupava na economia, mobilizava recursos em



territórios estratégicos, como era o caso das fronteiras internacionais, regiões portuárias e aeroportos, por onde a produção era escoada para o mundo.<sup>28</sup>

Meu propósito neste capítulo é recorrer a algumas dessas imagens de cidade e de urbano tal como pude apreender em minha relação com interlocutores em campo e também na relação estabelecida com a produção institucional e historiográfica sobre o Alto Solimões. Meu interesse é pensar as trajetórias de pessoas e lugares que refletem algumas transformações na paisagem e na experiência urbanas, tomando como lócus principal a própria cidade de Tabatinga. Como efeito, apesar de sua especificidade, os eventos ocorridos lá também refletem e refratam experiências de outros municípios do Alto Solimões, ainda que em intensidades distintas. Partindo de um esforço tanto histórico quanto etnográfico, me interessa aproximar como a cidade foi se colocando e como ela é vivida pelos meus interlocutores a partir desses processos de trânsito e projetos de desenvolvimento que se executam em múltiplas escalas, desde aquelas vinculadas aos contrastes históricos, sociais e econômicos, como também aquelas agenciadas pelos interlocutores em suas trajetórias. Para isso, a seção contempla três subitens. No primeiro retomo um conjunto de materiais que reúnem relatos do Alto Solimões entre os anos 1970 e 1980 escritos pelo jornalista amazonense Waldomiro Corrêa. A partir das transformações que Corrêa descreve em seus relatos, retomo o processo histórico de produção administrativa do Alto Solimões a partir de documentos iconográficos e da produção historiográfica e demográfica sobre a região. O começo e o fim do capítulo colocam em questão a configuração de cidade e de urbano na região a partir do confronto entre dois interlocutores: Mário e Petrônio. Aqui começo também a pensar as transições no fluxo de ocupação estatal da região, considerando a alternância de um ideal produzido a partir do referente do

---

<sup>28</sup> Para uma história da cocaína na tríplice fronteira, ver Luiz Fabio Paiva (2019: 5). Como lembra o autor, desde sua emergência como fenômeno social a cocaína tem se caracterizado como um processo transnacional, conectando diferentes formas de governo e fazendo uso da fronteira como um mecanismo importante para escoamento da produção. A tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia, de modo mais específico, simboliza alguns dos arranjos característicos dessa engenharia transnacional, a exemplo da justaposição entre economias produtoras de coca, mercados consumidores e rotas de transporte que acaba por secundarizar aspectos mais complexos da circulação destes produtos e como, na gestão dos (i)legalismos, se produzem formas de controle sobre o que passa e o que fica nos limites fronteiriços.

soldado e que é transferido a partir das décadas de 1990 e 2000 para o funcionário público.

### **O Cronista**

Considerando a escala local dos eventos que marcam a passagem entre as décadas de 1960 e 1980, é preciso compreender como os acontecimentos em questão eram interpretados, em vista das próprias demandas e processos vivenciados no território no mesmo período. Nesse aspecto, cabe estabelecer um jogo de escalas que permita entrever o contexto latino-americano e o modo como a urbanização afetava as relações sociopolíticas entre países e sociedades, e os efeitos que produziram sobre o conjunto de interlocutores com os quais estabeleci minha interação de pesquisa.

Ainda na década de 1960, a situação política na América Latina passava por transformações rápidas em virtude da instauração de ditaduras por toda a região e, no caso específico da tríplice fronteira, pela valorização da cocaína no comércio internacional, pelo interesse do Exército brasileiro sobre a exploração da Amazônia e também com as crescentes mobilizações camponesas no Peru. O efeito dessas movimentações e atores no cenário político ganhariam vulto maior até o fim da década de 1980, com a maior participação das forças armadas na gestão e controle do território, bem como com a intensificação dos efeitos materiais das intervenções por eles produzidas. É nesse aspecto que uma avaliação dos discursos midiáticos e oficiais sobre a produção do território e as impressões causadas pelas intervenções federais-militares podem oferecer um plano de contraste para as narrativas dos interlocutores apresentadas ao longo do texto.

Nas próximas páginas analiso a relação entre discursos oficiais, documentos e imagens de cidade na Amazônia produzidos a partir de um conjunto heterogêneo de materiais. Uma parte do material é formado pelo conjunto de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, um jornal diário amazonense em circulação desde o início dos anos 1900. Além deles, há um conjunto de dados e informações oficiais compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o Alto Solimões a partir de avaliações de cunho geográfico e

demográfico, em especial por meio de análise censitária. Por fim, contemplo também alguns projetos de desenvolvimento implementados na região pelo governo federal-militar, com especial destaque para o Programa Calha Norte.<sup>29</sup>

Uma série de reportagens publicadas no *Jornal do Commercio* pelo colunista Waldomiro Rodrigues Corrêa pode ilustrar algumas das percepções sobre o curso dos eventos no período entre 1960 e 1980, evidenciando o tipo de produção discursiva instaurada no panorama mais amplo. Waldomiro era jornalista e também funcionário da prefeitura de Manaus, e de meados da década de 1970 até o fim da década de 1980 escreveu com regularidade para o *Jornal do Commercio*. Suas matérias e textos de opinião discutiam aspectos do cotidiano amazonense, da cultura manauara e, em menor frequência, notícias e acontecimentos da sociedade e das elites locais. No ano de 1981 o jornalista esteve em viagem de 22 dias pelo Alto Solimões, período em que esteve em cidades como Benjamin Constant e Tabatinga. Dessa viagem foram publicados de forma mais evidente dois textos de Corrêa no Jornal, ainda que referências a ela apareçam também em outras matérias. O primeiro texto retrata sua viagem à Benjamin Constant, e lá o autor destaca com vigor e alegria que “o progresso se faz evidente em Benjamin Constant em todas as suas dimensões fisiográficas”. A percepção de Corrêa se faz também em conjunto a um exercício de elaboração memorialista, quando o jornalista recorre às lembranças de uma viagem feita à região 12 anos antes. É a partir desse contraste que ele enuncia:

Confesso, porém, que nessas minhas viagens pelas latitudes geográficas do Solimões e do Javari se constitui uma grata surpresa para mim. A cidade de Benjamin Constant, que conheci a mais de 12 anos passados, está completamente diferente no seu panorama visual administrativo. A cidade entrou num verdadeiro estágio de progresso, graças ao trabalho fecundo e patriótico de seus novos timoneiros, que tiram Benjamin Constant das cinzas cadavéricas e o fizeram uma das cidades mais progressistas e modernas do alto Solimões. Em verdade, a cidade está passando por uma transição em todas as suas estruturas fundamentais. O progresso se faz presente em Benjamin Constant em todas as suas dimensões fisiográficas. As velhas

---

<sup>29</sup> Cabe destacar que dada a magnitude de alguns dos projetos aqui descritos, tal qual hidrelétricas, rodovias e ferrovias, esse tipo de investimento e intervenção se percebe não apenas como um efeito ou processo de Estado, mas como uma ação de mercados e interesses financeiros nacionais e internacionais. Uma rápida olhada para o Alto Solimões demonstra essa articulação pela forma de bairros que têm sua origem em empresas instaladas para desenvolvimento das ações previstas pelo governo federal, a exemplo da Comara e da Portobrás, empresas que atuaram na construção do aeroporto, do porto e na pavimentação de algumas áreas em Tabatinga, Benjamin Constant e outros municípios.

pontes de madeira que o povo andava por cima, foram substituídas por ruas asfaltadas e bem traçadas, dando a cidade um novo aspecto visual e progresso e de segurança ao seu laborioso povo. O progresso chegou finalmente à cidade de Benjamin Constant, para a satisfação total de seu povo que soube esperar com paciência e resignação. (Corrêa, in *Jornal do Comercio*, 6 dez. 1981 [sic]).

Waldomiro segue sua coluna narrando uma série de benfeitorias na infraestrutura urbana da cidade, a exemplo da consolidação do fornecimento de energia elétrica, de telefonia e também do serviço de água encanada. Além disso, destacava a modernização das obras do porto, administrado pela Portobrás, empresa fundada há pouco menos de uma década àquela altura. O crescente volume de obras para qualificação da infraestrutura urbana teve como resultado um intenso fluxo de máquinas e de operários para atuar na gestão dos contratos estabelecidos entre Governo Federal, Exército, bancos, empreiteiras e outras empresas de tecnologia e fornecimento de materiais. Um dos efeitos mais imediatos dessa negociação foi o grande volume de trabalhadores que vieram de outras regiões do país para trabalhar na Amazônia, fluxo que ao longo do processo foi se atualizando conforme o perfil de serviços demandantes era também atualizado. Assim, se nas décadas anteriores um volume significativo dessa mobilidade laboral era feita em razão da exploração da seringa e na conformação de uma economia baseada na extração dos recursos naturais (em especial da madeira e da resina para produção de borracha), nas décadas de 1970 e 1980 esse fluxo era marcado por trabalhadores com atuação voltada à construção, muitos deles de origem nordestina. O próprio Waldomiro em sua coluna sobre Benjamin Constant menciona um desses, o “grande comerciante da cidade (...) Nelson Muniz, um bravo cearense que veio para o Amazonas e ficou rico, fruto de seu trabalho honroso e eficiente” (*Jornal do Comercio*, 3 dez. 1981).

Na crônica de Waldomiro são destacados também uma série de representações políticas e autoridades locais vinculadas a partidos políticos da direita, a exemplo do Partido Democrático Social (PDS), então recém fundado e um dos herdeiros do ARENA durante o período ditatorial. No seu ensaio, Corrêa não cita de forma explícita os nomes ou influências das autoridades militares, ainda que àquela altura, Benjamin Constant, assim como as demais cidades da linha de fronteira,

estivesse sob efeito da lei de Segurança Nacional.<sup>30</sup> A sua impressão, por fim, pode ser sintetizada em uma das últimas passagens da coluna, quando o autor enuncia que “Benjamin Constant despertou de seu sono letárgico de que foi acometido, e hoje é uma cidade que já possui ares de civilização, e já está integrada ao rol de cidades mais progressistas e mais modernas do Amazonas” (Ibidem [sic]).

Na coluna dominical publicada na semana seguinte, no dia 13 de dezembro, o objeto das observações de Waldomiro Corrêa passou a ser Tabatinga. Na ocasião do relato de suas viagens, Corrêa recobra o “acentuado progresso em todas as cidades localizadas naquela faixa de fronteira da Amazônia Ocidental”. Contudo, se o silenciamento sobre a participação do Exército na condução das transformações urbanas e sociais era um incômodo na coluna anterior, no caso de Tabatinga ela é mostrada já em suas primeiras linhas. Ali, Corrêa destaca

... o maravilhoso fruto do progresso, graças ao dinamismo inaudito do nosso glorioso exército brasileiro, que se fez presente em todos os recantos de nossas fronteiras, trabalhando e assegurando a soberania de nossas fronteiras internacionais. Tabatinga é hoje uma cidade em franco desenvolvimento sócio-econômico o seu progresso é insofismável, e o seu futuro é dos mais promissores dentro da geografia política e econômica do Amazonas. (Corrêa, *In Jornal do Commercio*, 13 dez. 1981).

As memórias de viagens e experiências pregressas são também retomadas no comentário de Corrêa sobre Tabatinga. Segundo o autor, ainda na década de 1970, a cidade era “apenas uma vila militar, sem quaisquer condições de vida para seus habitantes, que eram na maioria militares”. O comentário de Corrêa adiciona ainda uma outra camada importante para a compreensão das relações entre as forças armadas e a Amazônia. Essas relações foram sedimentadas em uma perspectiva estratégica e ao mesmo tempo pautada por valores e moralidades que dizem respeito ao Estado e a atributos socialmente validados como masculinos. Assim, a ambição que constitui o projeto militar sobre a

---

<sup>30</sup> Como parte da política de controle de influências comunistas e também de defesa elaboradas durante o período ditatorial, a lei de segurança nacional previa regiões sensíveis que deveriam ser administradas pelas forças armadas. Nesse aspecto, municípios inteiros localizados na linha de fronteira foram definidos como “de interesse da segurança nacional” por meio da lei 54.49, de 4 de junho de 1968. A descaracterização se deu apenas em 1984, por meio do decreto 2.183, assinado em 19 de dezembro. Contudo, como se verá na metade final deste capítulo, a presença do ordenamento militar na região permaneceu com a instalação do Programa Calha Norte, em 1985.

Amazônia tem uma dupla face, fundada tanto no reconhecimento da soberania e na defesa do território como práticas de Estado (cf. Castro; Souza, 2006), e também na correlação desta com a tipificação do exército e do soldado sob uma égide masculinista que localiza o soldado na imagem do defensor da floresta e dos interesses do Estado-Nação (cf. Silva 2016: 51).<sup>31</sup> Essas relações são importantes para a compreensão do movimento de transformações na experiência de cidade e no próprio movimento de urbanização da infraestrutura nas cidades da região em questão. Ao concluir sua coluna, Corrêa destaca de modo enfático e positivo que:

Na realidade, o progresso de Tabatinga, muito se deve ao nosso glorioso exército brasileiro, que se implantou naquela fronteira do Alto Solimões, um marco de trabalho e patriotismo. Ao concluir este artigo quero saudar os verdadeiros construtores de Tabatinga, de ontem e de hoje. Aos bravos militares que deram suas cooperações na construção de Tabatinga. Tabatinga é, em verdade, um pólo de trabalho, de dinamismo, de patriotismo de um pugilos de homens que nasceram preconcebidos para desfladar a bandeira brasileira em todos os rincões dessa estremecida Pátria. (Corrêa, In *Jornal do Commercio*, 13 dez. 1981 [sic]).

A exemplo do que aparece no caso de Benjamin Constant, a prova da intervenção estatal está não apenas na mão do Exército brasileiro a conduzir obras que muitas vezes são descritas como “proezas”, mas também no elenco de serviços e benfeitorias feitas à infraestrutura urbana, como se lê logo a seguir.

---

<sup>31</sup> Nesse aspecto, cabe lembrar a análise produzida por Cristina Rodrigues da Silva (2016) sobre a formação militar, os ideais simbólicos aqui em jogo e os sentidos dentro de uma cosmologia tanto da instituição militar quanto do gênero. Segundo a autora, esse contexto organiza uma oposição dual entre paz e guerra, passividade e proatividade, que reflete os sentidos de masculinidades e feminilidades. Contudo, dada a oposição, a ativação dessas unidades se dá a partir da relação, de modo que “para ser produzida a masculinidade (o guerreiro), o jovem soldado, submetido a uma socialização intensa e à autoridade que lhe é requerida na formação na academia militar, assumiria um papel tipicamente feminino antes de ‘transformar-se’ no lado masculino da equação”. Aspectos semelhantes foram destacados por Fabiane Vinente (2018) em sua análise da participação de homens indígenas no Exército em São Gabriel da Cachoeira, o que nos permite, em alguma medida, extrapolar o argumento de que as masculinidades são produzidas dentro de um contexto de socialidade que faz parte de uma certa linguagem de Estado, em ambos os casos. No cenário de Tabatinga e do Alto Solimões, esse fenômeno de alguma maneira se repete, de modo que a figura do militar aparece como uma performance de masculinidade imbuída de alguns valores, como esses de força e proteção, uma virtude aguerrida e guerreira que tem como um de seus pilares, a luta. Essa luta tem duas formas ou modos de fazer aparecer. Uma delas é interna e se revela nos relatos sobre a luta contra a selva, na qual são destacados valores como progresso e modernidade; além disso há uma espécie de objetivação externa, na qual a luta é para proteger a floresta a partir de certos valores, agendas e interesses que formam um idioma relativamente recente de respeito aos compromissos ambientais dos quais o Exército como instituição vem participando mais recentemente. Esse tópico será retomado logo mais, nas narrativas de Petrônio, na seção seguinte.

Tabatinga está dotada de um moderno porto flutuante, que veio atender aos anseios de seu povo e as exigências de seu progresso incontestável. Ruas calçadas e praças arborizadas; água e luz com abundância e um serviço de esgoto que faz inveja as grandes cidades brasileiras. Duas agências bancárias, um canal de televisão e uma emissora de rádio cobrindo toda a região do alto solimões, penetrando nos contrafortes ocidentais dos Andes. Rede telefônica com discagem direta para todo o Amazonas e o país. A cidade está repleta de veículos, tanto particulares, como de aluguel; o seu movimento de veículos é qualquer coisa impressionante. Tabatinga está lotada de supermercados, lojas de tecidos e calçados; farmácias e drogarias em grande escala. Também queremos destacar um hospital moderno com todos os requisitos necessários para satisfazer a população da cidade. (Corrêa, In Jornal do Commercio, 13 dez. 1981 [sic]).

Em um texto datado de dezembro de 1984, Corrêa sintetiza de forma mais explícita e direta como entendia as transformações na paisagem amazonense que tantas vezes ele mesmo reconstituiu em seus artigos. O texto chamado “O Amazonas de hoje” descreve os empreendimentos em prol da busca do “verdadeiro destino histórico dentro da grande comunidade brasileira” (Corrêa, in: Jornal do Commercio, 13 dez. 1984) pelo qual o Amazonas vinha passando nas últimas décadas. Na avaliação de Corrêa, as transformações visibilizadas pelo noticiário e destacadas também pela agenda política diziam respeito a um conjunto de mudanças no sistemas de valores e atitudes oriundo de um certo tipo de contato com o progresso e a modernidade. No texto mencionado acima, Corrêa sintetiza – ou quiçá prenuncia – as dimensões mais notáveis desse contato:

Aqui pelo nosso Velho Amazonas, por exemplo, as coisas também mudaram. Mudaram os homens e as ideias. Na realidade, existe uma nova semântica de hábitos de costumes no desenvolvimento e na linguagem dos nossos novos timoneiros. Existe uma nova dinâmica social de trabalho, existe uma nova baliza, existe uma nova bússola marcando e apontando os caminhos do Amazonas de nossos dias. Em verdade, existe uma nova mentalidade política e administrativa na consciência de cada homem responsável pelo comando da máquina administrativa do Estado. O Amazonas de hoje caminha inabalavelmente em busca do tempo perdido, em busca de seu verdadeiro destino histórico dentro da grande comunidade brasileira. (Corrêa, in Jornal do Commercio, 13 dez. 1984 [sic]).

É de se destacar três aspectos importantes na sua avaliação, seguindo um evidente tom de balanço de fim de ano. O primeiro deles é a metáfora e o jogo de imagens que utiliza para descrever o movimento de transformações pelo qual o estado passava. Nesse aspecto, utiliza-se de um leque de referentes bastante típico das navegações que marcam todo o sistema de distribuição e transporte

do estado, dando especial ênfase aos timoneiros, ou seja, às pessoas responsáveis pela estabilidade e definição dos caminhos que seriam navegados; essa imagem, aliás, é recorrente em seus textos, como se vê nos fragmentos anteriormente apresentados. O segundo aspecto é a percepção de que as intervenções e projetos de presença constituídos pelo governo federal-militar prefiguravam mudanças não apenas na infraestrutura do ambiente vivido, mas, fundamentalmente, nas percepções, valores e sentidos da organização social que constitui os sujeitos no contexto local. Por fim, gostaria de destacar como ambos os aspectos indicados anteriormente constituem uma recursividade que se assemelha aquilo que Anne McClintock (2010: 28) nomeia como “espaço anacrônico”, ou seja, um movimento simultaneamente espacial e temporal em torno do qual a exploração e movimento em direção a um certo interior desconhecido se constitui também como uma narrativa de descoberta ou contato com a civilização. A própria ideia de civilização aparece nos textos de Corrêa, assim como outros atributos correlatos e usualmente descritos como benesses trazidas pela administração central em um Estado militar: o progresso, a modernidade e a tecnologia.

O tom elogioso de Corrêa à gestão militar ocorria em um período de profundas mudanças nas formas de governo e gestão. Aquele era o primeiro ano em que o estado estava sendo administrado por um governador eleito desde 1964. Gilberto Mestrinho, candidato do PMDB, foi eleito em março de 1983, marcando assim o segundo de seus três mandatos no governo amazonense. O tom de Corrêa neste artigo de 1984 é particularmente interessante, destoando dos demais e, especialmente, do tom memorialista e quiçá excessivamente positivo dos relatos apresentados nas edições de dezembro de 1981. Ali, Corrêa elogia a atuação e presença do coronel Joaquim Pessoa Igrejas Lopes, nome importante na constituição de uma agenda desenvolvimentista para a capital e para o interior amazonense, na década de 1980, especialmente por sua atuação como superintendente da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). É nesse escopo das personalidades notáveis, os “timoneiros”, a gerir o fluxo de mudanças descrito anteriormente, que Igrejas Lopes é destacado no ensaio como um dos “homens que estão levando a nossa terra para um lugar de



destaque no conceito da grande Nação brasileira, através do respeito, do trabalho e do progresso do mundo ocidental” (Ibidem).

A noção de progresso repetidamente aparece no discurso de Corrêa e de outras importantes figuras que constituem o sistema de representações e de expectativas sobre a Amazônia entre as décadas de 1960 e 1980.<sup>32</sup> Contudo, como apresentado até aqui, em sua forma específica, o Alto Solimões foi caracterizado em grande medida por um tipo diferente de ocupação estatal, distinto das grandes obras de infraestrutura como estradas e rodovias monumentais. As razões para tal são diversas, e envolvem a própria ecologia e sistema de solo da região, como a dificuldade em constituir uma rede urbana que justificasse política e economicamente a integração por via terrestre. Assim, o acesso à região tem sido majoritariamente feito por via fluvial e, mais recentemente, por via aérea, tanto no caso brasileiro quanto colombiano.<sup>33</sup>

Avaliando a posição das unidades administrativas que constituem a tríplice fronteira, Daniel Caguasango apresenta algumas hipóteses interessantes de serem avaliadas. Para o autor, a posição que ocupam Tabatinga, Letícia e as ilhas peruanas localizadas às margens do Javari e do Solimões, estabelece um lugar de dupla marginalidade em relação ao centro nacional de seus respectivos

---

<sup>32</sup> Esse sistema constitui e é constituído não apenas por representações, mas também práticas de Estado e de governo. Como se verá logo a seguir, ele teve consequências desastrosas em nível ambiental, tendo em vista como os batalhões de infantaria e de engenharia de construção participaram da derrubada da floresta. Essa destruição dentro de uma linguagem desenvolvimentista e do progresso no qual a floresta só poderia existir se derrubada foi criticamente analisada e questionada por autoras como Bertha Becker (2005: 83) e Edna Castro, merecendo uma nova avaliação frente ao cenário atual e os dilemas colocados pela expansão da fronteira agrícola a partir da lógica do agronegócio e da monocultura extensiva. Do ponto de vista social, cabe ainda pensar como a mobilização de pessoas e máquinas atuou nas formas de produção e exploração do corpo de pessoas racializadas em especial, mas também de mulheres e de sujeitos LGBTI+. Ao longo da pesquisa não consegui reunir elementos suficientes para analisar tal aspecto, mas lembro de Rita, mãe de um dos meus interlocutores e que mudou-se para Tabatinga no início dos anos 1980, junto com sua família. O pai de Rita era um cearense que migrou para o Amazonas no início da década de 1930 para trabalhar na borracha. Ela era a mais nova em uma família de seis irmãos e viu os efeitos do trabalho árduo na seringa no corpo de seu pai e de sua mãe, uma mulher ticuna do município de São Paulo de Olivença. Eles se mudaram para Tabatinga em 1985, e poucos anos depois Rita iniciou um namoro com um militar vindo do sul do Brasil. Rita e seu filho lembram desse período como uma fase difícil das suas vidas, marcadas pelos constantes abusos e expectativas inatingíveis de dedicação e servitude que eram cobradas pelo namorado, com quem ela ficou por quase dois anos, até que ele fosse transferido para outro pelotão.

<sup>33</sup> Fundado na década de 1970, o aeroporto de Tabatinga é o maior do Alto Solimões, aproximando-se do aeroporto de Letícia. Os voos são operados diariamente, com único destino (Manaus-Tabatinga-Manaus) feito de forma direta.

países (Caguasango, 2017: 118). Essa marginalidade é tanto interna como externa, tendo efeito assim sobre as imagens construídas sobre o relativo “atraso” ou “vazio” desses lugares – categorias operadas pelo governo brasileiro na década de 1970 como justificativa para o volume de homens e de obras ali instauradas – ou mesmo sobre seu baixo índice de desenvolvimento.

Em sua análise, o autor aproxima-se da problemática das cidades na fronteira como um posto avançado do Estado, já anteriormente ensaiado por Becker (1990). Nesse sentido, Caguasango argumenta que, aliada às particularidades da história regional que movimentou as populações para a região da fronteira, há uma espécie de interesse deliberado de que essas cidades se configurassem como uma rede de interconexão articulados aos polos regionais (Bogotá no caso colombiano, Manaus para o Brasil, e Iquitos para o Peru) de um modo preciso e localizado. Assim, conclui o autor:

(...) Essas redes não foram planejadas com o objetivo de integrar em condições de reciprocidade as populações mais próximas do entorno fronteiriço, mas o contrário. Foram construídas com o propósito de desenvolver uma fronteira exclusiva, para dentro, quiçá para evitar dependências que possam ser incômodas para os centros de poder a partir dos quais foram feitas tentativas separadas de construir um projeto unificado de nação. (Caguasango, 2017: 118).<sup>34</sup>

Ainda que a hipótese de Caguasango seja bastante pertinente, ela se conecta às possibilidades de interpretar a fronteira a partir do binômio centro-periferia, perdendo de vista a sobreposição entre continuidades e discontinuidades na gestão do espaço dentro dos limites nacionais. Assim, se no caso peruano a posição característica tem sido de relativo descaso em relação ao provimento de serviços às ilhas fluviais, no Brasil a presença dos governos em sua instância federal tem se dado a partir de uma série de programas assistenciais, a exemplo do que descreve Melo (2020), mas também pela expressiva ocupação e inserção de pessoas para gerir rotinas burocráticas e procedimentos administrativos que constituem a faceta institucional do Estado.<sup>35</sup> A presença do Estado brasileiro na

---

<sup>34</sup> No original: “estas redes no han sido planeadas con el objetivo de integrar en condiciones de reciprocidad a las poblaciones más próximas del entorno fronterizo, sino, muy por el contrario, con el propósito de desarrollar una frontera excluyente, hacia dentro, quizás para eludir dependencias que pueden resultar molestas para los centros de poder desde los cuales se ha intentado construir, por separado, un proyecto unificado de nación”

<sup>35</sup> O próprio Caguasango argumenta sobre como os funcionários públicos, na condição de agentes ativos do Estado em sua dimensão ordinária, produzem e manipulam ideias sobre a

região tem se dado pelo provimento de cargos em vários setores como educação, saúde e administração financeira e fiscal; de modo paralelo, também é marcada pelos sucessivos fluxos de participação de expedientes militares a pretexto de proteção da fronteira.

Foi esse tipo de ocupação que, como uma dinâmica de duração mais longa, parece ter constituído as cidades do Alto Solimões. Esse fluxo, contudo, pode ser caracterizado a partir de dois modelos: um de duração mais restrita, marcada por servidores e funcionários públicos com passagem relativamente curta; e, um segundo tipo, de duração mais longa e que, em alguns casos, permanecem no território. Esse segundo grupo inclui também aquelas pessoas que são descritas como “nascidas e criadas”, em contraste com as “de fora”. Ou seja, para ambos os casos, o fluxo ocupacional e a inserção nas atividades descritas acompanham um certo esquema de identificação que diz respeito tanto ao lugar quanto às lógicas de localização social a partir do parentesco.

O hospital que Corrêa menciona ao fim de seu ensaio de 13 de janeiro de 1981 é ilustrativo de uma série de disputas e mudanças que marcam o período. O equipamento mencionado provavelmente é o Hospital de Guarnição de Tabatinga, criado em 1970 por meio do Decreto nº 66.510/1970. Um detalhe sobre o hospital ilumina um outro aspecto da dinâmica local que o próprio Corrêa viria a apresentar alguns parágrafos depois. No decreto mencionado, o hospital está localizado no município de Benjamin Constant, tendo em vista que até àquela altura a área do distrito de Tabatinga estava vinculada aos limites administrativos do município. Ainda que fosse descrita e lida como cidade nos

---

fronteira, tanto em sua dimensão interna (no caso, os diversos fluxos de populações que migraram para Letícia desde outras regiões da Colômbia), como externa (a exemplo de quando contrasta os diferentes regimes pelos quais os componentes nacionais interpretam uns aos outros). Nesse sentido, é notável também como a ideia de perigo que incide sobre a fronteira tem relações não apenas com a movimentação de coisas (a exemplo das drogas), mas com as moralidades. Assim, o autor ao analisar a fala de um de seus interlocutores, nota que a imagem produzida sobre os peruanos como perigosos tem razão não apenas na sua origem e nacionalidade, mas na sexualidade, já que carregam o estigma de “ser perigosos e invertidos – queria decir homosexuales” (Caguasango 2017, p. 121). Uma contribuição importante para entender a circularidade dessas imagens e o modo como elas são ativadas pode ser encontrada na discussão construída por Olivar, Melo e Rosa (2015) e a proposta de pensar os “regimes de presença e mobilidade”, com especial rendimento para se pensar os deslocamentos territoriais e afetivos produzidos na tríplice fronteira por pessoas peruanas.

relatos de Corrêa, Tabatinga foi emancipada oficialmente em 1981 e teve o município instalado dois anos depois, em janeiro de 1983.

### **Organizando o lugar**

Como se vê, o processo de produção de cidade relaciona-se com uma série de particularidades da construção do espaço social amazônico. No contexto do incremento de infraestrutura urbana e da compartimentação da oferta de serviços pelo Estado, isso ganha contornos ainda mais relevantes com a presença de itens essenciais ao cotidiano cidadão (como unidades de saúde, mercados e comércio, escolas, postos de trabalho formal), e também com a constituição de uma estética de tornar a presença estatal visível em uma situação de viver a fronteira como espaço de limite administrativo internacional. Em outros termos, as imagens da cidade e da fronteira se misturam e confundem em um processo que é simultaneamente marcado por trânsito, coprodução e contato em contraste com os cortes, limites e interdições, como destacaram Daniel Caguasango (2017) e Jorge Aponte Motta (2011) para a tríplice fronteira amazônica de modo mais específico.

Compreender as recorrências e tensões no cruzamento entre linhas de corte e interseção implica também uma reflexão sobre o processo de territorialização e a dinâmica da conformação dos territórios administrativos ao longo da segunda metade do século XX. No caso brasileiro, essas tensões e instabilidade se refletiam nas formas de produção e gestão do território nacional, o que de algum modo era parte do movimento explicativo para entender uma parte central do processo de urbanização, a saber, as sobreposições entre limites administrativos dos municípios, a formação de núcleos urbanos e a produção de uma infraestrutura que atendesse aos interesses e demandas de uma população urbana emergente, como descrevemos acima a partir das narrativas de Waldomiro Corrêa.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Esse processo constante de reorganização tem sido registrado em diferentes momentos do tempo histórico no território amazonense. Exemplo disso é o processo de divisão e conformação de novos municípios que se tentou levar a cabo ao final dos anos 1980 e que foi registrado por Nogueira (2007). Retomando as discussões por ocasião da Constituição de 1946, Dutra e Pereira (2018) também apontaram para esse movimento de reorganização dos limites territoriais e administrativos entre municípios.

É notável observar como os processos políticos e sociais que marcaram o percurso entre as décadas de 1960 e 1980 se refletem na constituição do Alto Solimões. Uma estratégia para perscrutar esse processo pode ser encontrada na compilação de relatos do período, e também na avaliação de instrumentos de controle populacional e gestão do Estado, a exemplo dos censos populacionais ou dos processos de definição dos limites administrativos e instalação de municípios.

Esse aspecto vem sendo destacado em outros trabalhos sobre a região, especialmente aqueles que se detêm sobre processos históricos mais longos e nos quais a presença do Estado e a regulação das formas de governo foram se atualizando e se conformando a partir do ordenamento das relações entre sociedade e governos na formação política de novos territórios.<sup>37</sup> Na tríplice fronteira, o município de Tonantins pode ser um exemplo para descrever essas mudanças. Até a década de 1910, era um povoamento pertencente ao município de São Paulo de Olivença; entre 1911 e 1955, quando, já na categoria de distrito, foi transferido para a administração do município de Santo Antônio do Içá.<sup>38</sup> Em 1964, o território foi extinto em sua forma de distrito e foi oficialmente integrado ao município de Santo Antônio do Içá até 1979. Em 1981 foi novamente destacado, dessa vez sob a condição de município, status que foi oficializado em 1983 e que mantém até hoje.

Na configuração administrativa e geopolítica vigente até 2017, o Alto Solimões era uma unidade de organização territorial do estado do Amazonas. Como aponta o instrumento normativo que sugere os critérios de constituição de meso e microrregiões (IBGE, 1990a), os municípios aglutinados em uma microrregião não se constituem de forma autossuficiente; ao contrário, há aspectos partilhados em virtude da organização de atividades produtivas. Assim, é de se

---

<sup>37</sup> Esse debate se estende para outras escalas maiores, como é o caso da própria disputa entre Peru e Colômbia pela cidade de Letícia na década de 1930, registrado por Zárate (2013), ou mesmo na organização interna do estado Brasil e a tentativa de reordenamento territorial do estado do Amazonas, registrado por Ricardo Nogueira (2007).

<sup>38</sup> Em 1952 o decreto estadual nº 6158, de fevereiro de 1952 ordenou o desmembramento de uma série de territórios e a sua ordenação em outros municípios. Nessa ocasião, os limites do território foram delimitados. Três anos depois, por meio da lei estadual nº 96, de 19 de dezembro de 1955, a área foi transferida para São Paulo de Olivença, divisão que se manteve até 1979. Em 1981 a emenda constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981 destacou o distrito à categoria de município.

reconhecer que a própria noção de “Alto Solimões” tem certa popularidade entre as pessoas da região, sendo usada por brasileiros para se referir às possibilidades de aproximação de aspectos culturais e históricos para além das geografias dos limites municipais. No que tange ao escopo da sua leitura pelo Estado, essa forma de organização serve ainda a outros propósitos, a exemplo da organização de distritos sanitários de saúde e das redes de abastecimento.<sup>39</sup> Como forma de organização do espaço, mecanismos assim instauram territórios e populações a partir de instrumentos de legibilidade elencados pelo Estado. É uma classificação problemática e não consensual, mas mantida aqui em virtude de seu potencial de aglutinar experiências afins, ainda que não idênticas, além da própria possibilidade de reconhecimento visível no uso que as pessoas fazem dele.

Tendo como propósito dar inteligibilidade às características regionais que formam a história e economia brasileira, desde a década de 1980 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem se caracterizado como um importante agente na formação de uma racionalidade estatal sobre a Amazônia. Em 2017, a política até então produzida pela instituição, fundada nas meso e microrregiões foi extinta, passando a ser adotada a ideia de regiões geográficas subdivididas em dois tipos: imediatas e intermediárias. Sob essa nova formulação, os municípios que constituem o Alto Solimões formam parte da região intermediária de Tefé, e os nove municípios que a constituem, organizados em duas regiões geográficas distintas. Amaturá, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tabatinga e Tonantins formam parte da região imediata de Tabatinga. Os municípios localizados na parte mais elevada, Fonte Boa e Jutáí, foram integrados à região imediata de Tefé (IBGE, 2017a). Nesse aspecto, cabe observar com atenção a própria organização administrativa dos municípios e

---

<sup>39</sup> As nomenclaturas utilizadas têm sua própria historicidade como parte das estratégias de governar instituídas na burocracia, pelos documentos e a partir das relações entre saber e poder. Em 2017, a divisão em torno das concepções de meso e microrregiões que vinha sendo elaborada pelo IBGE foi substituída por outro instrumento de gestão territorial e de planejamento, as “regiões geográficas”. O sistema buscava assim corrigir alguns desvios de análise produzidos pelos instrumentos anteriores. Contudo, ainda que não seja administrativamente empregado a ideia de uma “mesorregião” ou “microrregião”, a ideia do Alto Solimões como um conjunto de territórios e unidades administrativas com relativa conexão e proximidade geográfica, política, econômicas e história permanece. Assim, ela ainda permanece, seja na forma como os agentes institucionais operam em cada caso específico, seja no modo como as pessoas localizam e descrevem o espaço geográfico e social.

suas transformações. A partir dela é possível pensar as relações de trânsito e deslocamento vividas com os sucessivos “surto econômicos” (Becker, 2013) que caracterizam o processo de produção de cidade, mas também as lógicas e os sentidos de oportunidade e dificuldade produzidos pelos interlocutores. Ignorando os dados arqueológicos sobre a presença indígena na região – especialmente as coletividades Omagua (Kambeba), Kokama e Ticuna – os primeiros relatos sobre a ocupação do território que atualmente pertence ao município de Tabatinga data da segunda metade do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa instaurou o Forte São Francisco Xavier de Tabatinga com o objetivo de delimitar sua presença e estabelecer os limites entre Portugal e Espanha. A partir do Forte se estabeleceu uma pequena vila de presença militar destacada. A forte atuação do fluxo das águas do Solimões foi, ao longo do tempo, impondo a derrubada e a reconstrução do forte, até que ele fosse finalmente destruído na década de 1930. Conforme registrado por Antonio Porro (1992), antes mesmo da instalação do forte pela Coroa, na região da foz do Solimões havia um aldeamento jesuíta fundado por volta da primeira década do século XVIII.

Ainda que a presença militar seja um mote importante na configuração e importância do município, em virtude da defesa dos limites nacionais – e outra, imperiais –, a consolidação de Tabatinga como um núcleo militar veio apenas na segunda metade do século XX, quando a cidade foi destacada como uma colônia militar (cf. Decreto 60.606, de 20 de abril de 1967). Como lembra Melo (2020: 64) os municípios que atualmente constituem o Alto Solimões têm as formas que detêm hoje apenas dentro de uma temporalidade bastante recente, que se configurou a partir de múltiplas formas e agenciamentos políticos para determinar aquilo que foi criticamente apresentado por Nogueira (2007) como um esforço para “dominar a monstruosidade geográfica”. Recorrendo ao processo histórico de povoamento e reordenamento territorial e administrativo da região, vê-se a sobreposição de diferentes formas de produzir e de estabelecer limites e fronteiras internas. Até a década de 1970, ainda que a microrregião do Alto Solimões se mantivesse com os limites territoriais pouco alterados, a configuração administrativa foi mudando drasticamente ao longo do

tempo. Exemplo disso é o exposto há pouco sobre o município de Tonantins, ou mesmo o município de ocupação mais antiga: São Paulo de Olivença.

A constituição de São Paulo de Olivença remota a outro tipo de presença histórica tão antiga quanto a militar: os missionários. Na segunda metade do século XVII o missionário jesuíta Samuel Fritz fundou a missão São Paulo Apóstolo com o objetivo de cristianizar as populações indígenas que habitavam a área. Com base no argumento de Sebastián González (2008: 47), pode-se sustentar que as ações empreendidas por Fritz e que levaram à conformação do povoamento produziram uma mescla de duas das mais importantes formas de colonização da Amazônia durante o período: a missão e o militarismo. Esse feito, em grande medida, reflete também os adágios da colonização litorânea estabelecida em torno dos ideais de levar a fé, a lei e o Rei (Schwarcz, 2012: 11).

Tal como os processos vividos pelos demais municípios da região, a estabilização dos limites administrativos em São Paulo de Olivença é relativamente recente. Em 1759 o território foi designado como distrito de São Paulo de Olivença, categoria que manteve até 1817, quando foi transformado em Vila. Menos de duas décadas depois, em 1833 perdeu seu status e teve o território incorporado ao município de Tefé. Apenas em 1935, com a promulgação da Constituição do Estado e a reforma dos limites administrativos nela incluídas, o município de São Paulo Olivença foi emancipado e instalado, tendo em si uma série de distritos que nos anos seguintes viriam também a se tornar municípios autônomos, como é o caso de Amaturá e Santo Antônio do Içá.

Os registros imagéticos mais antigos sobre Tabatinga, em geral desenhos realistas e fotografias das primeiras décadas do século XX, apresentam símbolos marcantes da atuação imperial (e estatal) na região. Assim, com alguma frequência vemos os fortes e construções bélicas representando esse período da formação nacional e administrativa da região, como é o caso das ilustrações da expedição do naturalista britânico Francis de Castelnau guardadas nos arquivos da Biblioteca Nacional. Na coleção, vê-se um desenho com o título de “Vista de Tabatinga, Alto Amazonas” (Vue de Tabatinga, haute Amazone. Brésil), datada do período em que a expedição esteve no Brasil, entre 1844 e 1847. Ali se vê uma bandeira da Coroa Portuguesa e um pequeno



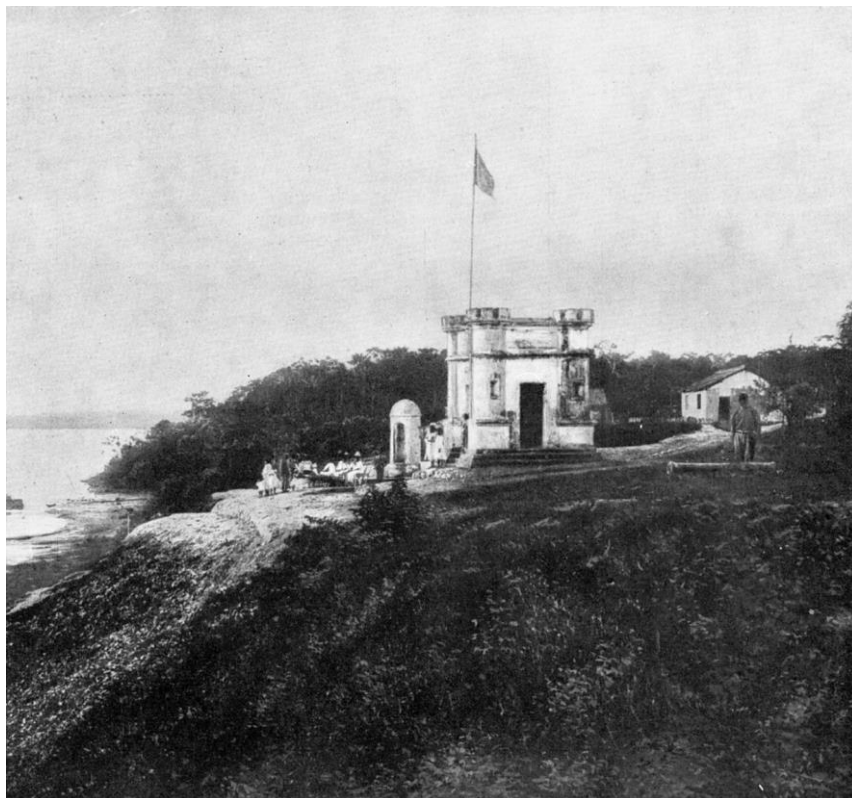
contingente de soldados armados ao redor do que parece ser um poço, tendo um canhão e algumas armas ao seu dispor. A vista emoldura a fronteira natural mais notável da região: as duas margens do Rio Solimões (cf. Figura 8). Ao fundo, algumas casas sem um ordenamento aparente, todas elas com cobertura em palhas que se assemelham às palmeiras da fauna que se vê ao fundo. Ao centro, pouco próximo ao poço e no meio da área do pátio comum, uma cruz.



**Figuras 8.** Ilustração da expedição de Francis de Castelnau (circa 1843-1847). Fonte: Brasiliana Fotográfica / Acervo Biblioteca Nacional.

Ainda nos arquivos da Biblioteca Nacional é possível encontrar uma fotografia sem autoria conhecida. A datação provável é de 1924, conforme o registro (cf. Figura 9). A composição em preto e branco destaca uma paisagem semelhante àquela impressa na ilustração da expedição de Castelnau e registra o forte com a bandeira hasteada e um pequeno contingente de homens aparentemente fardados ao seu redor. A localização também é definida pelas informações que acompanham a fotografia, estando o forte posicionado nas proximidades da fronteira colombiana. Ao fundo se vê também uma casa.

A imagem em preto e branco espelha e se assemelha a um conjunto de registros produzidos por Benjamin Rondon entre os anos de 1929 e 1930, por ocasião das expedições da Comissão de Inspeção de Fronteiras indicada pelo então presidente Washington Luiz. Como lembra Maria Elizabeth Monteiro (2019), a Comissão foi instaurada como parte constituída no Exército brasileiro, de modo que estava institucionalmente vinculada ao Ministério da Guerra, como se vê já na capa do álbum que integra o conjunto de registros e relatos. Sendo assim, a própria expedição e os registros produzidos a partir dela não tinham uma função ilustrativa ou de exposição de paragens exóticas, a exemplo do que se vê nos desenhos da expedição de Castelnau, mas antes “construção de um ideal de nação, de expansão de valores e visões”, como expõe Monteiro (2019: s/p).



**Figura 9.** Forte São Francisco Xavier, 1924. Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

A seção do álbum das expedições que contempla o Alto Solimões é formada pelo conjunto de 9 páginas e 15 fotografias, sendo 9 delas registros de Tabatinga, 1 da cidade de Letícia e outras 5 fotografias que registram Iquitos. Uma das fotografias apresenta, em matizes de sépia, uma pequena vila com

casas em tapera e cobertas com palha (cf. Figura 10). Não há pavimento, nem qualquer outro indicativo de infraestrutura urbana. O arruamento percebido na pequena porção emoldurada pela foto é pouco expressivo, replicando um esquema de redes de comunicação entre unidades domésticas de tipo rural, ou mesmo de becos em espaços urbanos pouco projetados segundo os moldes racionais e cartesianos do urbanismo do período. A fotografia compõe também os acervos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo disponibilizada nos arquivos relativos à história da cidade no portal da instituição, além de ser também parte do acervo dos arquivos da Biblioteca Nacional.



**Figura 10.** Registro da Vila Militar de Tabatinga produzida pela Comissão de Inspeção de Fronteira liderada pelo Marechal Rondon, 1929-1930. Fonte: Brasiliana Fotográfica / Acervo Histórico Nacional

Do acervo sobre a tríplice fronteira produzido pela expedição de Rondon e pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, duas pranchas com cinco fotos no total apresentam pessoas. Em ambos os casos, vemos soldados vestidos com roupas brancas e bem ajustadas, todos armados. Em uma das fotos os três homens se posicionam ao lado do próprio Rondon, destacado ao centro de todas as imagens, em geral ladeado pelos demais soldados ou à frente de alguns dos monumentos de demarcação da posição de fronteira. Muitos desses homens são de pele visualmente mais escura, provavelmente homens de origem nordestina,

ainda que não haja qualquer identificação nos registros textuais ou iconográficos da expedição.<sup>40</sup>

Essas três imagens são significativas não pelo conteúdo em si ou por algum valor intrínseco, mas pela contraposição à própria imagem que a cidade dispõe na dinâmica da tríplice fronteira atualmente. Além disso, no que tange às relações administrativas, apresenta também uma novidade na história recente tendo em vista a própria temporalidade de sua instalação como município. Hoje Tabatinga é a maior cidade do Alto Solimões e sua localização no espaço e no tempo são objetos de análise no conjunto das reflexões aqui traçadas para entender o processo mais amplo de urbanização da região.

As categorias descritas até aqui, “cidade”, “vila”, “município”, “distrito” constituem uma espécie de idioma de estaticidade, recorrendo à noção de Hansen e Stepputat (2001). Além disso, elas se estabelecem em uma articulação entre saber e poder na qual a geografia desempenha um papel primordial, como se percebe no modo como as formas de organização dos limites administrativos construídos por governos e pelo Estado ganham inteligibilidade a partir da atuação institucional do IBGE. Nesse aspecto, há que se recordar a reflexão feita por Edward Said sobre a geografia e sua participação no processo de reprodução dos imaginários colonialistas que fundamentam um tipo de saber orientalista. Conforme o autor (Said, 2007), a geografia e demais disciplinas a ela vinculadas (demografia, cartografia, e em alguma medida, também a antropologia e a sociologia) constituem um saber especializado com efeitos de organizar e sistematizar o espaço a partir de referentes cartográficos, mapas e outros instrumentos que, a partir da imaginação, constroem uma projeção do espaço, e como efeito, também daqueles que se relacionam com ele. Na análise

---

<sup>40</sup> A presença nordestina se intensificou na região durante os anos 1970 e segue ainda hoje como um importante elemento da composição populacional de Tabatinga e demais cidades do Alto Solimões. Contudo, durante a pesquisa documental nos acervos da Diocese do Alto Solimões pude identificar registros de casamento que datavam dos primeiros anos do século XX. Fato semelhante foi registrado por Sebastião Ferriani em sua investigação do mesmo acervo. Conforme levantamento do autor, “observa-se pelos livros paroquiais que os registrados, entre os anos de 1895 e 1901, cerca de 95% dos habitantes, eram de origem nordestina, dos quais pelo menos 80% do Ceará” (Ferrari, 2013: 189). Como ouvi tantas vezes nas histórias de família que acompanhei, muitos desses migrantes chegaram a Tabatinga de forma não calculada, mudando de colocação em colocação durante o período de auge de exploração da seringa e da economia dos grandes barracões. Para um relato mais completo desse período ver Oliveira Filho (1988: 60-87).

do autor, o saber geográfico e sua imaginação política produzem processos cirúrgicos de cisão e de delimitação de divisões, limites e contornos, o que, em certa medida, nos permite também expandir e considerar que a exploração sobre o espaço que essas disciplinas constituem forma parte de uma rede de relações na qual corpo e espaço colonial se equacionam, a exemplo do que foi explorado por autoras como Anne McClintock (2010).

A partir de outros referentes, a geografia imaginativa de que fala Said (2007) opera no Alto Solimões – ou mesmo na formação da Amazônia Legal – por meio de uma série de debates que reúnem pessoas, documentos e Estado com o objetivo de estabelecer os limites dos territórios de governança. Nesse sentido, a definição dos limites administrativos são também processos de longa duração estabelecidos a partir de acordos e de tensões na forma de operar e construir sentido do espaço social em sua dinamicidade.

Uma forma de destacar esse processo advém das próprias formas instituídas de registro populacional e seus efeitos sobre o que seja o reconhecimento estatal sobre a viabilidade de um município, ou mesmo o reconhecimento das particularidades de um conjunto populacional como unidade significativa. Dito de outro modo, se Tabatinga ocupa uma posição relevante na dinâmica regional, tanto em seu aspecto político e econômico, como sociocultural, esse é um processo de objetivar uma determinada figura, ou seja, de constituir um processo histórico mais amplo e destacá-lo, de fazê-lo aparecer dentro de um idioma de Estado. Nesse aspecto, como argumentou Gupta (2012), os censos populacionais podem ser uma figura de interesse na análise antropológica, não tanto pela sua capacidade de construir uma realidade marcada pela legibilidade e materialidade, mas pela forma como instâncias variadas de constituição afetiva e técnica são traduzidas dentro de uma linguagem burocrática e que se supõe racionalizada para criar um efeito de real.

Na análise da síntese dos censos publicados a cada década, é possível vislumbrar três fenômenos: (a) a constituição administrativa e política da formação do Alto Solimões como uma microrregião, evidenciando que o perímetro territorial manteve seus contornos relativamente próximos ao que existem do presente; (b) a formação de unidades administrativas e a flexibilidade

nos instrumentos normativos do processo de ordenamento territorial dos municípios; e por fim, (c) a projeção dos efeitos sociais que tornaram possível Tabatinga tornar-se mais que um município, um centro regional, dado o modo como foi se produzindo ao longo do processo histórico.

A tabela a seguir apresenta de forma sintética alguns desses aspectos que devem ser objeto de análise. Ela usa os dados extraídos dos censos e das sínteses estatísticas produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas edições desde 1960 do censo nacional.

**Tabela 1.** Crescimento populacional dos municípios do Alto Solimões.

	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Amaturá	5298*	5606*	5661*	4740	7263	9467
Atalaia do Norte	5100	6066	6770	8014	9757	15153
Benjamin Constant	11209	15230	25242	18276	23211	33411
Fonte Boa	14743	11760	13881	16460	31472	22817
Jutaí	1496	3942	9972	14884	22426	17992
Santo Antônio do Içá	8412	9547	15743	17364	28161	24481
São Paulo de Olivença	16135	18940	19542	13572	22994	31422
Tabatinga	-	-	-	27930	37919	52272
Tonantins	3599*	4582*	6333*	1066	15506	17079

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (1970; 1980; 1990b; 2000; 2010)

\* Distritos vinculados a municípios instalados. O valor total de cada distrito é, nesse sentido, incluído também na população do município correspondente.

Uma leitura dos dados acumulados ao longo do período recortado ilustra alguns movimentos importantes sobre o Amazonas e a região do Alto Solimões de modo mais específico. Há que se considerar, por exemplo, que até a década de 1970, quase 62% da população vivia em apenas 10 municípios do estado (IBGE, 1970: 15), sendo que apenas cinco cidades em todo o conjunto de municípios tinham um índice de urbanização significativo considerando os parâmetros da época – igual ou superior a 5 mil habitantes. Em seu conjunto, essas cinco cidades representavam 84,7% da população urbana de todo o Amazonas.

Na década seguinte, Benjamin Constant entrou na lista dos 10 municípios mais populosos do estado. Ainda que os limites territoriais definidos administrativamente já incluíssem Tabatinga, nas análises do período ela não era reconhecida nem como distrito, oficialmente, nas contagens do Instituto. A instalação do município em 1983 e sua posterior inclusão nas formas de registro produzidas pelo Censo já destacam a posição de destaque que a cidade passou a ocupar nas décadas subsequentes. No censo de 1990, Tabatinga já despontava como a sétima cidade em termos populacionais no estado do Amazonas, reunindo 27930 habitantes.

Como se vê no estudo populacional produzido pelo IBGE, os anos 2000 marcam um significativo aumento da população nos municípios do Alto Solimões, representando também os efeitos de dinâmicas locais e de investimentos das várias instâncias de governo. É nesse período também que a região assume administrativamente a configuração dos nove municípios que são assumidos hoje pela população.

**Tabela 2.** Crescimento da população urbana do Alto Solimões.

	<b>1990*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Amaturá	40,32%	52,49%	52,4%
Atalaia do Norte	26,98%	42,83%	45,5%
Benjamin Constant	63,09%	61%	60,3%
Fonte Boa	35,08%	39,94%	66,2%
Jutaí	61,15%	34,27%	58,6%
Santo Antônio do Içá	25,59%	27,98%	52,9%
São Paulo de Olivença	32,52%	32,06%	41,4%
Tabatinga	71,04%	70,36%	69,5%
Tonantins	24,92%	28,12%	52,1%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (1990b; 2000; 2010)

\* Os valores relativos para a década de 1990 foram estabelecidos a partir dos valores absolutos apresentados na Sinopse preliminar

De volta à razão social dos números, cabe destacar um segundo conjunto de dados que pode ajudar a compreender os efeitos do crescimento populacional

nos municípios durante as três últimas décadas. Esses dados dizem respeito à caracterização da população em relação ao local de residência, operando assim uma separação em termos de residências em territórios urbano e rural. Ainda que haja uma defesa em torno da complexidade dessas categorias, considerando situações-limite e reconhecendo também o crescente processo de urbanização do país, para fins demográficos os dados são caracterizados atualmente nesses termos (cf. IBGE, 2017b).<sup>41</sup>

Comparando os dados produzidos sobre o volume populacional bem como sua concentração, é possível depreender algumas características do fluxo de investimentos que se estabeleceu sobre a região ao longo do período estudado.

As características ecológicas da região, bem como sua posição impediram a conflagração daquelas que se constituíram como as duas principais formas de ocupação da Amazônia no período. Por um lado, a expansão da frente agrícola e a formação de grandes extensões de monocultura comandadas pelo que hoje se tornou o agronegócio foi impedido pelas características climáticas e de solo, além da logística de transporte de cargas; esses aspectos da fisiologia do solo e seus ciclos anuais, bem como a posição na dinâmica regional e o pouco benefício do transporte terrestre em comparação com as vias fluviais ou aéreas estimularam assim uma modalidade de presença que se fez primeiramente estimulada por investimentos externos (fossem do Estado, fosse de agentes mediadores da legalidade).

O manuseio dos números aqui, mais do que uma estratégia descritiva para tratamento de um universo de informações específicas, constitui também um recurso amplamente utilizado por governos e gestores. Dito de outro modo, a leitura da dinâmica demográfica e o engajamento com a descrição e mensuração

---

<sup>41</sup> Os critérios e categorias em uso pelo IBGE vem continuamente sendo atualizados desde as primeiras edições do censo. Além disso, há uma perspectiva de análise situacional empregada, de modo que os critérios de definição de certos elementos descritivos variam não apenas de edição para edição do Censo, mas também de localidade para localidade. Na década de 1970, por exemplo, o critério definidor de agrupamento urbano no Amazonas era baseado na densidade populacional de no mínimo 5 mil habitantes por núcleo, passando para 10 mil no ano seguinte e sendo posteriormente abandonado. De igual maneira, as noções de “cidade ou vila” foram abandonadas a partir de 1990, quando se passou a adotar uma distinção entre cidades na sede do município ou fora dela.



do município são parte das relações sociotécnicas produzidas por pessoas e por especialistas para descrever e produzir efeitos no campo.

Conectando as crônicas de Waldomiro Corrêa apresentadas ao início do capítulo com a reconstituição histórica do processo de organização territorial do Alto Solimões e da conversão das cidades da tríplice fronteira em municípios, é possível entender de forma mais concreta essa associação entre Said e McClintock a que me referi páginas acima. As dinâmicas de transformação do espaço social implicam movimentos e disputas que incidem sobre a própria constituição material da paisagem citadina, como se vê nas observações de Corrêa sobre as melhorias implementadas pelos governos militares; em continuidade, elas também partem de movimentos orgânicos e contingenciais que formam, a cada momento, uma espécie de pólo atrator de pessoas, interesses, objetos e práticas de conhecimento. Foi essa conjunção de fatores inseridos em uma dinâmica da temporalidade que fez com que Tabatinga ganhasse notoriedade como centro econômico regional, atraindo um grande volume de pessoas. O esforço do Estado ao longo das décadas de 1970 até o início da década de 1990 esteve em tentar controlar esse processo de crescimento dos espaços populacionais e dos territórios de influência a partir da divisão administrativa, o que em certo sentido, produziu também uma organização do corpo social em razão dos contingentes de pessoas com diferentes regimes de pertencimento.

Dada essa configuração, Tabatinga ocupa uma posição estratégica não apenas pela sua localização e proximidade com a fronteira internacional – que por muito tempo foi objeto de vigilância e interesse dos agentes de Estado e formas de governo –, mas pela posição magnética que ocupa na costura entre diferentes núcleos urbanos, rurais, ribeirinhos e territórios indígenas. Ainda nesse aspecto e retomando um pouco o fragmento da entrevista feita com Mário, até o começo da década de 1980, a paisagem urbana no núcleo de urbanização mais antiga do município não se distinguia muito das demais cidades da região. Ou seja, ainda que conformada como município e lida em termos de cidade, os equipamentos urbanos eram poucos e precários. Isso não impedia, contudo, a mobilização de pessoas que chegavam à cidade na expectativa de terem uma vida diferente, como foi o caso do próprio Mário.

## Mario e Petrônio

Como apresentei no começo deste capítulo, em 1983, Mário foi expulso de casa por seus irmãos mais velhos e deixou San Martín, sua cidade natal. Depois que sua mãe faleceu, não havia mais ninguém para protegê-lo das agressões diárias que ele recebia de parentes e vizinhos devido ao seu jeito, com frequência descrito como “jeito chivo”, termo que usualmente aparece como uma apelativo para meninos com trejeitos e feições mais afeminadas.

Na época, ele tinha pouco mais de 20 anos e não frequentava a escola. Segundo contava, além de não haver escolas públicas na vila em que vivia, ele passava a maior parte do tempo trabalhando em um pequeno terreno que sua família cultivava para produzir própria comida e também vender no comércio local.

Com o pouco dinheiro que conseguiu, ele pegou um barco e chegou à Tabatinga. Na mala constavam apenas algumas roupas e a expectativa de encontrar um lugar onde pudesse trabalhar. No caminho, foi parando em diversas comunidades e cidades pela fronteira e dando-se conta dos limites entre seu espanhol e o português que se aproximava e ouvia a cada cidade. Ao chegar em Tabatinga, maior cidade da região àquela altura, parou e esperou no porto por alguma ajuda.

Mário não teve contato com a família desde sua partida forçada até o ano de 2016. Durante esse período, morou em Tabatinga e trabalhou como peluquero, executando serviços domésticos em casas de outras pessoas e, finalmente, como cozinheiro, ocupação que exercia nos últimos anos. Os primeiros anos trabalhando em restaurantes repetiam uma história que não era apenas dele, mas de muitos outros homens gays, travestis e mulheres trans que migraram do Peru para morar na fronteira.

Mudar para Tabatinga significava a possibilidade de uma nova vida descrita por ele não em termos de um recomeço, mas de ocupações possíveis, “um emprego, uma casa”. Ao longo de sua vida, Mário observou o crescimento de Tabatinga e a ampliação daquelas duas ruas que ele destacava no começo de nossa conversa para uma rede complexa de ruas, becos, vielas e novos bairros que iam se fazendo com a chegada de mais gente a cada ano. Ainda que não

explicitasse uma razão para ter escolhido Tabatinga durante sua trajetória de viagem, dizia que era uma cidade tranquila e onde “as pessoas diziam que havia muito dinheiro. O trabalho era pequeno, como ainda é hoje, mas em Letícia havia muito, e aqui também”.

Quando Mário chegou à Tabatinga, a cidade era um pequeno centro em processo de crescimento devido, principalmente, às dinâmicas do comércio internacional de cocaína. Em uma economia que movimentava uma ampla rede de trabalhadores, o período propiciou uma certa bonança (Caguasango, 2017) para as pessoas da região que se dispusessem a colaborar com o transporte, permitindo que Tabatinga se tornasse um espaço estratégico e alternativa nas redes de migração locais em virtude de sua posição transfronteiriça. No entanto, como lembra Luiz Fábio Paiva (2019), essa bonança ganhou formas diferentes conforme a mobilidade do produto no mercado nacional e internacional, conforme ela passava ou ficava na fronteira.<sup>42</sup>

Portanto, o mesmo período foi marcado por uma sequência de investimentos em projetos de ampliação da presença militar com fins de defesa do território de fronteira. Essa defesa ganhava forma no controle da presença internacional, fosse em sua dimensão ideológica, fosse mercadológica a partir de mercados ilegais e da fiscalização aduaneira.<sup>43</sup> Ainda que essa presença militar fosse um componente histórico do município, naquele período ela ganhava formas específicas pelo investimento do governo militar em ações de controle da expansão da influência política das ideologias revolucionárias nos países vizinhos. Retomando Becker (2013), nesse cenário as cidades se converteram não apenas em núcleos organizadores do mercado e dos ciclos de desenvolvimento econômico, mas também em postos avançados de vigilância e concretização da presença do Estado. Como argumentei anteriormente, essa

---

<sup>42</sup> A gestão da segurança foi feita por diversas instituições ao longo do processo de formação administrativa de Tabatinga e as demais cidades localizadas na linha de fronteira, em especial aquelas sob tutela do Exército em razão da Lei de Segurança Nacional. No que tange ao controle do tráfico, por exemplo, essa função atualmente é exercida pela Polícia Federal, mas anterior à sua instalação em Tabatinga era exercida pelo Exército. Com isso, também se construiu um repertório mais amplo sobre as funções exercidas pelos militares do que a concepção estatal de “defesa nacional”.

<sup>43</sup> Como observou Matos (2016: 35), até o fim dos anos 90 havia apenas um acordo aduaneiro estabelecido entre Brasil e Colômbia, que em muitos aspectos contemplava as trocas comerciais formais e ignorava o amplo universo de trocas comerciais informais ou não regulamentadas.

presença tem uma forma generificada que é bastante característica das aproximações entre gênero e Estado, e tem como marca o investimento e estímulo à constituição de famílias e seu estabelecimento nos territórios.

A política de colonização foi baseada no assentamento de grupos familiares, semelhante ao ocorrido no município de Letícia durante o período de urbanização, entre 1950 e 1960. Nesse cenário, foram designadas porções de terra a determinadas famílias a fim de estimular a ocupação e a produção econômica da região. Conforme comenta Picón:

(...) como ainda não havia certeza quanto ao seu tamanho, o primeiro prefeito de Letícia, Roberto Ramírez Piñeros, com a aprovação do ouvidor municipal Heriberto Uribe, concedeu gratuitamente aos colonos os primeiros lotes de terra medindo 25 metros de frente por 50 metros de profundidade, agindo "de acordo com as disposições legais e as outorgadas pelo conselho deste município", beneficiando não apenas os colonos colombianos recém-chegados, mas também os residentes peruanos e brasileiros, apesar do fato de que nem o cartório nem o escritório para o registro de instrumentos públicos em Letícia, ordenado pela Lei 96 de 1928 - artigo 8º, ainda não estavam funcionando, uma situação que só foi resolvida no final de 1931 para o primeiro caso e em janeiro de 1932 para o segundo, com o que os títulos de propriedade puderam ser elevados a escritura pública. (Picón, 2009: 43).<sup>44</sup>

Como aponta o autor, o processo de colonização também se baseou no casamento entre colonos vindos de outras regiões do país e mulheres locais indígenas e não-indígenas, mas que viviam nas redondezas da fronteira.

A maioria dos militares, policiais e colonos civis que se estabeleceram permanentemente formaram famílias com mulheres dos países fronteiriços e, em alguns casos, com indígenas, fortalecendo o "sangue fronteiriço", a gênese das primeiras gerações de leticianos e leticianas, que o professor Alejandro Cueva Ramírez descreve em detalhes no ensaio "Formas de ser leticiano". (Picon, 2009: 47).<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> No original: "en razón a que aún no se tenía certeza de la dimensión del mismo, el primer alcalde de Leticia, Roberto Ramírez Piñeros, con el visto bueno del personero municipal Heriberto Uribe adjudicó gratuitamente a los colonos los primeros lotes de terreno de 25 metros de frente por 50 de fondo, a título de propiedad, actuando "de acuerdo con disposiciones legales y con las otorgadas por el concejo de este municipio" beneficiando no sólo a los colonos colombianos recién llegados sino también a residentes peruanos y brasileros, a pesar de que aún no estaba en funcionamiento, ni la notaría, ni la oficina de registro de instrumentos públicos de Leticia ordenado por la Ley 96 de 1928- artículo 8º, situación que tan sólo se vino a resolver hacia finales de 1931 para el primer caso y en enero de 1932 para el segundo, con lo que los títulos de propiedad pudieron elevarse a escritura pública"

<sup>45</sup> No original: "La mayor parte de parte de los colonos militares, policías y civiles que se radicaron definitivamente, conformaron familias con mujeres de los países fronterizos y en algunos casos con indígenas, fortaleciendo la "revoltura de sangre fronteriza", génesis de las primeras

Retomando o caso brasileiro, a estratégia apresentada pelo governo foi basicamente construída em torno de uma perspectiva de poder racializado e generificado, pautado também na consolidação e na manutenção de um modelo heterossexual de família. Homens brancos do sul do país foram convidados a trabalhar na Amazônia como soldados e oficiais ao mesmo tempo em que eram conformados à expectativa de que pudessem manter ou constituir uma família nesse novo lugar, e como efeito, apoiar as políticas econômicas, de assentamento e, também, a soberania nacional. Tal posição lhes conferia um destaque na composição étnico e racial da região, ao mesmo tempo em que os inscrevia em uma temporalidade mais curta comparada a de outros militares que vinham de lugares mais próximos ou da própria região. Como foi lembrado por alguns interlocutores, ainda que houvesse estímulo à fixação, o tempo de estadia dessas pessoas era de até dois anos. Uma vez concluído, os contingentes eram renovados, incorporando tanto soldados em início de carreira, quanto permitindo o trânsito dos mais graduados. Para os que já residiam em cidades perto, a presença era continuamente atualizada por outros vínculos aos quais o trabalho no Exército se somava, diferente dos demais. O contraste entre essas duas temporalidades relacionava-se também com uma forma de presença militar anterior, a exemplo do que descreve Flávia Melo (2020) retomando as relações entre sua história familiar e a experiência de mover-se nas fronteiras.

Quando Cícero chegou ao pelotão, em 1957 - vinte anos antes de entrar para a polícia militar na cidade de Brasília/DF - o grupamento era formado por algo em torno de trinta homens militares: a maioria deles soldados nascidos em Benjamin Constant e na Ilha do Aramaçá. Os sargentos e oficiais transferidos de outras cidades brasileiras eram poucos. A maior parte dos homens vivia ali com suas famílias e os poucos solteiros logo se arranjavam com mulheres nativas em cerimônias de integração pela corporação. Com meu avô não aconteceu diferente. (Melo, 2020: 69).

Assim, os processos que arrolaram nas décadas seguintes sugerem algumas mudanças na composição da paisagem humana na Amazônia, em especial na região de tríplice fronteira. Os elementos desse novo período destacam a centralidade que a própria fronteira iria ocupar, e de igual maneira, a

---

generaciones de leticianos y leticianas, que el profesor Alejandro Cueva Ramírez describe con amplios detalles en el ensayo 'Formas de ser del leticiano'”

necessidade de mobilizar um contingente de pessoas distintas daquelas que, até então, corporificavam a presença do poder central nos limites nacionais.

Embora os projetos de colonização da Amazônia tenham sido caracterizados pela incorporação de grupos familiares em outros contextos, as relações criadas com o cenário e as populações que vivem nesses locais nem sempre foram harmoniosas.<sup>46</sup> Do ponto de vista daqueles que chegaram para morar lá, eram cidades atrasadas, com uma estrutura deficitária ou precária em termos de lazer e serviços. Do ponto de vista das pessoas que moravam lá, os recém-chegados eram estranhos que não atendiam aos princípios de comportamento ou respeitavam as formas sociais existentes ali. Um exemplo disso é o discurso de Petrônio, soldado aposentado que chegou a Tabatinga entre o final dos anos 1980 e o começo dos anos 1990. Segundo ele, "havia uma cidade pequena, ainda atrasada. A gente dizia que nesse tempo tudo era mato, mas estávamos abrindo espaço contra esse atraso e tentando melhorar as coisas".

Petrônio nasceu na cidade de Recife e ingressou no Exército Brasileiro aos 18 anos. Durante os quase quarenta anos que serviu no Exército, ocupou vários cargos e trabalhou em várias cidades do país. Sempre que ele era transferido de uma cidade para outra, levava consigo sua família, formada por sua esposa e seu filho. Durante a maior parte desse período ele se dedicou ao serviço no norte do Brasil, principalmente nas cidades de Tefé, Cruzeiro do Sul e Porto Velho, no

---

<sup>46</sup> A bibliografia especializada tem ilustrado esse processo de forma bastante sólida. Assim, os projetos de colonização que constituíram as figuras do "colono" e do "pioneiro", na Amazônia paraense e em outros estados da região norte destacam a mobilização de grupos familiares com características endogâmicas, algo também destacado por Picón (2009) para o caso leticiano no período descrito pelo autor. Lacerda (2021) e Cordeiro (2017), por exemplo, analisaram o processo de fazer família que marca o processo de migração interna e de incorporação de trabalhadores de outras regiões do país na Amazônia. Analisando o caso de um grupo familiar específico, Cordeiro argumenta que esse processo de ocupação a partir de núcleos familiares específicos é coproduzido em relação com outros agentes de Estado, nesse caso, o INCRA (Cordeiro, 2017: 635). Juntos, esses processos de colocar famílias em trânsito para outros cenários regionais e de implicá-las em uma relação que é tanto de trabalho como de fixação à terra, formam um movimento correlato, descrito pela autora em termos de "esparramar", ou seja, de ampliação das formas de ocupação, que é caracterizado pela ampliação das áreas de influência dos grupos familiares e também dos seus valores e moralidades. No contexto amazonense, processo semelhante é descrito por Mariana Galuch (2019) e que participaram da série de eventos que transformaram Apuí em uma cidade. No contexto narrado pela autora, a política de incorporação de trabalhadoras havia estabelecido um perfil local e de mobilização específicos, recrutando famílias do sudoeste do Pará para trabalhar e colonizar o sul amazonense (Ibidem: 122). Lá, igualmente, estavam coligadas e produzidas de forma relacional instituições e pessoas engajadas em um certo "projeto de futuro", como argumentou Cordeiro (2017).

Amazonas, Acre e Roraima, respectivamente. Em 2010, ele se aposentou do serviço militar e se mudou para João Pessoa, onde também havia trabalhado anteriormente.

Ainda que tivesse tido contato com alguns soldados e oficiais nas idas a campo, Petrônio foi um dos poucos soldados que conheci e com quem pude conversar durante toda a minha experiência em Tabatinga. Ele esteve lá entre o final dos anos 1980 e o começo dos 90, quando Tabatinga era uma "cidade pequena e tranquila", como afirmou repetidas vezes, sempre que o questionava sobre as lembranças que tinha. Os motivos que o levaram até lá estavam relacionados a projetos para aumentar a presença militar na região de fronteira e ele trabalhou coordenando ações na cidade por alguns meses e depois foi transferido para outro pelotão.

Ao longo da década de 1980, o Estado brasileiro intensificou o conjunto de ações já em curso com o objetivo de aumentar sua presença na região do “arco norte” da fronteira.<sup>47</sup> Essas ações foram amplamente comprometidas com projetos de desenvolvimento e estavam interessadas em uma maior vigilância do narcotráfico e no controle da influência de diferentes ideologias políticas que estavam começando a se espalhar. Como cidade fronteira, Tabatinga estava no caminho do narcotráfico e outros recursos naturais (Steiman, 2002), e a presença do Exército e da polícia federal transformou a cadeia de produção e transporte dos itens mais rentáveis na fronteira. Conforme narrado por Petrônio, um “bom momento” começou naquele período e foi visto por ele como uma oportunidade de “contribuir para o futuro do país”. Nesse caso, contribuir estava relacionado ao trabalho das forças armadas que tentavam evitar influências políticas e econômicas estrangeiras, bem como participar do “desenvolvimento de cidades locais que ainda estavam atrasadas”.

Nesse mesmo período, Mário mudou-se para Tabatinga. Naquela época, ele era um jovem gay peruano que havia sido expulso de casa por seus irmãos após a

---

<sup>47</sup> A ideia de Arco-Norte vem sendo utilizada nas ações de planejamento estratégico e nos instrumentos de governança pelo menos desde a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Brasil 2005) e é definida pelos limites nacionais e internacionais constituídos pelos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima.

morte da mãe. Nascido e criado na cidade de San Martin, departamento de Loreto, pegou um barco e acabou em Tabatinga em junho de 1983. Ao contrário de Petrônio, desde que chegara a Tabatinga, Mário nunca havia saído. Até 2016, ele também não tinha contato com parentes em sua cidade natal.

Apesar das diferenças, Mário e Petrônio compartilhavam coisas em comum: a pele levemente dourada e escura queimada pelo sol, as mãos com uma textura dura ao toque, a lembrança da cidade de Tabatinga como um lugar "pequeno e tranquilo". Mário tinha os dedos tortos e manchados pelo óleo que vinha usando há muito tempo nas cozinhas em que trabalhava. Petrônio mantinha um tom firme e um olhar direto, resultado de uma educação rigorosa durante o treinamento nas forças armadas. Petrônio e Mário nunca se conheceram, apesar de compartilharem o mesmo momento e relatarem a cidade sob perspectivas que acabaram se encontrando.

A cidade que Petrônio e Mário viram entre o final da década de 1980 e o início da década de 90 era a que começava a crescer rapidamente. Os projetos instaurados pelo então governo militar tinham como pretexto integrar os territórios amazônicos aos núcleos centrais do poder político nacional, como forma de repensar o significado da Amazônia para a geopolítica nacional e internacional. A expansão da presença militar e a tentativa de controlar o narcotráfico trouxeram pessoas de fora que passaram a residir na cidade. Para Petrônio, era a cidade que começava a se organizar e "correr contra o atraso". Para Mário, foi a cidade que lhe ofereceu a possibilidade de um emprego e uma vida. A partir de diferentes experiências, ambos olharam para a cidade e estabeleceram suas perspectivas para o processo de transformação que estava à frente deles.

As noções de "possibilidade" e "atraso" descrevem a maneira como Petrônio e Mário se relacionam com Tabatinga. Petrônio veio de uma capital do litoral brasileiro com uma estrutura urbana mais qualificada em comparação com as cidades onde trabalhava, como Tabatinga. Esta fazia parte da dinâmica mais ampla da mobilidade laboral e habitual na sua posição. Além disso, ele teve o privilégio de já ter chegado com uma família, um emprego e uma posição de



prestígio no sistema social da cidade. Por sua vez, Mário havia chegado a Tabatinga em uma incompatibilidade entre fuga e rota não planejada.

A saída de San Martín foi resultado de repetidas exposições a situações de violência familiar que culminaram em sua expulsão de casa por seus parentes. Chegar à Tabatinga na época era seguir uma rota planejada por outros como ele, que também migraram de pequenas cidades e comunidades ribeirinhas em busca de uma vida melhor nas cidades fronteiriças.

No entanto, as oposições não são tão simples. Em Tabatinga, Mário disse que seus amigos foram vítimas de agressão física nas ruas por causa de sua sexualidade ou porque expressavam uma identidade de gênero dissidente da cisnormatividade. Petrônio, por sua vez, sempre mencionou as experiências agradáveis de morar em uma cidade tranquila, em que não havia necessidade de se preocupar com segurança, os amigos que ele havia feito e as inúmeras vezes que ele retornava à cidade.

Nesta dinâmica entre afeto e mobilidade, o trabalho desempenha um papel central. O trabalho é um instrumento de produção da pessoa como parte de um sistema de relações, mas também é uma forma de fixação. Os projetos de colonização da década de 1970 insistiam na importância da terra para a fixação dos trabalhadores, não apenas pela posse, mas também pelo desenvolvimento de alternativas para geração de trabalho e renda. As formas expressas por Mário e Petrônio, por sua vez, sugerem significados diferentes. Embora ambos tenham chegado à cidade por motivos relacionados ao trabalho, para Petrônio, era um trabalho que implicava mobilidade constante. Por outro lado, para Mário, o emprego seria uma possibilidade de se acalmar e enfrentar as adversidades anteriores.

Voltarei às histórias de Mario e Petrônio e das gerações de migrantes que os sucederam no capítulo seguinte. Um aspecto que merece destaque em suas trajetórias e que constitui o objeto do próximo capítulo diz respeito às próprias ideias de possibilidade e de atraso que motivam e fazem parte de suas memórias sobre Tabatinga e a tríplice fronteira. Em última instância, elas encontram eco em uma série de valores, expectativas e afetos que mobilizaram as ações do

Estado brasileiro sobre a região e que foram decisivos para a incorporação de recursos humanos e infraestrutura sob as justificativas de “desenvolver a região” e integrá-la ao núcleo urbano e financeiro nacional, no sudeste do país.

## 5. DUAS RUAS

Em depoimento para uma reportagem feita pelo *Jornal do Comercio*, em novembro de 1986, o então governador do estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho comentou as iniciativas do governo federal em instalar na faixa de fronteira um projeto de ocupação e colonização. Na ocasião, Mestrinho argumentava que “a presença das forças armadas nessas áreas (...) colocará fim ao secular problema do vazio demográfico das nossas zonas de fronteira” (*Jornal do Comercio*, 22 nov. 1986, p. 11). A fala de Mestrinho sinaliza uma imagem usualmente associada à região amazônica, especialmente a Amazônia legal no Brasil: a escassez populacional e o vazio. No contexto da proposta aqui ensaiada, essas imagens que remetem ao vazio fazem parte dos processos de fazer aparecer o Estado, sendo constitutiva de um conjunto de práticas discursivas e dinâmicas que demandam uma presença enfática e intervenção.<sup>48</sup> Contudo, como vimos no capítulo anterior, essa concepção é contrária ao intenso processo histórico que caracteriza a longa história das formas de vida e de viver no Alto Solimões, por exemplo. Apesar da baixa densidade demográfica, a região desenvolveu relações de troca e de comunicação entre comunidades próximas e foi uma importante rota e complexo de trocas e circulação de trabalhadores e trabalhadoras.

A partir da década de 1960, com a instalação do regime civil-militar pelo golpe de 1964, a Amazônia se tornou um importante polo de interesse estatal, atraindo e formando parte de ações governamentais que visavam a recomposição da geografia administrativa – como apresentado anteriormente –, mas também dentro de um conjunto de práticas voltadas ao desenvolvimento da região. Nessa

---

<sup>48</sup> Cabe notar que esse não é um processo pacífico e homogêneo. Ao contrastar os trabalhos de importantes autores amazonenses no período dos eventos aqui tratados, percebe-se que as perspectivas de Arthur César Ferreira Reis e Djalma Batista apresentam divergências significativas principalmente no que concebia à produção de uma imagem da Amazônia. Assim, para Reis, a Amazônia era um complexo múltiplo e diverso, impossível de ser enquadrado em um referente único, enquanto que para Djalma Batista a sua concepção era menos relevante do que o reconhecimento de suas fragilidades no que tangia à infraestrutura. Apesar da divergência nesse ponto primordial, ambos os autores em sua atuação política (Reis foi governador do estado durante os anos de 1964 e 1967, sendo indicado pelo próprio presidente militar Humberto Castelo Branco, e assim como Djalma Batista foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas) eram favoráveis e se posicionaram inúmeras vezes à ideologia desenvolvimentista ensaiada pelo governo militar no país durante toda a segunda metade do século passado.

perspectiva, o interesse do Estado se associou à dinâmica histórica que percebia o norte do país como uma grande reserva de riquezas que poderiam ser extraídas e a amplificou (cf. Hemming, 2009). Ao longo do século XIX e XX, o Alto Solimões viu esse fluxo crescente ser atualizado em diferentes correntes exploratórias que tinham como foco a extração de peles, de madeira, da seringa, como destacado por Rebecca Steinman (2002: 65). Participam desses ciclos produtivos também processos mais fluidos, como é o caso dos mercados ilegais da cocaína, e também aqueles de incorporação de trabalhadores por meio do funcionalismo público ou do setor de serviços.<sup>49</sup>

Foi a partir desse interesse renovado na região que, após o golpe de 1964, se instalaram formas de incremento da presença estatal na região. Essa presença, contudo, mesclava propósitos econômicos e militares de forma crucial, implicando também na reconfiguração do espaço urbano e na geografia administrativa do território. Exemplo disso é o Programa de Integração Nacional (PIN)<sup>50</sup>, iniciado em 1970 e que tinha como um dos principais objetivos prover infraestrutura em regiões marcadas pela atuação da SUDAM e da SUDENE. É nesse período também que foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) que previa a adoção de um conjunto de medidas de segurança nacional e comércio entre os países signatários. Um outro projeto nessa seara foi o Calha Norte, objeto do comentário do governador Gilberto Mestrinho no trecho acima. Vale lembrar também que, no ínterim da instalação desses projetos, vários municípios localizados na linha de fronteira estavam caracterizados como região de interesse nacional por efeito da Lei nº 5449, promulgada em 1968.

Cada um desses projetos prefigura em sua particularidade uma forma de apreensão e de gestão do território; todavia, em sua articulação e complexidade, eles parecem advertir para o papel sistemático que a região passaria a ocupar nas décadas seguintes. Uma das principais medidas instauradas pelo PIN, por

---

<sup>49</sup> É difícil mensurar o volume de trabalho gerado pelo próprio Estado em municípios como Tabatinga e demais do Alto Solimões em virtude do alto volume de contratos temporários e também pelas diferentes instâncias de organização das atividades. Autores como Steinman (2002: 67), Nogueira (2008: 171), Euzébio (2011) buscaram descrever alguns desses espaços, sinalizando as instituições que fazem parte dele, mas também sem poder mensurar o volume de postos de trabalho gerados. No que tange aos serviços, Aponte Motta já marcou a importância que o turismo desempenha para a economia da região. Para mais, ver Aponte Motta (2017).

<sup>50</sup> Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm)

exemplo, foi a configuração de uma paisagem que viabilizasse o transporte e a aproximação entre a Amazônia como uma região fonte de matéria-prima e os centros comerciais e industriais do país e do mundo. Essa medida teve como um de seus atos mais expressivos a construção de imensas estradas e rodovias com o objetivo de promover essa integração e estabelecer o trânsito de cargas e mercadorias da região para outras localidades. Como efeito, essas políticas e sua concretude mais dramática – as rodovias Transamazônica (BR 230) e Cuiabá-Santarém (BR 163) – negociam e produzem ideias sobre a conquista na qual a geografia física e humana se mesclam e entram em tensão constantemente, como registrado por Telma Bemerguy (2021).

A imposição das estradas teve efeitos devastadores sobre o bioma amazônico e também sobre a constituição social e cultural nas diversas localidades em que os projetos de intervenção se impuseram, especialmente aqueles vinculados a grandes obras de tráfego e fornecimento de energia. Aos projetos de integração se associaram também projetos de colonização promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que promoveram a mobilização de trabalhadores de outras regiões do país para a Amazônia, de modo que durante a primeira metade do século XX o maior fluxo entre cenários urbanos registrado no Brasil ocorreu em direção à Amazônia (Amaral 2013).

Como notaram autoras como Cordeiro (2018) e Bemerguy (2021), no contexto da ampla literatura sobre a colonização amazônica nesse período há que se destacar os encontros entre esse fluxo de pessoas e trabalhadores incentivado pelo Estado e dinâmicas autônomas e espontâneas, produzidas pelas próprias pessoas em movimento pelas fronteiras e pelos interiores. De igual maneira, cabe pensar também a expressão local de cada uma dessas iniciativas. Assim, se no contexto paraense a realização de grandes rodovias implicou efeitos severos sobre a configuração ecológica, administrativa e política das populações colocadas em contato, no Amazonas a configuração foi um tanto diferente. A rodovia Transamazônica atravessa parte do estado chegando até a cidade de Lábrea, mas o modelo de navegação e transporte pelos rios prevaleceu como sistema prioritário pela maior parte da população.

A construção das grandes estradas produziu uma imagem poderosa, materializada visualmente pela derrubada da floresta e as grandes máquinas desenhando uma linha reta em barro vermelho e amarelo abrindo passagem para a construção das espinhas de peixe, as enormes linhas transversais desenhadas contra a linha reta e nas quais iam se depositando lotes de terra floresta adentro para instauração das colônias de trabalhadores.

Ainda que no Alto Solimões as estradas não tenham se imposto como um modelo de intervenção estatal, a presença das ideologias e práticas desenvolvimentistas nacionalista se fez sentir desde os primeiros anos da década de 1980, como vimos no relato de Waldomiro Corrêa sobre as cidades de Benjamin Constant e Tabatinga. Nessas cidades, as estradas de grandes proporções foram substituídas por planos de urbanização e pavimentação de vias, além da instalação de serviços públicos e infraestrutura. No caso de Tabatinga, uma das formas primeiras dessa iniciativa foi a instalação da própria Colônia Militar, em 1967, o que é significativo de dois dos temas centrais que serão desenvolvidos no capítulo: a rua como manifestação da cidade e a transição entre modelos de ocupação estatal desde a prevalência militar até outros tipos de provimento de serviço público.

Neste capítulo, a partir da rua, retomo o tema das imagens e expectativas sobre a cidade, contudo a partir de outra perspectiva. Anteriormente atentei para a formação do discurso oficial a partir da mídia e das políticas territoriais de organização do espaço administrativo. Ainda insistindo nas questões apresentadas pela trajetória de Mário e sua relação com outros interlocutores, neste capítulo me interessa descrever o relativo fracasso das políticas oficiais e a produção local de outras narrativas sobre o período. Assim, quero apresentar a linha histórica elaborada a partir de relações familiares e outras mais sutis, conformada por experiências de namoro, troca de afeto e compartilhamento da intimidade que permitem abrir a perspectiva para outros personagens e cenários.

### **Programa Calha Norte**

Retomando a trajetória de Mário, quando ele chegou à Tabatinga, a cidade era formada basicamente por duas ruas que compunham “un crucero”, como ele

dizia. As duas ruas que se atravessavam formando uma cruz eram a rua Marechal Mallet, principal núcleo comercial do centro urbano do município recém instalado e que conectava a região do porto aos bairros mais afastados no sentido leste-oeste. A outra rua era a Avenida da Amizade, “picada” ainda em meados da década de 1960 e pavimentada apenas no período entre 1990 e 1992 (cf. Euzébio, 2011: 103-104). A faixa picada sobre a floresta estava ainda em uma relação de continuidade com a Avenida Internacional, porção do território leticiano que demarca o limite internacional entre Brasil e Colômbia, e que havia sido pavimentada cerca de 10 anos antes, em 1980.

Apesar de ser uma das principais vias do município e um símbolo da confraternidade entre os países vizinhos, a construção da avenida da Amizade registrou também, como tantas outras vezes, a participação militar na região.<sup>51</sup> A avenida inicia já próximo onde hoje se localiza o aeroporto de Tabatinga, relacionando a área militar e os núcleos de atividade do Exército com a linha de fronteira, localizada a cerca de quatro quilômetros. A própria picada na floresta, como notou Flávio Euzébio parte dessa relação entre os militares e a fronteira: “o caminho que originou a via foi iniciado com a abertura de uma picada na floresta em março de 1964, por um grupo de militares composto por um sargento e alguns soldados, sob comando do ex sargento Oscar Gomes da Silva, que mais tarde veio a se tornar o primeiro prefeito eleito da cidade de Tabatinga” (Euzébio, 2011: 103).

A construção da avenida da Amizade foi significativa, na medida em que permitia reunir e conectar a área de ocupação mais antiga, de características fundamentalmente militares, e o assentamento civil que se consolidou entre os anos de 1960 e 1980, próximo à linha de fronteira, na altura do Igarapé Santo Antônio (cf. Nogueira, 2009), no bairro do Marco. A partir dela também se desenhou uma divisão entre serviços públicos e privados, ou mais efetivamente,

---

<sup>51</sup> Essa presença é materializada ainda hoje, por exemplo, na nomeação do arruamento urbano. Uma das principais vias da cidade, a rua Coronel Berg, faz referência ao coronel Water Berg, que esteve no controle da cidade desde sua definição como área de interesse nacional. Nesse período destacava-se também uma posição de antagonismo do coronel em relação à população indígena ticuna na terra indígena de Umariçu, usualmente interpretada como um obstáculo aos projetos militares de desenvolvimento. Para mais ver o registro pontual de Rubens Valente (2016: 248).

entre instituições de Estado e pequenos comércios e instituições de interesse privado



**Figura 11.** Cruzamento da avenida da Amizade com a avenida Marechal Malet. Tabatinga, novembro de 2017. Fotografia do autor.

Ainda hoje a rua Marechal Mallet é chamada por muitos como “rua do comércio”. No cruzamento entre ela e a Avenida da Amizade é possível ver um objeto deslocado, quase fora de lugar. Um relógio datado de muito antes fica na esquina, sem marcar mais a hora. No caminho do começo da rua até a margem do rio é possível encontrar comércio de sapatos, restaurantes, repartições públicas, hotéis e residências.



O projeto de rua concebido por Gomes da Silva, e posteriormente pavimentado em concreto, recomendava que todos os equipamentos e bens públicos do município ficassem alocados à margem esquerda da avenida, enquanto os equipamentos privados ficavam à direita. Com o crescimento e a expansão da cidade, essa organização foi se desenhando e ganhou outros elementos à medida em que se regularizou o fornecimento de energia elétrica, a instalação da rede de saneamento básico, além da chegada de outros serviços bancários, de telefonia e internet no curso dos anos seguintes.<sup>52</sup> Participaram dessa economia também aspectos sociais como o crescimento do número de habitações precárias ou compartimentadas entre grupos familiares extensos, especialmente visível nas bordas da cidade.

Assim como registrava a memória de Mário, a imagem do centro de Tabatinga como uma “chácara, llena de mato” estava presente também nas narrativas de outros residentes mais antigos da cidade, a exemplo do senhor Ataíde, entrevistado por Euzébio. A avenida permaneceu como uma faixa aberta e não pavimentada por cerca de 30 anos, e no momento da chegada de Mário pouca coisa a distinguia de outras regiões da cidade com vias abertas e que permitiam o acesso aos bairros mais afastados do centro comercial, ou dos sítios. A diferença, dizia ele, era pelo movimento, pela intensa presença de pessoas especialmente na região mais próxima ao limite internacional, onde aconteciam diversas atividades festivas, além do comércio. Assim, ele sintetizava a conversa dizendo que “o resto era tudo caminho”.

Durante nossas conversas, me chamava atenção a condição de espaço em processo que Tabatinga tinha naquele período, em contraste com um ambiente aparentemente já mapeado que ela parecia ter quando pensada no momento presente que compartilhamos em conversas e passeios. Assim, na fala de Mário, por exemplo, “caminho” e “mato” se opunham como representativos de uma paisagem sendo desenhada pelas múltiplas presenças em relação naquele

---

<sup>52</sup> Apesar de ser um processo já com quatro décadas, o fornecimento desses serviços ainda é bastante precário. Denúncias de queda de energia elétrica são constantes em Tabatinga e Benjamin Constant, e igualmente o acesso a saneamento básico é significativamente baixo, chegando a apenas 21% em Tabatinga, cidade com maior cobertura na região. Além disso, reclamações sobre a qualidade e os custos da internet são comuns. A cidade tem cobertura das operadoras Vivo e Claro apenas, com uma baixa qualidade de sinal. Os pacotes médios de internet custavam cerca de 170 reais em 2019.

período até que ganhou os contornos mais característicos da cidade que conheci, mais de 30 anos depois. No entanto, essas duas imagens não criavam uma escala evolutiva do espaço, mas antes, uma forma de localizar o alcance dos projetos e da reorganização do espaço que ocorria de forma simultânea. Sua perspectiva era distinta da de outros interlocutores para quem o “mato” era uma condição de atraso.

No momento de sua chegada, com quase 20 anos, foram os caminhos que permitiram que Mario acessasse e experimentasse uma vida festiva e vibrante, preenchida por casas de festa e espaços de trabalho e divertimento que foram se ampliando ao longo dos anos. Conforme dizia, a maior parte desses espaços eram bares com pistas de dança e com relativa frequência de homens que se relacionavam com outros homens ou travestis, ainda que de forma não aberta ou publicamente declarada. Ele comentava:

*Mário: A gente tinha casos, assim, casinhos. Pero não assim, sucessivamente para conviver realmente juntos.*

*Thiago: E como se encontrava as pessoas quando o senhor chegou aqui? Onde vocês iam para encontrar os casinhos?*

*Mário: Às vezes a gente se encontrava nas festas. Aqui na esquina [da rua Marechal Mallet] havia uma boatinha que a gente chamava “O Flamengo” que a gente ia pra dançar, sair por aí.*

*Thiago: Era o único lugar que havia na época?*

*Mário: Não, tinha a discoteca, o Brascop, que fica mais pra dentro, más allá, porém hoje é uma igreja allá. A discoteca era lá. Às vezes a Comara.*

*Thiago: A Comara já existia?*

*Mário: Já existia a Comara!*

*Thiago: E como era?*

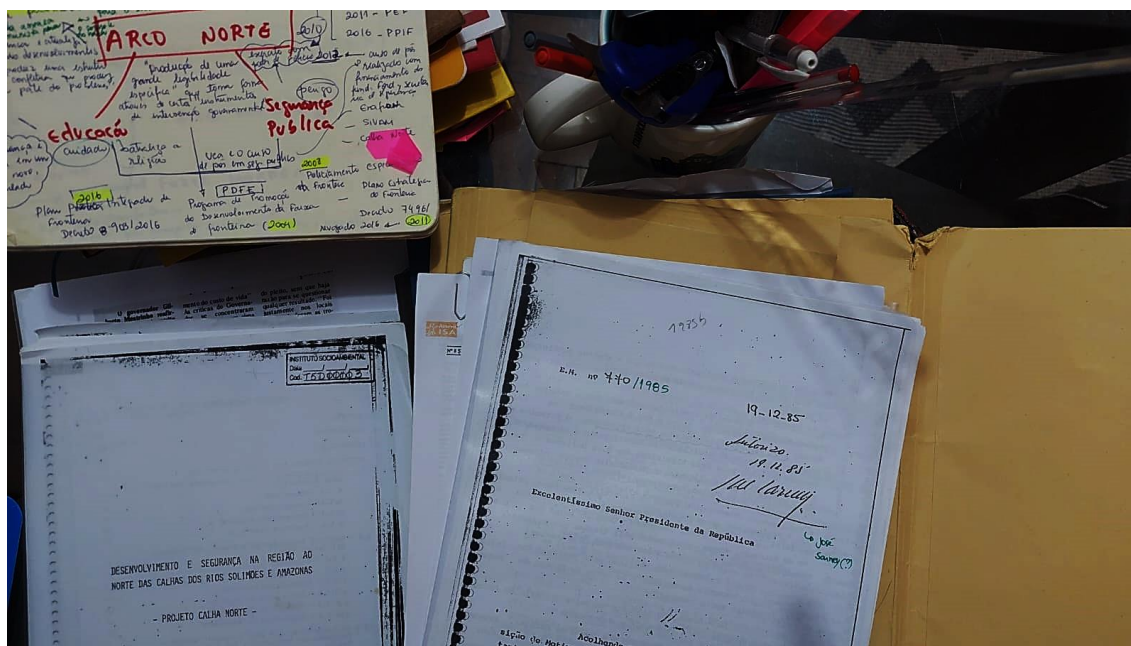
*Mário: A Comara antes era como... só tinha uma casa de festa. Era tudo mato ainda. Naquela época era longe. A gente sentia que já era longe, naquela época era só caminho também, tinha só uma carreteira pra chegar.*

*(Entrevista Mário, Tabatinga, julho de 2017).*

Como antecipado, a Comara era a instância das Forças Aéreas responsável pela construção da pista de pouso do aeroporto da cidade e, posteriormente, também pela pavimentação da Avenida da Amizade, na década de 1990. Das obras do

aeroporto, realizadas na década de 1960, foi instalado o bairro da Comara a partir das construções erguidas para abrigar os trabalhadores.

Com a instalação e início das atividades do Programa Calha Norte, o trânsito de trabalhadores e o perfil dos “casinhos” a que Mário e outros interlocutores tinham acesso foi transformando-se. A maior parte desse novo contingente era formado por soldados de baixa patente e também por oficiais lotados em batalhões de engenharia, que atuavam na qualificação da infraestrutura militar, bem como no patrulhamento das regiões sensíveis.



**Figura 12.** Documentos. São Paulo, 2021. Foto do autor.

Durante meses li e reli os documentos que constituíam o ordenamento jurídico que dava forma ao programa Calha Norte e seus sucessores ou ações correlacionadas. Na maior parte das vezes, o conteúdo me parecia genérico, de modo que buscava imaginar as discussões e personagens que viabilizaram sua feitura. O resultado era que o exercício de imaginação acabava em si mesmo, já que minhas perguntas não fossem respondidas por documentos, e caso o fosse, nem sempre havia uma resposta viável pelos meios de acesso à informação. Na pilha, juntava anotações de coisas ditas pelos amigos e amigas em campo com rastros que pudessem situá-las no contexto do programa.

O Calha Norte foi lançado em 1985 como um projeto e logo depois foi convertido em um programa de longa duração, permanecendo ativo até o presente.<sup>53</sup>

<sup>53</sup> O planejamento estabelecido para o projeto tinha um cronograma de 5 anos, entre 1986 e 1990. Ao longo dos anos ele foi prorrogado e teve seu limite de atuação reconfigurado. Em Tabatinga por diversas vezes ouvi de oficiais e soldados de baixa patente que o Calha Norte era um orgulho da corporação e representava um dos braços das Forças Armadas na Amazônia, do Exército em particular. Essa imagem se mantém até hoje. No relatório de avaliação do projeto,

Conforme a proposta inicial, o programa buscava estabelecer uma política sistemática de desenvolvimento e controle da faixa de fronteira. Segundo o Programa, a região ao norte do rio Solimões/Amazonas era uma preocupação do Estado brasileiro, já que representava 14% do território nacional ocupado principalmente por populações indígenas e era conhecido pela possibilidade de conflitos na área de fronteira. Nesse contexto, o programa visava “fortalecer as expressões do poder nacional naquela região” (Brasil, 1985a).

Os efeitos principais do projeto sobre a dinâmica social, política e ecológica da região advinham de um entrecruzamento entre interesses econômicos e militares. Esse aspecto foi comentado e demarcado tanto pelos documentos que dão origem ao projeto e que permaneceram em sigilo por mais de um ano até sua divulgação por jornais e outros agentes da mídia, no início de 1986.<sup>54</sup>

As exposições de motivo – documento e gênero textual que apresentam a justificativa e proposta de intervenção – registram os passos iniciais do projeto em sua dimensão burocrática e foram assinadas por 4 ministros de Estado adotando como justificativa principal a “precariedade da ocupação brasileira naquela fronteira” (Brasil, 1985a). Ao final, a recomendação do general Rubens Bayma Denys no documento de junho de 1985 era que fosse composto um grupo de trabalho para analisar e propor um plano de trabalho. Àquela altura o general era também ocupava a posição de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, e era responsável pela administração dos territórios definidos como de interesse nacional. A composição indicada para o grupo de trabalho e acatada pelo então presidente, José Sarney envolvia o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Interior e também a Secretaria de Planejamento da

---

em 1997, o atual presidente do país e então deputado federal, Jair Bolsonaro, justificava a importância do projeto e pleiteava maiores recursos para sua execução. Em 2021, durante uma sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o general Braga Neto descreveu a atuação do projeto no curso dos anos: “Apoio ao desenvolvimento nacional. Nós temos o Calha Norte. O Calha Norte já foi estendido. Antigamente, ele ficava somente ao norte da calha do Amazonas-Solimões, hoje ele já desce até a região de Mato Grosso do Sul. São 10 Estados, 442 Municípios, com 465 convênios celebrados em 2018; depois 471, em 2019; 378, em 2020. Nos últimos 12 anos, o Calha Norte beneficiou diversos Municípios. E ele tem uma vertente civil e uma vertente militar, ele atua nas duas vertentes.”. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/reuniao/pdf/9957>.

<sup>54</sup> Cabe registrar que em 1985 o Brasil teve as primeiras eleições civis, como parte do processo de abertura e democratização. O anúncio sobre o projeto Calha Norte foi feito pelo Conselho Indígena Missionário, o CIMI e publicado pelo Jornal Folha de São Paulo tendo em vista as flagrantes ameaças do projeto às populações indígenas.

Presidência da República. É esse conjunto de autoridades que assina a exposição de motivos número 770, de 19 de dezembro de 1985 (Brasil 1985b). Olavo Egydio Setubal (Relações Exteriores), Ronaldo Costa Couto (Interior) e João Sayad (Secretaria de Planejamento) apresentaram então uma proposta geral de intervenção a partir da reunião e participação dos “ministérios militares e da fazenda” pautada pela delimitação de três regiões objeto de atuação: a faixa de fronteira, as comunidades ribeirinhas e os municípios interioranos.

O conjunto de justificativas formado pela exposição de motivos nº 18 e as negociações advindas dela acabou por produzir um segundo documento. O texto assinado como “Desenvolvimento e Segurança na Região Ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas - Projeto Calha Norte” (Brasil 1985c), é o que efetivamente é apresentado como matéria do programa. A despeito das limitações destacadas pela equipe interministerial – restrições orçamentárias, mediação com os demais setores e confidencialidade (Brasil 1985c) – o texto sintetizava o que se entendia ser as necessidades fundamentais e imediatas da região, prevendo inclusive a replicação das estratégias descritas em programas que haviam sido implantados nos anos anteriores, como os já mencionados Tratado de Cooperação Amazônica e a ênfase no transporte rodoviário por meio do PIN.

Retomando as aproximações e sobreposições entre mercado e militarismo, no memorando de entendimento nº 18, assinado em 19 de junho de 1985, se lê logo ao início, como parte da apresentação e justificativa do programa:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas tem-se consubstanciado em uma preocupação constante ao longo dos anos no que tange à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento. (Brasil, 1985a: 1)

As “dificuldades” que o documento menciona são pouco explícitas ao longo da redação, sendo apresentadas vagamente na forma de itens como “possibilidade de conflitos fronteiriços com os países vizinhos”, a “eliminação das desigualdades regionais”, ou mesmo o já referido “vazio demográfico”. Contudo, uma olhada para a descrição produzida para o projeto pela mídia local revela

com mais concretude as preocupações e temas em debate. Na edição de 7 de dezembro de 1986 do Jornal do Commercio, o destaque de capa anunciava a irreversibilidade do Calha Norte e o descrevia como uma “ocupação militar” em resposta ao “intenso e crescente tráfico de drogas e com grupos esquerdistas estrangeiros em território nacional”.

O próprio texto oficial do projeto (Brasil, 1985c) destaca os cruzamentos entre a segurança das fronteiras e a contenção do tráfico de drogas. Nas páginas iniciais do diagnóstico se lê que “muitas das ameaças ao interesse nacional são compartilhadas com os países limítrofes como, por exemplo, plantações ilegais de epadu<sup>55</sup> e contrabando” (Brasil 1985c: 4). No documento, esses elementos aparecem justificados a partir do “vazio”, ou seja, as fronteiras eram pontos sensíveis pela baixa densidade populacional (e poderíamos dizer, também institucional) e também porque uma porção significativa das pessoas que viviam lá eram indígenas. Longe de se constituir como dois problemas distintos, ambos os aspectos se relacionam na formulação do projeto pela gestão militar, com implicações também sobre a dinâmica da vida entre civis, especialmente os grupos mais vulnerabilizados. O texto completo da edição de 7 de dezembro, assinado por Ana Célia Ossame destaca os efeitos daquele que viria a se tornar um dos efeitos mais perversos do projeto: o avanço do controle militar sobre terras indígenas, especialmente na região de fronteira com a Venezuela.

Liderado pelo general Rubens Bayma Denys, o programa se centrou sobre a “faixa de fronteira” Norte para desenvolver “projetos especiais” relacionados ao “desenvolvimento e segurança nacional”. A área onde o programa foi desenvolvido envolve cerca de 6.500 km na fronteira com 5 países: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia.<sup>56</sup> Essa área foi organizada em três territórios diferentes, exigindo abordagens específicas: (a) a linha entre os municípios de Tabatinga (Amazonas, Brasil) e Oiapoque (Amapá, Brasil), (b) a orla do Solimões e do rio Amazonas, e (c) cidades no interior dessas áreas.

---

<sup>55</sup> Epadu é um nome alternativo para a coca (*Erythroxylum coca*), planta a partir da qual se extra o composto orgânico básico para produção da cocaína e outros derivados.

<sup>56</sup> A região contempla também a fronteira com o Peru, que não é nomeado em nenhum dos documentos sobre o programa até o final dos anos 1990. Sendo assim, em termos de estratégia, estamos lidando com 5 países fronteiriços, ainda que na prática sejam 6 os territórios internacionais com os quais o perímetro demarcado pelo projeto se relaciona.

Em síntese, o programa consistia em um conjunto de orientações e objetivos com os quais o governo local deveria estar alinhado. Além disso, os "projetos especiais" pretendidos estavam relacionados a quatro interesses principais: negociações comerciais com os países vizinhos, crescimento da presença militar na área, controle da população indígena por meio de instituições estatais, processos de demarcação de fronteiras. Diante desses pontos, foi necessária a intensificação da presença de instituições estatais e a construção de infraestrutura nos campos de transporte, comunicação e energia.

Como notaram João Pacheco de Oliveira (1991) e Eugenio Diniz (1994), em sua configuração mais ampla, o Programa afetou a vida das populações indígenas na faixa de fronteira, especialmente a região localizada no limite entre Brasil e Venezuela. Uma das seções da matéria de Ana Célia Ossame, apresentada há pouco, satiriza o projeto chamando-o de "calha da destruição" e já no seu início enfatiza seus principais objetivos e impropriedade. Nas palavras da autora:

Enquanto Brasil inteiro interrompia a vida, respirando os votos revelados das urnas da última eleição e tentava digerir a seco o último pacote econômico, o Conselho de Segurança Nacional, órgão ligado às Forças Armadas delirava com a velha máxima da década de 70 e caminhava para a Amazônia com 1 bilhão de cruzados para "defender a integridade das fronteiras de 6.500 km na calha norte do País". Foi com este slogan, "segurança", que a Transamazônica e a Perimetral Norte nasceram e se tornaram um grande blefe: estradas que começam e terminam sem levar a lugar nenhum. Mas é com ele, que o Exército Brasileiro, vai implantar postos militares ao longo de 7 fronteiras onde vivem aproximadamente 50.000 índios em 67 aldeamentos, cuja vida tem sido, durante meio século, resistir à violência que brancos impõem à sua sobrevivência. (Ossame 1986: 11).

A estratégia desenhada pelo grupo de trabalho interministerial definiu um conjunto de ações descritas como "projetos especiais", ou seja, áreas de atuação e incidência com vistas a atender os interesses centrais do projeto. Contudo, como avalia Oliveira Filho (1991), uma questão central é entender e caracterizar a própria perspectiva do projeto, tendo em vista seu caráter sigiloso e circunscrito a um pequeno número de representantes eleitos para sua condução. A própria estrutura de governo demandada para acolher a proposta só foi consultada quase 2 anos depois, quando em 1987 o Congresso Nacional recebeu o projeto para apreciação. Nesse momento, as atividades já estavam em curso e o

orçamento de mais de 300 milhões de cruzados previsto para os o período entre 1986 e 1990, primeira fase do programa.

Os projetos especiais almejados pelo Calha Norte estavam organizados no programa a partir de duas vertentes. A primeira delas de orientação militar, e a segunda civil, reunindo assim as principais questões destacadas pela Comissão responsável pela sua instauração. Por um lado, estava o controle das fronteiras e sua ocupação como parte de uma ideologia nacionalista de regulação do fluxo de influências marxistas ou revolucionária dos países vizinhos; já, por outro lado, imperava como justificativa para o projeto uma outra ideologia de tipo desenvolvimentista, que se apoiava na baixa qualificação da infraestrutura da região como um recurso retórico para ampliação da presença e número dos postos militares.

O Calha Norte se revelou uma proposta contrária aos interesses dos povos indígenas na Amazônia, em especial os Yanomami, tantas vezes apresentados no projeto de um modo caricatural, como se estivessem engajados na construção de um Estado próprio (Brasil, 1985c: 5). Como notou Márcio Santilli, nenhuma das comunidades e povos descritos no relatório teria “condições políticas, técnicas, econômicas, populacionais ou militares de avocar a si um projeto nacional independente” (Santilli, 1987: 10). Partindo de elementos similares, Eugenio Diniz (1994) afirmava que a questão indígena se articulava a uma outra dimensão da organização do espaço na Amazônia: a regulação fundiária. Com ela, mais uma vez se percebe as sobreposições entre militarismo e mercado que caracterizam o projeto, nesse caso uma sobreposição manifesta pelo interesse de dispor porções estratégicas de terras para exploração agropecuária, mineral e de outras ordens. Na análise de Diniz, o Calha Norte funcionava assim como uma resposta a conflitos de terra que tomavam os povos indígenas como um obstáculo:

A explosão do garimpo, o surgimento de uma nova orientação governamental concorrente na política indigenista, orientação representada pelo PMACI [Programa de Proteção de Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas], e o aparecimento de um governo de esquerda nas vizinhanças de uma parcela do território brasileiro habitada por grupos indígenas engrossam o caldo da questão, formando uma mistura explosiva aos olhos da Coalizão de Segurança Nacional. Essa mistura, combinada com a premente necessidade de uma rearticulação política para o enfrentamento de uma nova realidade,



que potencialmente lhe era desfavorável, ressaltava a urgência de uma resposta rápida. O Projeto Calha Norte foi essa resposta. (Diniz, 1994: 113)

O efeito do Calha Norte como uma “resposta rápida” é a repetição das lógicas de saque e colonialismo interno na história da relação entre a Amazônia e os núcleos centrais da sociedade nacional descritas por Bruno Malheiro (2020). Nessa relação há um apagamento da história, das formas de organização da vida e do conhecimento produzidas nos territórios amazônicos em favor de uma perspectiva que toma a região Norte do país como um lócus de exploração de recursos. Retomando Oliveira Filho (2016), Malheiro pontua que essa perspectiva constitui parte de uma história de longa duração, ou acompanhando Bemerguy (2019), um “ideário colonial de longa duração” na qual o Brasil atual é resultado de duas formas distintas de colonização (cf. Oliveira Filho 2016: 161).<sup>57</sup> Formativo dessa expressão colonial específica é o conjunto de atributos que marcam a execução do projeto, e, em última instância, os supostos de conquista e projeto civilizatório que se busca reificar. Uma fala do general Rodrigo Otávio repetida por ocasião da avaliação do primeiro quinquênio do projeto pode ser ilustrativa de todo esse conjunto complexo de elementos: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil foi para os nossos antepassados conquistá-la e mantê-la” (Brasil, 1997: 29).

Lendo a análise de Diniz e a aplicando ao contexto do Alto Solimões, é possível observar algumas variações ou recorrências no que diz respeito ao contato das populações indígenas com a sociedade nacional, ou mesmo na relação que muitos desses povos têm com comunidades, cidades e agentes institucionais. Mepar’üna, uma senhora ticuna e mãe de uma das interlocutoras da pesquisa

---

<sup>57</sup> Oliveira Filho (2016) se refere aqui à existência de duas colônias na América Portuguesa, a do Brasil e a do Mato Grosso e Grão Pará. Não à toa, Joaquim Nabuco ao comentar sobre o processo de Independência do Brasil da Coroa portuguesa descrevia a Amazônia brasileira como uma espécie de milagre. De forma sintética, João Pacheco de Oliveira Filho (2016) e Synesio Goes Filho (2013: 21-24) sinalizam que parte da administração colonial que precedeu a Independência e a constituição do Brasil como o conhecemos hoje é parte da fusão entre as duas colônias, iniciada com o Marquês de Pombal e formalizada com a Independência, em 1822. Contudo, Oliveira Filho (2016: 165) lembra que a colônia do Maranhão e Grão Pará formaram parte de um projeto de exploração e extração de recursos naturais. Essas práticas são simbólica e materialmente estabelecidas a partir de imagens como “a última fronteira” e a “terra virgem” que caracterizam relatos de viagem e outras produções sobre a região desde o período colonial. Cabe, contudo, notar que essas retóricas da “conquista” também configuram uma lógica generificada sobre os colonialismos, como bem pontuou Anne McClintock (2010), articulando também gênero, sexualidade – e em alguma medida, o que viria posteriormente a constituir a noção de nação.

argumentava, mesmo sem mencionar o Calha Norte que, no começo dos anos 1980, a vida na comunidade passou a sofrer mudanças radicais pela remoção de habitações e casas, além da presença invasiva de oficiais do exército na extração de madeira ou manobra de máquinas de grande porte (registros de campo, julho de 2016). Umariáçu, a comunidade onde ela vivia, estava localizada nas margens do perímetro urbano de Tabatinga, e os espaços ocupados pelo Exército naquela altura constituíam parte das rotas de comércio e trabalho dela e de outros vizinhos e parentes. Denúncias semelhantes foram apresentadas também em uma reportagem do jornal Folha de Brasília datada de 11 de julho de 1987 na qual João Pacheco de Oliveira registrou os efeitos do projeto sobre as comunidades ticuna do Alto Solimões.<sup>58</sup> Na reportagem o pesquisador argumentava que além de não terem sido consultados sobre a execução do projeto no território que ocupavam, os Ticuna haviam tido algumas malocas removidas para reforma nas instalações da pista de pouso e do próprio aeroporto. Além disso, a despeito de propor uma nova “política indigenista”, o programa criou uma série de entraves que impediram a titulação de terras indígenas.

Ainda no contexto dos projetos especiais, mas agora na seara dos trabalhos relacionados à infraestrutura, é possível ver os resultados limitados e pouco significativos alcançados durante essa primeira etapa da execução. As obras para construção de novos postos militares resultaram em pequenas instalações ou na ampliação de vilas e residências militares, com evidentes efeitos também sobre a dinâmica e infraestrutura urbana. Ainda que o projeto siga em curso até o presente, seu aparente fracasso é notável já nas primeiras avaliações do seu andamento. Em 1995, uma Comissão Especial Mista no Congresso Nacional foi constituída para avaliar o resultado dos primeiros dez anos do projeto. No relatório publicado dois anos depois (Brasil, 1997), os parlamentares pontuaram que, além da execução orçamentária abaixo do previsto para realização das

---

<sup>58</sup> Uma cópia da reportagem foi registrada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), uma das vozes mais atuantes na defesa dos povos indígenas durante a implantação do projeto. Uma cópia da reportagem está disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/50435\\_20190924\\_120925.PDF](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/50435_20190924_120925.PDF) acesso em 14/04/2022.

atividades, um conjunto de problemas impediu a condução de suas atividades.<sup>59</sup> Em alguma medida, esse diagnóstico repete o fundamento da política intervencionista, ou seja, a elicitação de questões e problemas que, não obstante se pretenda produzir uma solução, acabam por ser intensificados.

No que tange à infraestrutura, Tabatinga havia sido beneficiada pelas obras de infraestrutura levadas a cabo pela instalação da Colônia Militar em 1967, período no qual foi pavimentada a via central da cidade, a Avenida da Amizade, como descrito há pouco. No período de execução do projeto, as ações estavam voltadas para outra região: o posto avançado em Vila Bittencourt. Em Tabatinga, a maior parte dos investimentos foram se configurando para obras de infraestrutura relacionadas ao saneamento básico e à água, como se vê no relatório do Congresso Nacional, em 1997, além do provimento de outros serviços básicos e assistenciais, que eram compartilhados entre civis e militares.

Os trabalhos da Comissão Especial Mista de avaliação do projeto envolviam coleta de depoimentos, análise de documentos e também viagens de inspeção, nesse caso feitas aos estados do Amazonas e Roraima. O trabalho da Comissão em alguma medida representa também a primeira avaliação externa do projeto. É digno de nota, nesse sentido, que apesar das viagens de inspeção, todas as pessoas ouvidas nas sessões da comissão foram oficiais de alta patente e ministros.<sup>60</sup> Na conclusão do relatório (Brasil, 1997) por diversas vezes se mesclam descrições de depoimentos emocionados feitos por oficiais responsáveis pela condução do projeto, ao mesmo tempo em que se destaca os resultados da atuação institucional na chave do progresso.

Em uma relação de apoio, o presidente da Comissão Especial, o senador Romeu Tuma, exaltava “o desprendimento daqueles bravos soldados, em defesa da soberania nacional, dando insuspeito testemunho da importância do Calha Norte

---

<sup>59</sup> Entre as páginas 6 e 7 se lê: “Quanto às dificuldades para que os Órgãos do Governo tenham efetivamente estado presentes, foram elencadas as seguintes situações: o imenso espaço geográfico considerado, coberto por densa floresta; a população pequena e rarefeita; a problemática indígena; a presença de garimpeiros e narcotraficantes; as grandes distâncias entre os marcos fronteiriços; os interesses e ações de grupos internacionais sob diversos pretextos; e dificuldades dos países limítrofes em também projetarem suas presenças”.

<sup>60</sup> Conforme o relatório final e as informações de tramitação, foram ouvidos nas sessões da comissão: gal. Carlos Uchoa, cel. Rui Alves Catão, o embaixador Carlos Alberto Pardelas e o então ministro da justiça Nelson Jobim.

para o País”; o mesmo tom aparece na defesa feita pelo senador Carlos Patrocínio na sua arguição final, quando mencionava que nas viagens de inspeção “pôde, pela primeira vez ver de perto o que realmente representa para aquela gente, o Projeto Calha Norte, que ele apenas conhecia por esparsas notícias nos jornais, como um projeto essencialmente militar” (Brasil, 1997: 40), conforme descrições da relatora, a senadora Marluce Pinto (PDT-RR).<sup>61</sup> No mesmo tom, segue também a apresentação da conduta heróica dos “abnegados soldados” (Ibidem).

Apesar dos resultados singelos, a impressão que se tem na leitura do relatório é de um feito homérico desempenhado pelas Forças Armadas. Em última instância, como lembram alguns interlocutores que viviam na região naquele período, os principais feitos da corporação nesse período dizem respeito à qualificação das próprias instalações militares e a inclusão de outros civis (nacionais e estrangeiros) no atendimento a serviços de assistência em saúde, além do papel desempenhado na geração de emprego.<sup>62</sup> Roberto, um interlocutor com reconhecida atuação no movimento LGBTI+ local, destacava que, no período, quando ainda era criança, as principais mudanças visíveis estavam na pavimentação das ruas já que “o Exército é quem tinha as máquinas” (Roberto, conversa por WhatsApp, junho de 2021). Além disso, segundo narrava, era notável o contingente de novos soldados chegando à cidade nessa primeira década de execução do projeto, entre meados de 1980 e 1990. Esses elementos permanecem na memória de pessoas como Roberto, Deodato e Mário como reminiscências de um projeto caracterizado por constrangimentos, contatos com outras pessoas e por sutis transformações no cotidiano e nas

---

<sup>61</sup> O tom elogioso dos discursos de Tuma e Patrocínio não é aleatório. A atuação de Carlos Patrocínio foi marcada por um interesse neoliberal expresso no apoio a todas as medidas de desestatização de empresas públicas estratégicas, além de ter apoiado diversas medidas que fragilizavam a estabilidade dos servidores públicos. Romeu Tuma, por sua vez, construiu sua carreira junto às polícias, inclusive durante a Ditadura, período no qual coordenou ações de repressão a grupos de esquerda. Foi a partir da polícia que Tuma garantiu seu ingresso na política institucional. Na década de 1980, após o assassinato de Chico Mendes, Tuma atuou na defesa da necessidade de reforço da ocupação militar nas fronteiras, o que lhe rendeu certo protagonismo no debate, mas também uma série de acusações, entre elas a que levou ao pedido de sua prisão pela Procuradoria Geral da República por indicar que garimpeiros ocupando ilegalmente os territórios Yanomami chegassem a uma área de uso do Estado.

<sup>62</sup> Por muito tempo o Hospital de Guarnição foi a única unidade de saúde disponível na cidade. Além disso, o serviço militar segue sendo uma importante fonte de incorporação da mão de obra disponível, principalmente entre jovens.

condições de vida, apesar da narrativa oficial construída em torno de sua grandiosidade.



**Figura 13.** Desfile de 7 de setembro. Tabatinga, Avenida da Amizade, 2018. Fotografia do autor.

Próximo ao banco do Brasil, nas proximidades do cruzamento da Avenida da Amizade com a rua Marechal Mallet assistia ao desfile de 7 de setembro a convite de amigos. A população se aglutinava no meio da avenida e nas margens de ambos os lados enquanto desfilavam escolas, grupos artísticos e as forças armadas dos três países transfronteiriços.

No que tange a uma interpretação da relação entre o Exército e a cidade, é necessário ter em conta o papel que a corporação desempenha na economia urbana em sua configuração atual. Essa posição tem relações com uma agenda mais ampla, que diz respeito à densidade institucional do Estado. No contexto da dinâmica laboral, os principais postos de trabalho formal vêm das Forças Armadas. Atualmente, o exército é a força armada com maior presença em Tabatinga. É responsável por um efetivo de quase 1.000 oficiais e soldados e importantes estruturas urbanas. Existe o 8º Comando de Fronteiras Solimões (a seguir CFSol), a unidade militar responsável pela linha de fronteira Alto Solimões. Em algumas unidades relacionadas, chamadas pelotões especiais, no

Estirão do Equador (a 460 km de Tabatinga pelo rio) e Palmeiras do Javari (770 km). Também existem postos de controle especiais controlados pela instituição em Ipiranga e Villa Bittencourt nos municípios de Santo Antônio do Içá e Japurá, respectivamente (Nogueira, 2009: 170; Nogueira *et al.*: 2018). Algumas informações sobre o efeito militar do 8º CFSol podem nos ajudar a entender como o gênero e o Estado são articulados nesse contexto. Em 2018, o CFSol foi formado por 971 soldados. A maioria deles eram homens, sendo 951 homens e 20 mulheres cisgêneros (os dados são relativos à composição da corporação em 2020). Além disso, apenas 31 dos 971 soldados eram indígenas e não havia dados sobre uma composição racial mais complexa.

Além das forças armadas, em especial o Exército, também há algumas oportunidades nos pequenos comércios e setor de serviços, e no funcionalismo público. As demais alternativas disponíveis na cidade obedecem a regimes informais e precários, constituindo em alguma medida, a base extrativista histórica da região por meio da pesca. São pouco expressivas, mas ainda assim notáveis, ocupações voltadas ao garimpo – especialmente nas terras indígenas do Vale do Javari – e à extração de madeira – em Benjamin Constant e nas porções do território peruano vizinho.

Os efeitos desencadeados por projetos de Estado alocados nessa ideologia desenvolvimentista na Amazônia tiveram como veículo motor a integração dos centros regionais ao locus do poder estatal e aos grandes centros econômicos do país. Essa noção, bastante comum nas décadas de 1960 e 70, ainda eram comuns durante a instalação do programa e na sua posterior avaliação, apesar do acumulado das experiências sugerir outros caminhos. Essa estrutura se percebe em três equipamentos que devem ser lidos de forma correlacionada: a cidade, as estradas e as instalações militares.

Como argumentou Bertha Becker (2013), nessa configuração do poder estatal, as cidades eram entendidas parte central de um projeto de desenvolvimento. A conformação de redes urbanas a partir de núcleos de escalas variadas interligados entre si cumpria três funções, segundo a autora: atuava como base logística, como realização material da ação política estatal e, por fim, como índice de organização do espaço sociopolítico. A constituição de uma rede tal implicava

também a instauração de vias que permitissem a conexão entre os núcleos, permitindo a circulação de bens, serviços e pessoas.

A suposição de um projeto pautado pela integração, e sua flagrante impossibilidade de realização ao nível da experiência, podem ser notadas nos documentos anteriormente citados. No escopo do Projeto Calha Norte (Brasil 1985c), por exemplo, a retórica construída gira em torno da integração entre uma vertente civil e uma vertente militar. Esperava-se que a “segurança” das fronteiras fosse o resultado das ações conjuntas de “ocupação” nacional e vivificação de tais áreas a partir da alocação de postos de controle e, também, da instauração de obras básicas que são inscritas sob a forma de “serviços” e “infraestrutura” dentro do idioma da estaticidade. Essas obras envolvem desde núcleos habitacionais, unidades de saúde até esgotamento e acesso à água, energia elétrica e escolas.

Contudo, no contexto amazônico esse modelo de integração ao poder central do Estado teve pouca efetividade ou foi limitado em um ou outro contexto. O Alto Solimões, em grande medida, é uma dessas regiões em que o projeto concebido a partir desse tripé obteve um resultado abaixo do pretendido. O contraste entre os objetivos e os resultados alcançados pelo projeto permite ainda pensar, em nível de Estado, a correlação entre agendas e interesses específicos, a configuração do poder e o maior ou menor sucesso de propostas intervencionistas. Relembrando Foucault (2007), certa noção de “fracasso”, ou seja, a concretização de um resultado aquém do previsto, deve ser entendida não como a nulidade dos seus resultados, mas a partir dos efeitos instrumentais que dele resultaram.

O resultado de projetos como o Calha Norte no Alto Solimões deve ser deduzido mais pelo potencial de mobilização de um capital humano ao longo da década de 1980 e 90 e da instauração de uma estrutura militar vívida, do que pela intervenção através de modelos estéticos e estruturais em termos de estradas, portos ou um determinado conceito urbanístico. Em outros termos, quero dizer que o “fracasso” do desenvolvimento como uma retórica da modernização das estruturas urbanas não deve ser privilegiado em detrimento de uma intensificação da presença estatal por meio de outros elementos institucionais

que se multiplicam e transformaram-se no curso do tempo. É nesse aspecto que vale a pena retomar as reflexões de James Ferguson ao apontar que

... embora o discurso do “desenvolvimento” tenda a ver a provisão de serviços como o propósito do governo, a questão do poder não pode ser abandonada tão rapidamente. Os “serviços governamentais” nunca são simples ‘serviços’; em vez de conceber essa expressão como uma referência simples para um governo cujo propósito é servir, seria no mínimo apropriado pensar em ‘serviços’ cujo propósito é governar. (Ferguson, 2006: 271).

Nesse aspecto, estradas, escolas, equipamentos de saúde, a instauração de rotas de navegação ou tráfego aéreo são partes de uma mesma maquinaria de que também fazem parte postos de controle fronteiriço, vilas militares e programas assistenciais. Essa interação deve ser entendida no escopo de uma relação mais ampla entre sujeito, controle, direitos e Estado e não apenas em uma oposição dicotômica entre agências benignas e malignas.

Mais uma vez recorrendo a Foucault, gostaria de retomar o suposto fundamental de sua teoria das relações de poder ao sugerir que o exercício do poder não pode ser analisado considerando apenas a arena institucional, seja ela unitária ou totalizante já que “as relações de poder se enraízam no conjunto da rede social” (Foucault, 2013: 292). Isso implica e tem como efeito-instrumento os processos de governo marcados por dinâmicas complexas e contraditórias, de sobreposição, entrecruzamento, limitação, reforço e anulação. É nesse sentido que a chave interpretativa não pode ser oferecida de antemão e lida como benéfica ou maligna. A título de ilustração, veja-se que, no Alto Solimões, a presença militar em sua expressão total de Estado armado, prerrogativa de uso da violência e da construção da figura discursiva do inimigo, pode ser mais complexa e incluir também a coexistência com formas assistenciais de garantia e afirmação de direitos em contexto de alteridade como o “nós” nacional e o “ele” outro:

É certo que o Estado, nas sociedades contemporâneas, não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares - ainda que seja o mais importante - de exercício de poder, mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive. Mas, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (apesar de não ter tomado a mesma forma na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar). (Foucault 2013: 292-3).



A mesma instituição responsável pela instauração de um aparato repressivo e balizada por ideais de força forjadas em uma retórica de guerra, é também a agente canalizadora de uma série de ações assistenciais que torna explícita a presença do Estado onde ela é, por vezes, questionada. No contexto de comunidades no interior da administração política e em configurações espaciais de enclave, o Exército atua como vaso comunicante mobilizando pessoas, recursos e tecnologia para mitigar relações de precarização da vida. Contudo, seu efeito repressivo não desaparece. A assistência social, nesse caso, permanece munida de uniforme e instrumentalizada com tecnologias de morte, de interdição de mobilidade e de fazer-desaparecer.

É nesse sentido que nas seções a seguir busco pensar os efeitos do Calha Norte a partir de uma dimensão localizada e bastante específica: o espaço público. Muito da descrição feita até aqui priorizou espaços domésticos, como a casa, ou mesmo esforços institucionais mais amplos para confecção de um certo campo discursivo, seja a partir da mídia, seja a partir das discussões em torno da organização administrativa dos territórios. Considerando a recorrente ênfase dada por alguns interlocutores nos projetos de pavimentação que tem a Avenida da Amizade como um de seus resultados mais concretos, desenvolvo um esforço de pensar a rua e seus efeitos na experiência da sexualidade e também na memória da relação com a cidade. Esse movimento é significativo, pois, como se verá a seguir, ele dialoga com o modo como as pessoas se movem nas experiências e nos modelos classificatórios produzidos para expressar a sexualidade, especialmente entre pessoas LGBTI+.

\*\*\*

Os efeitos da ocupação institucional no território e na sociabilidade fronteiriça podem ser situados e compreendidos desde múltiplos pontos de vista. Aqui, interessa analisar como eles constituíram e formaram parte dos imaginários sobre afeto e sexualidade tendo em vista que, para os propósitos deste estudo, a partir dele se estabeleceram outras linguagens e gramáticas para a organização socioespacial do lugar. Como argumentei algumas vezes até aqui, a formação da sociedade transfronteiriça foi, em muitos aspectos beneficiada e viabilizada pelas práticas de mobilidade que são constitutivas dela. Assim, o

contato com a diferença e com outros valores produzidos nesses encontros foi também um veículo motor de transformações sociais que atravessam leituras sobre o gênero e a sexualidade.

O período apresentado (os anos 2010 no capítulo 1, as décadas de 1970 e 1980 nos capítulos anteriores) até aqui foi marcado por sucessivos estímulos e formas de ocupação militar da tríplice fronteira que se intensificaram a partir do início dos anos 1990, como se verá no próximo capítulo. Da conformação das áreas de interesse nacional e a delegação do governo às autoridades militares aos projetos de desenvolvimento e defesa nacional, várias foram as relações que o Estado e o poder público estabeleceram com a sociedade local. De forma complementar, os fluxos populacionais e a dinâmica cíclica da economia também permitiram que aportassem ou se deslocassem através do Alto Solimões diferentes coletividades. Esse conjunto de mudanças tanto em sua dimensão estrutural e de larga escala, como sua face relacional e orgânica deixaram suas marcas também nas formas de contato, compreensão e organização da diferença social, implicando assim formas complexas de lidar com as gramáticas de gênero e sexualidade e sua expressão no espaço público.

Para entender como tais mudanças ecoaram, é importante situar a ampliação do ecossistema institucional na região nesse período. Como lembram Steiman (2002: 76), Nogueira (2009: 171) e Coutinho (2018), após a instalação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Municipal de Tabatinga foram implantadas na cidade diversas instituições e serviços. No final da década de 1960 a cidade foi abastecida com energia elétrica e teve também cobertura de telefonia, a que se somaram, na década seguinte, a implantação do Banco do Brasil, da Receita Federal e dos Correios. Retornando a Hirata (2019), esse quadro geral que antecede a própria instalação do município, é sintomático da alta densidade institucional de Tabatinga como grande polo regional.

Avaliando o volume e conteúdo da presença do Estado a partir de suas instituições, o estudo de caso sobre o Alto Solimões que compõe a Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira (Brasil 2005) descreve a configuração da região da seguinte maneira:

(...) a região depende permanentemente de recursos humanos externos para a implementação de projetos econômicos que demandem uma formação mais especializada, além da dificuldade de atração de profissionais especializados para a região, como médicos, por exemplo.

A densidade institucional, como medida da relevância da ação institucional nos municípios do Alto Solimões, apontou uma situação um pouco melhor nos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga, média em São Paulo de Olivença, Jutai e Santo Antônio do Içá e baixa em Atalaia do Norte, Amaturá e Tonantins. A concentração de instituições governamentais em Tabatinga reflete bem o seu papel de pólo regional, ao lado de Benjamin Constant (antigo pólo regional). (Brasil, 2005: 202).

Até 2019, a sede urbana de Tabatinga continha em sua infraestrutura representações das seguintes instituições: Polícias Federal, Civil e Militar; Exército, Marinha e Aeronáutica; Receita Federal; Capitania dos Portos, Fundação Nacional de Saúde; Fundação Nacional do Índio; Ministério Público Federal; Previdência social; Justiça Federal; e Superintendência da Zona Franca de Manaus.<sup>63</sup> A esse ecossistema burocrático associaram-se outros dois. O primeiro era formado pelos serviços essenciais oferecidos pela rede pública municipal e estadual a partir de espaços de ensino (escolas de educação básica, creches e uma universidade estadual) e de saúde (uma unidade de pronto atendimento, além das unidades básicas de saúde) a que se somavam também os serviços especializados para atender à população indígena (o que, apenas no núcleo urbano do município, incluía três escolas indígenas, duas unidades de saúde indígena e um barcos-hospital operado pela Marinha). Por sua vez, o outro sistema era constituído por instituições bancárias e financeiras, a exemplo dos bancos do Brasil e Bradesco, da Caixa Econômica Federal e da rede de casas lotéricas, e o banco postal criado pelos Correios. A complexidade formada por esses três ecossistemas burocráticos envolve uma ampla cadeia de acesso a serviços, direitos e práticas de organização da vida cotidiana que estão em articulação.

Uma parte dessas instituições foi se constituindo ao longo das décadas de 1970 e 1990 como parte das políticas voltadas para o controle militar e força de polícia,

---

<sup>63</sup> A área de livre comércio é um dos resultados de um conjunto de iniciativas que no início da década de 1990 fizeram parte do Plano Modelo Tabatinga-Apaporis, e foi administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A criação da área também integra o Tratado de Cooperação Amazônica por meio do conjunto de medidas para garantir o desenvolvimento regional considerando as capacidades locais.

atuando em ações como a repressão ao narcotráfico, vigilância fronteiriça e também comunicação e gestão fiscal e bancária. Nesse cenário, o fluxo de pessoas que atendia à cidade era marcado por servidores estáveis com trabalho caracteristicamente especializados (auditor, procurador, fiscal alfandegário, bancário), ou temporários, fosse em função da sua instalação na cidade ou dos regimes de contrato com a autoridade militar (como acontecia com os soldados em contextos de alistamento militar obrigatório ou de oficiais em missão).

É possível vislumbrar ao longo dos anos 2000 um novo perfil de servidor, e como efeito, de ocupação estatal. Nesse período são instalados também diversas políticas de controle e vigilância das fronteiras, permitindo a continuidade de programas como o Calha Norte, mas também de outras iniciativas como o Programa Faixa de Fronteira, iniciado em 1999 e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

É preciso notar ainda que, ao mesmo tempo que esse contingente de pessoas passava a se instalar na cidade atuando na conformação de políticas públicas diversas, a dinâmica de trânsito e mobilidade persistia como uma característica persistia. Retomando a ideia de demografia social ensaiada por Mauss (2002b [1906]), as formas de vida construídas na tríplice fronteira têm se caracterizado pelo deslocamento como parte constitutiva de sua rede de comunicação e organização social. Viajar, morar com parentes, amigos ou mesmo tentar a vida em outro lugar é parte de uma relação com o tempo e com o espaço que forma parte da perspectiva de viver através das fronteiras. Nesse aspecto, as formas de fazer família e alimentar as relações produzem também uma etiqueta da hospitalidade, conectando quem fica e quem viaja.

## 6. HISTÓRIA DE FAMÍLIA

Até aqui, a narrativa construída alternou entre uma perspectiva macro institucional e outra micro relacional, evidenciando perspectivas e materiais distintos para compreensão dos eventos que marcaram as décadas de 1980 e 1990, especialmente com a emergência do Programa Calha Norte. Neste capítulo o foco central da descrição e análise está em trajetórias de interlocutores que negociam com os sentidos e possibilidades do espaço público, tomando como ponto de partida suas relações afetivas e corpografias na tríplice fronteira.

### Mulheres, família, mudanças

A primeira história é a de Roberto, introduzido há pouco para destacar a relação do Exército com o maquinário responsável por obras no núcleo urbano de Tabatinga. Roberto<sup>64</sup> nasceu em Manaus e logo depois foi para Tabatinga, com a mãe e o pai, que logo os abandonou. Após alguns anos, eles retornaram à tríplice fronteira, e Roberto foi registrado em Benjamin Constant por Paulo, seu padrasto e terceiro esposo de sua mãe. A família permaneceu na tríplice fronteira até 1990, quando voltaram para Manaus para uma estadia de mais dois anos. A sua família tem uma longa história de relação com o Alto Solimões e também pode ser entendida como um caso recorrente do processo de territorialização da região.

*O meu pai é colombiano e minha mãe brasileira. Aí minha mãe, quando separou do primeiro casamento dela, ela ficou com meu pai. Quando eu nasci ficou difícil porque eu era mais claro e meu pai era mais preto, era de Chocó. Então, meu pai naquela época, “ah, foi traição, pulada de cerca” porque minha mãe trabalhava e viajava. Então, tipo, quem veio me registrar foi o outro namorado da minha mãe. Ele tirou meu documento. E aí ele fez o que podia, porque eu só tinha documento colombiano. Mas eu nasci em Manaus na época quando... em 1980. Mas eu nasci em Manaus, minha mãe trabalhava lá ainda. Mas aí minha mãe viajou, ela trabalhava pela FUNAI então ficava mais fácil pra ela vir. Aí eu vim. Quando eu vim eu fui pra casa dos meus avós que moravam aqui em Letícia, e aí eu tava sem documento, e eu tinha um sítio lá em São José, que pertence a Benjamim, porque ficava complicado de eu tirar minha*

---

<sup>64</sup> Durante a pesquisa de campo in loco, meu contato com Roberto foi transversal e reduzido. Nossa aproximação ocorreu já quando estava de volta à São Paulo, durante a pandemia de Covid-19. Nesse período intensifiquei minha participação e apoio à Associação de Gays, Lésbicas e Travestis na Tríplice Fronteira, atuando na construção de projetos voltado a apoiar pessoas LGBTI em situação de vulnerabilidade, e logo depois também atuando na captação de recursos para outras ações. Os trechos de entrevista aqui apresentados constituem aquilo que chamei de “conversas de longa duração” e correspondem a troca de mensagens estabelecidas ao longo de quatro meses via WhatsApp.

*documentação por aqui, aí eu tirei por lá. É o que acontece muito aqui na região, entende? (Roberto, registro de conversa via WhatsApp, junho de 2021).*

O segundo namorado de dona Antônia, mãe de Roberto era de uma família vinda do departamento de Chocó e migrou para Letícia, até que seu avô materno do grupo consanguíneo se casou com uma brasileira e desse relacionamento nasceu o seu pai. O período da migração e do casamento entre os avós paternos constitui um momento significativo para a vida na cidade de Letícia, tendo em vista que foi marcado por um intenso processo de expansão pelas décadas seguintes, fazendo com que a cidade tivesse um relativo processo de bonança (cf. Picón, 2009). O casal se conheceu na década de 1970 e do namoro veio a primeira irmã de Roberto, nascida e registrada em Letícia. Cerca de um ano após o nascimento, a família migrou para Manaus e permaneceu lá por mais um ano, até que Roberto nasceu e o relacionamento entre seus pais teve um fim pela suspeita de traição anteriormente mencionada.

O retorno do contato de Roberto com seu pai aconteceu apenas aos seis anos, ainda que houvesse uma relação com as demais partes desse núcleo, especialmente os avós e tios que residiam em Letícia. As constantes viagens a trabalho da mãe de Roberto junto à FUNAI criaram uma dinâmica de mobilidade constante entre o Alto Solimões, a capital e outras comunidades indígenas que a instituição atendia. O trânsito e a mobilidade eram uma tônica constante da formação do núcleo familiar de Roberto, como se vê também na história de sua linhagem materna.

*Os pais da minha mãe são cearenses, vieram pra cá, pro Amazonas em 1900. Meu avô foi soldado da borracha, a minha avó era só esposa. Eles tiveram 13 filhos, morreram dez... [contando] [corrige] morreram nove, ficaram só quatro. Eles só são quatro. Eu, por exemplo, agora só tenho três vivos porque minha é falecida, né? Tenho minha tia, meu tio e meu outro tio. Minha mãe é amazonense, nasceu no Amazonas. E meu pai é filho de brasileiro com colombiano também, de Chocó. Meu pai é preto, minha mãe é esbranquiçada. Entendeu? Parda, mas uma parda bem clara, entende? O meu avô morreu com 97 anos e a minha avó com 104 anos. Os avós [por parte] do meu pai, eu também não tenho mais vivos. Minha avó morreu com 90 e meu avô com 92. Eram os que eu tinha pouco contato, então eu não lembro mais também. (Roberto, registro de conversa via WhatsApp, junho de 2021).*

O processo de conformação da tríplice fronteira desde seus primórdios foi marcado por dinâmicas de encontro e de relação com a diferença, produzindo no interior da sociedade transfronteiriça tanto uma experiência de intensa

mobilidade, como de organização dos sistemas de classificação, especialmente aqueles relativos à raça e etnia.

Como descrito em outras passagens do trabalho, bem como na bibliografia sobre a região (cf. Melo, 2020; Moreno-Nieto, 2017), o casamento entre homens que vinham de fora e mulheres locais era bastante recorrente, constituindo-se assim também como uma estratégia de organização do trabalho árduo e de fixação no lugar. Por esse longo histórico e conflito entre sistemas classificatórios, se tornou recorrente que qualquer tentativa de descrição racial das pessoas fosse acompanhada pela observação de elementos fenotípicos como matizadores da negritude, em maior grau, e eventualmente também da indianidade. A despeito disso, há no cotidiano uma contínua leitura das feições que ao mesmo tempo que classifica as pessoas em termos raciais e nacionais a partir de fenótipos e traços, também a complexifica a partir da localização dos sujeitos em uma trama complexa que envolve o histórico familiar, migratório e de classe. Esses aspectos se veem refletidos não apenas na descrição que Roberto faz da própria mãe, como alguém “parda, mas uma parda bem clara”, como também na descrição que faz do seu pai, correlacionando sua cor de pele à origem em Chocó, território colombiano com marcante presença negra, ou como descreveria Roberto em outra ocasião “é como se fosse a Bahia no Brasil, onde há a maior concentração de pessoas pretas da Colômbia” (Roberto, conversa via WhatsApp, fevereiro de 2022).

Retomando o histórico de presença na região de mais de um século, Roberto apresenta, a partir de sua família, as continuidades, influências e contatos que faziam parte da dinâmica local de poder e relacionalidade. Nesse cenário, os limites nacionais eram instáveis, o que se percebe também na alternância das paisagens e dos regimes administrativos equalizados em marcações temporais – “São José que pertence a Benjamim”, por exemplo. Essas marcas se repetem também em outras passagens da conversa, quando apresenta as gerações mais antigas do núcleo familiar.

*Eu não sei quem são os irmãos dos meus avós, eu não cheguei a conhecer. Eles chegaram no Alto Solimões em 1900. A minha avó chegou a conhecer o Cortez, o meu avô é da época dos primeiros soldados da borracha. Meu avô foi um dos primeiros a chegar. Meu avô é de 1900, ele chegou aqui em 1936, mais ou menos, no Alto Quixito. Minha família é bem pequena, nós somos... minha mãe só são eles quatro, que*

*sobreviveram. Mas o meu avô teve uma outra esposa que foi morar como ama de leite [interrompe]. Ama de leite não, pra ajudar minha avó no parto, na situação do resguardo, né, que era aquela coisa de 40 dias. E daí pulou a cerca, né? Ficou com ela e teve mais seis ou sete filhos, não sei muito bem. Aí minha avó separou dele e nunca mais se casou, né? Mas a gente é bem pouquinho. Eu sou o primeiro homossexual da família, aí agora não, eu tenho meu sobrinhos-primo de segundo grau, e tem uma lésbica na família, né e tem uma mariconinha bem pequenininha que tá surgindo agora, bem confiada! (Roberto, registro de conversa via WhatsApp, junho de 2021).*

A relação com a borracha e o caucho é um aspecto incontornável da formação do espaço social amazônico na transição entre o século XIX e o século XX.<sup>65</sup> Como registrou Carlos Zárate (2008: 139), ainda que a existência de seringueiras fosse registrada na região desde o século XVIII, a exploração da borracha teve início no século seguinte, em grande medida para alimentar o processo de industrialização estadunidense e europeu com gomas elásticas, o que deu origem ao primeiro boom da economia seringueira. Como notaram autores como Becker (2013) e outros que sucederam sua abordagem interpretativa (cf. Nogueira, 2009; Steiman, 2002, por exemplo), a configuração econômica do período foi marcada por aquilo que a autora descrevia como “surto”, ou seja, períodos alternados de alta demanda por commodities ou produtos resultado da atividade extrativista, seguidos por momentos de desalento e baixa procura. A cada surto, uma intensa economia se articulava e mobilizava o deslocamento de trabalhadores para a região. Longe de ser um processo típico, esses ciclos alternados de opulência e desolação colocam em perspectiva as fragilidades dos projetos de desenvolvimento construídos para as Amazônias pela sociedade nacional, tal como argumentou Bruno Malheiro (2020).

Foi essa mobilização que fez com que o próprio Estado se implicasse em estimular o deslocamento de trabalhadores do Nordeste do país para o Norte. Nesse aspecto, a mobilização de pessoas para trabalhar nos seringais amazônicos, tenha sido de forma autônoma ou estimulada pelo Estado, antecedeu os projetos de colonização que fizeram parte da política de expansão

---

<sup>65</sup> De forma geral ambas as espécies são referidas aqui como seringa. Contudo, se tratam de duas espécies diferentes com reconhecido uso e potencial de aplicação para produzir goma elástica. O caucho (*Castilla ulei warb*) é encontrado em diversas áreas do Alto Solimões e produz um látex de qualidade inferior comparado à seringueira (*Hevea brasiliensis*). Como observou Carlos Zárate (2008: 139) a intensa economia em torno da goma elástica se organizou em dois fluxos, uma primeira entre o Baixo Amazonas e as proximidades do porto de Belém, marcada pela extração de borracha (*Hevea brasiliensis*) e outra que provinha das porções orientais do território amazônico e que incluía espécies tanto dos gêneros *Hevea* quanto *Castilloa*. A produção dos barracões e seringais do Alto Solimões em grande medida era caracterizada por esse segundo tipo.



das fronteiras entre as décadas de 1950 e 1970. Contudo, foi na década de 1970 que essa política institucional ganhou forma por meio de um slogan que descrevia os movimentos de trânsito e busca de oportunidades vivido anteriormente. A já célebre frase “são terras sem homens para homens sem terras”, proferida pelo então presidente militar Emílio Médici para descrever a Amazônia, aparecia como uma resposta para lidar com duas questões sociais urgentes na agenda nacional: o alegado vazio demográfico na Amazônia e a escassez de terras cultiváveis no Nordeste. Recorrendo mais uma vez a Amaral (2013), na década de 1970 o maior fluxo de mobilidade registrado no país era caracterizado por migrações entre núcleos urbanos, com destaque para a Amazônia, feito bastante diferente do êxodo rural de trabalhadores nordestinos para o Sudeste das duas décadas anteriores.

A borracha produziu e é parte de uma rede de relações sociotécnicas que foi capaz de mobilizar milhares de pessoas e grupos familiares, principalmente nordestinos, para a Amazônia (Ferrarini, 1979; Guillen, 1997). No Alto Solimões, esse movimento foi especialmente caracterizado pelo fluxo de cearenses que chegaram à região entre o fim do século XIX e começo do século XX, alguns deles alcançando algum renome das décadas seguintes, como se pôde ver no capítulo anterior a partir das crônicas de Waldomiro Corrêa e do levantamento feito na Diocese do Alto Solimões por Sebastião Ferrarini (2013). Esse movimento, apesar de ter ganho expressão na segunda metade do século, é presente já no início do século, como testemunha o relato de Roberto sobre seus avós maternos.

O relato de Roberto localiza e descreve uma série de encontros que configuram a relação com os barracões e a produção da borracha na conformação espacial do Alto Solimões. Os nordestinos juntavam-se assim a gama de trabalhadores que vinham explorar a borracha, junto com os indígenas capturados pelas correrias (cf. Oliveira Filho, 1998: 77; Taussig, 2012 [1991]). O Alto Quixito, ponto do rio Quixito localizado no que hoje corresponde às terras do Vale do Javari, Atalaia do Norte, foi um importante centro de extração de látex.<sup>66</sup> A expansão da

---

<sup>66</sup> A noção de importância aqui tem um peso local, tendo em vista que, historicamente, não houve qualquer momento da história em que o Alto Solimões tenha ocupado uma posição de destaque na produção de goma elástica na economia nacional. Como observou Oliveira Filho (1998: 77) a

economia gomífera foi afetada especialmente por acordos comerciais entre Brasil e Estados Unidos durante o Estado Novo, impulsionando uma política de localização e transferência de trabalhadores para a Amazônia. Como notou Isabel Guillen (1997), se essa demanda tinha como origem a produção industrial estadunidense em virtude da Segunda Guerra Mundial, ela também era beneficiada pelo já conhecido histórico de migração nordestina para a Amazônia, principalmente de cearenses.

Ainda conforme Guillen (1997), todo esse processo de localização e transferência de trabalhadoras e a viabilização de sua ocupação na Amazônia a partir do seringal era revestido de uma atmosfera de batalha, configurando assim a “Batalha da Borracha”. Como elemento principal, essa batalha era caracterizada pela necessidade de adaptar a população a condições de vida e trabalho bastante distintas daquelas prometidas pelas campanhas de localização. Esse aspecto se sobrepunha, inclusive, à adaptação para as condições climáticas e ambientais.

De fato, para o trabalhador que tinha migrado restava tentar sobreviver, enfrentando não só as agruras da selva amazônica e o arcaico sistema de aviamento implantado nos seringais desde o período áureo da borracha, mas tendo também que reelaborar substancialmente seus referenciais culturais, espaciais e temporais. Discursivamente, contudo, apresentava-se o problema como parte de um plano global de colonização da Amazônia — um programa de desenvolvimento da região num contexto de economia de guerra e de crise da produção da borracha. Os nordestinos que para lá migrassem seriam os “soldados do trabalho”, contribuindo para a conquista e ocupação de uma grande região esquecida pelos poderes públicos, incorporando-a definitivamente ao corpo da Nação. (Guillen, 1997: 97).

Os soldados da borracha compunham assim essa imensa massa de trabalhadores que durante a década de 1930 e 40 se viu atraída pelo ideal de uma vida mais próspera e migrou do Ceará e outros estados do Nordeste para o interior amazonense a fim de trabalhar nos seringais. Vivendo no Alto Quixito, o avô de Roberto conheceu a futura esposa e companheira no cultivo do lote. A partir do relacionamento construído, tiveram treze filhos, dos quais apenas

---

partir da análise do censo agropecuário entre 1920 e 1970, mesmo no auge de sua produção o então município de Benjamin Constant correspondia a apenas 6,5% da produção de goma no Amazonas. Além disso, outros dois elementos devem ser considerados: o primeiro é a identificação genérica da goma produzida na região como proveniente de Iquitos, e a segunda é que parte significativa da produção tinha como origem de fato, o Vale do Javari, onde está localizado o rio Quixito que Roberto menciona.

quatro chegaram à idade adulta. Nesse cenário de guerra da borracha, a avó materna de Roberto também havia tido contato com uma outra importante personagem daquele momento, o Cortez. Conforme explicou meses depois, Cortez “era um coronel da borracha muito conhecido pelo Alto Quixito. Era ele que fazia uma espécie de travessia, na época dos imigrantes que vinham do Nordeste para a Amazônia em si” (Conversa via WhatsApp com Roberto, janeiro de 2022).

Na trajetória familiar de Roberto, os processos de trânsito foram marcados pelas mudanças e instabilidades no quadro econômico da tríplice fronteira entre os anos 1950 e 1990. Assim, com o declínio da borracha, a família migrou do Alto Quixito para outras localidades, movendo-se na fronteira, como se vê no seu depoimento. Essa mobilidade, contudo, me foi apresentada em fluxo recursivo. Quando perguntado se a região havia sido beneficiada pelo crescente comércio na fronteira entre Tabatinga e Letícia, ele dizia:

*Fora ela ser área de fronteira – por isso os militares instalaram aqui o Forte de São Francisco –, Tabatinga se instalou devido à Letícia, cara. As pessoas podem até maquiar, mas a realidade é essa. Então Letícia começou a comprar muito dos ribeirinhos. Comprar a produção dos ribeirinhos e o mercado de peixe, que até hoje ainda é o que prevalece. Então todos os pescadores traziam os peixes para Letícia. Era demorado, cara, tu não tem noção. Era a remo, né? Eles faziam essas viagens a remo. Então as comunidades da Ilha do Aramaçá, que foi pra onde foram meus avós quando chegaram do Alto Quixito, vindo do Ceará e foram pra borracha. eles foram pra Ilha do Aramaçá. E da ilha do Aramaçá ficava muito próximo, só que Benjamin financeiramente não era muito lucrativo para a produção rural ribeirinha. Já Tabatinga não, devido os colombianos. Então a gente, meio que... por exemplo, Portobrás, Brilhante e o Marco, São Francisco eles são todos bairros de comunidades ribeirinhas que vieram do Alto Quixito e se misturaram com nativos, né, com os índios da época, daqui e foram constituindo família. Então eu tenho quase certeza, posso te afirmar que foi devido à produção. Era mais fácil vender em tabatinga do que em Benjamin Constant e Atalaia do Norte. Porque se vendia pra estrangeiros, entendeu? Vendia pra Colômbia. Então a Colômbia tinha os melhores médicos, os melhores produtos. Então tinha essa procura. Aí quando se fundou a escola lá no Duque de Caxias [corrige], a escola lá na Comara, então os filhos das comunidades ribeirinhas vinham estudar aqui em Tabatinga, na Comara e depois, consecutivamente no Duque de Caxias. E aí eles foram constituindo família. (Conversa via WhatsApp com Roberto, julho de 2021).*

Ainda considerando os efeitos da economia, na leitura de Roberto, durante o processo de intensificação das grandes obras, entre 1980 e 1990, o peso atribuído ao mercado da cocaína como atrator do fluxo de pessoas também seria desmedido. Essa comparação, no entanto, tinha como objeto o próprio beneficiamento da cocaína. Segundo comentava, o processo foi inverso e caracterizado por uma piora nas possibilidades de trabalho:

*o que comentam é que a chegada [do Exército] até prejudicou os produtores de cocaína, mas prejudicou porque teve expansão. Teve alguns terrenos de cocaínas que foram invadidos, aí se instalou a Federal aqui. Mas teve mais... como eles chamavam? ah, os mulas, né? Conseguiram mais pessoas pra trabalhar no tráfico, não mais na plantação". (Conversa via WhatsApp com Roberto, julho de 2021).*

Atribuído a esse debate uma posição secundária, a narrativa que Roberto construía desenhava outros caminhos e, assim como Mário e alguns dos outros interlocutores apresentados até aqui, contraria a formação do discurso oficial por enfatizar justamente aquilo que lhe era mais fundamental: o processo de constituição e de expansão das famílias. Dito de outro modo, se o processo de colonização foi marcado pelo estímulo à presença e fixação na região – ainda que os projetos de desenvolvimento enfatizarem uma agenda efetivamente militar – o que os interlocutores elaboravam em suas memórias e experiências era justamente as formas que desenvolveram para fazer família e ocupar um espaço tantas vezes descrito como impossível, vazio e árduo. Ao mesmo tempo, essa impossibilidade e aridez ganhava outros significados na perspectiva das chicanas trans, chivos, homens gays, areperas, das sapatão e travestis e outras tantas pessoas LGBTI+ que conheci. Isso porque as formas de fazer família eram acompanhadas pelo controle de moralidades comprometidas com a heterossexualidade e com um ideal de família que as excluía essas pessoas como parte. Como contou Roberto, a homossexualidade era “de boas na casa dos outros”. Nesse aspecto, o processo de colonização da fronteira produzido pelo Estado no mundo que vivíamos àquela altura era confrontado por uma outra forma de ocupação. Essa segunda forma dizia respeito a construir um imaginário composto por referentes, experiências e símbolos que tornassem possível produzir sentidos para casa, cidade, lugar, família e para si mesmo. O que era partilhado, no entanto, se dava em um “campo de batalha em que os inimigos são parentes uns dos outros, em que se está em casa, e se é um estranho”<sup>67</sup>.

Como se vê no relato, o processo de formação desse espaço social é marcado pelos trânsitos e estratégias para fazer família. É a partir dessa intensa mobilidade resultante da instabilidade nos ciclos produtivos que as formas de “constituir família” se fazem em encontros e assimetrias entre perspectivas sobre

---

<sup>67</sup> Em uma tradução livre, refiro-me aqui a alguns versos do poema “To live in a borderland mean” de Gloria Anzaldúa: “In the borderland you are / the battleground / where the enemies are kin to each other / you are at home, a strange”.

o mundo e ideias de diferença. Estas, por sua vez, caracterizam a composição étnica e racial da região, mas também os valores que gênero e sexualidade podem assumir na organização social. Acompanhando Melo e Olivar (2019: 6) esse conjunto de narrativas, oficiais e oficiosas apresentadas até aqui, permitem entender como “determinadas imaginações sobre gênero, raça, Amazônia e fronteira se cruzam e articulam para constituir não apenas a ação do Estado, mas povoados, cidades, fluxos econômicos e princípios de relação social”. Ainda acompanhando os autores, o agenciamento masculino que produz e certifica a ideia de conquista da Amazônia se reflete e atualiza, por exemplo, na diferença de status social que pessoas brancas vindas do sul do país para ocupar cargos no Exército tinham em contraste homens e mulheres indígenas que viviam no local, ou com as pessoas que migraram de outras regiões do país para trabalhar no seringal, por exemplo.

Refletindo sobre a continuidade da memória e das experiências compartilhadas sobre a cidade dentro do grupo de parentesco, Roberto organizava a transição geracional do conhecimento acumulado pela família a partir de um conjunto de relações. Com a morte da mãe, o cuidado dos filhos ainda jovens foi transferido para as tias e tios que viviam em Tabatinga. Era com essas pessoas que a memória das famílias na região ganhava forma e conteúdo, sendo produzida e repassada não a partir dos nomes notáveis da história local, mas do contato que os parentes haviam tido com tais eventos e personagens. Ele continuava dizendo que, com a passagem da sua mãe, o contato com essas histórias se dava a partir de uma das tias mais velhas e demais tios:

*A minha mãe é a segunda na hierarquia, porque tem a minha tia que agora deve ter 80... 80 e poucos, 90 anos. Eu tenho uma tia aqui em Tabatinga que colocaram ela lá pra um sítio, ela vive num sítio pra estrada de Urumutum que desde que começou a pandemia os filhos só visitam ela de longe. (...) A minha tia é uma enciclopédia do Alto Solimões. Eles conheceram a época de Galvez, a minha tia sempre contava a história de Chico Mendes, essas coisas. É muito show, entendeu? A meu ver, assim, o meu entendimento da história do Amazonas, a formação dos municípios do Alto Solimões eu tenho deles porque eles conheceram os primeiros, entendeu? Quando eles chegaram em Tabatinga nós estamos falando de... minha avó morreu com 114 anos. Eu tô falando de pessoas que chegaram aqui na construção mesmo do Alto Solimões, dos primeiros habitantes. Minha avó conheceu os Omágua, os cabeças-chata. Não é os Kambeba não. O segundo [corrige], o terceiro casamento da minha mãe é um índio Ticuna. O cara que me registrou é um Ticuna chamado Paulo Mendes. Cara, se um dia tu tiver interessado nessas histórias e sentar com Paulo Mendes o cara é um livro aberto. (Conversa via WhatsApp com Roberto, julho de 2021).*

Quiçá coubesse aqui um breve comentário sobre as relações entre conjugalidade e moralidades que atravessaram a vida de dona Antônia e seus maridos. Como vimos, dona Antonia decidiu separar-se do primeiro marido e logo então enamorou-se do segundo, um homem negro colombiano que vivia em Letícia. Após o nascimento de Roberto, segundo filho do casal, o tom da pele do bebê levantou suspeitas sobre a fidelidade da esposa e acabou sendo usado como justificativa para o abandono do núcleo familiar e a conseqüente separação. O terceiro casamento de dona Antônia se deu com Paulo, um homem ticuna de uma das mais importantes famílias da região. Paulo, apesar de não ter se registrado como pai de Roberto, foi o responsável pelos primeiros documentos do bebê. Além disso, era conhecido na região por suas prováveis “16 mulheres”, tamanho o número de esposas e amantes que acumulou ao longo dos anos. Sem surpresa alguma, era a atitude de dona Antônia que se tornava objeto de comentário e não a dos seus antigos companheiros. Isso porque, apesar dos mecanismos de honra baseada no trabalho que muitas famílias populares de Tabatinga pareciam alimentar, sempre que contavam suas histórias, a conduta das mulheres era sempre objeto de observação e discussão.

Tentando sair um pouco dessa chave, sempre que ouvia e conversava com Roberto, o que me chamava atenção era o modo como o relato sobre sua mãe destacava a autonomia, força e liberdade que ela dispunha. Contrastando com as histórias de outras mulheres cisgêneras que conheci no Alto Solimões, algumas delas mães de interlocutores-chave durante a pesquisa, é possível dizer que Antônia tinha uma trajetória excepcional. Essa excepcionalidade, contudo, não advinha da autonomia com que dona Antônia era representada; antes, ela permitia ver as formas de interpretação da conduta que recaiam sobre processos de produção do cotidiano que são construídos a partir de gramáticas de gênero. Essas gramáticas, contudo, se faziam costurando o cotidiano (cuidado dos filhos, produção de alimentos, trabalho exercido etc.) a outros aspectos que orientavam a ideia de diferença (lugar onde nasceu, parentes, raça, religiosidade). Adotando as distinções operadas por dona Rita, me parece que dona Antônia era dotada de algumas formas de marcação que, no controle da moralidade, permitiram com que ela desfrutasse dessas prerrogativas sem grandes constrangimentos. Conforme dizia dona Rita, entre meninas, moças,

mulheres de família, esposa de militar, viúva, peruanas e ticuna, havia muitas formas de ser mulher. Imagino que dona Antônia estivesse próximo do que Rita falava sobre as mulheres “de Manaus”, dotadas de valores mais abertos e progressistas que “o povo daqui nem sempre entende”. Contudo, essa noção de alguém “de Manaus”, ou da capital, é marcada sempre por um intenso processo de mobilidade, o que em si mesmo já era algo recorrente. Assim, as pessoas de fora eram enquadradas sob o signo de alguma excentricidade, sendo observadas, mas também liberadas, em algum nível, das sanções morais nos relacionamentos cotidianos, em nível micro.

Amazonense filha de cearenses, trabalhando em uma instituição importante na capital, dona Antônia dispunha dessa posição dupla – ou mesmo de íterim –: tão dentro da formação da sociedade transfronteiriça como um espaço generificado que era simultaneamente de dentro e de fora dela, uma espécie de “outsider within”, recorrendo ao termo de Patrícia Hill Collins (2016), ou mesmo alguém “mais que uma fronteira, uma encruzilhada”<sup>68</sup> aos moldes de Gloria Anzaldúa (2007: 217). Essas questões, contudo, carecem de maior aprofundamento e permanecerão em aberto aqui.

Retomando a conversa com Roberto, a história que ele conta sobre si mesmo e sua família segue em sentido contrário a dois dos principais argumentos que têm marcado o avanço intervencionista sobre a Amazônia, especialmente tendo o cenário do Alto Solimões como perspectiva: não há um vazio demográfico, mas amplas redes de mobilidade e formação de parentesco, do espaço geográfico e das noções de pertencimento que se fazem a partir das calhas e margens dos rios, conforme projetos coletivos e fenômenos contingentes. Além disso, se vê também que, longe de ser um paraíso idílico isolado, há uma rede de comunicação e de reflexão sobre a realidade e a experiência concreta dos sujeitos. As conversas sobre Chico Mendes, o contato com nomes importantes na época da economia da borracha, e também a dinâmica de viagens, partidas,

---

<sup>68</sup> Refiro-me aqui aos últimos versos do poema “To live in the borderlands means you”, que termina da seguinte maneira: “To survive in the borderlands / you must live *sin fronteiras* / be a crossroads”. O poema completo está em Anzaldúa (2007: 216-217)

estadas e retornos ilustram esses aspectos como parte de uma história de longuíssima duração e que deve ser interpretada em seus próprios termos.

Roberto nasceu em 1980 e ao longo de sua infância conviveu e observou muitos dos processos descritos nos dois últimos capítulos. Os primeiros anos da infância ressoavam os efeitos da organização dos limites administrativos que fizeram com que Tabatinga se emancipasse. Em grande medida, ele foi também espectador de todo o fluxo de transformações que marcaram o vertiginoso crescimento da população entre as décadas de 1960 e 1980. Ainda nos primeiros anos da infância, presenciou o impacto das obras, máquinas e dos homens fardados quando o espaço que dividia as duas margens da cidade começou a ser ocupado com a construção da Avenida da Amizade. Há na sua fala uma transposição do tempo que diz respeito tanto aos processos sociais de produção e reprodução da memória, mas também a uma noção de pessoa composta por meio da qual cada sujeito guarda em si efeitos e eventos relativos a seu grupo de relação mais extenso. Assim, lembrar é não apenas um ato cognitivo de seleção de eventos, mas um processo de elaboração da relação com a temporalidade da memória e com a materialidade das relações construídas.

*Eu fui muito próximo da minha avó e do meu avô. A gente ficou muito próximo, eu lembro bem direitinho do meu avô. Quando eu cheguei em Tabatinga, e eu me lembro bem de Tabatinga, só tinha a avenida da Amizade, o bairro do Brilhante, o Marco aqui... que era o São Francisco. Entendeu? Não tinha ainda os outros bairros. Aí depois eu saí pra estudar, mas sempre eu voltava. Então eu vi muito, passei muito tempo perto da minha família por parte de mãe, a história deles. Eu até hoje assim eu tento, quem sabe quando as coisas melhorarem, um dia ainda queria buscar, saber a origem dos meus avós por parte de pai... [reelabora] de pai e de mãe! Por parte de pai assim eu vim me interessar só depois de 21 anos que eu vim me interessar, antes eu não me interessava. Mas a da minha mãe não, eu sei muito bem! Sei todas as comunidades, tenho relato sobre quando minha mãe chegou em Benjamin, quando eles chegaram e minha mãe com 13 anos, que daí que eles foram pra Manaus. Eles vieram pelo Alto Quixito. Eu tenho relato de minha mãe em Amaturá, como que era Amaturá, como que era em São Paulo de Olivença. Ela sentava a gente e... até hoje a gente senta pra lembrar as histórias, entendeu? A gente gosta de passar as histórias pra frente. (Roberto, conversa por WhatsApp, junho de 2021)*

No conjunto dessas relações, a cidade participa como um processo, como um agente de interlocução. No trecho apresentado acima, a cidade e a geografia do Alto Solimões são constituídas e compartilhadas em rodas de conversa, relatos familiares e ao redor da mesa da cozinha, configurando entre aqueles que participam uma noção de pessoa e de pertencimento. Essa configuração produz também um exercício de elaboração que é diferente do espaço público, ainda



que esteja em relação direta com ele. Agregando suas próprias experiências às dos demais membros de sua família, em uma outra conversa que tivemos, Roberto seguia contando sobre suas memórias de Tabatinga. Ainda criança, lembrava ele, a cidade era marcada apenas por dois tipos de ocupação: a primeira voltada ao porto e à linha de fronteira, de caráter mais civil e popular, e a segunda, mais próxima ao que hoje corresponde ao aeroporto e à Vila Militar. Retomando alguns pontos já descritos por Mário anteriormente ele pontuava:

*Eu tenho lembranças de [19]84, [corrige] não, de 85... 86!. Isso eu sei bem por causa da escola. Eu tava dividido entre morar em Tabatinga e morar em Letícia. Já existia o bairro da Comunicação, a Coronel Berg em 1985 já existia. Também o Beco do Ajuricaba, que era um comércio bem conhecido aqui, o famoso Galo de Ouro; e entre São Francisco e Centro existia já. Os outros bairros não, eles estavam em processo ainda. Eu me lembro que o Exército começou a abrir o Ibirapuera – porque era o Exército que dominava, era quem tinha as máquinas, né... – em 1985... 86. O bairro Ibirapuera é o pegado ao bairro Comunicação. E aí, conseqüentemente, o Tancredo Neves, que era um bairro bem perigoso, porque foi mais ou menos como invasão e o pessoal tava na época das “galeras”. Nos anos 90 eram muitas famosas aqui as “galeras”<sup>69</sup> “Anjos Rebeldes”, “Pinga Fogo” e o “Os Vingadores”, eram três. Elas viviam em pé de guerra, mas nada muito voltado para se matarem não, era mais de briga mesmo, essas coisas.*

A descrição feita por Roberto me chamava atenção pois remetia a um dos meus primeiros registros de campo, ainda em 2016. Na ocasião, fazendo o mapeamento da cidade e da sua composição, recebi um mapa da cidade dado por um funcionário do posto da secretaria municipal de turismo (cf. Figura 14). No mapa, muitos dos bairros que Roberto descreve em suas lembranças constituem alguns dos pontos mais centrais da cidade. Essa construção também estabelece um jogo do tipo “relacione os pontos” tendo em vista que os bairros que “o Exército abriu” foram justamente os que faziam a conexão com a faixa de fronteira, acompanhando a Avenida da Amizade. Considerando o crescimento populacional, e também as “terras caídas”, ou seja, a decomposição natural da margem do Solimões, o fluxo seguinte era em direção à “terra firme”. No contexto comunitário, especialmente entre os Ticuna de Umariáçu, a terra firme era como usualmente se referiam ao processo de deslocamento para as partes da cidade mais distantes da margem do rio. Contudo, no contexto da urbanização e de uma

---

<sup>69</sup> As galeras correspondem a grupos de associação caracterizados, principalmente, por jovens que partilhavam relações de residência em um bairro comum em antagonismo com outros grupos. Conforme Marcos Roberto Russo (2017), esses grupos se tornaram bastante populares entre meados da década de 1980 e anos 2000, período no qual também as “galeras” passaram a ter uma associação negativa, assumindo valores semelhantes aos de gangues juvenis que rivalizavam entre si. Para uma descrição mais completa, ver Russo (2017).

distribuição precária da infraestrutura, ir em direção à periferia do tecido urbano na cidade também significava ir em direção a regiões mais prejudicadas, interpretadas como mais perigosas e distantes.



**Figura 14.** Mapa de Tabatinga produzido pela Secretaria Municipal de Turismo. Fonte: Prefeitura Municipal de Tabatinga, 2014.

O mapa que recebi em 2016 indica já algumas das formas de zoneamento e territorialização do espaço descritas por Roberto. Lá estão o bairro da Comunicações e Tancredo Neves, por exemplo, como um aprofundamento da linha de frente da avenida da Amizade acompanhando o fluxo norte-sul da avenida Santos Dumont que, a partir dos anos 2000, se tornaria outro importante eixo da geografia do núcleo urbano. Ali também podem ser vistos lugares de ocupação mais recente, a exemplo dos conjuntos habitacionais e dos loteamentos de casas populares que apresentei no início da tese; bairros que resultaram do processo de ocupação de terras devolutas da União; e também bairros que surgiram com terras arrendadas pela dissolução de sítios e propriedades maiores, como é o caso do bairro Vila Nobre, Vila Paraíso e Vila Esperança, localizados no extremo da cidade, próximo ao espaço hoje ocupado pelo Instituto Federal do Amazonas.

O crescimento desses espaços e atores é destacado por Roberto em outra ocasião, quando ele agrega à infraestrutura oficial, elementos que formam uma espécie de história profunda e coletiva da área. Essa história profunda é formada pelos “antigos poderosos”, a exemplo do sr. Claudio, dono de uma das primeiras farmácias da cidade. Nesse movimento, nomes e lugares são marcados como unidades contíguas: Zé Gay do Sol Nascente; Saul do Bombonzão; Juvêncio, dono da padaria; Iranir, do Galo de Ouro. Conforme dizia, essas pessoas “eram pessoas que tinham um poder aqui, em Tabatinga, até poder político, agora a maioria foi embora”. Adicionando outra perspectiva, estas eram também pessoas cujas identidade eram corporificadas e constituídas em associação com o lugar que produziram na paisagem urbana, configurando assim uma espécie de corpografia urbana, ou seja, uma “memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita mas também configura o corpo de quem a experimenta” (Jacques, 2008: s/p). Assim ele apresentava:

*Nessa época em Tabatinga tinha o hospital, o Correio, tinha a padaria do sr. Juvêncio, como te expliquei lá, o mercado chamado Galo de Ouro; a feira do Bagaço, onde hoje é o marco, até hoje chamam de Marco. Deixa eu ver mais do que eu me lembro. As escolas: Duque de Caxias, Pedro Teixeira, Marechal Rondon. Essas escolas já existiam porque ficavam na avenida da Amizade. O Curral das Éguas, que era um prostíbulo que tinha, também ficava na avenida. Nos anos 90 o Saul tinha o*

*Bombonzão, né, que hoje é a Casa dos Congelados e o El Shaday. A farmácia mais conhecida nos anos 1980 e 1990 era a farmácia do sr. Cláudio. O Cláudio era uma espécie de pajé, médico, curandeiro, Deus. Tudo que era de doença, todo mundo procurava o sr. Claudio. Tinha até um bordão na época que era “sr. Claudio receitou, o paciente curou”.*

Atualizando a perspectiva de corpografia construída por Paola Jacques, a experiência de Roberto é formulada a partir da composição da cidade como um feixe de relações, como um processo remissivo em que os lugares são vividos, praticados e lembrados a partir das relações entre pessoas, objetos e eventos que evocam.

É a partir desse movimento corporificado de lembrar que o interlocutor retoma também suas primeiras incursões afetivas com outros homens na cidade. Roberto tinha quase 40 anos quando nos conhecemos e por muito tempo foi casado com uma mulher cisgênera. Do casamento de quase uma década nasceu seu primeiro e único filho, com quem mantinha uma boa relação e via com frequência. Contudo, após o nascimento da criança, ele resolveu separar-se e seguir a vida, dessa vez acolhendo seu desejo de viver com outros homens, o que acabou levando-o a três relacionamentos, um deles com pouco mais de quatro anos de duração. Conforme lembrava e narrava, a experiência de sair do armário pouco mais adulto lhe permitiu ver a construção da sua sexualidade de uma forma diferente, que não era tanto característica de pessoas de uma geração anterior, mas também que não era marcada pelas pequenas liberdades que ele atribuía às gerações mais jovens que ele. Mais uma vez, o processo de lembrar a história da cidade constitui-se como um processo corporificado, de modo que processos relativos aos afetos e às transformações sociais vão se entrecortando e produzindo mutuamente. Suas memórias sobre os bairros, por exemplo, eram acompanhadas de histórias de caminhadas e causos sobre relações, encontros e experiências que certos lugares despertavam. Esse movimento de deslocar-se no espaço e no tempo a partir de sua memória, dizia ele, era diferente porque permitia olhar para os referentes LGBT de seu passado em uma posição de testemunha, mas também de curiosidade.

Certa vez, recebi dele um áudio com notável tom de excitação e surpresa, como se estivesse prestes a contar uma fofoca. Entusiasmado, ele começava a mensagem da seguinte maneira:

*Thiago, ontem eu vi uma das piores histórias, uma das mais absurdas que eu já devo ter ouvido na minha vida sobre LGBTfobia. Na época ainda não era Tabatinga ainda. Lá no bairro de São Francisco ainda, ali no Centro, tinha o primeiro LGBT. Onde o pai pegou ele com outro rapaz, a comunidade inteira amarrou ele num mulungu. Ele passou dois dias amarrado, ele foi agredido e depois ele foi embora pro Peru e nunca mais se teve notícia dele. A gente ontem tava falando disso e eu conheci uma senhora que é mãe de uma amiga minha e ela tava contando que não sabe notícia. Ele é irmão dela, ela tem 75 anos. (...) Eu acho que essa história é a primeira mesmo, desde ontem estou com isso na cabeça.*

Mais uma vez, o comentário de Roberto assumia um estatuto de curiosidade e surpresa. Segundo contou, a confissão da história lhe foi feita pela mãe de uma amiga enquanto conversavam sobre a atuação dele como presidente da Associação de Gays Lésbicas e Travestis na Tríplice Fronteira, a AGLT-TF. A instituição foi fundada em 2003, como parte de um programa de *advocacy* e de comunicação entre pares em um cenário regional. Nos quase 20 anos de existência da AGLT-TF, Roberto era o quarto presidente da instituição, da qual também compunha o quadro Camila, que havia sido a presidente por dois mandatos. Além de acender um debate sobre as recorrentes situações de constrangimento e violência contra pessoas LGBT que chegavam aos seus ouvidos, o depoimento da senhora também trazia a Roberto as memórias e nomes das gerações mais antigas de pessoas LGBT, conforme ele continuava e seguiu narrando:

*Os LGBT aqui nos anos 80 eram a Bogotana, que ainda hoje é viva ainda, e mora em São Paulo de Olivença. O Zé Gay, que era o prostíbulo, né, o Sol Nascente. Eu não tinha o contato muito então não sei como funcionava. Mas eu posso dizer que já tinha as travestis, que se vestia de menina... não tinha muito esse entendimento da sexualidade e da identidade de gênero. Eu lembro muito da Maninha também, que era um [corrige] era não, é um ícone. E a questão LGBT aqui ela é velada desde sempre, ou seja, eu aceito gay desde que não seja meu filho, seja o vizinho, que é pra gente falar do vizinho. (Roberto, conversa por WhatsApp, março de 2022).*

Em nossas conversas, quando perguntava sobre o que havia motivado essas mudanças, ele retomava as imagens e pessoas que eram representativas da sua formação. É de se notar também um sutil deslocamento nas formas como Roberto constrói suas relações com a pessoa no tempo ao longo de sua narrativa. A representação do “primeiro LGBT” inscrita em uma cena de intensa violência e brutalidade, ainda mais por sua designação em um tempo das origens “na época ainda não era Tabatinga”, por exemplo, chamava minha atenção, causando certo incômodo. Ainda que não representasse a realidade de um contexto em que as pessoas – especialmente meninos e meninas mais jovens –

sentiam-se à vontade para expressar seu gênero e viver sua sexualidade no espaço público, essa imagem apresentava em alguma medida o limite, o “impossível”. Respostas assim ecoavam em minhas conversas cotidianas, especialmente quando perguntava sobre as possibilidades de mudanças nos costumes, ou sobre os projetos de futuro. Certamente contribuía para isso um clima de desalento que marcava o período de construção da pesquisa in loco, com a redução de oportunidades para os mais jovens, e do mercado do trabalho para os adultos, ou mesmo pela crescente fragilização dos serviços e direitos sociais e dos direitos humanos.

Esse contexto, efeito da instabilidade política no cenário nacional e da agenda conservadora que se configurava no cenário estadual, tornou-se um solo fértil para o registro desta cena brutal em que o impossível era o destino imediato. Só pude me dar conta da reiteração na marcação do impossível muito tardiamente, em 2018. Ao voltar de uma festa que aconteceu em um terreiro de umbanda no bairro Vila Nobre, uma das pessoas que me acompanhava respondia sempre com negativas às minhas perguntas sobre suas expectativas afetivas para o futuro. Lúcio tinha mais ou menos 35 anos e com frequência ia ao terreiro apenas para assistir às giras. Quando o perguntava se acreditava em amor, se já havia namorado ou se gostaria de ter um namorado, ele repetia com um tom bastante distinto do que havia marcado o resto de nossa noite e dizia “não, impossível”. Esse evento, banal em muitos sentidos me chamou atenção para outras situações e narrativas em que essas controvérsias faziam sentido, permitindo assim entender um pouco mais da complexidade expressa pela aparência pública. A memória das cenas de castigo e punição que Roberto trazia ecoavam marcações que podiam tanto pertencer ao ordinário quanto ao alarme. Ou seja, eram entendidas por um lado como eventos de um passado distante ou de um cotidiano naturalizado, mas também uma presença constante que orientava as possibilidades de existência e seu custo eventual.

O relato que Roberto apresentava não era novo, tantas foram as vezes que ouvi esse roteiro sendo encenado nas histórias de outras interlocutoras e interlocutores, especialmente entre travestis e mulheres trans, algumas delas indígenas, como Fanny. Ele era apresentado como um achado, algo quase análogo a um mito de origem e, como tal, desenvolvia um enredo sofrível,



marcado por uma revelação disruptiva, martírio e fuga. Por outro lado, ao narrar os eventos e personagens que faziam parte de um passado recente ou mesmo do presente, era sensível a descrição feita a partir de outros referentes. Ainda que tivesse conhecimento e eventualmente pontuasse as situações de violência e constrangimento que marcaram suas trajetórias, Bogotana, Maninha e Zé Gay, por exemplo, eram retratados como caminhos possíveis, como parte de uma memória valiosa.



**Figuras 15 e 16.** Caixa da grelhação – caixa feita pelos organizadores e pelo movimento LGBTI+ local para distribuir camisinha e lubrificante para os participantes e brincantes do Festival das Tribos do Alto Solimões (à direita). À esquerda, Isabelly Fontana liderando a marcha por ocasião da IX Parada pela Diversidade da Tríplice Fronteira. Tabatinga, setembro de 2018 e junho de 2016, respectivamente.

Nas páginas a seguir, gostaria de refletir sobre o comentário feito por Roberto na passagem final do seu depoimento, quando ele menciona que em Tabatinga a “questão LGBT é muito velada”. Como dito há pouco, em alguma medida essa afirmação pode parecer falsa, tendo em vista a visibilidade que recai, no contexto do espaço público, sobre jovens LGBTI+. Durante a realização da pesquisa, desde minhas primeiras idas a campo até as últimas vezes era recorrente ver turmas de jovens especialmente caracterizadas por meninos afeminados, jovens gays, meninas trans, de várias partes da cidade e que se reuniam na praça central da cidade, em frente a um dos clubes mais frequentados. Ali as pessoas ficavam conversando, em busca de “grelhação”, e eventualmente alimentando os vínculos de pertencimento e de reconhecimento que formam parte de sua noção de pessoa e subjetividade. Além da praça, esses encontros eram

recorrentes em toda a cidade, constituindo uma experiência da sexualidade no espaço público conformada por corpografias específicas.

A questão que me ocorria então era: o que estava sendo velado? Reformulando a pergunta a partir das minhas observações, gostaria de sugerir que não se trata exatamente da ocultação de uma pauta, mas da sua cristalização em uma expressão pública sonora e visível que oculta dimensões da subjetividade marcadas por complexidades (violência, preconceito, inseguranças) e que se expressam de formas diferentes ao longo das gerações de pessoas que têm se relacionado com o cenário da cidade. Essa complexidade articulada entre a experiência visível e exterior e a experiência sensível e subjetiva forma parte também dos discursos sobre o que seja o impossível na trajetória das pessoas LGBTI+ na região.

Contrastando os agenciamentos produzidos por interlocutores como Mário, Roberto e outros interlocutores me chama atenção o modo como noções espacializadas de pessoa, a exemplo daquelas que se organizam a partir de quem é “de fora”, e portanto, com atitudes, sentimentos e expectativas que contrastam com as “nascidas”, ou as “nascidas e criadas” na região. Essas diferenças, me parece, formam um universo contemporâneo de expectativas ainda que representem também as marcas e tendências de diferentes gerações de pessoas e sua relação com a cidade.

### **Um problema de geração**

Desconectar a história de Tabatinga da presença militar é um feito quase impossível. Invariavelmente, quando se trata de descrever a história da cidade, memórias sobre o Forte de São Francisco Xavier, ou mesmo a figura genérica do militar voltam à tona, como uma espécie de memória inicial, um cenário dado como estabelecido. Esse aspecto é importante e deve ser avaliado tendo em vista que ele forma parte dos imaginários generificados sobre a fronteira, participando assim das gramáticas que estabelecem uma perspectiva masculinista sobre ela, como argumentam anteriormente Melo e Olivar (2019). A presença dos militares foi retomada por Roberto em algumas de nossas conversas sobre Tabatinga no passado, a exemplo de quando discutia com ele



a geografia de Tabatinga, as formas de lazer e as possibilidades de encontro.

Na sua fala, ele observava:

*A maioria dos militares eram de fora. Todas as patentes eles vinham de fora já: médicos, sargentos, cabos, todos eles eram de fora, não eram de Tabatinga não. E aí o que regia ali era a Vila Militar, né? A Vila Militar e a Vila dos Bancários. Ser bancário em Tabatinga nos anos 1980 era... tu não tá entendendo o que era a Vila Militar... era a Vila da polícia colada com a Vila dos Bancários, que fica na Avenida da Amizade, que ficava ao lado da panificadora Tradição, que na época era uma loja do sr. Joel. Ainda não era a panificadora Tradição, mas que nos anos 90... 92, 94 virou panificadora Tradição. Porque todo mundo ia comprar na Padaria do sr. Juvêncio, ali no Brilhante que ficava perto da boate mais conhecida da época, que é o Brascop. Hoje é uma igreja, a igreja Assembleia de Deus Madureira que fica em frente ao Beehouse.*

*Existia um motel (...) que ficava em frente à Brascop que todos os militares, a maioria, quando estava esperando para trocar as casas - porque eles passavam anos, né, daí trocava. Passavam 1 ano, 2 anos e depois ia embora. Aí eles ficavam todos neste hotel. Ele até hoje existe, tem um monte de militar lá. (conversa com Roberto via WhatsApp, setembro de 2021).*

Como se vê neste e nos relatos anteriores, na perspectiva de Roberto, a presença militar era um marco característico da cidade durante a década de 1980. Isso se dava tanto pela sua atuação na construção dos novos bairros e na pavimentação das principais vias da cidade, como pela posição que tinham na organização do poder. Ainda nesse período, a definição de Tabatinga como zona de interesse nacional, assim como o exercício do poder de polícia<sup>70</sup> conferia aos militares uma posição de destaque. Como ele mesmo destaca, era notável o volume de pessoas vindas de outras regiões do país, fato que começou a se tornar cada vez mais comum e crescer a partir da instalação da Colônia Militar, em 1967.

A paisagem da cidade naquele período era particularmente interessante para encontros e paqueras, o que era explicado, geralmente, pela ideia de que as pessoas de fora, além de serem mais interessantes, escapavam às relações de parentesco e de vizinhança que constrangiam as experimentações sexuais. Como recordava Mário, havia uma série de boates e bares que se converteram em espaços dançantes frequentados por toda a população aos finais de semana. Nesses lugares, geralmente povoados pelos ritmos colombianos e peruanos, e eventualmente até com presença de celebridades do circuito nacional, também

---

<sup>70</sup> Conforme a previsão legal, é compatível com as funções das forças armadas o exercício de atividades de patrulha, revista e prisão em flagrante, sendo estas atividades subsidiárias e inseridas em contextos de crimes transfronteiriços e ambientais. Esses aspectos foram regulados em 1999, a partir da Lei complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, no seu artigo 16-A.

atendiam militares em seus períodos de folga. É a partir desses espaços e das situações de encontro que eles promoviam que se estabeleciam potenciais casos, namoros e casamentos. Conforme sua entrevista, em julho de 2017, Mário contava que essa cena era povoada e distribuída pela cidade, estando mais próxima aos bairros com o Brilhante e o Centro, razoavelmente mais próximos da área de expansão iniciada pelo Exército:

*Mário: Bem. O namoro é bom, né? Quando a gente sabe conviver com seu companheiro.*

*Thiago: O senhor chegou aqui com 20 anos, né?*

*Mário: Unrum*

*Thiago: E nessa época o senhor nunca chegou a namorar?*

*Mário: Não... a gente tinha casos assim, casinhos ... pero, não assim sucessivamente para... conviver realmente juntos. Assim*

*Thiago: E como era que encontrava as pessoas quando o senhor chegou aqui? Onde que ia pra achar os casinhos?*

*Mário: Às vezes a gente se encontrava nas festas... aqui na esquina havia um... uma boatinha que a gente chamava "O Flamengo" que a gente ia pra dançar, sair por aí*

*Thiago: Era o único lugar que tinha por aqui na época?*

*Mário: Não, tinha a discoteca, o BRASCOP, que fica mais pra dentro, más allá, porém hoje é uma igreja allá. A discoteca BRASCOP era por lá... às vezes a Comara, ...*

*Thiago: A Comara já existia?*

*Mário: Já existia a Comara já.*

*Thiago: Como que era a Comara?*

*Mário: A Comara antes era como .. só tinha uma casa de festa. Era tudo mato ainda.*

*(Mário, entrevista em Tabatinga, julho de 2017)*

Boates como o Flamengo, Brascop e a própria Comara fazem parte de uma história de encontros e de construção de laços de sociabilidade permitindo uma aproximação entre os recém-chegados, e que ficavam pela cidade por um curto período de tempo, eventualmente acompanhando de suas esposas e famílias, e aqueles que viviam no lugar. Esses espaços são lembrados também por Roberto como uma marca da dinâmica de lazer no município naquele período:

*O Flamengo era de propriedade do pai do Vavá... como é o nome dele?... Alemão, parece que seu Alemão, chamavam ele assim, que ele tinha um poder e depois... o poder do tráfico! Ih, daí já vira outra questão! Mas sim, eu lembro do Flamengo, era o*

*Brascope, o Flamengo, o Tropical. O Tropical era um clube que trazia bastante gente. Eu lembro que na época vinha Elke Maravilha, Pinduca, os cantores da época, sabe? Amado Batista chegou a vir, Roberta Miranda... se não me foge muito à memória, Bartô Galeno. [risos] Eu fico lembrando das coisas, da minha mãe querendo que a gente fosse dormir cedo pra ela ir pra esses shows! (conversa com Roberto via WhatsApp, setembro de 2021).*

Em campo, sempre que perguntava aos interlocutores mais velhos como era a relação de paquera e a vida afetiva nesse período – que muitas das vezes marcava também a chegada de muitas dessas pessoas à Tabatinga – o retorno que obtinha acentuava a posição assumida pelos militares como exemplos de masculinidade, sendo recorrentemente incluídos em histórias de casos, paqueras e romances frustrados. No contexto das trocas, e também das dinâmicas locais de poder, os militares representavam um ideal de masculinidade que era valorizado especialmente pela difusão de um esquema de organização do afeto pautado pelo contraste. Esse contraste era suposto por um cruzamento e sobreposição entre categorias de gênero e de orientação sexual, ainda bastante recorrente. Ilustrativo disso é o depoimento de Deodato, um homem de pouco mais de 50 anos e que havia nascido e se criado em Tabatinga.

Como muitas famílias, a de Deodato era formada pelo encontro de migrantes nordestinos e indígenas. Seu pai veio do Ceará e logo se casou com uma mulher Ticuna durante os primeiros anos em que trabalhou nos seringais da ilha do Aramaçá. Desse encontro, nasceu Deodato, o mais jovem dos seis filhos do casal. Após o segundo filho, a família resolveu migrar para mais próximo da fronteira, construindo uma casa no bairro São Francisco e logo depois mudaram para o bairro do Brilhante, onde conseguiram uma casa maior para comportar todos os membros. Deodato dizia que desde pequeno sentia-se diferente, sabia que seu jeito e sua atração por outros homens fazia com que ele fosse um filho diferente dos seus outros três irmãos. Ele havia crescido desde o começo dos anos 1970 em um ambiente massivamente ocupado por militares. Não importava que região da cidade se estivesse, era comum e recorrente ver homens fardados andando pelas ruas, montados em máquinas ou fazendo presença nos portos da cidade. Aliado a seu pai, que também expressava uma espécie de reconhecimento e deferência para com os soldados, esses eram seus ideais do que significava ser um homem, segundo dizia.

Durante a adolescência, reconhecendo a impossibilidade de emular uma performance semelhante aos soldados, Deodato via-se constantemente em conflito entre a formação religiosa herdada da família e o sentimento de atração que tinha por outros homens. Segundo dizia, “hoje eu já aprendi a lidar e vou dando um jeito, mas na adolescência as coisas eram muito tumultuadas”. Ele lembrava de sua paixão por um cabo vindo da capital e que com frequência encontrava tanto nas boates da cidade quanto nas ruas próximas ao local onde morava. Quando perguntei o que havia no rapaz que causava tanta afeição e chamava sua atenção, a resposta de Deodato foi: “ele era tudo que um homem devia ter. Um homem de verdade”. O romance, contudo, não seguiu adiante. Ainda que, segundo Deodato, fosse sabido que ele tinha caso com outros gays, nunca houve qualquer retribuição ou interesse em relação a ele. Aquele havia sido o primeiro amor não correspondido de Deodato, e nos anos seguintes, muitas das suas experiências marcavam uma expectativa de relacionamento construída no contraste entre os homens heterossexuais e ele. Segundo analisava, já com o passar da idade, “hoje em dia tem muito gay, mas homem de verdade a gente não vê tanto. É por isso também que eu prefiro ficar com meus casos. Namorar com quem?”.

Os militares têm uma posição estratégica na formação dos ideários coloniais sobre a fronteira como um espaço marcadamente masculino, ou de forma mais explícita, com uma linguagem masculinista pautada na formação de uma matriz de inteligibilidade. Recuperando o vocabulário formado por Judith Butler (2003: 49), essa matriz de inteligibilidade que formam parte dos discursos sobre a fronteira envolve uma noção específica de masculinidade militar, que contém em si mesma associações com a heterossexualidade e valores usualmente atribuídos aos homens cisgêneros. Ainda que a experiência militar em Tabatinga e, de forma geral, no Alto Solimões não tenha sido constituída por conflitos violentos, a retórica do homem guerreiro e do herói da pátria é reiterada no cotidiano a partir da reificação de gramáticas de gênero. Assim, se a defesa e segurança nacionais constituem um argumento importante da presença militar brasileira na tríplice fronteira, é possível sugerir que ela recoloca também uma distinção entre domínios generificados como soldado-masculino e mãe-feminino elaborado a partir de cenas como o soldado que luta na guerra pela segurança da mãe e dos

filhos no espaço doméstico, conforme analisou anteriormente autoras feministas como Carole Pateman (1988) e Nira Yuval-Davis (1997).

É nos soldados que essa linguagem masculinista ganha sua expressão mais evidente, contudo ela se vê ainda na formação de um conjunto mais amplo de corpos e afetos produzidos em torno do domínio masculino e organizados em torno de metáforas de gênero e sexualidade que recolocam a heterossexualidade e o controle de um espaço e da terra. Conforme sintetizam Melo e Olivar (2019: 5), “a cidade e a região transfronteiriça têm uma longa história de processos espetaculares de conquista e colonizações com o protagonismo de corpos masculinos, militares e religiosos (...), responsáveis por controlar, converter, ‘civilizar’ e dizimar as populações indígenas nativas”. Esses processos são encenados também em economias afetivas e dinâmicas eróticas que vêm nos militares em espaço destacado de produção de uma masculinidade desejada e buscada.

Para Deodato, era muito claro que as posições e identidades sexuais deveriam se equivaler e o gênero era uma linguagem para isso. Conforme explicava, os homens de verdade, aqueles que são “homens mesmo” eles não são gays, o que se via também pela forma com que os papéis sexuais na hora do sexo eram organizados. “Gay não come”, dizia ele. os efeitos dessa distinção formavam também a compreensão sobre gênero, constituindo a partir do sexo uma forma de interpretar e externalizar diferenças de gênero e de sexualidade. Em alguma medida, é possível deduzir isso a partir da fala de Mário:

*Thiago: E quando o senhor vai se apresentar pra alguém, assim, um paquera, como é que é?*

*Mário: Eu digo primeiramente né, pra não enganar, porque depois... se você vai se apresentar, vai mentir, o outro vai ficar com raiva, te bater. Eu digo “não... para o senhor tener conocimiento, o senhor não está com uma mulher, o senhor está com um gay”. Né, depois, amanhã, mais tarde pra o senhor não se arrepender, me bater, me esculhambar ou me maltratar. Hay que ser sincero, falar a verdade. E é assim... (Mário, entrevista em julho de 2017).*

Olhando em retrospecto, me parece que a pergunta formulada talvez seja inadequada. A pretexto de entender as formas como Mário compreendia e manuseava suas próprias noções e experiências de gênero e sexualidade, sua resposta estabelece também uma relação entre sexualidade e confissão que,

contextualmente, também coloca uma discussão sobre os riscos implicados no envolvimento com seus parceiros heterossexuais. A construção da relação parece assim acompanhada de uma expectativa, seja ela produzida pela ação de agentes mediadores (como presentes ou mesmo experiências que são interditas no registro heterossexual), ou por um momento em que o corpo deve ser explicitado no sentido de estabelecer seus limites.

Conforme me diziam outros interlocutores, como o próprio Roberto, isso era “um problema de geração”, ou mesmo o “jeito das coisas”. Ambas as categorias marcam uma relação com a sexualidade que é caracterizada como um conjunto de atitudes e disposições que pode ser mudado e que é também organizado segundo uma linha crescente que estabelece uma relação entre como era antes e como é hoje em dia, a exemplo do que apresentava Deodato quando contrastava os gays de hoje aos homens de verdade. Contudo, essa linha também podia ter um efeito perigoso ao permitir uma compreensão de que algumas atitudes e valores podiam ser “atrasados” e outros “modernos”.

Complexificando a análise a partir de uma organização assimétrica das homossexualidades, tal como apresentada por Peter Fry (1982), parece haver um conjunto de práticas de sobreposição e de interpretação de categorias relacionadas às práticas sexuais, à sexualidade e ao gênero. Acompanhando Silvana Nascimento (2019) em sua análise sobre as transitividades de gênero, é possível sugerir que o modelo organizador para a sexualidade é conformado a partir de relações que são tanto de homosocialidade quanto de heterosocialidade, ou, retomando os termos de Marilyn Strathern (2006) que inspiram a autora, há relações tanto *cross sex* quanto *same sex*. Em outros termos, a formação dos referenciais para gênero e sexualidade supõem uma aderência entre essas categorias tal como compreendidas pelo discurso acadêmico e pela teoria de gênero desde a segunda onda do movimento feminista.

Penso que há aí uma espécie de dissenso, um processo de desentendimento entre categorias de análise operacionalizadas teórica e politicamente, e as formas de apreensão e uso dessas categorias por sujeitos específicos em seus relacionamentos. Esses dissensos eram visíveis em situações e perguntas

eventuais em campo, a exemplo de quando eu perguntava sobre quais tipos de parceiros as pessoas buscavam e tinha como resposta um contraste entre homens e gays. A produção desse universo de significados passa por um processo de diferenciação entre diferentes expressões de gênero, de modo que a homossexualidade é vista como um distanciamento da masculinidade vivida por homens heterossexuais, criando um terceiro elemento: o gay. É nesse aspecto, penso eu, que opera a distinção feita por Deodato e também recorrente entre outras personagens e interlocutoras em campo. Nesse aspecto, os sentidos aqui são produzidos a partir de uma tríade (homem-mulher-gay).



**Figura 17.** Vista para os banheiros do bar Point Jovem, cruzamento entre a rua Coronel Berg e Avenida da Amizade. Tabatinga, setembro de 2018. Foto do autor.

O ponto jovem é um dos bares populares de Tabatinga, localizado no cruzamento entre duas das mais importantes vias da cidade. Apesar disso, não tem qualquer característica peculiar de prestígio. É um bar que toca ritmos populares, serve cerveja e outras bebidas em cadeiras e mesas de plástico, com espaço aberto para todos que passam pela avenida. O banheiro, contudo, distinguia três possibilidades de entrada. “Elas” e “GLS” acessavam as portas laterais uma da outra havendo ainda uma grade que controlava quem poderia ser o “ela”. O terceiro banheiro ficava na lateral oposta, próximo ao bar. A foto é de 2018, quando termos como GLS já não faziam parte do vocabulário político do movimento LGBTI+, nem em Tabatinga nem no Brasil. Apesar disso, era parte do léxico social e era usado cotidianamente como um aglutinador para aqueles que não eram (ou não pareciam ser) heterossexuais e cisgêneros.

Retomando um argumento apresentado por interlocutores como Camila e Roberto, esse modelo baseado no relacionamento com pessoas heterossexuais é um “problema de geração”. Ele implica uma concepção sobre o corpo e os afetos que toma como princípio não uma condição natural, mas uma configuração dos afetos na temporalidade. Dito de outro modo, é como uma geração específica viveu e organizou suas experiências a partir da confluência entre o que hoje é entendido como orientação sexual e como gênero. Essa forma, no entanto, não tem um lugar em uma linha crescente de transformação nos costumes. Ela coexiste com outros modelos e expectativas de relação. Esses novos modelos são produzidos tanto pela transformação nas práticas de sociabilidade em contextos homosociais, como a partir de ações institucionais que permitem um letramento social e político. Assim, analisava Roberto:

*É, por exemplo... A geração da Camila ainda é uma geração que acha que se um LGBT se relaciona com outro LGBT é lésbica, é quebra-louça, é arepera, sabe? É o nome que pega, entende? Então elas se mantêm muito nesse mundo deles ainda. Na minha geração a gente veio quebrando esse paradigma. Por exemplo: eu, meu primeiro casamento, supostamente, meu companheiro ele era hetero, tanto que hoje ele é casado com mulher. Nós passamos sete anos casados, sete anos e onze meses. Já depois disso eu namorei um outro LGBT. Nós ficamos quatro anos e aí... não deu. Aí eu comecei a namorar um outro LGBT que hoje a gente é só amigo – [risos] aliás eu tô solteiro!. Então, eu acho assim que os LGBT agora eles conseguem se entender mais nesse leque e nessa identidade sexual. Vou te colocar nessa coisa de identidade sexual, de relacionamento por afins. Eles entendem, por exemplo, que ficar com outro gay não era legal, era melhor ficar com hetero. Mas quando se trata de relação de convívio um hetero nunca vai ficar com LGBT por muito tempo por questão de estigma, preconceito... então, eu tenho essa visão, os LGBT se relacionam com outros LGBT por questões mais de convívio, de ser parceiro mesmo. Já na geração da Camila já é uma geração mais sexual. O cara comparece na cama, mantém o ato sexual e depois vai embora, e tá tudo bem. Já estabeleceram um relacionamento e ela tem como namorado, marido. Já a minha geração eu vejo assim que consegue transitar. Eu consigo transitar nos dois mundos, tanto no relacionamento homoafetivo com hetero quanto no relacionamento homoafetivo com outro LGBT.*

*(Conversa com Roberto via WhatsApp, setembro de 2021).*

A partir da descrição de Roberto, vê-se a composição de gramáticas em torno de corpo e afeto construídas conforme o que ele chamava de “problema de geração”, ou seja, a ideia que diferentes grupos de pessoas submetidas a condições distintas ao longo do tempo podem interpretar a sexualidade de formas particulares.

*Não existia essa relação de namoro. Aqui os LGBT da geração que antecede a minha, eles não se relacionam com outros LGBT. Na cabeça deles, eles só se relacionam com heteros. E ficou uma noite, duas, já é marido, que eles têm obrigação de sustentar. É uma coisa complicada... Deixa eu te explicar... a pessoa tem cinco maridos, e esses*



*cinco maridos também são casados com outras mulheres, com as mulheres deles. Mas na cabeça dela é marido. (Conversa com Roberto via WhatsApp, setembro de 2021*

Na análise oferecida por ele, a geração de pessoas LGBTI+ anterior à sua partia de um modelo em que os acordos afetivos eram estabilizados a partir de papéis sexuais razoavelmente estabelecidos, de modo a não produzir uma alteração no regime convencional de organização social a partir da heterossexualidade-masculinidade. Em outros termos, não importava tanto os efeitos sobre a subjetividade ou sobre o afeto desde que as expectativas em torno do sexo e da masculinidade dos homens fosse mantida.

Em síntese, a expressão mais dramática desse modelo relaciona-se com o modelo explicativo elaborado por Fry (1987), inclusive em sua exposição mais sensível, a saber: como categorias de gênero e sexualidade se cruzam e misturam, permitindo inclusive uma preservação da masculinidade. Recorrendo à explicação apresentada por Carrara e Simões (2007: 70), a expectativa é que “homossexuais sexualmente passivos, tratados como bichas, viados, etc., seriam percebidos como uma espécie de híbrido, nos quais atributos anatômicos percebidos como masculinos se misturam a características do gênero feminino”. Esse modelo hierárquico formulado por Fry apresenta alguns efeitos na organização das experiências dos corpos e dos afetos. Contudo, o que me chama atenção é menos sua repercussão dentro da intimidade, mas seu deslizamento para o espaço da cidade. Como se vê na figura acima, as posições assumidas dentro do sistema sexo-gênero organizam também gramáticas para uso dos espaços da cidade. Assim, não se trata apenas de uma hierarquização do desejo a partir das equações construídas em torno de gênero, sexualidade e funções desempenhadas sexualmente. Paraphraseando a conclusão apresentada por Carrara e Simões, em certo aspecto, o que esse modelo apresenta é menos uma divisão dual e hierárquica fechada em si mesmo, e mais uma ressonância sobre a sociedade regional. Em última instância, entendo tal modelo, coexiste com outras possibilidades de interpretação e transformação da sexualidade e sua potência está justamente como ela produz relações que contém em si mesma outras relações.

É a fractalidade, ou a dimensão complexa e característica dessas relações que permitem sua dispersão e impregnação como linguagem nas práticas de

governo da fronteira, e como registro dentro das formas de organização do espaço. Em última instância, é também isso que permite a construção de respostas e mecanismos contraditórios, como a própria transformação e atualização desse modelo hierárquico por gerações mais jovens ou por pessoas interessadas em construir outras modalidades de parceria com seus namorados ou namoradas.

Assim, as condições que caracterizam o modelo hierárquico tal como experimentado no Alto Solimões seriam alteradas na geração seguinte a de pessoas como Mário, segundo Roberto. Foi nesse período que começou a emergir outras formas de compreensão do gênero e da orientação sexual, seguindo um modelo formal produzido a partir do contato com práticas estatais e institucionais. Entendo que ao longo das análises produzidas pelos interlocutores, geração incorpora duas formas de significação. É o reconhecimento das relações de mudança corporal e dos cursos de vida ao longo do desenvolvimento corporal, considerando-se também os significados que adquire em intersecção a outros marcadores sociais da diferença, como o gênero e a sexualidade (cf. Simões, 2004; Debert; Brigueiro, 2012). Mas é também o processo de diferenciação estabelecidos entre formas de reconhecimento e organização no interior das coletividades, ou seja, denota o acesso a um conjunto de conhecimentos e valores e o desenvolvimento de práticas que buscam se distanciar daquelas que antecederam. Assim, se os efeitos da temporalidade constroem experiências corporais particulares, retomando Simões (2004: 431), é preciso ter em conta que “a questão se torna ainda mais complexa quando se consideram construções culturais em que as categorizações de ‘homossexual’, ‘gay’, ou ‘lésbica’ não são as únicas disponíveis, nem necessariamente predominantes, para designar desejos e práticas orientadas para o mesmo sexo”.

No contexto da primeira acepção, o tal “problema de geração” significa não apenas a socialização da sexualidade a partir de um modelo que supõe a manutenção da masculinidade a partir da conjugação entre posições sexuais e papéis generificados, mas também o reconhecimento de uma diferença. Essa diferença, penso eu, é tanto anterior quanto formulada em termos de idade. Se os significados atribuídos à idade variam de no interior das coletividades

LGBTI+<sup>71</sup> e nas relações que contextos socioculturais estabelecem uns com os outros, elas também produzem diferentes modelos e códigos interpretativos para a sexualidade. Assim, há uma conexão entre a primeira e a segunda acepção que se constrói em torno dos processos de transformação social e das relações que são possíveis de estabelecer a partir de tais processos.

A narrativa de Roberto encontra assim um registro duplo. Sua experiência de geração é tanto anterior a de pessoas como Mário e Deodato, quanto anterior àquela de pessoas mais jovens e que têm uma marcada presença nos espaços públicos como praças, quadras e ruas da cidade (cf. Nieto Olivar, 2014). Se a geração de Roberto foi beneficiada, ainda na juventude, pela formação do movimento social e das primeiras mobilizações de pessoas LGBTI+ na cidade, a geração dos “chivos”<sup>72</sup>, dos mais jovens, teve acesso a um ambiente institucional e um contexto cotidiano em que discussões sobre gênero, sexualidade, diferença e direitos eram mais presentes. Entre os mais jovens, o acesso a tais discussões aparece formulado em torno das ideias de “referência” e “representação”. Ou seja, há um conjunto de imagens disponíveis que permite a construção de um imaginário e de um espaço em que é possível exercer e experimentar a sexualidade de forma aberta e plural. Contudo, não são necessariamente essas referências e índices de representação que viabilizam os processos de transformação e produzem um “problema de geração”. Antes, a incorporação das mudanças é possível em virtude da construção de um ambiente de socialização em que é possível partilhar e discutir essas questões e refletir de forma conjunta sobre as incertezas, dúvidas e experimentações corporais que marcam a relação com a sexualidade e o gênero. É nesse aspecto que, se as gerações anteriores tinham uma relação conflitiva com o ambiente da cidade, para os mais jovens estar junto – as reuniões e encontros na praça da

---

<sup>71</sup> Veja-se por exemplo o modo como “velho” é percebido e distinguido quando contrastadas as narrativas de homens e mulheres homossexuais e pessoas trans. Ainda que haja uma densa relação com os efeitos do tempo sobre o corpo, há também uma recusa da cronologia linear e progressiva. Entre pessoas trans a baixa expectativa de vida resultante de violências estruturais produz uma noção de corpo velho que contrasta com a potência e vigor dos corpos adultos e maduros de uma temporalidade heterossexual.

<sup>72</sup> Chivo é um hispanismo usado para se referir a jovens meninos gays. Ainda que não tenha uma acepção necessariamente positiva ou negativa, costuma ser usado por pessoas peruanas e colombianas para se referir a esse conjunto de pessoas, e usualmente pode ser trocado por “gayzinho”.

cidade, os encontros para jogar vôlei, as festas etc. – são parte importante do processo de letramento e de formação subjetiva.

A transição entre as gerações que Roberto descreve é marcada pelo incremento de um conjunto específico de serviços, tais como os apresentados acima. Como dito anteriormente, Roberto era o quarto presidente da Associação de Gays Lésbicas e Travestis na Tríplice Fronteira (AGLT-TF), instituição fundada em 2003 a partir de um conjunto de ações de *advocacy* que tinha como propósito estimular as articulações regionais e assim estruturar as ações do movimento LGBT no interior do país. Como apresentava Camilla, o movimento começou a se organizar no começo dos anos 2000 com poucas pessoas e fazer reuniões para discutir as questões LGBT, principalmente a violência e o preconceito. Nos anos seguintes, a instituição foi formalizada, tendo como primeiro presidente José Carlos Gonçalves (conhecido na cidade como “Zé Maria”), que presidiu a instituição por dois mandatos, desde sua fundação até 2014. Nos mandatos seguintes, a gestão foi atualizada e seguiram-se Camila Cangalaya Matios (2015-2019) e Roberto Machado (2019-2022). Em termos de formação de um movimento LGBTI+ local, o registro e formalização da associação garantiu uma linguagem e um formato institucional, usualmente transcrito pelas pessoas que fazem parte dela como ONG. Essa formalização também permitiu que a Associação se envolvesse e se articulasse com outras instituições e captasse financiamentos para execução de projetos próprios nos anos seguintes.

Ainda no contexto institucional, é preciso considerar a participação de outros agentes, especialmente a universidade e o serviço de saúde voltado para a saúde sexual. Em 2002 foi instalado o campus da Universidade do Estado do Amazonas em Tabatinga, e pouco tempo depois, em 2005, o campus do Instituto de Natureza e Cultura na cidade de Benjamin Constant. Essas instituições permitiram a inclusão de uma série de profissionais com formação qualificada em vários segmentos, além de permitir a ampliação da formação da população local em cursos como Antropologia, Pedagogia, Geografia, Letras, Ciências Agrárias e Ambientais, Economia, Direito, Educação Física, Ciências Biológicas e outro. Além de ser um espaço para discussões e formação intelectual, a universidade se consolidou como um importante centro de reflexão e articulação

em torno de gênero e sexualidade, como se percebe a partir da atuação do Observatório da Violência de Gênero no Amazonas.

No campo da saúde, a formação de uma política nacional de Aids no final dos anos 1990 também permitiu com que Tabatinga estruturasse um serviço de atenção especializada no campo da saúde sexual, com especial atenção à realidade fronteiriça. Assim, a cidade contava com o único Serviço de Assistência Especializada do Alto Solimões, além de ser um dos poucos municípios que fazia monitoramento sistemático dos casos de infecção por HIV e óbito por Aids desde a década de 1980.

Esse conjunto de eventos e de iniciativas apresentado até aqui deve ser entendido como um espaço de produção de sujeitos políticos e também de letramento político. Conforme argumentou Silvia Aguião (2018) a partir de seu estudo sobre o contexto sudestino, com ênfase no Rio de Janeiro e São Paulo, a atuação e participação de pessoas LGBTI+ e do movimento social organizado nesses espaços institucionais permitiu a formação de uma reflexão e de um modo de fazer-se a partir e dentro do Estado. Essa mudança parte não apenas da consideração das pessoas como sujeitos políticos e sua implicação na disputa e garantia de direitos, mas também na formação de subjetividades que se reconhecem e se formulam de modo distinto a partir dos encontros e trocas de experiências.

Há que se considerar uma recursividade interna, ou seja, um processo de elaboração das identidades e dos repertórios sociais e afetivos que se estabelece a partir dos encontros com pares mediados por espaços e agentes institucionais. Durante seu período de presidência na AGLT-TF, por exemplo, Camila participou de reuniões formativas em cidades de todo o Brasil. Essas reuniões diziam respeito à formação de uma agenda no campo dos direitos humanos e direitos sexuais de pessoas LGBTI+, mas sobretudo no campo da saúde sexual e do HIV que iriam marcar sua atuação nos anos seguintes. Era a partir dessas formações e do conhecimento formulado e elaborado nos encontros nacionais que ela, contrariando a análise feita por Roberto sobre ela mesma, buscava construir outros modelos de relacionamento. Para Camila, seus maridos não estavam enquadrados dentro de uma lógica apenas sexual. Havia

uma definição clara que, ao menos nas situações de interação, os parceiros se reconheciam como partilhando de uma mesma condição, ainda que momentânea.

A elaboração de uma relacionalidade comprometida com a própria subjetividade e reconhecimento como pessoa LGBTI+ era, muitas vezes descrita como algo recente. Além de recente, a experiência pública da sexualidade vivida como algo aberto era lida como uma aposta, como uma condição ambivalente na formação de parcerias afetivas. Reconhecendo essas questões, Roberto, então presidente da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis na Tríplice Fronteira (AGLTTF), considerava os efeitos da visibilidade sobre sua sexualidade e os efeitos que isso teria sobre a dinâmica da sua própria vida afetiva.

*Thiago: E desde que você assumiu a presidência, você acha que as coisas mudaram nessa coisa de namorar?*

*Roberto: Pra te ser sincero. quando eu me tornei um representante LGBTQIA+ aqui, sentimentalmente não foi muito bom não. [risos] Porque é complicado. Por exemplo, a atual pessoa que eu tava a gente tinha um relacionamento legal. Mas devido às pressões do trabalho e de outras coisas a gente decidiu se manter distante. Porque as pessoas usavam ele pra me atingir. Então é complicado. E, digamos, quando eu estava dentro da minha zona de conforto, eu não tinha tanto esses problemas, entendeu? Era mais fácil. Era mais fácil sair. Porque não havia tanta cobrança de... eu não sei nem explicar assim. De ser dois homens, entende? O pessoal sabia, mas não comentava. Mas agora é mais complicado.*

*(Roberto, entrevista via WhatsApp, Fevereiro de 2022).*

Ainda que fosse um importante dispositivo de mobilização política, o reconhecimento da homossexualidade como parte constitutiva de sua subjetividade implica uma série de constrangimentos na vida afetiva de Roberto. Isso porque, a despeito das transformações nos costumes produzida a partir do contato com agendas e agentes envolvidos em discussões sobre gênero, sexualidade e política, no contexto do cotidiano Tabatinga parecia ser uma cidade marcada por regiões de controle moral sobre as pessoas e seus corpos. Reconhecer isso, no entanto, tinha um impedimento concreto que era a aparente presença de pessoas LGBTI+ ocupando o espaço público de forma visível e latente.

Em qualquer passeio de fim de tarde e começo de noite é possível encontrar grupos de jovens, muitos deles meninos afeminados, travestis e pessoas trans reunidos em rodas de amigos nas partes centrais da cidade. Além das relações

sociais efetivamente construídas como parte da formação e das práticas culturais juvenis, essas formas de ocupação das praças, quadras esportivas e outros espaços tinham como principal característica o fortalecimento dos laços de amizade. Elas também permitiam a construção de espaços que eram interpretados como lugares seguros, em contraste com cotidianos domésticos muitas vezes descritos como conflituais ou instáveis, como reportado no início da tese.

Ainda que apontando para experiências e alternativas distintas, o conjunto de experiências descritas nesta última seção do capítulo configuram o enunciado que dá título à tese. Elas permitem refletir sobre formas de ocupar o impossível. O impossível aqui se refere a um conjunto de imaginações generificadas que formam po espaço e a própria sexualidade no Alto Solimões, arraigados dentro de uma expectativa heterossexual do tempo e que coloca a reprodução como estratégia de fixação. As formas de ocupação desse impossível produzidas até aqui partem de projetos de futuro, do cuidado com a memória e também com as pessoas que partilham trajetórias e projetos de vida e de lugar. Elas se fazem na insistência de construir uma corpografia que dialogue com as possibilidades de trânsito da fronteira, tomando o espaço público como palco de elaboração de heterotopias de um universo seguro e acolhedor.

\*\*\*

Como apresentei neste capítulo, um aspecto importante das relações entre corpo, afeto e sua relação com o ambiente urbano é a temporalidade. A partir das trajetórias de Roberto, Mário e Deodato, o fluxo e as cadeias semânticas que organizam a relação com os agentes institucionais e com as concepções de corpo e afeto com que estão implicados forma parte de um emaranhado temporal que antecede a própria intensificação da presença estatal iniciada na década de 1960. Ela é parte de um movimento migratório mais amplo, motivado tanto por questões ambientais quanto subjetivas e materiais, usualmente traduzidas na ideia de “buscar melhores oportunidades”. Foi em busca de melhores oportunidades que dona Antônia, mãe de Roberto, viu seus pais saírem do Ceará para trabalhar nos seringais do Alto Quixito, por exemplo.

Em última instância, acredito que “constituir família” seja um processo de inscrição de relações de gênero e parentesco dentro de uma temporalidade. Tendo em vista as especificidades já descritas pela etnografia regional e, em alguma medida, sintetizada em diversos momentos até aqui, essa temporalidade está implicada em certas noções que formam parte do idioma da heterossexualidade como regime político, lembrando assim elaborações anteriores de Halberstam (2007) e Wittig (2007 [1980]). Assim, momentos históricos e centrais para compreensão do processo de urbanização no Alto Solimões, como o boom da borracha e a febre do caucho (1880-1912), a oficialização do Plano de Integração Nacional (1970) e o Programa Calha Norte (1985) atualizaram também as gramáticas de gênero e sexualidade. Esses foram também momentos de intensificação de casamentos entre migrantes e populações locais, com especial destaque para as relações formadas entre mulheres indígena e homens vindos de fora (fossem eles soldados da borracha, militares ou burocratas da institucionalidade estatal). Constituir família forma parte de um idioma complexo, que conjuga noções de tempo, reprodução e afeto a práticas de violência e imaginários coloniais de longa duração sobre o corpo, a organização do trabalho e a constituição de gênero na região.

Como lembram Melo e Olivar (2019), a noção de fronteira tem sido historicamente produzida a partir de imaginações generificadas que contém em si mesmas um acentuado teor masculinista. Assim, o processo de produção de uma narrativa sobre a fronteira, tem sido operado por personagens como os militares, missionários, seringueiros e outros agentes concebidos como masculinos. No contexto da fronteira com que tenho trabalhado de forma mais precisa, ou seja, o Alto Solimões e as instâncias administrativas que formam parte dela, essa narrativa tem nome e histórias específicas que marcam a arquitetura das cidades. Elas formam parte do nome das ruas, escolas e edifícios públicos e também da memória das pessoas que estão nelas. Meu propósito neste trabalho não é tanto desfazer essa imaginação política generificada sobre a fronteira. Antes, me interessa explicitá-la e reconhecer seus efeitos sobre as experiências e narrativas que outros corpos produzem sobre sua relação com a cidade.



Como argumentei até aqui, ao longo do processo histórico de ocupação e colonização do Alto Solimões, o contato com a diferença foi tanto produtor de violências e reiteração de desigualdades sociais, como também veículo motor de transformações sociais significativas. Essas transformações têm nas relações entre gênero, raça e sexualidade um lugar importante, tendo em vista que é a partir das gramáticas produzidas por essas interseções que se estabeleceu uma política de fixação e também uma etiqueta do cotidiano no Alto Solimões e na tríplice fronteira. Assim, me parece razoável supor que parte dessas mudanças produzidas de modo lento e contínuo ao longo do tempo foram beneficiadas pela transformação no ecossistema institucional e a alteração no perfil de contato os fluxos populacionais recentes, especialmente o que se instituiu a partir dos anos 2000 com a ampliação na oferta de postos de trabalho nos serviços essenciais e na assistência social. Nesta próxima seção, pretendo abordar as transformações vividas nesse período tendo como mote a forma como a sexualidade é vivida e negociada entre pessoas LGBTI+ que formam as gerações mais recentes de pessoas que vivem a cidade a partir de uma lógica de trânsito constante.

## 7. UMARI

Em *In a queer time and place* (2005), Jack Halberstam sugere que as elaborações da temporalidade se estabelecem de modos diferentes em torno de sexualidade, do corpo e do gênero que as informam. Na concepção do autor, a temporalidade heterossexual se estabelece a partir de uma linha de continuidade que está comprometida com a estabilidade dos corpos codificados como masculinos e femininos, mas também dentro de um regime cisgênero que se vincula a práticas e símbolos como a família e a reprodução. Assim, retomando o argumento ensaiado no final do capítulo anterior, na formulação do tempo que compõe os imaginários generificados sobre a fronteira, a heterossexualidade emerge como um regime político, tal qual ensaiado por Monique Wittig (2007).

As relações entre temporalidade e heterossexualidade estão incorporadas nas experiências históricas de longa duração que participam dos acordos para constituição de família, sobremaneira nos casamentos. Os casamentos entre mulheres indígenas nativas e homens migrantes estão na longa linha histórica da colonização, e podem ser encontrados desde o processo das reduções instaladas pelo padre Samuel Fritz na formação do que hoje é o município de São Paulo de Olivença. Eles também são notados nas correrias que, como bem lembra Michael Taussig (2012) para o caso dos Uitoto do Putumayo colombiano, foram corporificadas dentro de um idioma do terror e da violência que atualizam os símbolos da escravidão e da sujeição. Em síntese, casar e constituir família nesse enquadramento estão longe de corresponderem a ideias de um amor romântico. Ele se compõe a partir de encontros e articulações entre corpo, afeto, violência e reprodução.

Além do encontro colonial e das formas militarizadas de ocupação da fronteira, essas alianças podem ser vistas no processo migratório instalado para formação da sociedade seringueira entre o final do século XIX e começo do século XX. Ainda que esse processo seja marcado por uma certa equivalência na presença de homens e mulheres, formando assim modelo migratório de aparência familiar, ele repercutiu nas relações entre as experiências afetivas, sexuais e conjugais. Com base em análises censitárias sobre a formação do seringal na Amazônia,

Heloísa Campos da Costa (2005: 97) argumentava que, no primeiro ciclo da borracha (1872 – 1920) nos estados do Amazonas e do Pará, a população feminina era quase equivalente à masculina.<sup>73</sup> Contudo, conforme argumenta a autora, apesar da constituição da população migrante se estabelecer nesses termos, a presença feminina no seringal era reduzida. Assim, o casamento se tornou uma estratégia importante para manutenção do seringal e das formas de exploração da borracha no período, como se nota na história da família de Roberto e sua permanência no Alto Quixito, até a decisão de migrar para Benjamin Constant. Mônica Lopes Lage (2010) interpretou essa disparidade entre migração e presença feminina nos seringais nos termos de uma incorporação da população feminina aos núcleos e assentamentos urbanos, imprimindo às cidades uma sociabilidade com expressiva participação feminina, em contraste com a narrativa fundante da vida no seringal e o predomínio do protagonismo masculino e patriarcal.

O conjunto de narrativas e de experimentações que tenho apresentado ao longo da tese busca destacar a natureza generificada que constitui o discurso sobre a tríplice fronteira, especialmente em sua vertente militarizada. Como contraparte, venho também buscando descrever outros movimentos de ocupação desse espaço material e simbólico que é a memória da cidade. Esse esforço tem se evidenciado pelas cadeias de afetos e de produção de parentesco que se desenham a partir de outras linhagens, como as que acionam o conhecimento produzido e transmitido por mulheres que exercem as funções de mães, tias e avós. A ele se associam outros conhecimentos e experiências produzidas na articulação entre sexualidade e espaço, seja na forma de incorporação dos valores e conflitos familiares a partir dos espaços de convívio entre mulheres trans, travestis e homens gays, seja a partir da constituição de uma micropolítica de cuidado assentada em laços de amizade entre pessoas LGBTI+ em sua relação com o sofrimento social e a institucionalidade.

Essas reflexões em seu conjunto permitem colocar em evidência as ranhuras que existem na temporalidade heterossexual, como se pode ver na história de

---

<sup>73</sup> Segundo o estudo da autora, no Pará 48,8% da população migrante era formada por mulheres e 51,2% por homens. No Amazonas, o índice era de 45,49% de mulheres e 54,51% de homens.

dona Antônia, que comentei brevemente no capítulo anterior. Mas ela também localiza a produção de uma “temporalidade *queer*”, retomando a formulação de Jack Halberstam. Para o autor, a inscrição de um regime *queer* sobre a temporalidade ganhou destaque a partir do final dos anos 1970 com a emergência da Aids. Como efeito, destaca ele, em contraste com as enunciações em torno do medo, estigma e risco, viu-se no contexto euro americano a intensificação de processos de formação de comunidades. Ainda no cenário estadunidense, esse movimento foi documentado em outros trabalhos, remetendo, inclusive, a um fluxo de tempo mais amplo e anterior à Aids. Esse é o caso de etnografias e trabalhos de reconstrução histórica a partir de uma imaginação sociológica sobre o tempo, como se vê na descrição de Esther Newton (1993) sobre a formação do distrito do vilarejo de Cherry Grove, ou mesmo na reconstrução da memória histórica de Nova York feita por George Chauncey (1995).

Ainda que aproximações sejam possíveis, as experiências compartilhadas com Roberto, Mário, Deodato, Ana, Marcelo, Fernanda e Caramelo formam uma outra economia narrativa e de temporalidade. Essa temporalidade merece destaque pois sinaliza os arranjos entre corpo e espaço que venho tentando destacar e percorrer. Tais arranjos se estabelecem a partir das dinâmicas de trânsito que as pessoas estabelecem em suas viagens para outras localidades, mas também pelo contato e aproximação com diferentes contingentes que se deslocam em direção à fronteira. Portanto, as dinâmicas de transformação devem ser inscritas dentro de uma análise interseccional, que pense a temporalidade e as formas de descrição da diferença nos cruzamentos entre categorias estruturais (raça, classe, gênero e etnia, por exemplo) – o que etnograficamente implica pensar as dimensões locais e correlacionais que essas categorias adotam quando verificadas em campo.

Ainda que a descrição teórica de tais relações tenha sido beneficiada pela produção na geografia pós-moderna e pelos trabalhos de autores como Fredric Jameson e Edward Soja, pouco espaço foi dado para considerar como a sexualidade participa dessas economias. Assim, se para Wittig (2007) a heterossexualidade era mais que uma orientação do desejo, um regime político a organizar a inteligibilidade do mundo social, na análise das formas de opressão

produzida pela geografia pós-moderna esse aspecto é reduzido e ocultado. Halberstam considera então que uma temporalidade queer é uma estratégica para visibilizar as formas de aliança e produção de subjetividade considerando a sexualidade em sua intersecção com outras categorias sociais e como essas produzem a experiência do tempo e do espaço. Nas palavras do autor:

Em uma interpretação queer da geografia pós-moderna, a noção de uma identidade centrada no corpo dá lugar a um modelo que localiza as subjetividades sexuais dentro e entre a corporeidade (*embodiment*), o lugar e a prática. Mas a literatura queer sobre sexualidade e espaço, assim como a produção queer sobre sexualidade e tempo, têm que responder ao trabalho canônico sobre "geografia pós-moderna" de Edward Soja, Fredric Jameson, David Harvey e outros que excluíram ativamente a sexualidade como categoria para análise precisamente porque o desejo foi transmitido por neo-marxistas como parte de uma política corporal lúdica que obstrui o trabalho "real" do ativismo (...). Esta exclusão fundacional, que atribuiu a sexualidade ao corpo/local/pessoal e tomou a classe/global/política como seu próprio quadro de referência, dificultou a introdução de questões de sexualidade e espaço na conversa mais geral sobre globalização e capitalismo transnacional. (Halberstam 2005: 5 - tradução minha)

Em síntese, a sexualidade – ou as relações entre corpo e afeto de forma mais ampla (seja na sua dimensão generificada, seja no universo das práticas a partir da incorporação de determinadas experimentações corporais como parte dos regimes de circulação de trabalho e subjetividade) – tem sido tomada como um elemento secundário, ou desimportante, na compreensão do corpo político e do espaço social contemporâneo. Como argumentei até aqui, essa interpretação é um equívoco não apenas porque ignora como eixos de diferenciação produzem experiências singulares, mas também porque tende a ocultar ou naturalizar as gramáticas e sistematizações generificadas que constituem o espaço e o lugar como unidades sociais de análise.

A invisibilização da sexualidade como parte das dinâmicas de inscrição no tempo e no espaço afeta ainda corpos marcados. Assim, a omissão da sexualidade é não apenas um problema de descrição, mas também um problema teórico na medida em que produz uma reflexão naturalizada como se certos povos ignorassem ou não praticassem outros regimes de organização do afeto que não aquele formado na linguagem do parentesco, ou nas relações entre sexos cruzados (Strathern, 2001; 2006). O efeito dessas omissões se estabelece na invisibilidade da sexualidade entre populações indígenas na Amazônia e alhures,

por exemplo. Isso permite a inserção das pessoas ameríndias em uma temporalidade heterossexual, e como efeito também: (a) estabelece a reprodução como princípio de organização, e (b) não questiona os limites do próprio conceito de sexualidade.

A título de comentário, a bibliografia especializada tem investido em pensar a sexualidade nas concepções indígenas pelo menos desde a década de 1970, em alguma medida inspirada ou influenciada pelas articulações entre a antropologia feminista e a etnologia, como pode ser visto nas sínteses de Cecilia McCallum (2013), Vanessa Lea (2013) e Luisa Elvira Belaunde (2015) as quais também se pode agregar o trabalho de Bru Pereira (2019) e Fabiana Maizza (2017). Apesar desse esforço, se nota ainda alguns “sons de silêncio”, como descrito por Vanessa Lea (2013), ou seja, os acordos tácitos que constituem a interpretação das sociedades e coletividades indígenas e o processo de negociação entre as práticas e conhecimentos locais com as políticas de violência e constrangimento da sociedade nacional.

A interpretação e manuseio de tais acordos encontra seu limite em duas instâncias. Por um lado, vislumbramos uma agenda de pesquisa cada vez mais ampla que tem tensionado a presunção da ontologia sexual ocidental, e sobremaneira, da heterossexualidade e da cisgeneridade como regimes compulsórios na produção de corpos, subjetividades e relacionalidades. Nesse primeiro caso, trata-se de pensar as relações entre arquivos coloniais e formas de enunciação que marcaram os conflitos de tradução na nossa relação com as experiências indígenas daquilo que chamamos de corpo, gênero e também sexualidade. O segundo aspecto diz respeito à formação de comunidades de comunicação e sua projeção no tecido social a partir da mobilização política e social protagonizada por sujeitos que se reconhecem e apresentam tanto como pessoas indígenas em suas respectivas etnias, e também como pessoas LGBTI+. Trata-se assim, de uma formação interseccional do corpo e da subjetividade, mas também de um cruzamento entre formas de enunciação política que demandam uma reflexão sobre a história e as formas de registro do tempo e sua inscrição nos corpos.

A zona de indeterminação em que se dá o encontro entre a agenda de pesquisa e a agenda política entrecruza-se ainda com uma segunda, que coloca desafios aos próprios contornos entre historiografia e etnografia. Considerando o problema a partir da experiência camponesa do corpo e do afeto, Paulo Rogers Ferreira (2007) comentava sobre como a literatura produzida sobre estes ignora a sexualidade para além de uma retórica da reprodução social e econômica. Ou seja, na crítica apresentada pelo autor, a literatura produzida estabelece o uso do corpo e dos prazeres em uma chave voltada para a reprodução social e biológica no sentido. Se por um lado isso permite entender que a literatura ignora o gozo ou qualquer outra forma de experimentação sexual ou erótica, ela também contém em si um reforço à concepção de heterossexualidade como uma espécie de rota natural. Assim, a reflexão sobre as formas de elaboração e organização da sexualidade fora dos centros metropolitanos ou grandes cidades traz consigo também a necessidade de refletir sobre as retóricas sobre o tempo que informam a suposição ou o modelo produzido por cada coletividade. Em última instância, acompanhando Fabian (2013), considerar o efeito do tempo nas nossas descrições é um aspecto não apenas metodológico do processo de investigação, mas ético.

Não é meu objetivo aqui produzir uma reflexão especificamente etnológica sobre as formas de organização dos conteúdos relativos à sexualidade, seja em relação à produção amazonista, ou sobre os interlocutores Ticuna e Cocama com os quais tive contato durante a pesquisa de campo. Antes, me interessa uma espécie de “etnologia urbana” (Magnani; Andrade, 2013) que esteja atenta para os modos de construção e significação dos corpos como processos de marcação e demarcação da diferença sobre o espaço. Em síntese, o que me interessa é observar os movimentos e trânsitos, acompanhando Gupta e Ferguson (2000) considerem o lugar e o espaço como unidades complexas e em aberto, e também que permita localizar as relações em torno da diferença cultural que não apenas a partir de uma oposição entre “nós” e “eles”. Assim, no contexto da etnografia trata-se de pensar os mecanismos de produção e gestão do conflito e do dissenso que atravessam a experiência de diversas coletividades com o regime e a ontologia sexual ocidentais. Na esteira das reflexões apresentadas nos dois últimos capítulos, essa negociação e seus dissensos também se

estabelecem a partir de formas de contato, de aproximações afetivas e corporais que fazem uso da curiosidade e do interesse pela história de um outro, mas que, eventualmente, também se desenvolvem para itinerários e roteiros de violência e sofrimento.

A produção etnológica sobre povos indígenas nos Estados Unidos, ou mais especificamente sobre aqueles localizados ao norte do continente tem sido bastante significativa ao explorar essas interseções entre subjetividade, sexualidade e mobilização política. Isso fica particularmente evidente quando considerada as expressões de gênero e sexualidade contempladas pela etnografia regional, como é o caso dos *nádleehi* e *berdache* entre os Navajo do oeste estadunidense descrito por Carolyn Epple (1998) e a sua argumentação em torno da inadequação das concepções de gênero e a suposição de uma noção Navajo de um terceiro gênero. Em outra instância, a mobilização e visibilização de experiências em um regime multiétnico também tornou possível a formação de redes de articulação, como é o caso do movimento Two-Spirit nos Estados Unidos sintetizado por Estevão Fernandes (2015).<sup>74</sup>

Ao descrever as pessoas *machi* entre os Mapuche do Chile, Ana Mariella Bacigalupo (2007) comenta sobre como tais experiências que se inserem no universo do gênero e da sexualidade informam também sobre as estratégias desenvolvidas para lidar com as assimetrias e desigualdades no contexto mais amplo da circulação das práticas de poder. Assim, segundo a autora, as pessoas *machi* generificadas como femininas sustentam uma posição de relativa independência do poder político masculino que forma parte do sistema de gênero Mapuche. Isso se dá em torno da própria noção de que ser *machi* também é um trabalho, e como tal, a independência possível é subsumida também com a assunção de obrigações e responsabilidades rituais no trato com as categorias

---

<sup>74</sup> Como argumenta Epple em seu artigo, no contexto estadunidense as categorias *berdache* como forma de descrição e ordenação de experiências corporais e generificadas entre os Navajo foram duramente criticadas na produção antropológica local. É desse cenário que emergiram e se tornaram populares elaborações como gênero alternativo e mesmo gay. A crítica de Epple também incide sobre a denominação “two spirit”, usada por muitas coletividades indígenas na América do Norte, e de forma mais incisiva, pela produção bibliográfica de pessoas que se reconhecem e visibilizam politicamente nestes termos. A pesquisa de Fernandes (2015) incide justamente sobre os contrastes que essa categoria produziu, buscando identificar as condições que permitiram nos Estados Unidos a emergência de um movimento político sobre sexualidades dissidentes dentro de um regime indígena.



de ser espirituais. Na síntese da relação dos machi com o gênero e a sua interposição como linguagem para outras relacionalidades, há assim uma constituição complexa que media os sentidos e esquemas locais, próprios e que são formativos da relação das pessoas *machi* com a sócio-cosmologia Mapuche por um lado, e os sentidos produzidos pela sociedade nacional para os Mapuche como unidade em si mesma. Como efeito, se configuram e sustentam conflitos de interpretação tanto exteriores quanto interiores e que são perpassados também pela participação dessas pessoas em formas de ativismo e mobilizações, como o próprio movimento feminista. Bacigalupo sugere que em sua relação com o Estado e o aparato colonial, os Mapuche aprenderam as noções de gênero e sexualidade estabelecidas pela sociedade nacional, apropriando-se e transformando-as em combinação com outras práticas mais antigas.

No contexto latino-americano, as formas de reconhecimento da subjetividade, experimentação corporal e condições de enunciação política foram travadas em contraste com o violento avanço das agências coloniais e também da imposição dos valores nacionais nos últimos séculos. o cenário etnográfico aqui descrito, isso tem efeitos sobre a história e as apreciações produzidas por cada coletividade em seus contextos em torno do que sejam as formas de cuidado com o corpo, com as relações e também com as formas materiais e simbólicas de lidar com isso. Portanto, há que se reconhecer que no campo do dissenso estamos lidando não apenas com as “imaginações generificadas sobre a fronteira” (Melo; Olivar, 2019), mas também com os efeitos de “sistema de gênero moderno-colonial” (Lugones, 2008) que circunscreve as experiências de trânsito e mobilidade na fronteira e a partir dela.

Dentro de certos limites, foi esse o quadro que encontrei quando iniciei a pesquisa de campo no Alto Solimões e tive contato com interlocutores indígenas que se apresentavam como homossexuais ou como pessoas trans. Conforme detalharei nas seções seguintes do capítulo, a suposição de uma separação entre “nós” e “eles” era tão artificial e inapropriada quanto a própria expansão das categorias ocidentais de sexualidade. Ainda que os interlocutores não participassem de redes de associativismo e militância entre pessoas indígenas

LGBTI+, como o Coletivo Tibira<sup>75</sup>, a reivindicação como “LGBT Ticuna” aparecia como parte da formação e do letramento político produzido pelo contato com diferentes agendas e processos institucionais, além do trânsito cotidiano entre a terra indígena e o centro urbano de Tabatinga.

Concordo com Bru Pereira (2019) quando comenta que a própria noção de sexualidade estabelece uma “ontologia sexual”. Essa ontologia acaba encapsulando o que pode ser visto e descrito como parte das análises sobre a sexualidade entre povos ameríndios. Ainda seguindo as provocações elaboradas pela autora, é preciso levar em consideração uma noção aberta de sexualidade, uma micropolítica das relações que considere as “fecundações cruzadas”, as aproximações e distanciamentos possíveis entre nós e eles, entre nossa bibliografia e nossas posições teóricas, epistemológicas e políticas quando temos em perspectiva uma discussão sobre as formas de organizar e descrever o mundo. A ontologia sexual a que Bru Pereira se refere toma como fundamento a noção colocada por Patrice Maniglier (2009 *apud* Pereira 2019: 27) e considera que “sexualidade não é uma subdivisão do ser, mas um modo de ser; sexual não se refere a certo tipo de ser, mas a um certo modo de ser”. Nesse sentido, ela é, por princípio, aberta e heterogênea, cabendo então pensar não na existência de noções como a homossexualidade ou transexualidade como categorias descritivas para as experiências e sexualidades ameríndias, mas antes em sua efetividade e produtividade. Parto do princípio que essas noções, bem como a efetividade e produtividade que elas podem ter, advém de uma noção sobre a temporalidade e as possibilidades de transformação que elas produzem e é nesse sentido que busco tomá-las aqui.

É sobre essas relações entre corpo, afeto e temporalidade que esse capítulo trata, pensando especificamente nas complexidades e trânsitos que a experiência dos interlocutores indígenas coloca para a tentativa de entender as

---

<sup>75</sup> O Coletivo Tibira é um projeto de visibilização das narrativas e histórias de pessoas homossexuais, lésbicas, travestis, trans e queer de várias etnias pelo Brasil. O coletivo é formado, em grande medida, por jovens e utiliza-se da projeção possível pelas redes sociais para compartilhar reflexões, chamados e suas próprias vivências. Mais informações estão disponíveis no perfil do coletivo no Instagram: [www.instagram.com/indigenaslgbtq](http://www.instagram.com/indigenaslgbtq)

relações entre sexualidades e transformações sociais no processo de urbanização.

\*\*\*

Desde que fui ao Alto Solimões pela primeira vez, em 2016, um dos meus primeiros e principais cenários de pesquisa foi a comunidade Umariáçu. Foi lá que construí algumas das minhas relações de interlocução e amizade mais fortes, e também onde pude perceber os limites e complexidades do meu próprio projeto de conhecimento quando buscava aproximar a experiência e noção de cidade com as concepções em torno da sexualidade.



**Figura 18.** Comércio de peixe na ponte que estabelece os limites entre a comunidade Umariáçu I e Umariáçu II. Tabatinga, agosto de 2018.

Umariáçu é um território de ocupação Ticuna reconhecido e demarcado pela portaria 1.112, de 12 de novembro de 1997 do Ministério da Justiça. Conforme o memorial descritivo, a terra indígena (TI) demarcada tinha uma área de 4.900 hectares e envolvia uma população com mais de 3.000 pessoas em 1996. A maior parte desta população vivia na aldeia Umariáçu II um dos três aldeamentos identificados na época da demarcação, junto com Umariáçu I e Cidade Nova, e onde desenvolvi uma parte significativa de minhas observações e interações com interlocutores indígenas. Apesar da demarcação ter acontecido apenas em 1997, o reconhecimento das comunidades havia se dado desde o início da presença militar na região. Em 1945, o Pelotão do Exército e o Serviço de Proteção ao Índio iniciaram as movimentações para instalação do posto indígena Ticuna na região, logo depois incorporando as terras do seringal Bom Destino, de propriedade de José Mendes, para quem muitas famílias ticuna haviam trabalhado e construído relações.

Umariáçu está localizada nos contornos do perímetro urbano de Tabatinga, logo após o bairro da Comara e após o aeroporto. Com o processo de urbanização e o crescimento de construções residenciais com o objetivo de se afastar das margens do Solimões, o bairro foi se tornando cada vez mais próximo dos limites do território demarcado e titulado pela Funai. Para algumas pessoas, Umariáçu é interpretado como um bairro de Tabatinga, ainda que não o seja administrativamente. Por outro lado, para as pessoas que vivem lá, ele é usualmente evocado como “comunidade”, e é por esse termo que vou me referir a ele ao longo do texto.

Durante o último censo populacional, em 2011, conforme o IBGE e a FUNAI, em Umariáçu haviam cerca de 7.100 pessoas, número que sem dúvidas cresceu, ainda que não haja dados públicos disponíveis para quantificar esse crescimento de forma mais precisa.<sup>76</sup> Além disso, cada uma das aldeias que formam a terra

---

<sup>76</sup> As formas de contar revelam dissensos e formas de fazer-Estado conflituais quando observadas considerando a perspectiva das pessoas que são contadas e governadas e aquelas as instituições, como lembra Gupta (2013). Nas minhas idas à comunidade, a contagem era feita sempre a partir das famílias, por exemplo. Já em termos institucionais, Funai e Sesai consideravam o volume de indivíduos e o contabilizavam a partir de métodos e estratégias específicas, ainda que em diálogo próximo. O dado apresentado pela Funai em 2011 considerava as três comunidades que formam a terra indígena Tukuna Umariáçu, número que é apresentado por outra instituição responsável pela gestão do subsistema de saúde indígena, a SESAI. Conforme dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena, até 2016 Umariáçu II era a segunda

indígena tem uma organização política própria, além de diferentes configurações de presença religiosa, domínio linguístico e oferta de serviços. Umariáçu I e II estão separadas por uma ponte.

A organização territorial da TI registra um pouco a história dos contatos e da formação do núcleo urbano de Tabatinga. Ainda que sua ocupação seja anterior, o início do processo de reconhecimento e demarcação da terra indígena iniciou-se com a instalação do Ponto Indígena Ticunas, em 1945. Essa região foi estabelecida no limite entre a terra indígena e a vila militar e sobre ela, anos depois, foi instalado o acampamento da Comara. Ainda que as atividades da Comara tenham sido extintas em 1984, pouco antes da vigência do Programa Calha Norte, a fixação das habitações permitiu a formação de um bairro de mesmo nome. Ao longo do processo de formação da cidade, principalmente até a demarcação da TI, a relação entre indígenas e Exército foi problemática, tendo em vista a reiterada apreciação das autoridades militares de que os indígenas representavam um entrave ao desenvolvimento local (Nogueira, 2009: 162). Essas relações se tornaram ainda mais problemáticas no curso de demarcação dos limites da terra, envolvendo inclusive autoridades do executivo estadual, como o governador Gilberto Mestrinho, que em 1986 julgava as dimensões estabelecidas para o território excessivamente grandes, constituindo assim um impedimento às campanhas e projetos de desenvolvimento da fronteira.

Junto com a Comara, o aeroporto tem se caracterizado como um outro espaço que registra o contínuo avanço da cidade sobre a aldeia. Contornando os limites da terra, a pista de pouso e decolagem é um dos limites de ambas as aldeias, tanto Umariáçu I quanto Umariáçu II, afetando assim os roçados, além das possibilidades de caça e pesca nesta região. Durante a pesquisa de campo, era notável as poucas oportunidades de trabalho na comunidade, fato evidenciado por algumas interlocutoras como Walkenia e Elizania Mendes que, no curso dos anos da nossa relação de amizade, acabaram saindo do município para realizar

---

maior comunidade Ticuna, com 5.389 indivíduos, ficando atrás apenas de Belém de Solimões, também em Tabatinga e distante cerca de 6 horas de barco em relação à sede municipal. Com isso quero sugerir que os Ticuna estão cientes da complexidade de mensurar sua população em razão das dinâmicas de fluxo e deslocamentos em que estão inseridos e de que fazem uso. Com isso, eles notam também as confluências e os conflitos que emergem de casamentos interétnicos e da sobreposição entre etnicidade e nacionalidade vividos de forma mais notável na tríplice fronteira, como registra a Claudia López Garcés (2014).

o curso superior em outras cidades. Elizania mudou-se para Manaus, onde se graduou em Serviço Social com apoio do ProUni, enquanto Walkenia, após tentar a graduação em pedagogia em Benjamin Constant, acabou desistindo da universidade para se dedicar ao casamento e à maternidade. Após a separação e a filha um pouco mais crescida, resolveu voltar a estudar e migrou para Foz do Iguaçu, onde estuda antropologia.

Para ambas as interlocutoras, a cidade oferecia um leque de oportunidades que nem sempre estavam disponíveis na comunidade. Assim, se o acesso à saúde era viabilizado pelo posto de saúde indígena que havia na comunidade, bem como pelos agentes indígenas de saúde, casos mais complexos demandavam intervenção hospitalar que só estava disponível no centro urbano de Tabatinga. O mesmo se dava com as escolas, já que a comunidade oferecia apenas a formação inicial. Como pude depreender de minhas observações e conversas em Umariáçu II, a maior parte das pessoas que lá residiam tiravam seu sustento dos benefícios sociais que recebiam do governo federal, do plantio e da pesca, e eventualmente do comércio. Algumas mulheres ainda levavam seus produtos para comercializar nas ruas centrais da cidade, ou no mercado Ticuna que fica localizado no cruzamento entre a Avenida da Amizade e a rua Santos Dumont. Lá se vendia farinha, peixes e frutas, legumes e temperos.

O comércio e o acesso a serviços formam parte de uma mesma dinâmica de trânsito entre a cidade e a comunidade. Além de prover o próprio sustento, o comércio feito na cidade permite a inserção no cotidiano da comunidade de bens e produtos que não estão disponíveis lá. De igual maneira, a relação de Walkenia e Elizânia na sua trajetória de estudo e formação fora da comunidade e mesmo do Alto Solimões não é de partida, mas antes de compor um conjunto de conhecimentos especializados que permitam que elas possam voltar e aplicá-los na comunidade. Esse foi o caso de Elizânia, que após concluir a graduação em Serviço Social voltou à comunidade e passou a atuar como assistente social. Apesar de todos os esforços, ainda é expressivo o volume de jovens sem ocupação formal, já que essas oportunidades e itinerários não estão disponíveis para todas as pessoas.

Como já mencionado, foi a partir do Umariáçu II que constitui a maior parte da minha rede de articulação e interação com pessoas ticuna. A partir do núcleo formado por Silvério, Elizânia e Walkênia tive acesso a outros interlocutores e ao próprio cotidiano da comunidade, passando a entender de modo mais concreto as dinâmicas e trânsitos entre cidade e comunidade.

A comunidade está distante alguns quilômetros do centro urbano de Tabatinga, e o acesso pode ser feito via terrestre por meio de transporte pessoal ou do sistema de transporte coletivo que integra o centro de Umariáçu II até a feira de Letícia. As kombis têm uma capacidade para oito a dez passageiros, e são frequentemente usadas por mulheres com crianças e pessoas de mais idade. A oferta é regulada como parte de um acordo entre as cidades de Tabatinga e Letícia e a circulação é feita até o começo da noite, quando o trânsito para a comunidade é interrompido. Além das kombis que fazem o transporte, mototaxistas também estão habilitados a fazer o transporte, ainda que as tarifas cobradas possam mudar, especialmente em função do período do dia: quanto mais tarde, mais caro o transporte.

### **Câmeras, frames e comentários**

Em junho de 2016, tive a oportunidade de participar de uma série de oficinas de produção audiovisual ministradas para jovens comunicadores indígenas e outros coletivos em Benjamin Constant e Tabatinga. A oficina era realizada pela produtora Muamba e era também uma contrapartida ao financiamento público concedido pela ANCINE para realização da série documental Tapume, que descrevia as experiências e o cotidiano de grafiteiros e artistas visuais da região norte, em especial no Pará e no Amazonas. Além de apresentar o trabalho artístico, a série documentava debates e conflitos que caracterizam a atmosfera social de cada uma das localidades em que os episódios transcorreram.<sup>77</sup>

As oficinas em Tabatinga ocorreram por meio de uma parceria entre a produtora e o movimento LGBTI+ local, a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Distrito

---

<sup>77</sup> Em Tabatinga, o episódio apresentou as multiartistas Thaisis e Juliana Pesqueira. Durante pouco mais de uma semana estive na companhia delas e dos produtores da série, Bea Morbach, André Morbach e Bruno Régis. Uma parte do material produzido pode ser visualizado na Cinemateca Paraense, em <https://cinematecaparaense.wordpress.com/filmes/series/tapume/>



Sanitário do Alto Solimões, além da representação local do projeto Amazonaids, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Aids (UNAIDS) e coordenada por Nery. Nery foi um dos meus primeiros interlocutores e anfitrião nas tantas vezes que estive em Tabatinga. Foi a partir dele que fui apresentado à equipe de artistas e produtores, e também convidado para colaborar na mediação dos trabalhos durante os três dias de oficinas que aconteceriam na terra indígena Umariáçu, em Tabatinga, e também na apresentação realizada em uma escola pública na sede de Benjamin Constant.



**Figura 19.** Participantes e realizados da Oficina de vídeo para comunicadores indígenas. Comunidade Umariáçu II, Tabatinga. Junho de 2016. Foto acervo do autor.

As oficinas ocorriam durante todo o dia e nas atividades as pessoas que participavam aprendiam a manusear suas câmeras fotográficas e filmadoras em diversos dispositivos. Aprendiam também noções básicas de captura de imagem e som, além de roteiro. Como parte das atividades práticas das oficinas, coletei alguns depoimentos e histórias que utilizei para compor um vídeo documental com duração de treze minutos e no qual eu apresentava o depoimento de quatro jovens da comunidade Umariáçu II sobre ideias e experiências com o amor e o casamento.



Durante minha preparação para a pesquisa de campo e também nas conversas que tive nos primeiros dias, me chamava a atenção a importância do casamento na construção da noção de pessoa ticuna e, simultaneamente, a complexidade do sistema de regras em que ele estava inserido. Nessas conversas, pude notar que era mais simples casar com pessoas não-indígenas, e assim lidar com as dificuldades que essas regras de casamento e parentesco representavam. Foi com base nisso que convidei Silvério, Orgleio, Walkenia, Elizania e Dailson a dar seus depoimentos para composição da peça “Ngetchaü: histórias ticuna sobre amor, afeto, medo e astúcia”.

Meu propósito não era, nem de longe, produzir uma documentação etnográfica, mas apenas compor registro de um momento e, em certo sentido, me engajar também com as atividades da oficina que estavam sendo propostas. O material foi editado de forma quase artesanal e algumas cópias foram posteriormente oferecidas para aqueles que participaram, nas ocasiões seguintes em que voltei à Tabatinga e, especialmente, à comunidade.

A primeira história do vídeo é contada por Silvério, à época com 26 anos, e que se apresentava com uma liderança gay, participando de diversas atividades promovidas por instâncias do governo municipal, do movimento LGBTI+ e também de agências internacionais como a UNAIDS a partir desses referentes. No vídeo, ele conta sobre sua percepção e também sobre sua sexualidade a partir de um roteiro de perguntas pré-acordado e construído em parceria com cada um dos participantes. As demais histórias tratam de casamentos heterossexuais e mesmo do desinteresse por parte de um dos interlocutores de casar-se, algo que apesar de mal-visto pelas gerações de pessoas mais velhas, é interpretado de forma bem-humorada na cena.

Após ser editado, resolvi compartilhar o vídeo no YouTube como forma de facilitar o acesso para as pessoas que eventualmente quisessem vê-lo. Sem qualquer tipo de investimento em divulgação, em quase dois anos o vídeo teve mais de 2 mil visualizações orgânicas. Foi a partir dessas visualizações que me chegaram alguns comentários que me fizeram refletir sobre as imagens mobilizadas pela audiência sobre moralidades, sexualidade e a própria articulação entre categorias de diferenciação da sexualidade e a etnicidade. Em

síntese, me parecia que a recusa e os comentários negativos feitos sobre os vídeos diziam respeito especialmente ao depoimento de Silvério, ainda que isso não fosse verbalizado propriamente em cada uma das mensagens.

Em um dos comentários feitos no vídeo se lê “Uma vergonha. Estão transmitindo algo que não tem nada haver. Esse vídeo está sendo uma vergonha para a etnia Tikuna”.<sup>78</sup> Logo abaixo, duas outras pessoas questionam o conteúdo do material, argumentando que não há ali uma “história”, apenas “coisas de passado e de relacionamento”. Em um cenário político turbulento, me incomodava como as histórias poderiam ecoar e eventualmente repercutir negativamente em um perfil específico da audiência, de modo que optei por restringir o acesso a qualquer pessoa.

Contudo, em termos analíticos me chamava atenção como as respostas e reações obtidas, tanto nas situações em que comentei sobre o filme com outros interlocutores, quanto nessas formas autônomas de engajamento, anunciavam algumas ideias sobre sexualidade e seu lugar na história, e mesmo sobre o que deveria ser levado em conta ao pensar a história indígena na Amazônia.

### **Silvério**

Silvério residia com a mãe e quatro dos seus irmãos e irmãs, um dos cunhados e sobrinhos em uma pequena casa de madeira com um imenso quintal que se avizinhava às casas de outros parentes. Sua mãe havia casado com um homem branco, razão pela qual Silvério nascera na cidade e não na comunidade. Poucos anos após o nascimento de Silvério, a mãe divorciou-se e retornou para Umariçu II, local onde nasceu e onde residia quando eu o conheci, em julho de 2016.

Nos fundos da casa era possível ver placas de madeira que pareciam anunciar o interesse da família em ampliar ou renovar a estrutura da casa, já pequena para tanta gente. A casa era ladeada por outras tantas que conformavam as ruas e vielas de Umariçu II, a cerca de cinco quilômetros do centro de Tabatinga e

---

<sup>78</sup> É possível visualizar o vídeo nesse link: <https://youtu.be/-4WLRw2dI3M>

com uma população de mais ou menos cinco mil pessoas da etnia Ticuna (Magüta).<sup>79</sup>



**Figuras 20 e 21.** Silvério coordenando as ações da ala pela qual era responsável durante o Festival das Trinos do Alto Solimões (à direita). Desenho de Silvério a pastel óleo. Fotografia e desenho feitos pelo autor.

Silvério tinha 26 anos, confeccionava artesanato, fazia apresentações com um grupo de dança indígena em eventos e festas, e, pouco tempo depois, após o “tempo da política”, passou a integrar o serviço público atuando na Secretaria de Cultura do município como servidor contratado. Na cidade e na comunidade era reconhecido pelas suas habilidades artísticas com o artesanato e com a dança. Era ele quem produzia os figurinos do grupo de danças do qual também era coreógrafo, além de comercializar algumas peças com indígenas e não indígenas, algumas vezes inclusive encomendadas. Sendo seu pai um homem branco, ou seja, não indígena, no sistema de organização do parentesco Ticuna Silvério pertencia à nação Boi.

<sup>79</sup> Como se verá mais à frente, esse número em alguma medida envolve pessoas de outras etnias e também não indígenas, em razão dos princípios de organização a partir do parentesco, mas também em razão de dinâmicas mais complexas de intromissão de outros agentes na terra indígena. Não pude perceber, nas observações de campo desenvolvidas na terra indígena, uma predominância de princípios ou uxorilocal ou virilocal, o que em alguma medida era já esperada, conforme registrado pela literatura etnológica desde a década de 1950. O que pude perceber, no entanto, era a tendência de se morar próximo ao grupo de parentesco de uma das partes.

Nessa dinâmica, aqueles de nação Boi, filhos de branco, ocupavam uma posição favorável, tendo em vista que poderiam relacionar-se com pessoas de nações pertencentes a ambas as metades. Esse processo, relembando as considerações de Peter Gow (1997) para o vizinho grupo Piro, reafirma a produção do parentesco como um “sistema que gera suas próprias condições de existência”. O branco era assim inserido dentro de um domínio de possibilidades onde sua existência era plausível pela lógica de ser “ticunado”, como descrito por Patrícia Carvalho Rosa (2015).

Dado o crescimento das comunidades, bem como a sua organização a partir de redes de parentesco relativamente próximas, era comum que uma mesma comunidade aglutinasse pessoas de um clã predominante, o que impunha sérias dificuldades à construção de alianças matrimoniais, bem como viabilizava casamentos com não indígenas, inclusive como uma forma de manutenção dos vínculos de proximidade com a família.

Acompanhando a sugestão de Rosa, a política de parentesco parece estar organizada a partir de um fluxo preferencial (traduzida por alguns como “regra das nações”) de casamento e emerge como um dispositivo de controle sociopolítico do parentesco e da socialidade ticuna. Isso porque, para alguns interlocutores, este referente equivale “à regra conhecida para fazer uma boa convivência entre os parentes”. Por isso, muitos a descrevem como “a regra, a lei do Ticuna mais forte”. Tais prerrogativas funcionam, por um lado, e fortemente dimensionadas ao ideal de evitação do “womãtchi” (incesto clânico e consanguíneo), cuja condição é o reverso assimétrico e “perigoso” à caracterização do que dizem ser atributos a um “bom esposo”, “boa esposa”, e, portanto, um vetor antissocial de produção criativa ao parentesco e da aliança (Rosa 2015: 55 – grifos da autora).

Uma das possíveis razões para isso, acredito, seja a centralidade que a produção de filhos ocupa na imaginação nativa sobre a noção de pessoa. Uma pessoa solteira é usualmente relacionada a uma pessoa sem filhos e, portanto, desfavorecida no universo de responsabilidades que a relação entre pais, mães, filhos e filhas implica.

Ainda que nas últimas três décadas tenha havido um intenso investimento por parte dos estudos etnológicos em refletir sobre as relações entre pessoas conceituadas como homens e mulheres ou, mais ainda, os modos como as populações ameríndias conceituam seus próprios corpos, a dimensão da sexualidade permanece como um campo pouco explorado na etnografia regional. Conforme analisa Luisa Belaunde, nos estudos etnológicos até a década de 1970, a sexualidade estava resguardada como uma questão submetida às análises relativas à mitologia e ritual, passando a incorporar posteriormente uma preocupação com a experiência cotidiana, ainda que o objetivo não fosse “desenvolver um exame detalhado da questão, mas se valer do estudo da sexualidade como um canal para compreender as hierarquias entre os homens e as mulheres e entre as gerações” (Belaunde, 2015: 402). A última década parece ter sido marcada por um reexame dessa aparente lacuna e tem-se ampliado, nos campos tanto da etnologia quanto nos de estudos de gênero e sexualidades, um interesse nas conexões aí presentes.

Apesar desse interesse renovado, persistem duas questões que parecem ocupar uma posição central para um investimento apropriado nessa interface, ao menos em como ela tem se configurado para o caso do Alto Solimões e as incursões preliminares que venho desenvolvendo entre indígenas de etnia Ticuna e Cocama. A primeira delas é que, corroborando com Cecília McCallum (2013), se há por parte da antropologia uma preocupação em relação ao uso de categorias universalizantes para descrever múltiplas experiências, essa preocupação por vezes não é acompanhada pelas populações alvos dos estudos antropológicos; essas categorias analíticas e descritivas podem incluir o próprio gênero, como adverte a autora, ou também a sexualidade (ou o que conceituamos como sexualidade e seu ‘conteúdo’). O segundo ponto em questão é que mesmo que acionem categorias relativas à sexualidade é preciso conceber que tal categoria por vezes não ocupa uma posição tão privilegiada na produção de identidades e subjetividades em outros contextos como parece ocupar, por vezes, no nosso. Nesses termos Piscitelli, Gregori e Carrara (2004) avaliam que:

(...) se alguns estudos comparativos mostram um tratamento inadequado da sexualidade, atribuindo a ela uma significação trans-histórica e/ou transcultural, outros mostram como o que poderia ser identificado como uma sexualidade para certos grupos sociais, em outras sociedades, longe de

situar-se numa dimensão interna aos sujeitos acopla-se a outros campos de significação, tais como a família, o parentesco ou moralidade, englobando possíveis instâncias individuais (Piscitelli, Gregori e Carrara, 2004: 14).

Traduzindo essas questões para a utilização de categorias ocidentais contemporâneas relativas ao que chamamos de 'orientação sexual' como um plano de constituição de subjetividades individuais e identidades coletivas, acredito ser importante avaliar os limites e extensões dessas mesmas quando aplicadas aos contextos não ocidentais, ou pelo menos aqueles ameríndios, de modo a estabelecer uma observação mais atenta aos modos pelos quais os interlocutores em situação de contato histórico entre si e com as sociedades nacionais fazem uso dessas formas de categorização.

Debates desse tipo têm se desenvolvido quando considerada a pertinência de pensar "homossexualidades indígenas", mas de maneira mais radical devem incorporar também uma dimensão relativa ao questionamento da própria categoria de heterossexualidade ou qualquer outra. Inspirado nas análises críticas de David Schneider (1984) sobre o estudo dos sistemas de parentescos, a suposição é que as elaborações relativas ao que é construído e ao que é (construído como) dado variam em cada coletividade e, poderíamos acrescentar, também ao longo do processo histórico. Nesses termos, existem espaços que tanto nos modelos nativos quanto nas descrições antropológicas permanecem numa posição de termo neutro, ainda que sua utilização tenha potenciais rendimentos para a análise.

No que concerne aos limites e extensões das categorias que informam sobre as relações que agregam pessoas em pares, unidades e coletividades através dos dispositivos que Foucault (1997) conceituou como de aliança ou de sexualidade, parece ser fundamental pensar desde uma perspectiva etnográfica se essas categorias são acionadas como: (a) descritores de relações entre pessoas com constituições corporais percebidas pelos antropólogos como semelhantes ou distantes; (b) se são relativas à forma de marcação identitária a partir do procedimento anterior, ou se, (c) constituem os modos locais de conceituar a si mesmo – e sendo, a partir de quais referenciais essas categorias são assumidas, traduzidas e incorporadas no idioma social. Considerando a pertinência dessas distinções, então, é preciso levar a sério as conceitualizações nativas sobre a

pessoa e o corpo, de modo a entender se são pertinentes às descrições de experiências tratadas como homossexuais ou heterossexuais, de mesmo sexo ou sexo cruzado. Incorporando uma sugestão de Strathern sobre o artifício textual do método comparativo, penso que:

Não se trata de imaginar que seja possível substituir conceitos exógenos por correspondentes nativos; a tarefa é antes, a de transmitir a complexidade dos conceitos nativos como referência ao contexto particular em que são produzidos. Consequentemente, opto por mostrar a natureza contextualizada dos constructos nativos através da exposição contextualizada dos construtos analíticos. Isso exige que os próprios construtos analíticos sejam situados na sociedade que os produziu (Strathern: 2006: 33).

Em última instância, trata-se de não tomar uma noção de diferença apriorística, mas considerar como as pessoas em seus mundos e em seus próprios termos experimentam e elaboram suas relações e reconhecer os limites dos nossos próprios conceitos e categorias de análise como antropólogos. Parte desse esforço em considerar não equivalência entre contextos (de produção, de descrição e mesmo de entendimento) está em localizar os limites nos quais operam as categorias tanto nativas quanto antropológicas, reconhecer possíveis pontos de relação sem presumir uma traduzibilidade simplista pela qual uma se torna sinônimo da outra. Com efeito, considerar tal equivalência é ignorar as dimensões históricas de colonização epistemológica, subsumir a diferença a um regime de diversidade e ignorar as formas pelas quais o poder opera como um importante dispositivo de controle e agenciamento sobre ideias, valores e formas de organização do conhecimento, mesmo a despeito das astúcias da resistência às dominações.

A organização social Ticuna está assentada em uma divisão entre duas metades exogâmicas que, cosmológica e mitologicamente correspondem ao mito de criação do mundo segundo o qual Yoi'Ipi teria pescado os Ticuna no igarapé da terra sagrada de Eware. Contemporaneamente, mesmo que uma parte significativa dos interlocutores Ticuna com os quais tive contato fosse adepta de religiões cristãs - católicas e protestantes - o espaço mitológico ainda funcionava como uma matriz importante de inteligibilidade dos modos de organização das relações entre pessoas, fundamentalmente no que dizia respeito às dinâmicas de casamento, parentesco e distribuição política de prestígio. Cada uma das

metades está subdividida em clãs, ou Nações, que correspondem a seres portadores de penas (onde estão as nações de arara, mutum, japu, tucano, manguari, galinha, urubu-rei, gavião real) e seres sem penas (onde estão as nações de avai, buriti, saúva, onça, entre outras).

A organização e política do parentesco em um sistema exogâmico, interclânico e patrilinear implicava uma dinâmica pela qual o princípio normativo preferencial de aliança era que pessoas de nações com pena casassem com pessoas de nação sem pena. Isso ocorre tendo em vista que pessoas que de uma mesma metade, ainda que de nações diferentes, eram tomadas como parentes, de modo que arranjos “assim” eram descritos como um equívoco a ser evitado, um pecado, e nomeados na língua nativa como *womãtchi*, ou *tchiri cü ni'i*. Em todas as situações públicas que acompanhei as falas proferidas em português ou ticuna eram sempre iniciadas com uma apresentação que incluía o nome e a indicação da nação às quais os sujeitos pertenciam, principalmente em situações do tipo assembleia ou que envolviam debate junto a autoridades não indígenas. Isso, contudo, não implicava no eventual desconhecimento, principalmente por parte dos mais jovens, ou mesmo na possibilidade de ignorar o pressuposto do “casamento certo” (*meã cü ni'i*), mesmo que isso implicasse em ter de morar mais afastado dos parentes, na cidade.

As relações com homens brancos, moradores da cidade, eram uma alternativa cogitada por muitas moças, principalmente as meninas mais jovens, fosse como forma de “casar bem”, fosse pela dificuldade em encontrar um parceiro possível dentro das disposições impostas pelo parentesco. Contudo, no que concerne aos meninos, as possibilidades não se desenhavam do mesmo modo. No mercado afetivo local os indígenas pareciam ocupar uma posição marcada por dificuldades.

Já nos primeiros dias de pesquisa em Tabatinga, durante uma ida ao principal supermercado de Tabatinga, na região do centro, participamos de uma situação um tanto reveladora sobre essas dificuldades e sobre o modo como as mulheres imaginavam as relações com homens indígenas. Enquanto esperava ser atendido na fila dos peixes, uma mulher de aproximadamente 30 anos me abordou e começamos a conversar. Ela havia mudado de Manaus para trabalhar



na cidade como funcionária pública. Perguntando de onde vinha e o que fazia na cidade, informei-lhe das pretensões como antropólogo interessado em estudar as formas de sexualidade na região da fronteira. A resposta teve como efeito a enunciação de dois comentários de particular relevância e que se estenderam durante os instantes em que conversávamos ali no supermercado até o caminho para casa. Ela primeiro me advertia que era muito grande o número de meninos gays na cidade; em seguida dizia que dentre os inúmeros namoros, paqueras e flertes que teve desde que havia se mudado para a cidade, há cerca de três anos, os indígenas eram os parceiros sexuais “mais travados”, o que os colocava em último lugar em uma escala de preferências.

Essa impressão não era aleatória ou tão somente particular. Mesmo na comunidade entre as meninas que conheci, a maior parte delas jovens solteiras ou namorando, constantemente repetiam para mim que não gostavam de relacionar-se com os meninos dali por serem “imatuross”. Se na comunidade o poder local era organizado e protagonizado por homens, constituindo-se assim dentro de um idioma corporificado como masculino – o cacicado era constituído por homens, a polícia local, as figuras de autoridade e os mediadores de conflitos, bem como aquelas pessoas que conseguiram alguma projeção na administração local e no poder público municipal também eram homens –, às mulheres cabia uma maior circulação na e além da cidade. As mais velhas dispunham de roçados em porções mais afastadas do núcleo residencial da comunidade, quando casadas acessavam serviços relacionados aos cuidados pré-natal e à saúde sua e de seus filhos; eram essas mulheres que se via em pequenos comércios ou mesmo nas ruas da cidade vendendo a farinha que produziam ou os frutos como buriti e mapati. No que tange às mulheres mais jovens, a mobilidade também era notada no acesso à universidade, que se via com mais frequência do que entre os jovens rapazes. Uma das interlocutoras, durante as oficinas de produção de vídeo mencionadas na seção anterior, comentava que a imaturidade dos meninos era também “desinteresse”. Ou seja, havia um certo entendimento de que mais do que uma característica de “jeito de ser”, os homens mais jovens não manifestavam particular interesse em sair da comunidade, “só pra festa e se divertir”, concluía ela. Em síntese, se ao longo do processo de formação social as mulheres vivenciavam a ampliação do espaço

social de atuação a partir da incorporação de novas atribuições, os homens em sua maioria viam seu espaço de circulação cada vez mais reduzido.

Por outro lado, frente às meninas da cidade, brancas, as possibilidades de encontro também eram reduzidas pela forma como eram percebidos no mercado afetivo, pela conduta predominantemente tímida e mesmo pelas dificuldades linguísticas que a comunicação bilíngue (e, às vezes, trilingue) impunha. Essa percepção pode ser ilustrada pela situação descrita há pouco. Retomando o sistema classificatório ensaiado por dona Rita e que usei para tentar situar a trajetória da família de Roberto, em especial sua mãe, no contexto da economia do afeto e das relações interétnicas, os meninos indígenas nesse cenário específico ocupam uma posição de relativa desvantagem. As mulheres de fora, vindas da capital, dispõem de um capital que as permite negociar seu envolvimento com algumas pessoas que, dentro de certos limites, são partilhados também entre as mulheres mais jovens que têm um conhecimento mais amplo do universo relacional por onde circulam. Esse tipo de circulação, ainda que distinto daquele descrito por autoras como Nieto-Moreno (2017), se articula a formações do sistema de gênero moderno colonial (Lugones, 2008), tendo em vista que o envolvimento com os homens também as submete ao casamento e a cobrança em torno de um conjunto de expectativas sobre suas responsabilidades.

Elizânia, Walkenia e Silvério são primos. E antes de continuar a descrição sobre a experiência e a trajetória de Silvério propriamente, uma breve observação sobre as trajetórias de Elizania e Walkenia podem ajudar a entender as circularidades, possibilidades e oportunidades desenhadas nessa relação que é tanto de gênero, quanto de mobilidade regional.

Elizania e Walkenia são as filhas mais velhas de uma família formada por elas, sua mãe e outros três filhos, sendo um deles falecido. A mãe trabalhava no serviço de saúde indígena da cidade, e o pai trabalhou em diversos serviços da prefeitura, além de ser um famoso músico da região. A separação do casal aconteceu pouco tempo depois do nascimento do filho mais novo. Apesar do rompimento, o contato que ambos estabeleciam era contínuo, já que diariamente era na casa da ex-esposa que ele almoçava. A casa da família localizava-se em

uma das partes centrais da comunidade, bastante próxima às casas das famílias mais antigas, ao comércio local, ao ponto final de onde parte o transporte coletivo e os mototaxistas, bem como ao palco onde se realizam eventos e assembleias comunitárias. Foi nesse ambiente de intensa articulação e presença de pessoas influentes que cresceram Elizania e Walkenia.

Ainda na adolescência, Elizania, Walkenia e Silvério participaram das ações desenvolvidas pelo projeto de Comunicadores Indígenas para a juventude, parte das estratégias da ação local da Unaid para sensibilizar e elaborar estratégias de prevenção e tratamento para o HIV/Aids e a saúde sexual. Nesse aspecto, todos protagonizaram campanhas, tiveram suas imagens estampando material informativo que discutia tanto a saúde sexual, a diversidade quanto a segurança e bem-estar de mulheres e meninas indígenas.

Se tornando a filha mais velha com o falecimento do seu irmão, Walkenia foi também uma das primeiras a ter a ampliação da sua rede de interlocução na cidade. Após concluir o ensino médio na sede do município, ela foi inscrita no Sistema de Seleção Unificada (SISU) por um amigo da comunidade. Uma das opções indicadas por seu amigo no processo de inscrição foi o curso de pedagogia no campus de Benjamin Constant, distante cerca de 30 minutos de lancha em relação à Tabatinga. Suas jornadas estendiam-se durante todo o dia, já que saía de casa já bastante cedo para ir em direção ao porto de Tabatinga e tomar o barco que saía por volta das 6h30 da manhã. Após chegar, junto com os demais alunos, seguia caminhando ou com o transporte do mototaxista do porto até o campus da Universidade, nos limites da área urbanizada do município. Após o fim das aulas, ela refazia o percurso para voltar à comunidade.

Foi nesses trânsitos que ela conheceu seu primeiro marido, na época já com pouco mais de trinta anos. Por algum tempo Walkenia manteve-se estudando, enquanto também se adensava a relação do casal até que a proposta de casamento finalmente veio. O marido trabalhava fazendo comércio e revendendo produtos entre Letícia, Santa Rosa e Tabatinga. Tinha um filho e uma esposa do primeiro casamento que moravam no bairro da Comara. Ali próximo também havia um terreno onde ele e sua mãe tinham uma casa. Era nesse terreno que ele construiu a casa em que viveram por quase dois anos,

período que marcou os anos de relacionamento e o nascimento da primeira filha do casal. Com a gravidez, Walkenia abandonou a universidade, trancando o curso que já não ia a contento dentro de suas expectativas de estudo para a vida.

O acompanhamento pré-natal aconteceu em serviços públicos em Tabatinga, como o Hospital de Guarnição, a UPA, sendo também alguns exames feitos no serviço médico privado de Letícia. Já o nascimento da filha aconteceu na comunidade, com apoio e observação das mulheres mais velhas, em especial a mãe, que atuava como agente comunitária de saúde indígena, e a avó materna que já havia feito diversos partos. Durante o período de resguardo, ela ficou na comunidade com suas parentes, recebendo visitas do marido, sobrinhos e sogra.

A relação com a sogra já não era saudável desde o começo da mudança. Ainda que vivessem em casas distintas, a proximidade causava a sensação de estranhamento e vigilância, criando um desconforto. Além disso, a posição de esposa do filho fazia com que Walkenia fosse subordinada a assumir funções de trabalho doméstico e cuidado da sogra que lhe eram impostas, sem uma negociação prévia. Somado a esses desconfortos cotidianos, a descoberta de uma traição, um caso extraconjugal, do marido fez com que o rompimento se adiantasse. Com poucos meses de nascimento da filha, o casal se desfez e Walkenia voltou a morar na casa da mãe.

Ao mesmo tempo em que esses eventos transcorriam, Elizania trilhava outro tipo de trajetória. Seu ingresso na Universidade se deu também via investimento público, mas dessa vez por meio do Programa de Financiamento da Educação Superior que lhe garantiu uma bolsa de estudos integral na capital, Manaus. Foi lá que entre 2018 e 2021 ela fez sua formação como assistente social. Nos primeiros meses residiu com familiares e parentes em um bairro reconhecido pelo grande volume de moradores ticuna e indígenas de outras etnias que buscavam a vida em Manaus.

Durante sua estadia em Manaus, Elizania teve contato com um universo mais amplo de conhecimentos e pessoas, muitos deles iniciados ainda em Tabatinga e na comunidade a partir dos projetos dos quais fez parte. Foi a partir dessa rede

de articulação que ela ampliou seu conhecimento sobre o país e viajou para outros lugares no Sudeste e no Nordeste. Diferente de outros interlocutores que também haviam feito esse processo, ela não tinha ido “pelos estudos”, tampouco para “fazer a vida e trabalhar”. Sua passagem era como turista, uma posição pouco associada a pessoas indígenas. Ela também havia ampliado seu repertório cultural, indo a festas e eventos culturais, shows e celebrações que perfazem seus gostos como ouvinte de gêneros musicais como o rock. A permanência na cidade, contudo, alimentava também uma relação mais delicada e complexa com a família na comunidade. Do esforço coletivo dos parentes, em especial sua mãe, vinha a mesada mensal que utilizava para custear o aluguel e os custos básicos de vida em Manaus.

Durante sua estada em Manaus, Elizania voltou à cidade inúmeras vezes, sempre no período de férias ou quando era possível. Ao concluir a graduação também, a vontade de retornar não foi menor. Poucos meses depois retornou à Tabatinga e, considerando os laços de influência que sua família tinha, conseguiu atuar como assistente social e colaborar com a observação e formulação de políticas públicas no subsistema de saúde indígena local. Algo semelhante passava com Walkenia que decidiu retornar à Universidade e cursar Antropologia em Foz do Iguaçu, no Paraná. Em meados de 2021, ela obteve apoio da família e de contatos na cidade paranaense e migrou sozinha, deixando a filha aos cuidados da mãe, tias e avós, retornando sempre a cada dois meses.

No caso de Silvério o espaço de trânsito é significativamente menor. Diferente das primas, ele não conseguiu ir muito além nos estudos. Especialmente pelo desconforto que sentia nos primeiros anos do ensino médio. Ainda que não descrevesse as situações que viveu como atos de homofobia, ou mesmo preconceitos, dizia que a escola não era legal e que era melhor fazer seu artesanato.

Silvério fez sua trajetória nos circuitos das atividades culturais e artísticas locais. Já havia se apresentado nos grupos de danças tradicionais ticunas em diversas ocasiões e lugares, sempre que convidado por autoridades ou organizadores. Também aperfeiçoava seu trabalho como artesão fazendo colares, brincos,

pulseiras e braceletes, além de fantasias e outros acessórios que vendia junto com as redes de buriti confeccionadas por ele e por sua mãe.

A aparente “desvantagem” vivida por jovens e rapazes era interpretada de modos distintos a partir do tipo de parceiros com quem buscam se envolver ao longo da trajetória de suas vidas. Como descreve Patricia Rosa (2016: 76), quando os rapazes mantinham relações com outros, isso era usualmente interpretado como uma espécie de “parente vazio”, nas palavras da autora. Uma das consequências desses arranjos é a instauração de situações de constrangimentos e violentos. Contudo, desde sua própria perspectiva, Silvério era uma exceção a esse quadro de aparente dificuldade para os rapazes. Já em nossas primeiras conversas ele narrava suas aventuras, namoros e paqueras. Entre 2016 e 2017 estava solteiro por opção após ter rompido uma relação que se estendeu por cerca de nove anos. Esse havia sido seu primeiro e até então único namorado. Ele também dizia que desde pequeno nunca havia sentido atração por meninas, sendo seus afetos e atração dirigidos sempre para homens, homens que na sua concepção não eram entendidos como homossexuais tendo em vista que “não praticam aquilo que os gays praticam”.

A compreensão de Silvério parecia ser a de que a homossexualidade se vincularia a uma determinada posição em um sistema de relações, em muitos dos casos essa posição poderia ser estabelecida a partir da função que as partes assumiam nas relações sexuais. A elaboração não era muito diferente de outros rapazes que se relacionavam com outros homens na região. Perceber a si mesmo como gay não correspondia fundamentalmente a uma noção de orientação sexual como forma de organização dos desejos, mas tão somente a uma posição dentro de um sistema de relações que informava mais sobre os usos do corpo e os sentidos que determinadas formas de relacionar-se com ela poderiam assumir considerando que corporeidade e gênero se conjugavam mutuamente e produziam efeitos que se estendiam para domínios mais amplos. Aqui, mais uma vez, gênero e sexualidade se misturavam. Essa mistura produzia conflitos de interpretação e equívocos ou dissensos, não porque fossem uma questão de entendimento, mas porque partiam daquilo que Rosa (2016) chamava de diferentes modos e jeitos de ser homem e mulher entre os Ticuna.

Ao longo dos nove anos de relacionamento com seu namorado, Silvério alimentava uma posição ambivalente com relação à parceria que estabeleciam. Se por um lado o namoro era segredo, tendo em vista que o menino também era indígena, por outro lado havia uma expectativa de que um dia pudessem viver juntos e constituir algo como uma família. Tal projeto não chegou a ser concretizado, tendo em vista que Silvério descobriu uma traição, segundo ele havia “ficado” com outra menina da comunidade, situação que levou ao término do relacionamento e seu afastamento do antigo parceiro. A descoberta da traição alimenta assim sentimentos e sensações ambivalentes: se por um lado constituir uma família era um sonho enunciado por ele, esse sonho era constrangido pela arena de segredo em que ele estava imerso. De forma semelhante, a traição também era acionada a partir de uma diferença insuperável, já que a moça com quem o ex-namorado o havia traído era “de um jeito diferente” daquilo que ele podia ser, como analisou em uma de nossas conversas.

A relação de Silvério com seu companheiro se aproximava de uma teoria do gênero pelo qual, a despeito das conceituações ocidentais que descreveriam ambos os corpos como masculinos e o arranjo produzido como de mesmo sexo ou homossexual, as interpretações que produzia era que sua relação era marcada por um regime de complementaridade entre homem e *caigüwaecü*, ou seja, entre um homem e alguém “que faz filho por trás”, termo pelo qual *caigüwaecü* é glosado, como observou Rosa (2013). Essa relação encenava não um arranjo do tipo “homem-mulher”, mas um de outra ordem, que suspeitava da possibilidade de relação sem diferença. Ainda que reconhecida por Silvério, o próprio termo *caigüwaecü* era recusado. Ele se apresentava como “homossexual, gay”, fazendo uso assim de um outro léxico, ainda que ao conceituá-lo, a descrição produzida assemelhava-se a uma outra concepção mais próxima do *caigüwaecü* ticuna pelo modo como atribuía centralidade mais ao corpo e ao gênero do que ao fluxo do desejo em si. Repetindo as tensões entre o modelo hierárquico descrito por Fry (1982) e uma interpretação da sexualidade como uma relação que contém relações dentro de si, Silvério explicava que era gay porque “gostava de homens” e homens eram pessoas que “faziam coisas que gays não fazem”.

Os sentidos eram elaborados a partir dos encontros e das relações que os corpos estabeleciam uns com os outros. Não à toa, em 2017, Silvério se tornou pai. A notícia chegou a mim a partir de Walkenia, sua prima, durante um encontro que tivemos em Benjamin Constant, no seu caminho de volta para casa após as aulas na universidade. Eu havia dormido na cidade e estava a caminho de Islandia para encontrar um outro amigo. Nossa conversa se estendeu e ela me acompanhou para Islandia, onde ficamos até o meio da tarde. Replico aqui as anotações do caderno de campo:

*Islândia, 8 de novembro de 2017*

*No caminho para Islandia, ainda no barco, fui tomado de susto pela notícia de Walkenia de que, a despeito de nunca ter ficado com mulheres, Tchutchu havia se tornado pai.*

*Segundo me disse, sempre que bebia Txutxu tinha o costume de ir para um igarapé, um pouco mais afastado do que aquele que conheci, próximo à escola João Cruz, no sentido do roçado do vice-cacique. Em seguida, houve um salto nos comentários, passando a falar sobre a mãe da criança, um projeto de recepção e o chá de bebê, sobre a semelhança do bebê com o pai e do aspecto, dito por ela como inquestionável, da paternidade frente ao conjunto de argumentos.*

*Até o nascimento, a hipótese da paternidade permanecia como um rumor ou uma piada. As primas de Tchutchu poucas semanas antes do nascimento tentaram planejar o chá de bebê para a criança, com o objetivo de reunir roupas e fraldas, ao que ele se opôs, considerando que talvez o filho não fosse seu. A mãe da criança já tinha dois filhos e permanecia morando na casa de sua própria família. O parto, contudo, se realizou na casa da família Mendes, tendo dona Mercedes, a avó de Walkenia, como madrinha. A pequena agora tem dois meses e se chama Maria Mercedes.*

*A mãe é ticuna e se chama Abigail. Tem uma parte dos olhos inchados e uma tatuagem na coxa esquerda. Não conseguiram descobrir a nação.*

*(Diário de campo, 8/11/2017).*

O registro acima é interessante porque apresenta alguns elementos na esteira do que tentei argumentar até aqui. O primeiro e mais objetivo destes é o modo como a forma de produção de gênero, corpo e os usos dados para eles se desenvolve de forma relacional e circunstancial. Essa relação pode se dar de múltiplas maneiras, envolvendo, por exemplo, estar bêbado, ser movido por curiosidade, ou mesmo uma ideia formulada como desejo. Em qualquer um delas, o corpo é percebido e trabalhado como possibilidade dentro de um conjunto de práticas mais ou menos constrangidas ou estimuladas pelas expectativas e normas sociais convencionalizadas. Dito de outra maneira, não ter interesse em mulheres e ser pai não eram experiências contraditórias. As razões para tal envolvem considerar que Silvério: (a) dispunha de um privilégio



masculino socializado com a comunidade que lhe permitia, em casos como esse, abdicar do convívio do filho e da formação de uma família; (b) partia de uma separação entre o que se entendia ser homem e ser pai; (c) usava concepções do sistema de sexo-gênero disponíveis pela sociedade regional que eram traduzidas e transformadas a partir das práticas Ticuna e seus muitos jeitos de ser e generificar o mundo.

O resultado desse conjunto de ações é que, ainda que a paternidade seja colocada em suspeição, e até mesmo transformada em piada, não há qualquer estranhamento no fato de que Silvério tenha se tornado pai após ter relações sexuais com uma mulher. Esse aspecto é naturalizado, sendo o cuidado com a criança e seu futuro objeto de especulação e interesse. Além disso, o evento narrado ilustra uma relativa autonomia por parte das meninas na construção de suas trajetórias afetivas e sexuais. É de se notar assim o comentário que uma das primas de Silvério fez quando conversávamos, junto com ele, sobre a bebê e as circunstâncias que levaram à gravidez. A prima dizia “eles são tão travados e tímidos que se a gente não for pra cima ele não vai”. Entre os segmentos mais jovens da comunidade esse tipo de contraste entre a timidez e pouco traquejo dos homens contrastado com a proatividade e autonomia das mulheres realçava também um outro aspecto da relação entre os homens e a sexualidade sempre retomado: os ciúmes. Entre casais, era comum ouvir que o desinteresse sexual advinda de relações extraconjugais mantidas entre as mulheres e outros homens, a exemplo do registrado por Aline Magalhães (2015). Assim, a prima de Silvério concluía dizendo “mais uma dor de cabeça que ela não vai ter”.

Apesar de pai de uma menina, Silvério mantinha seu reconhecimento e apresentação como “homossexual, gay” e expressava seu interesse em relacionar-se com outros homens. Isso implicava uma negociação dupla, que dizia respeito tanto aos modos como lidava e interpretava tanto o sistema sexo-gênero Ticuna, como as noções ocidentais disponíveis e compartilhadas pela sociedade nacional. Ainda no trânsito entre esses sistemas, via-se a tentativa de lidar com as sanções e constrangimentos criados, como pretendo analisar na continuação do capítulo.

## Fanny

Fanny é uma mulher, nascida em comunidade ticuna na cidade de Letícia, filha de pai brasileiro e mãe ticuna colombiana. Ela trabalhava como cabeleireira na cidade de Letícia há cerca de 10 anos, desde que saiu da casa dos pais e rompeu relações com alguns dos parentes que formavam seu grupo doméstico. Divertida e vaidosa, ela era também uma figura rebelde. Fui apresentado a ela certa vez quando saía de um toque dedicado a Exu e Pomba-gira que acontecia em um terreiro em um bairro afastado de Tabatinga. Já nessa ocasião conversamos por horas, trocando histórias de amores fracassados, paqueras com homens casados, amizades e rivalidades.

Uma amiga em comum nos apresentou e desde então sempre nos encontrávamos em bares, praças e, também na *peluquería* em que ela trabalhava. Foram nesses múltiplos encontros entre 2016 e 2018 que conheci um pouco melhor a história de Fanny, nunca narrada de modo linear ou contínuo. Era sempre uma experiência em que o pouco controle sobre os eventos que aconteciam em campo se mostrava mais evidentes pra mim. Não raras foram as vezes em que ela, a pretexto de ir ver algum paquera ou buscar uma cerveja, saía e voltava horas depois.

Fanny foi também uma das pessoas que me alertou sobre os perigos de habitar a fronteira sendo uma “chica trans”. Ela dizia isso comparando o modo com que ia e vinha entre os limites nacionais quase apagados da região, ao mesmo tempo que destacava como era perigoso, já que podia ser pêga a qualquer momento. Falava também destacando as diferenças entre eu e ela, entre ela e outras pessoas. Segundo dizia, eu e ela seríamos ambos notados sempre que chegássemos a algum lugar. Éramos ambos diferentes de modos diferentes. Eu alto demais, branco demais, estrangeiro demais, ela feminina demais, homem de menos, sempre chamativa.

Para relatar a história de Fanny tomo como estratégia uma narrativa em primeira pessoa, tentando construir uma cadeia de eventos que permita entender essas coisas que doem, que se transformam e as que persistem em não mudar. Não é uma transcrição, mas um exercício colaborativo sobre as memórias que

construímos juntos. Cabe assim, talvez, considerar algumas inconsistências e processos de reavaliação típicos do trabalho da memória. Faço isso para tornar sua história mais inteligível para os propósitos aqui, reconhecendo também que essa sistematização é arbitrária e não representa a complexidade da vida de qualquer pessoa.

\*\*\*

Eu nasci numa comunidade aqui perto, em Letícia. Meu pai era brasileiro, mas não ficou muito tempo com a gente. Minha mãe é ticuna como eu sou. Desde pequena eu sentia algo diferente. Por exemplo, sempre que ia banhar no igarapé com os meninos eu sentia vergonha, mas estava lá por perto. Eles subiam na árvore para colher mapati, a gente ficava esperando alguém mais velho jogar o bacuri, puxar o ingá e ficava lá embaixo da árvore, comendo e falando coisas. Às vezes a minha mãe deixava eu ficar com ela e as outras meninas tratando do peixe. A gente ficava de cócoras conversando coisas de mulher, limpando o peixe e preparando a comida. Eu ainda era pequena, então era fácil fazer essas coisas. Pelo menos na minha lembrança.

Quando eu fui crescendo fui mudando. Os homens da comunidade não falavam muito, mas dava pra ver que eles olhavam de um jeito diferente pra mim. Às vezes me corrigiam, falavam que eu tinha que ir com eles fazer as coisas e que tinha que deixar as mulheres em paz. Que lugar de homem não era tão perto das moças, que dava coisa ruim. Eu não entendia direito, afinal minha mãe e irmãs sempre visitavam meus tios, a gente andava muito pra casa deles, ajudava a fazer as coisas na casa do meu vô (o'i). Nessa época eu achava que minha presença era um inconveniente, só atrapalhava as mulheres no trabalho da roça, e que era pra ficar com os meninos. Mas os meninos também não queriam brincar e ficar comigo. Eu ia crescendo e entendia que as coisas que eu gostava de fazer eram diferentes das coisas que as pessoas queriam que eu fizesse. Eu tentei ajeitar, ser mais parecido com o que eles diziam. Logo ali eu aprendi que eu tinha uma coisa que não era igual as outras meninas, apesar de também não ser igual aos meninos.

Eu lembro de uma vez que falaram pra eu aprender a fazer as coisas direito ou então ia ficar como um parente que morava no fim da comunidade, que era solteiro. Ele não tinha mulher nem filho. Ele era sozinho, todo mundo dizia que ele era assim. Ele cuidava das crianças da comunidade, ele sempre dava fruta e ajudava a gente a buscar as frutas nas partes mais altas, ele brincava com a gente, contava história, ajudava nas coisas da escola. Ele era legal, mas as pessoas diziam que ele era algo que a gente não podia ser igual. Que não seria bom ser solteiro naquela idade, sem família, sem filho.

Foi na escola que eu comecei a entender o que estava acontecendo comigo. O jeito que os adultos falavam sobre mim, e que as pessoas olhavam pra mim era porque eu não era uma menina como eles achavam que uma menina era. Tinha uma menina que ia na mesma turma que eu, que também era uma prima. Ela disse que eu era como os gays da cidade. Eu acho que tinha 13 anos já, não sabia direito o que era gay. A gente vivia muito com brasileiros, com os colombianos e com os peruanos porque levava as coisas pra vender na feira e na cidade, mas essas coisas ainda eram difíceis de entender naquela época. Eu era curiosa. Então eu perguntei pro meu vô. Ele não disse, mas foi falar com meus tios e com minha mãe. Lá na comunidade tinha um jeito de chamar quem fazia filho sem fazer barriga. Eu achava que era a mesma coisa, mas as pessoas tinham raiva dessa coisa de gay. Uma pessoa disse que era coisa de branco, que era porque meu pai era branco.

Naquela época eu queria ficar bonita. As meninas tinham maquiagem, pintavam, tinha festa e tudo. Eu não. Então eu ia deixando o cabelo crescer e tentando ficar parecida com elas do jeito que dava. Meus jeitos também foram mudando. Eu já tinha aprendido que não ia conseguir ser do jeito que os meninos eram, que eu era uma menina e tinha que me comportar como uma menina. Que tinha que cuidar da minha roça, fazer as coisas da casa e casar pra não ficar uma pessoa sozinha.

Mas não era tão simples. As pessoas ficavam com raiva. Eu era uma menina que tinha coisas de menino, tinha que escolher e fazer as coisas de um jeito só, de um jeito certo. Eu comecei a trabalhar então. Os meus parentes não queriam, mas eu consegui um emprego na cidade, pra trabalhar num salão. Uma mulher

que trabalhava no mercado disse que eu tinha jeito pra essas coisas de salão, que meu cabelo era grande e bonito. Saía da escola e ia pra um salão de uma chica trans na cidade. Eu fui aprendendo logo. Lá eu aprendi a cortar, a pintar, a alisar, tesoura e máquina, cabelo de homem e de mulher e também de criança. Elas me ensinaram a fazer aplique, a fazer as coisas todas. Foi meu primeiro trabalho, mas não tinha muito dinheiro. Mas dava pra conversar também, e foi conversando que eu aprendi que eu não era um gay como os brancos da cidade. Os gays eram os que gostavam de ficar assim com homem, que não era mulher mulher. Eu era mulher, mas de um jeito diferente. Na cidade elas chamavam isso de travesti, de chica trans.

Então eu desisti da escola. Era muito ruim, não queria ficar. No salão aprendia mais e ganhava dinheiro pra comprar minhas coisas. Foi lá também que eu comecei a conhecer mais gente, que tive meus primeiros paqueras, os beijos. Não sei se você sabe, mas aqui em Letícia eles não deixam as chicas irem nos bares, nas coisas sozinha. A gente não pode nem ir nos restaurantes às vezes. Nem é porque a gente é indígena. É porque a gente é chica trans, eu acho. Eles acham que a gente vai se prostituir e que isso é ruim, que afasta cliente. Eu não quero isso. Mas nos fins de semana a gente saía pra se divertir. Foi nessa época que eu comecei a usar as roupas que queria, eu trabalhava, comprava e vestia.

Uma vez eu estava na comunidade e meus tios ficaram com raiva. Eles me puxaram pelo cabelo, me colocaram no meio e cortaram meu cabelo. Eu fiquei muito triste, chorei o dia inteiro que eles me deixaram ali de castigo. Só duas pessoas vieram me ajudar. O tio do fim da comunidade veio falar comigo, disse que não era pra eu chorar, que eles iam esquecer se eu me comportasse melhor. A minha outra prima, que era brigada comigo, disse que eu ia ser mais feliz se fosse morar na cidade. Foi isso que eu fiz, tem dez anos. Eu tive que escolher e escolhi não esconder, ser de um jeito que não era meu.

Eu acho que as coisas mudaram. É muito difícil falar com meus parentes ainda, mas eu vou lá na comunidade. Eu tenho que ajudar minha mãe e meus irmãos. Levo um dinheiro, uma roupa, umas coisas, sabe? Eu acho que tá mudando mais mesmo. Já tem mais menino gay por exemplo e eles não precisam sair como eu saí. O problema agora é a cidade.

Uma vez eu tinha um namorado que bateu em mim. Eu fui na polícia falar que ele tinha batido em mim, que tinha me machucado e que tinha levado coisa minha. Isso era no Brasil, já, tem um ano. Eles não fizeram nada. Não ajudaram. Disseram que ia procurar, mas eu fui pra casa e eles continuaram lá. Na comunidade isso não ia acontecer, tenho certeza. A gente tem que trabalhar, ter as coisas e saber se virar sozinha. As coisas mudam, mas também tem coisa que não muda fácil, né? A gente tem que continuar lutando.

\*\*\*

Quero enfatizar três aspectos que me parecem ser centrais para pensar o modo como os estudos sobre gênero e sexualidade na antropologia brasileira tem lidado com histórias como a de Fanny. Esses aspectos dizem respeito: (i) ao modo como lidamos com narrativas e experiências dos nossos interlocutores; (ii) com as transformações produzidas no interior da teoria; e (iii) em como essas mudanças atuam em nossos sistemas de pensamento.

Como apresentei no começo do capítulo, a última década tem registrado um interesse crescente na antropologia brasileira por expandir os modelos narrativos sobre gênero e sexualidade e buscado pensar isso que usualmente chamamos de diversidade sexual. Esse interesse, em muitos aspectos, é resultado da aproximação entre antropologia e feminismo e, acrescento, da entrada na universidade de pessoas que até então estavam apenas nos contextos de estudo e pesquisa, não nos de produção de conhecimento.<sup>80</sup> São palco desses estudos os contextos rurais, as aldeias e outras formas de produção de mundo que usualmente não são contemplados pelos modelos teóricos (e etnográficos) produzidos desde os grandes centros urbanos. Considero esse movimento importante na medida em que ele coloca em questão como as políticas de conhecimento colonizam debates ignorando que as teorias estão imbricadas a lugares, relações e agendas de pesquisa que envolvem não só visibilidades, mas também retomadas e silenciamentos de certos temas e experiências.

---

<sup>80</sup> Em outra ocasião desenvolvi esse argumento de forma mais extensa. Para acessá-lo, ver Oliveira, Ribeiro e Venancio (2021).

Essas pesquisas são importantes na medida em que permitem colocar em relevo outras formas de produção de pessoa e o conteúdo relacionados ao que seja o desejo, o afeto e o corpo, bem como as subjetividades que se desenvolvem a partir desses conhecimentos, experiências e moralidades. Contudo, há que se notar que essa produção ainda apresenta dificuldades de interagir com os campos mais abrangentes em que se encontram seus interlocutores e que constituem as tradições disciplinares. Ou seja, há ainda uma resistência nos debates em etnologia e estudos rurais para pensar essas práticas de diferenciação e de produção que tomam gênero não como tema, mas como chave descritiva. Com isso quero dizer que gênero não é só algo que se fala sobre, mas algo a partir do qual se torna possível conhecer, descrever e traduzir.

No que concerne ao subcampo dos estudos de gênero e sexualidade os problemas são de outra ordem, me parece. Esses problemas dizem respeito às dificuldades de tradução. Falo aqui em tradução tanto em termos etnográficos quanto conceituais. Ou seja, há que se perguntar se ao mudar os cenários de investigação estamos produzindo novas teorias e dando mais fôlego ao debate, ou apenas reificando os mesmos instrumentos que são a origem do problema, ou seja, o apagamento da dimensão localizada da teoria. Isso tem efeitos no modo como lidamos com as categorias elaboradas pelos interlocutores e interlocutoras, levando em consideração que as pessoas produzem meios de se mover no interior dos dispositivos descritivos como transexualidade, chicas trans, travestis, ou homossexualidade, fazer filho sem barriga, etc. Essas questões levam em conta o terceiro ponto que é saber o quão dispostos estamos a nos arriscar nessas regiões de fronteira, de produzir traduções que sejam efetivas e ao mesmo tempo que reconheçam os riscos da captura, também dê margem para experimentações criativas.

Na história de Fanny, as experiências vividas e compartilhadas não tornam ela uma espécie de mártir, ou figura exemplar. Ou pelo menos é isso que busquei evitar. A descrição que apresenta de sua exposição pública e das violências nela encerradas me recorda a história do “primeiro homossexual de Tabatinga” que Roberto apresentou e que discuti no capítulo anterior. Essas experiências são comumente traduzidas como castigos, ou seja, como formas de punição por condutas incompatíveis com os acordos sociais ou com os valores de uma

época. Lembrando Foucault (2008), há nestes castigos uma dimensão da espetacularização da dor e da morte como forma de disciplinar o corpo e de mostrar como ele está sujeito a poderes soberanos.

Naquela época eu queria ficar bonita.

Naquela época eu queria ficar bonita

Naquela época eu queria ficar bonita

Enquanto contava sua história, Fanny sentava-se em uma cadeira de plástico branca. Mexia no cabelo já longo e passava uma de suas pernas sobre o braço duro da cadeira. Parecia estar confortável em um lugar extremamente desconfortável. Ela falava e por alguns segundos eu me vi mentalmente repetindo essa frase para que, quando fosse registrá-la em meu diário horas depois, não a esquecesse. Naquela época eu queria ficar bonita. A cena e a frase capturavam algo de perverso e que se repetia nas muitas vezes em que ela contava sua história. Essa perversidade se via na interdição colocada a situações simples de seu processo de formação, como a escolha da roupa ou o jeito de arrumar o cabelo; ela também recaía sobre o nome, sobre o jeito de falar, sobre o lugar onde dormir. Em resposta, Fanny oferecia rebeldia.

Uma das razões de tentar reconstruir a narrativa de Fanny em primeira pessoa é oferecer uma perspectiva que atravesse sua voz, ou mais precisamente, o registro que sua voz tem em mim ao ouvir sua história. Uma transposição desse tipo não pode ser feita sem perder múltiplas camadas de sensibilidade e sem fazer uso de uma concepção – também perversa – de que eu teria o instrumental necessário para transformar o que ela viveu em palavras. Contudo, conforme Hartmann (2019), esse experimento narrativo é possível pela relação construída entre duas pessoas partilhando um momento no tempo, e também por um exercício de imaginação radical. Não se trata de uma imaginação etnográfica nos termos descritos por Comaroff e Comaroff (2010) e sua reivindicação em torno das relações entre etnografia e história. Antes, é sobre preencher com vida as histórias de pessoas que usualmente são eclipsadas pelas formas de registro e de arquivo que marcam a memória colonial, é sobre atribuir ruído, carne e suor a pessoas que “não apenas foram pouco visibilizadas, como também quase não foram imaginadas” (Hartman, 2019: xiv). O exercício de imaginação radical apresentado por Hartman parte de um esforço de elaboração que, no seu caso,



emerge de arquivos e também de uma relação de relativa aproximação entre a autora e as histórias de outras mulheres negras. Minha aproximação com Fanny parte de outros pressupostos, não apenas porque nossa relação é interpessoal e não medida por um arquivo, mas porque se impõe entre nós um conjunto de marcadores sociais e experiências que podem nos aproximar e distanciar. Assim, construo minha imaginação radical como um acordo não de representação, mas de cooperação e escuta que não abdica de situar e entender seus próprios limites.

As experiências de Fanny têm sentido no ordinário da vida, nas situações que formam a praxiografia do aprendizado do gênero. Esse processo de fazer e de aprender tomam forma no contato e no deslocamento cotidiano, na saída da comunidade para o mercado, no primeiro trabalho, na escola, no bar. Contudo, longe de ser um percurso desimpedido, cada uma dessas experiências e tentativas de contato é também interrompida ou perturbada por ruídos, por buzinas, piadas e observações sobre seu jeito de andar ou pelo ato de nomear.

As categorias em torno das quais ela se move não podem ser simplesmente decalcadas, tampouco opostas num esquema em que os modelos indígenas são algo aquém daqueles dos brancos. Ambos os modelos estão disponíveis e são manuseados em sua complexidade. Há um engajamento ativo que diz respeito ao letramento em ambos os universos e que é feito de forma cooperativa, ativa e lenta. Isso implica também reconhecer que as porosidades dos mecanismos de fazer-se pessoa são atravessados por processos que machucam e marcam. Pelas experiências de solidariedade e ambivalência entre pessoas que se entendem como parentes, como amigos e aliados, e mesmo com o descaso das instituições que se forjam a partir da ideia de “servir” e “cuidar”. Que há pessoas que efetivamente podem se transformar e mudar os mundos que criam, e há outras que não. Encontrar um lugar nesses movimentos de dor e transformação é parte do nosso compromisso, de nosso engajamento para produzir formas de descrição que abram espaço para mais gente.

## Onças

Na última seção deste capítulo gostaria de descrever alguns dos movimentos e aproximações entre as experiências indígenas da cidade e também de sexualidade. Uma forma de localizar isso é a partir dos festivais e eventos nos quais sua participação se destaca no cenário urbano, como é o caso do Festival das Tribos do Alto Solimões que passo a descrever a seguir.

\*\*\*

Uma pequena cobertura havia sido montada ao lado da casa de Silvério. As quatro vigas de madeira sustentavam um curto telhado que se conectava ao da casa na comunidade Umariçú II, produzindo assim um abrigo ao calor do sol ao longo do dia, e das chuvas eventuais. Estávamos em meados de outubro e um grupo de seis rapazes se reunia ali. O cercado era conformado por linhas que atravessavam de uma ponta a outra, formando uma espécie de varal onde secavam folhas de palmeira de bacuri e tucum. Ao fundo, uma pequena mesa servia de apoio para pedaços de papelão e TNT onde alguns dos rapazes moldam máscaras de onça.

Ao chegar me juntei à equipe de trabalho e tomei parte na confecção de penachos que imitam penas de aves. A mim eles pedem que junte o núcleo central das palhas de bacuri aos moldes já recortados do TNT branco para compor as penas umas a uma. Enquanto fazíamos isso, ao longo dia conversamos sobre a vida na aldeia, o trabalho na cidade e as expectativas para o festival que se aproxima. O trabalho, apesar de ter sido reforçado nos últimos dias já estava atrasado, me contava Silvério. Havia muito por ser feito e eles tinham que mesclar o ensaio da coreografia que iriam apresentar, a composição da fantasia e ainda confirmar a negociação com a administração municipal que garantiria o transporte do grupo com cerca de 30 pessoas para a cidade.



**Figuras 22 e 23.** No quintal de sua casa, Silvério recebe os brincantes e outros amigos para confeccionar os adereços e fantasias do desfile da Onça Preta. Comunidade Umariáçu II, Tabatinga, setembro de 2018. Fotos do autor.

Os preparativos em questão eram para o Festival das Tribos do Alto Solimões, uma das datas do calendário festivo de Tabatinga iniciado por volta de 2009 e que estava na sua décima edição, apesar de algumas interrupções.<sup>81</sup> A data tinha sido criada e incluída na programação festiva de Tabatinga em 2009, como parte das iniciativas do governo municipal de dinamizar a atividade turística na região, constituindo assim um calendário contínuo junto às celebrações das outras localidades (a festa da Confraternidade, realizada em Letícia, e o aniversário de Isla Santa Rosa). Para abrigar o festival em 2010 foi construído o “Centro Cultural de Eventos Presidente Lula”, popularmente conhecido como “Onçódromo”, onde a festa é realizada.

O festival se assemelha a muitos outros encenados no estado do Amazonas, a exemplo do festival do boi de Parintins, ou da festa do boi em Benjamin Constant. Na ocasião, duas facções rivais competem. De um lado está a onça preta e do outro a onça pintada. Cada uma das onças emula uma etnia, respectivamente Ticuna e Omágua.<sup>82</sup>

<sup>81</sup> Entre 2012 e 2016 o festival foi interrompido em virtude da mudança na administração pública e retomado em 2017.

<sup>82</sup> Os Omágua são um entre os grupos étnicos amazônicos que deixaram de se reconhecer como indígenas ao longo do século XX em virtude da violência do contato colonial com a sociedade nacional ao longo do período anterior. Etnografias recentes, como de Priscila Faulhaber (1998) e Benedito Maciel (2003) registram o processo de retomada da afirmação étnica Omágua a partir do processo de redemocratização e do crescimento do movimento indígena na região. Trabalhos como o de Nimuendaju (1952), registram passagens que se referem aos confrontos históricos entre Ticuna e Omágua pela posse das terras às beiras do Solimões. No lado brasileiro da fronteira, os Omágua correspondem ao atual povo Kambeba, uma das etnias que ocupa o Alto Solimões, em especial nos cursos do rio próximos ao território peruano.

O processo de produção dos ensaios é descentralizado. Ou seja, as diversas alas em que se organizam os brincantes é liderada por um responsável que lidera o processo de composição de figurinos e da coreografia. Todos esses elementos são ajustados durante as noites de ensaio geral, nas semanas que antecedem o desfile oficial na qual essas alas se organizam e assumem uma configuração de unidade.

Na noite do desfile da sétima edição do concurso, em 2018, enquanto conversava com Silvério e outros amigos, me chamava atenção como se mesclavam aspectos da identidade étnica e da orientação sexual, replicando assim algumas habilidades que só eram possíveis de serem exercidas e praticadas a partir de alguns dos cruzamentos que apresentamos. Em última instância, ele destacava seu orgulho como Ticuna de poder usar suas habilidades artísticas para liderar seus amigos. Essas habilidades, dizia ele, eram possíveis em virtude de sua “sensibilidade” e “experiência”.

Esses talentos eram requisitados sempre em ocasiões festivas onde a comunidade era convidada a se apresentar com danças. Ele também ensinava mais jovens a confeccionar adereços e roupas para a Festa da Moça Nova, como braçadeiras, saias e cocares.<sup>83</sup> Ao fazer coisas que são elaboradas como típicas para mulheres, Silvério fazia aparecer uma outra dimensão da sua pessoa. Em alguma medida, considerando a dimensão relacional a partir do qual as experiências de gênero são produzidas entre os Ticuna (Rosa, 2013), ele também experimenta formas de produção corporal no espaço público da comunidade e as faz aparecer. Contudo, gostaria de sugerir que o espaço festivo sinalizava para outras questões mais urgentes nesse momento da descrição.

---

<sup>83</sup> A Festa da Moça Nova é o rito Ticuna de consagração da passagem da menina à mulher. Na ocasião a menina fica reclusa enquanto os parentes paternos preparam o roçado e os alimentos para a celebração em que ela é aconselhada pelas mulheres da família. Na ocasião os espíritos que habitam o mundo também são atraídos pelo cheiro do sangue menstrual e tomam conta da festa, sendo afastado pelos parentes de menina. No contexto do Festisol, a festa da Moça Nova é também um dos itens e que se refere ao rito de passagem da menina, e é assim nomeado quando se refere à Onça Preta, que representa o grupo étnico em questão.



**Figura 24.** Desfile da Onça Pintada durante a primeira noite do Festsol 2018. Tabatinga, setembro de 2018. Foto do autor.

Na pequena oficina improvisada para composição das fantasias, Silvério reclamava como as pessoas que viam a festa centravam-se mais na resistência do grupo, ignorando assim o empenho do grupo em fazer algo “bonito”, ou um “espetáculo”. Essa fala ecoou em mim outras falas e comentários sobre ocasiões semelhantes de elaboração artísticas em que os talentos coletivos e pessoais que eram exibidos transformavam-se apenas em uma celebração de uma narrativa de sofrimento logo traduzida como resistência. Essas situações afirmavam o incômodo com a compreensão da atuação política apenas como um idioma institucional de adequação aos princípios do Estado. Em alguma medida, elas retomavam questões sobre quem pode fazer o quê e até que ponto suas falas poderiam ser aplicáveis.

Na condição de sujeitos sexualizados, era comum que pessoas LGBTI+ como eu e meus interlocutores fossem chamados a falar, explicar e ilustrar situações de preconceito, de aprendizado da sexualidade, de conflitos que incidiam sobre o modo como construíamos nossas relações de afeto frente a um princípio

normativo contrário. Isso era ainda mais evidente nas interações com pessoas trans que tinham suas vidas implicadas nas modificações corporais que exerciam como forma de produzir uma relação de continuidade entre corpo e pessoa que era lida como inconforme pela sociedade. Em suma, sexualidade e gênero era um imperativo que nos prendia em uma posição confortável, ainda que extenuante.

A experiência das festas e dos festivais, por outro lado, aproximava a comunidade e as pessoas que nela viviam de um amplo universo de experiências. Essas experiências afirmavam-se por meio do acesso a serviços e da relação que cada família estabelecia com a burocracia em sua instância local, fato que infelizmente não cabe ser trabalhado aqui. Contudo, o que chama atenção aqui e que será retomado no capítulo seguinte é como essas relações produzem movimentos de trânsito e deslocamento em uma escala translocal. Foram esses movimentos que permitiram a Fanny construir uma vida fora de um ambiente desconfortável e pautado por perspectivas que constrangiam seu reconhecimento como mulher. Por outro lado, na experiência de Silvério, as possibilidades de tradução entre as categorias nativas e da sociedade nacional permitiram uma ampliação dos domínios, criando assim uma maior segurança em suas dinâmicas de trânsito e deslocamento.

Os processos de trânsito que descreverei a seguir são de outra ordem, e dizem respeito ao exercício da cidadania a partir e através das fronteiras, considerando a participação de ideias como nacionalidade e direitos.

## 8. FRONTEIRAS

Neste capítulo, trato particularmente das relações construídas entre brasileiros e peruanos para pensar a gestão do sofrimento social entre pessoas vivendo com HIV tentando acessar o Sistema Único de Saúde (SUS). Foi a partir dessa chave que me foi possível entender o movimento e a dinâmica entre as fronteiras nacionais e os modos a partir dos quais os sentidos de viver em um território transfronteiriço estabelecem múltiplas camadas de oportunidade e exposição à dor, de aqui e lá, de ser e não ser. Trato aqui de sofrimento social nos termos de Kleinman, Das e Lock (1997), ou seja, reconhecendo que a saúde é um processo e o sofrimento uma experiência, sendo ambos instâncias do social. Nesse aspecto, os efeitos das desigualdades no exercício do poder instituídos na precarização da vida devem ser interpelados como elementos estruturais que formam parte das experiências de sofrimento, atravessando e constituindo processos corporais e de adoecimento. Minha abordagem parte de uma tentativa de articular as moralidades que organizam micropolíticas do cotidiano à formação de um espaço translocal em torno do SUS entre pessoas que vivem e convivem com o HIV, ainda que essa dinâmica possa ser extrapolada para pensar outros eventos.

O trânsito de pessoas e a intensa mobilidade que caracteriza o Alto Solimões constitui dinâmicas de trabalho, comércio e lazer, e também o acesso a serviços. Dadas as assimetrias entre as distintas formas de presença estatal e ocupação nacional, as pessoas que habitam a área compartilham serviços públicos essenciais, como educação e saúde. Entendo esses serviços como parte da complexa malha estatal que constitui o fazer e desfazer de direitos, acompanhando Adriana Vianna (2013: 15), interessa-me pensar esses direitos tanto nas instâncias de ação social, processual e dinâmico, buscando entrever as zonas de negociação, conflito e contradições que eles produzem quando inseridos nesse quadro mais amplo estabelecido entre Estado, nação e os dispositivos de reconhecimento e busca por direitos.

Longe de ser uma especificidade das regiões de fronteira como a aqui descrita, essas disputas constituem a pluralidade de sentidos que conformam gramáticas

sociais mais amplas em torno dos dispositivos e práticas de cidadania. Aqui é interessante analisar como a malha do Estado e os espaços lidos como “serviços” elaboram práticas e processos relativos à cidadania no contexto da legibilidade do direito à saúde. Esses “serviços de saúde” constituem uma ampla rede de espaços e contextos institucionais e burocráticos nos quais o acesso à saúde é performado e exercido (cf. Fleischer; Ferreira 2014: 14). A saúde é um dos eixos centrais dessa mobilidade em busca de “direitos” que constituem a experiência dos “serviços” nessa fronteira e reúne brasileiros, peruanos e colombianos. Como argumentaram outros autores (cf. Silva 2018; Campos 2018), ainda que a linguagem dos serviços, ou seja, dos estabelecimentos de saúde seja um referente comum, no modo como é exercida, ela expressa a conformação de ideias sobre direitos. A comutação entre direitos e serviços, longe de implicar uma relação de sinonímia, sugere a materialização e localização (espacial e institucional) de problemas e situações de sofrimento cotidianos, que envolvem experiências diversas, como o parto, violências, o adoecimento e situações de sofrimento crônico que demandam acompanhamento contínuo.

### **Más cerca y más allá de la frontera**

Uma janela de madeira me separava de Álvaro. Esse pórtico era também a zona de separação entre a cozinha e o salão em que ele trabalhava na cidade de Islandia, já em território peruano. Era por volta das 10 horas da manhã e estávamos apenas os dois ali, acompanhados por uma criança e sua cuidadora, postada mais ao fundo da casa onde moram os proprietários do bar. Enquanto conversávamos despreocupadamente Álvaro manejava a faca no preparo dos alimentos. Sua destreza no corte por vezes me deslocava da situação imediata para futuros alternativos em que, por conta de conversa ele se machucaria.

O receio da exposição do sangue nos unia. Ele foi diagnosticado como pessoa vivendo com HIV em uma campanha de testagem realizada na vizinha cidade de Benjamin Constant. Eu havia sido diagnosticado no Natal de 2013, após um antigo namorado compartilhar seu diagnóstico e pedir que eu fosse fazer o exame. Álvaro dizia que tinha medo de que as pessoas vissem seu sangue. Eu



estava simultaneamente do outro lado da pequena janela que nos separava e do mesmo lado da administração dos medos.

A partir daquele instante era impossível ignorar uma relação intersubjetiva e coetânea entre nós (Fabian, 2013). Estávamos juntos em um tempo e espaço, reconhecíamos nossas diferenças constitutivas, mas também o fato de estarmos juntos em um contexto que mobilizava receios e expectativas. Ele tinha os cabelos lisos, a pele de tom mais escuro, havia estudado pouco e saído de casa ainda cedo por conflitos familiares. Eu havia sido introduzido como um “homem da universidade”, possuidor de um título e que estava ali para fazer uma pesquisa sobre homossexualidade. Além dessas informações simples, repassadas pela responsável pela unidade de saúde local e que nos apresentou, era visivelmente interpretado como um homem branco, dado o contraste da minha pele e dos meus traços quando comparados com a maior parte das pessoas que viviam naquela cidade de pouco mais de 4000 habitantes. Enquanto nos conhecíamos, Álvaro logo acrescentou outras camadas de informação sobre mim, destacando também algumas proximidades. Éramos ambos homens gays vivendo com HIV.

Esses aspectos de nossas vidas e trajetórias, usualmente descritos por Álvaro a partir de comparações formuladas em termos de “más cerca” e “más allá”, ou seja, em escalas que marcavam relações entre nós no plano do aqui e do acolá. Retomando Farmer (1997), lidar com essas camadas múltiplas de sofrimento e reconhecimento que nos aproximavam e distanciavam implicava também um exercício contínuo de atentar para os jogos de escala em uma matriz social mais ampla a partir da qual experiências de sofrimento social são interpretadas. Esse processo, penso, era realizado também por ele ao produzir essas aproximações entre aqui e acolá, marcando tanto a mim quanto ele, tanto os lugares onde estávamos como os demais onde já havíamos estado. Eram lugares ali pela fronteira, como Tabatinga e Letícia, mas também outros de distâncias maiores, como São Paulo e João Pessoa, no meu caso, ou Iquitos e Bogotá, no dele.

Islandia fica a poucos quilômetros de barco seguindo o rio Javari desde Benjamin Constant. Um caminho terrestre também seria possível não fosse a condição de várzea que condicionava a cidade a ser uma espécie de cidade-palafita,

suspensa que estava sobre enormes vigas de madeira e concreto que a eleva cerca de cinco metros acima do solo. Na época do inverno amazônico, o solo era inundado e as palafitas permitiam a preservação das ruas, casas e equipamentos públicos. Na época seca do ano, o solo era usado para pequenos cultivos e criações, e fundamentalmente como espaço de lazer. Até dezembro de 2018 o fornecimento de energia elétrica dava-se em regime de racionamento, já que a usina termoelétrica localizada na porção mais afastada da cidade não dava conta da demanda doméstica.

Islandia dispunha apenas de um hospital que funcionava aos moldes de uma unidade básica de saúde brasileira. Lá eram realizados atendimentos de clínica geral, ginecologia e obstetrícia e odontologia. Quaisquer complicações que demandassem outras especialidades eram encaminhadas para outras unidades de saúde ou para o centro regional mais próximo, Iquitos, a cerca de 360 km de distância por via fluvial. O trânsito para Iquitos era comum, não apenas em virtude de ser essa a capital regional do departamento de Loreto, como também em virtude do porto localizado às margens da cidade e que era responsável pelo abastecimento de mantimentos, mercadorias que seriam comercializadas e pelo trânsito de passageiros.

Esse contexto implicava uma dificuldade para lidar com os comprometimentos e ausências que caracterizavam as necessidades específicas vivenciadas por Álvaro. No contexto específico do HIV, não havia nada que a administração da cidade pudesse fazer além da oferta de “pruebas rápidas”, exames de sorologia para HIV, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis, além do aconselhamento feito por uma enfermeira responsável por acompanhar as funções obstétricas e que havia sido treinada para tal atividade, também em Iquitos.

Uma situação pouco menos difícil era vista do outro lado da fronteira. Em virtude da estrutura descentralizada do Sistema Único de Saúde e da arquitetura do Programa Nacional de IST/Aids produzido pelo Departamento de HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis do Ministério da Saúde. Em Tabatinga, havia um Serviço de Assistência Especializada (SAE) para IST,

HIV/Aids e Hepatites virais, que funcionava como polo central da gestão da política de saúde neste campo.

Desde o início dos anos 2000, o processo de interiorização e deslocamento das experiências com HIV das capitais e centros urbanos para cidades menores tem sido uma questão para as políticas de saúde. Esse processo de deslocamento indicava uma geografia social que se desenhava na transição entre segunda e terceira décadas da epidemia, ainda que em termos absolutos o registro de casos estivesse concentrado em maior número nos grandes centros urbanos (Bastos; Barcelos 2005; Kuchenbecker; Grangeiro; Veras 2015).

Em certos aspectos, a história de Alvaro, apresentada pouco acima relaciona-se com a de José. Peruano de nascimento e criado entre os municípios da fronteira, José é comumente chamado por outros de Don José. Ele tem os olhos expressivos em um tom preto que quase confundem-se com a cor dos seus cabelos. Enquanto caminhávamos em direção à margem do rio Solimões para pegar um barco e atravessar para a outra margem me dei conta da diferença de altura entre nós. Deveria ter algo entre 160 e 165 cm. A diferença entre nós era significativa apenas pelo fato de José ser em muitos aspectos parecido em aparência com os demais homens da cidade. Nada lhe destacava demasiadamente, nem o sotaque, o jeito de falar ou andar, o tom de pele. Ele morava em Isla Santa Rosa, uma pequena cidade localizada à margem esquerda do rio Solimões, vizinha a Tabatinga e Letícia, e trabalhava em um dos vários bares que movimentava a economia da cidade. Naquela tarde de quarta-feira ele havia pedido dispensa para ir ao médico, e, pouco depois do intervalo do almoço, em que a maior parte dos estabelecimentos comerciais ficam fechados, nos dirigimos a Tabatinga para uma consulta no SAE, equipamento de saúde no qual pessoas vivendo com HIV fazem acompanhamento e têm acesso à terapia antirretroviral.

O barco em que seguíamos era como um dos tantos que faziam o transporte entre as margens. Dada a hora, seguíamos em cinco, nós dois, o condutor e uma senhora acompanhada por uma criança. Aquela imagem havia se repetido em minhas viagens diversas vezes, ao transitar entre cidades na região da tríplice fronteira no Alto Solimões. Gestantes e crianças de colo seguiam cobertas com

um pano sobre a cabeça para se protegerem do sol e levavam pequenas sacolas plásticas com documentos, resultados de exames anteriores e requisições. Esse conteúdo usualmente só ficava visível nas unidades de saúde a que se dirigiam, e eram compartilhados em pequenos relatos que eram construídos nos trechos de viagem, que costumavam levar entre 5 e 40 minutos, a depender dos pontos de embarque e destino.

No caso do HIV, a relação com o sistema de saúde é marcada por referentes particulares, em grande medida orientados por comprometimentos morais em torno dos usos do corpo, de noções de sexualidade e espaços de circulação de informação por meio de fofocas. Esses referentes nem sempre são conciliáveis no modo como os sujeitos se entendem e fazem uso dos equipamentos disponíveis. Isso porque, como argumentam a maior parte dos interlocutores brasileiros e peruanos com os quais tenho mantido contato, a questão “não é só a doença”, mas o “o preconceito que vem junto”. Diagnosticado há cerca de quatro anos, em uma campanha de testagem realizada em uma das praças de Tabatinga, Don José relatava as dificuldades de acessar um atendimento adequado e mesmo o medo de que outras pessoas saibam sobre sua situação sorológica e “espalhem”, ou seja, que a tornassem pública. No seu caso, semelhante às mobilidades produzidas por gestantes em busca do parto em território brasileiro descritas por Campos (2018) e Silva (2016), há uma sobreposição entre a busca por assistência médica e a busca por direitos. No caso particular dos meus interlocutores, em sua maioria homens gays e mulheres transexuais, os direitos negociam também com a compreensão de um processo de vulnerabilização mais extenso em que são justapostas experiências de sofrimento em decorrência da orientação sexual, identidade de gênero, das poucas oportunidades de emprego, baixa escolarização e conflitos familiares aos quais se soma o status sorológico.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Os informes epidemiológicos recentes notam que, no Brasil, os casos de infecção por HIV têm apresentado uma taxa de crescimento contínua nas regiões Norte e Nordeste na última década (Brasil, 2018b). No intervalo entre 2007 e junho de 2019 essas duas regiões somavam 27,5% de todos os casos de infecção por HIV notificados no Brasil. Apenas no ano de 2018, as duas regiões representavam um total de 36,2%, sendo as duas com situação epidemiológica mais severa para HIV nos últimos anos. No Peru, 7 dos 27 departamentos representaram juntos 80.1% dos casos de HIV e 80,2% dos casos de Aids notificados entre 2000 e 2018 (Peru, 2018). Na configuração deste caso chama atenção que a Amazônia ocupa uma posição de dupla fragilidade. Em ambos os casos, brasileiro e peruano, é uma região com estrutura de saúde

Nascido em Iquitos, maior cidade do departamento de Loreto, Álvaro morava em Islandia desde 2012. Antes disso havia morado também em outras cidades da fronteira, construindo laços de amizade que eram alimentados a partir de visitas e da recepção a amigos. A descoberta do diagnóstico implicou a descoberta também da precária estrutura de saúde na localidade para situações que requeriam acompanhamento especializado e contínuo. A única pessoa qualificada para realizar os exames de testagem era uma enfermeira que atuava no setor de obstetrícia da unidade hospitalar da cidade. Mesmo com o diagnóstico, as dificuldades no pleno acesso à saúde se recolocavam frente às possibilidades oferecidas na cidade: não havia médicos na especialidade médica requerida (infectologista), tampouco acesso à terapia antirretroviral ou exames de acompanhamento rotineiros, como aqueles para aferição de CD4 e carga viral. Para iniciar o tratamento e ter acesso a exames e consultas pelo serviço peruano teria de arcar, com recursos próprios, o deslocamento até Iquitos.

Além do tempo, os custos implicados nos deslocamentos tornavam tal empreitada arriscada e custosa. Os riscos diziam respeito principalmente à possibilidade de manter essa estratégia por muito tempo e dos efeitos que traria para o controle social realizado através da fofoca sobre seus deslocamentos contínuos. Viagens desse tipo eram incompatíveis com seu trabalho de cozinheiro em um pequeno restaurante, e mais ainda às condições de vida, já que vivia sozinho em um quarto alugado em uma hospedaria.

Aventando possibilidades de contornar a situação, o interlocutor buscou construir uma mobilização coletiva entre outras pessoas também diagnosticadas com HIV na cidade para negociar alternativas. A ideia tinha sua raiz nas experiências que havia tido com militantes e ativistas de grupos LGBTI+ que atuavam nos municípios onde havia morado anteriormente, principalmente em Tabatinga. Com ajuda da gerente do hospital e da enfermeira obstetra que atuava na realização dos testes rápidos conseguiu contactar algumas das pessoas diagnosticadas, em sua maioria homens que faziam sexo com outros homens, e gays, como ele. A parceria com as responsáveis no hospital garantiu também a

---

precarizada e marcada por complexidades relativas aos processos de colonização histórica, desigualdade social, acesso à educação e diferenças de renda.

possibilidade de que a reunião fosse feita em uma sala da prefeitura, um espaço de menor suspeição no contexto da pequena cidade.

Ao longo do dia, nos percursos entre casa e o trabalho, caminhando sobre as palafitas ele, em conversas miúdas, buscava convencer os amigos e vizinhos que partilhavam de situação semelhante a participar da reunião, e como dizia “garantizar los derechos”. Isso significava, em primeira instância, o acesso às consultas, exames e, principalmente, às tecnologias farmacêuticas realizada na forma da terapia antirretroviral. A ideia de “garantizar derechos”, contudo, enunciava também algumas compreensões sobre a necessidade de uma organização que fosse não apenas sua, mas de um grupo de sujeitos, e, portanto, coletiva, e que através dos remédios seria um modo de assegurar o bem-estar. O preço para isso era uma frágil negociação com as formas de exposição e vulnerabilidade implicadas pelo “segredo”. Essa abdicação era contrabalanceada pela expectativa de, ao se reconhecer como pessoas marcadas pela mesma situação sorológica, nenhuma informação ultrapasse os limites previstos da rede de informação.

A principal proposta encaminhada e a ser debatida de forma coletiva era a inclusão das pessoas no serviço brasileiro. Os métodos para isso incluíam a realização dos testes rápidos nas campanhas de testagem realizadas semanalmente no lado brasileiro da fronteira, e sua consecutiva incorporação ao SAE. Os custos também seriam menores e os deslocamentos mais rápidos. A iniciativa, contudo, teve pouco efeito. As pessoas não compareciam às reuniões, evitavam ser vistas juntas, conversando, o que implicava a construção de outros repertórios e itinerários para lidar com a epidemia. Os procedimentos ensaiados por Álvaro apresentavam-se também dentro de uma linguagem matemática em que a relação entre riscos e potenciais benefícios. Em última instância, também adicionam e podem ser entendidos dentro das relações entre fazer aparecer, ou mais precisamente, a impossibilidade de fazer algumas formas estatais aparecerem em razão do estigma e das formas de controle social produzidas pela fofoca, pelos rumores e, sobremaneira, pelas limitações impostas pelo pertencimento nacional. Assim, ainda que o SUS seja interpretado e funcione como um serviço de acesso universal, na execução de políticas específicas essas propriedades podem ser deduzidas ou constrangidas, a depender de

quem ocupe o lado de lá do balcão de atendimento, ou da atmosfera de observação e vigilância sobre os muros do serviço.

Em uma reportagem de 2016 onde comentava a situação do HIV e a presença de peruanos e colombianos nos serviços de saúde, a secretária de saúde de Tabatinga à época, dizia, “[n]ão tem problema. Aqui é uma região de fronteiras abertas (...) são praticamente uma cidade só, então, nós tratamos todo o mundo. Mas é preciso incluir muito mais gente, inclusive as populações indígenas, de tribos mais afastadas, com mais dificuldade de acesso”. Na perspectiva da então secretária, Sidneia Fregni, a tensão no sistema de saúde poderia ser resolvida com a pactuação de um acordo entre as três cidades. O acordo, contudo, nunca chegou a ser efetivado, a despeito dos interesses dos governos locais, segundo relata.

Se a perspectiva da gestão é de que a mobilidade transfronteiriça para acessar os serviços de saúde não constitui o problema, para alguns dos interlocutores brasileiros, o grande contingente de pacientes frente a insuficiente estrutura física e humana é um problema em si. Segundo narrado em conversas, essa era a outra face da questão, também um “problema de saúde pública”. A compreensão dessas presenças evidencia as tensões entre o funcionamento dos equipamentos de saúde e as expectativas e demandas daqueles que fazem uso dele.

No caso das pessoas vivendo com HIV, sejam brasileiros ou peruanos, os caminhos que levam ao SUS são feitos por outros meios. Em função da atmosfera de controle moral e fofoca, os hospitais e espaços com maior presença de pessoas tendem a ser evitados. Nesse sentido, a presença de organizações não-governamentais e de grupos ativistas locais é importante no estabelecimento da mediação entre “população” e “serviço”. No contexto desse léxico, população é todo cidadão que virtualmente poderia acessar o serviço, sendo este último os espaços em sua especificidade e projeto de acolhida. Assim, o serviço pode dizer respeito não apenas à unidade de atendimento, mas também a toda estrutura ambulatorial e de funcionamento que a torna possível, mesmo que usualmente não visível para os “usuários”, ou seja, a população atingida e atendida.

O processo de mediação entre população e serviço é feito a partir de parcerias pactuadas com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Através dessas parcerias, as organizações internacionais têm financiado atividades e treinamento de profissionais para realização de testes rápidos e encaminhamento para o serviço público municipal. Estabelece-se assim uma cadeia complexa, articulando sujeitos, objetos, instituições, coletividades organizadas e o próprio Estado com vistas à acolhida e inclusão dos sujeitos no serviço de Saúde.

Em Tabatinga as organizações que têm atuado ao longo da última década são o Programa das Nações Unidas para HIV/Aids (UNAIDS) e a Aids Healthcare Foundation (AHF). A UNAIDS instalou um projeto de formação, prevenção e multiplicação de informação sobre saúde sexual na cidade entre 2008 e 2018. Já a AHF, desde 2016 tem parceria pactuada com a administração municipal e movimentos sociais para realizar ações em alguns municípios do estado do Amazonas.

As ações da UNAIDS foram desenvolvidas ao longo de uma década, e estiveram centradas principalmente em projetos de formação de multiplicadores através de ações junto a jovens, mulheres, indígenas e trabalhadoras sexuais. Com o título de Amazonaids, o plano integrado da ONU de apoio à resposta à epidemia de Aids no Amazonas buscava a melhoria dos índices locais em função da elevada taxa de infecção na região e, também, das complexidades implicadas nos atravessamentos transfronteiriços.

Em continuidade às ações desenvolvidas pela UNAIDS, a AHF iniciou suas ações no local a partir de parcerias com os movimentos sociais e organizações locais já em atividades no local. Ainda que os objetivos fossem os mesmos, as estratégias adotadas insidiam prioritariamente na formação de equipes para acolhida e realização de testes rápidos na região, e seu encaminhamento para os serviços competentes. As ações realizadas pela AHF através das equipes locais incluem acordos com os governos locais para realização de testagem em praças públicas, em horários de grande fluxo e de sociabilidade das populações-chave que o projeto pretende atender, a exemplo de jovens, homossexuais, homens que fazem sexo com homens, pessoas trans e trabalhadoras sexuais.



No contexto da produção de uma resposta à epidemia na região, era recorrente a circulação de pessoas entre ações. Isso ocorre não apenas no que tange às ações desenvolvidas por essas organizações transnacionais, mas também entre estruturas de mobilização social e espaços de governo, o que se reflete na incorporação de ativistas e gestores de projetos à estrutura da administração pública municipal e órgãos consultivos.

### **Saúde e fronteira (do Estado e do cuidado)**

As relações entre sujeitos, margens e Estado estão na constituição de políticas sociais de enfrentamento e de críticas aos efeitos perversos da (resposta à) epidemia da Aids desde sua eclosão, entre final da década de 1970 e início de 80. Marques (2002) sugere que as epidemias são processos complexos que devem ser lidos em contexto, não apenas de dispersão epidemiológica, mas das estruturas de gestão do poder. Assim, é importante considerar as formas de dispersão do poder no espaço e, particularmente, observar como a dimensão dramática das epidemias pode ser interpretada a partir das margens do aparato estatal (cf. Das; Poole, 2004). Esse aspecto dispersivo é central para a compreensão daquilo que no contexto brasileiro tem sido interpretado como “interiorização” da pandemia do HIV, e assume contornos específicos em regiões de fronteira internacional, onde os limites territoriais e da administração confluem também para a constituição de espaços sociais assimétricos e marcados por dinâmicas de fluxo.

Em lugares como o Alto Solimões que apresento aqui, fronteiras internacionais formam tanto as dinâmicas como os processos que se busca descrever. Essa confluência participa também da mobilidade e da circulação de sujeitos com pertencimentos nacionais e étnicos variados. Nesse aspecto, os “limites”, ou seja, as linhas que estabelecem a extensão das atividades administrativas de cada Estado, mas também os símbolos distintivos que organizam regimes de diferenciação, são dispositivos e acordos pragmáticos sempre em revisão (cf. Albuquerque, 2012: 187). Sendo assim, os conteúdos nacionais e as linhas que estabelecem o “dentro” e o “fora” do Estado não dão dados, mas interpelados em situações específicas, a exemplo do processo de feitura de direitos, como argumenta Vianna (2013). Como lembra Grimson (2005: 23), “a versão da nação

como imposição que vem de cima para baixo e do centro para a periferia, esconde, justamente, como a fronteira material e simbólica é efetivamente construída, produzida e reproduzida pelos agentes locais”. Questões semelhantes formam parte da literatura clássica sobre o Estado no campo da antropologia, a exemplo da reflexão proposta por Abrams (2006) em torno da ficção de um “Estado de fato”, e sua releitura feita por Mitchell (2006) para pensar quais fronteiras organizam os limites do estado e seus outros (a sociedade ou a economia, por exemplo). Essas reflexões são postas em relevo quando contrastadas com historiografia e etnografia amazônicas, a exemplo dos esforços feitos por Margarita Serje (2013) ao questionar a ideia de uma ausência do Estado na região.

A experiência cotidiana da política, fundada em uma imagem de sujeito nacional fechado e razoavelmente estável, é interpelada por fluxos que conformam a fronteira como um dispositivo teórico e metodológico, uma realidade política, social e cultural marcada por dinâmicas complexas e relacionais (Cardin; Albuquerque 2018: 122). Em última instância, mais do que lidar com dois regimes que instituem processos burocráticos e atores específicos, na fronteira estamos lidando com estratégias e modos de usar a mobilidade e o deslocamento temporário como um modo de gerir interesses, projetos e práticas cotidianas que impactam nas formas de organização cultural, política e sociais da vida.

No contexto sulamericano, a maior parte dos estados nacionais concebe a saúde como um direito e prerrogativa a ser ofertada aos seus cidadãos. Ainda que em cada contexto nacional, essa oferta seja estabelecida a partir de princípios específicos, ela constitui um eixo central das Decisões nº 64/2010 e 12/2011 emanadas do Conselho do Mercado Comum do Sul (Mercosul) que instituem o Estatuto da Cidadania e o Plano Estratégico de Ação Social. Esses documentos preconizam que é necessário “consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos cidadãos nacionais dos estados membros do Mercosul” (Mercosul, 2016: 28), estabelecendo a saúde e a livre circulação de trabalhadores como parte de um regime pactuado de cidadania.

Ainda que essa prerrogativa seja estruturante do plano de ação, ela está sujeita às assimetrias entre equipamentos ofertados pelos estados nacionais e ao modo

como organizam seu sistema e política de saúde, em especial nessas regiões de fronteira internacional nas quais símbolos jurídicos, culturais, econômicos e políticos produzem perspectivas de integração nem sempre equivalentes. Essa heterogeneidade, em última instância, forma parte das dinâmicas de mobilidade através das fronteiras e dos equipamentos estatais constituindo uma cidadania que é tanto “liminar” (Albuquerque, 2012), quanto “flexível” (Ong, 1999). Ou seja, os atores sociais participam de processos de negociação com os equipamentos que é tanto transitória e contraditória, quanto marcada pela adesão a valores liberais como a individualidade e o progresso e seus efeitos nas práticas de cidadania.

A mobilidade em torno dos equipamentos de saúde nessa fronteira amazônica é, em alguma medida, tributária do investimento dos Estados na conformação dos limites nacionais. A respeito do percurso histórico dessas desigualdades, Zárate (2012) argumenta que na consolidação das atuais fronteiras entre Brasil, Peru e Colômbia, esses investimentos nas políticas de demarcação territorial não acompanharam transformações significativas nas melhorias dos modos de vida das pessoas que ali viviam, em especial no que se refere a serviços assistenciais mínimos. Para o autor, uma das expressões disso é a presença de instâncias militares e de controle fronteiriço em detrimento de estruturas assistenciais mínimas. O efeito é a precária distribuição de serviços assistenciais que se intensifica com as disparidades de renda, raça, etnia, escolaridade e gênero.

O lugar do qual parto para construir essa análise é marcado pelo intenso fluxo entre pessoas com diferentes nacionalidades acessando serviços de saúde. No caso de segmentos mais pobres, esse fluxo é mais evidente nos equipamentos localizados no lado brasileiro da fronteira, onde, por meio do SUS, é possível acessar uma rede de serviços mais robusta. Essa robustez é possível em função da organização do sistema de saúde de modo descentralizado e hierarquizado segundo grau de complexidade, envolvendo assim uma rede formada por municípios, estados e pela união. Contudo, no plano das experiências cotidianas transfronteiriças, ainda há que se lidar com constrangimentos relativos às diferenças linguísticas, culturais e de perspectivas sobre o corpo e a sexualidade, além do próprio controle dos agentes brasileiros sobre os fluxos de estrangeiros

que fazem uso do serviço, o que se faz evidente particularmente pelas lógicas de espera e pela eventual requisição de documentos.

Estabelecido pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, a prerrogativa fundamental do Sistema Único de Saúde, o SUS, é o acesso universal e gratuito à saúde a qualquer cidadão em território nacional. Nesses termos, é notório que nos documentos e protocolos elaborados pelo Ministério da Saúde desde o surgimento do SUS as menções sejam feitas a cidadãos “no” território nacional, não fazendo assim distinção de nacionalidade, ou de status (estudante, turista, refugiados, pessoas indocumentadas ou sem visto etc.). Esses princípios e as dificuldades de sua implementação têm sido sentidos também no caso de pessoas vivendo com HIV, como ilustra uma nota informativa publicada em 2018, pelo departamento competente dentro do Ministério da Saúde (Brasil, 2018a). Na nota, destaca-se que o atendimento a estrangeiros no contexto da epidemia de HIV é parte da política nacional que toma a saúde como um direito de todos e dever do Estado. O documento nota ainda que, a recusa à acolhida e tratamento, inclusive nos termos de acesso à terapia antirretroviral, podem impactar a efetividade das medidas adotadas no Brasil. O documento reforça ao fim uma distinção triádica entre estrangeiros residentes, habitantes de fronteira e não-residentes como modo de pensar o conjunto heterogêneo de experiências que envolvem saúde, cidadania e nacionalidade.

O interesse pelo SUS não é casual, mas resultado da presença e distribuição do serviço de forma gratuita e universal em contraste com outros. No caso peruano, por exemplo, o financiamento da saúde pública é centralizado na esfera federal e a população de baixa renda é coberta pelo Ministério da Saúde peruano a partir das enfermidades estabelecidas pelo Plan Esencial de Aseguramiento en Salud.

No Brasil, as preocupações com a epidemia nos contextos de limites fronteiriços vêm se colocando de forma mais acentuada desde a década de 1990 e se intensificaram na década seguinte. Na política nacional de Aids de 1999, por exemplo, se lê que:

Levando-se em conta o fato de que as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS não se limitam às fronteiras do país, nem tampouco podem ser enfrentadas de forma isolada, com o risco de se difundirem de forma generalizada e incontrolável, a cooperação externa entre os países vem no

sentido de buscar respostas conjuntas e, ao mesmo tempo, compartilhar soluções para a epidemia entre os distintos países (Brasil, 1999: 65).

Na perspectiva de estratégias políticas e epidemiológicas de controle de epidemias, as fronteiras têm sido pensadas como espaços vulneráveis à circulação de enfermidades. Essas questões são registradas, por exemplo, em uma publicação brasileira sobre a epidemia no contexto das fronteiras nacionais, fazendo referências à presença do trabalho sexual, uso de drogas e violência (Brasil, 2003: 14-17). Em última instância, como modo de atentar para as desigualdades que marcam essas regiões em comparação aos grandes centros urbanos, o documento acaba por recolocar uma perspectiva sobre a fronteira como espaço problemático, marcado pela pobreza e exploração.

Pode-se argumentar com base nesses documentos que as fronteiras constituem uma parte sensível de todo o processo de expansão da epidemia para contextos de menor escala, interioranos e com precária estrutura de equipamentos públicos de vigilância, controle e prevenção. As experiências fronteiriças de viver com HIV na Amazônia incluem as confluências entre pessoas, instituições e políticas nacionais e como elas se encontram nesses espaços em que limites se configuram também como zonas de contato e trânsito. Pensando a relação mais imediata entre mobilidades e conteúdos nacionais que informam sentidos de ser brasileiro e peruano na fronteira, há que considerar os dispositivos que configuram uma imagem de controle (Collins 2019) do peruano como um sujeito pauperizado (cf. Olivar; Melo; Rosa 2015) e, portanto, estabelecendo hierarquias entre imagens nacionais e mecanismos de controle desses sujeitos.

Aqui, tanto no caso brasileiro quanto no peruano, percebe-se que a construção de respostas à epidemia foi inicialmente estabelecida a partir das estruturas de saúde das capitais e grandes centros urbanos. Como lembra Parker (1997), no Brasil as respostas à Aids começam em 1985 em São Paulo e ganham contornos mais robustos em um segundo momento, com a criação do Programa Nacional de Aids. No Peru, por sua vez, os primeiros registros e respostas emergem a partir da capital, Lima, e em um contexto de crise econômica e grandes índices de pobreza e desigualdade, como analisado por Cueto (2001).

Na busca por percorrer as assimetrias e desigualdades que configuram o acesso e presença de pessoas vivendo com HIV no sistema de saúde na fronteira, na seção seguinte exploro algumas práticas que remetem à constituição de regimes de mobilidade translocais, ou sejam, que são forjados na constituição de trânsito entre diferentes espaços e estruturas articuladas no interior de uma mesma “região”. Como sugere Appadurai (1995), por meio da mobilidade humana certas comunidades localizadas podem ser estendidas a outros contextos no escopo mais amplo de uma circulação transnacional, o que é nomeado por ele de translocalidade (*translocality*). A constituição de uma experiência de translocalidade, enfatiza o autor, viabiliza relações mais complexas entre distintas escalas entre local e internacional, continuidade e descontinuidade. Contudo, os movimentos aqui descritos são de outra ordem. Eles se dão em um lugar e temporalidade transfronteiriça em que os sentidos de transnacional são opacos em virtude das proximidades e das distâncias relativamente curtas. Tempo e espaço são remodelados em uma experiência articulada na qual a fronteira é menos um dispositivo administrativo de limite internacional e mais um operador relacional atualizado cotidianamente em certas rotinas burocráticas de gestão da cidadania.

Isso tem como efeito, percorrer o processo no qual dinâmicas de sofrimento social produzidas pela Aids se atualizam na particularidade sociopolítica amazônica, assim como as alternativas e estratégias produzidas pelos atores sociais ao lidar com elas. Reforço, contudo, que essas práticas translocais formam parte de um sistema de mobilidade transfronteiriça e transnacional de dimensões mais amplas.

Retornado à história de José, ele havia iniciado o tratamento mais ou menos seis meses após seu diagnóstico, em 2014. Após a consulta, ao acompanhá-lo na volta para o porto, uma distância de cerca de 1 km, encontramos um outro amigo seu, Jesus. Jesus era um conhecido de situações anteriores, e conversávamos também com alguma frequência, ainda que sem intimidade. Em nenhuma dessas ocasiões, sua situação sorológica havia sido compartilhada. Ali, naquele momento, ao explicar as razões de estarmos juntos, José menciona que Jesus também vivia com HIV e que ambos haviam recebido o diagnóstico em um curto intervalo de tempo. Apesar de a confidência ter sido feita com consentimento de

Jesus, seu tom era visivelmente enrubescido e a postura ativa e alegre de nossas poucas conversas foi substituída por um acanhamento e aparente constrangimento. Disse-lhe que não havia nada com que se preocupar, que ele estava entre iguais e que tudo ficaria bem. O constrangimento foi esmaecendo e pouco tempo depois, enquanto os barcos iam e voltavam, foi possível entender um pouco melhor sobre sua vida.

Jesus tinha 27 anos. Apesar de àquela altura eu ser um pouco mais velho que José, os efeitos do tempo eram bastante visíveis em seu corpo. Tinha as mãos marcadas por manchas de queimadura, os ombros um pouco curvados e os olhos de um tom cristalino compunham também sua imagem, simultaneamente jovial e envelhecida. Há menos de um ano vivia com a família formada por mãe, pai e três irmãos. As relações eram tumultuadas e complicadas pelo preconceito e descontentamento dos parentes com sua orientação sexual. A vida na escola também havia sido difícil, razão pela qual ele não concluiu a educação básica. Os anos da adolescência foram construídos compartilhando as horas vagas com amigas travestis e outros meninos gays nas praças e salões de beleza entre Santa Rosa e Tabatinga, onde ele havia aprendido o ofício de cabeleireiro, ainda que naquele momento se dedicasse à cozinha.

O estímulo de José para que Jesus fizesse os exames, dizia ele, havia se dado em virtude do circuito de parceiros sexuais que mantinham. Em geral esses parceiros eram homens casados e heterossexuais que os procuravam em busca de sexo, e, também, de dinheiro, presentes e outros benefícios, tanto afetivos, quanto financeiros. A relação de Jesus com o vírus estava organizada a partir desse princípio de segredo, justificado por ele em razão dos receios e moralidades em torno do sexo e da sexualidade e que eram traduzidos nas reiteradas menções ao par “miedo y verguenza”. Nas conversas que tivemos, ele dizia que tinha medo de alguém saber, de ficar doente e estar sozinho, medo de ‘morrer como había pasado a los homossexuais’, dizia mesclando espanhol e português.

A vergonha assumia outras camadas, inclusive a escolha por preservar sua sorologia em segredo. Eu havia sido a terceira pessoa a quem ele havia contado em quase dois anos desde o diagnóstico. Apesar de Tabatinga ser um lugar bom

para morar e muita coisa ter mudado, as pessoas ainda eram preconceituosas e podiam fazer-lhe mal se soubessem. Seu segredo tinha tanto de esconder quanto de sobreviver em um mundo que era sentido como perigoso e hostil.

Em função desse arranjo complexo, e das camadas de “medo” e “verguenza” partilhada por Jesus e por outras pessoas vivendo com HIV na fronteira, o acesso ao serviço assumia contornos mais problemáticos. Como se vê no relato de Don José, apresentado anteriormente, a questão dizia respeito não apenas ao HIV como adoecimento em sua dimensão do corpo como produto biológico. Antes, era sobre o corpo como margem a partir do qual se desenham processos sociais de constituição e regulação estatais e como lócus de intervenções e práticas de conhecimento mais complexas.

Medo e vergonha constituem as principais formas que ordenam a arena moral em torno do segredo. Se retomarmos a noção de Perlongher (1987: 75) da Aids como um dispositivo, ou seja, um compósito que inclui não apenas a doença em si, mas as moralizações instauradas em seu entorno, é possível descrever medo e vergonha como um conjunto de atitudes para lidar com as negociações entre público e privado instauradas pelo segredo. O dispositivo-Aids prefigura um exercício testemunhal e confessional que participa tanto da produção discursiva sobre e a partir do adoecimento e suas causas, como também uma forma pública destacável. Essa ambivalência é central no jogo entre medo e vergonha produzido por interlocutores como Jesus e José. Como narravam, suas experiências de sofrimento têm de ser continuamente negociadas com um controle entre exposição e ocultação para acessar determinados direitos. Essa exposição era feita tanto em contextos verticais, quando têm de apresentar seus status sorológicos, narrar práticas sexuais e parceiros com profissionais de saúde, mas também de modo horizontal, em instâncias do trabalho afetivo com familiares, parceiros e amigos que eventualmente constituíam suas redes de apoio.

Ao medo e à vergonha agregam-se outras dimensões da experiência do sofrimento. Um outro interlocutor peruano, morador de Isla Santa Rosa, por exemplo, mencionava que controlar a fofoca era tão difícil quanto lidar com o diagnóstico positivo. Para contornar as formas de circulação da informação e o



controle moral por parte dos residentes, era necessário um comprometimento com o segredo. O segredo aqui não implicava necessariamente uma dimensão íntima e impossível de ser compartilhada, mas um processo de avaliação contínua e sempre em risco sobre a quem se poderia ou não contar, sobre lugares a evitar e mesmo sobre o uso de mentiras para driblar a circulação de fofocas e afastá-la de si.

Essa ambivalência forma também os jogos entre voz e silêncio descritos por David Morris (1997: 28). Segundo argumenta o autor, “o sofrimento tende a fazer as pessoas desarticuladas e nesse sentido, a falta de projeção (*voiceless*) do sofrimento geralmente vai de encontro ao retrato da pessoa que vive em uma dor crônica”. O sofrimento constitui, na perspectiva do autor, comunidades morais em torno da possibilidade de falar ou silenciar como própria condição da participação política. Nesse aspecto, sugere que “o poder de reinventar o sofrimento estendendo ou contradizendo as fronteiras de uma comunidade moral pode, como outros poderes, ser usado em diferentes graus de cegueira ou percepção” (Ibidem: 41). O par silêncio e segredo constitui ainda a gestão dos conhecimentos venenosos descritos por Veena Das (2007) e que, guardadas as devidas proporções, colocam em destaque os movimentos entre fundo e superfície que costumam sujeito, dor e sofrimento. Esse movimento, explica a autora, condiciona possibilidades de reação e agência para habitar um mundo em que as relações entre corpo e linguagem são constrangidas por formas sutis de violência que descem e formam parte do tecido cotidiano.

### **Presenças persistentes e limites instáveis**

Compreender o processo de intenso trânsito e articulação implicados na resposta à Aids no contexto amazônico é também considerar os movimentos de menor intensidade, os espaços de interseção e de espera. Em alguma medida, muitas das cenas e observações aqui apresentadas foram extraídas de situações de aparente suspensão do tempo sequencial, retratadas em salas de espera e recepções, em que se preenchem fichas, protocolos e outras formas de documentação que caracterizam os processos de legibilidade entre sofrimento social, exercício dos direitos e burocracias. Essa dimensão da espera é uma entre tantas outras que configuram os enleios da relação dos sujeitos no

processo de inserção nos serviços de saúde. Nas minhas conversas com interlocutores e outros usuários do serviço, me chamava atenção como a espera era um mecanismo de desestímulo à presença estrangeira e, talvez, também uma resposta dos funcionários para gerir o volume de pacientes. O acesso aos profissionais de saúde, medicamentos e informações parecia ser um prêmio concedido às pessoas mais resilientes, que tinham disposição para aguardar nas filas, apresentar documentos de identidade e prestar informações repetidas vezes. Havia também um mecanismo de seleção que preteria certos usuários em espera frente a outros, de forma mais notável, esses não brasileiros identificados por certos atributos de sua presença (cf. Olivar; Melo; Rosa, 2015)

Esses momentos de espera atingem a todos, que devem aguardar e enquadrar-se a espaços de disciplinamento como as filas, e estar munidos de um conjunto de instrumentos que constituem as rotinas burocráticas, como documentos, requisições e cartões de identificação pessoal. Nesta dinâmica entre pessoas, espaços e coisas, os funcionários do serviço atuam como mediadores entre os mecanismos protetivos e assistenciais do Estado e as pessoas que buscam fazer uso deles. É também no curso dessa espera que outras formas de gestão da cidadania são produzidas, a exemplo da inclusão dos sujeitos nos sistemas de notificação que comporão estatísticas e dados oficiais.

Na perspectiva de Hacking, esse processo de inclusão pela estatística torna as pessoas visíveis a partir dos números. Contudo, como lembra Biehl (2007), há também um processo inverso, caracterizado pela invisibilização. Era notório ao longo das mudanças nas gestões municipais do serviço de HIV/Aids às críticas a não inclusão de pacientes nos dados oficiais, bem como a redução nos índices de testagem, visto tanto como desrespeito às pessoas em situação de espera e tratamento, tanto como uma forma de criar a imagem de melhoria nos índices municipais de adesão e acompanhamento clínico.

Biehl argumenta que essas formas de invisibilização referem-se não apenas à “falta” como efeito de um serviço de supervisão precário e remediável por vias técnicas. É significativo que na impossibilidade de ter um sistema efetivo, os funcionários das unidades de atenção básica à saúde e do SAE estabeleçam aquilo que Ivamar Silva (2018: 133) descreve como um “sistema de saúde

possível”, ou seja, um sistema onde a atenção básica é pressionada pela insuficiência operacional de atendimento especializado, gerando demandas intermunicipais no escopo de responsabilidades do município.

Para meus interlocutores peruanos, além da espera, os constrangimentos se verificavam em outras dimensões, como as barreiras linguísticas entre português e espanhol, ou mesmo os documentos. Conforme a legislação vigente, o atendimento é universal e gratuito nas unidades do SUS, e deve ser feito de forma prioritária em certas situações previstas que acarretem riscos à vida. Entretanto, dada a demanda e pouco efetivo de trabalho, a exigência de documentos se torna uma forma de gestão e ordenamento dos espaços de espera como tecnologias de disciplinamento. Solicitar documentos estrangeiros era uma forma também de pôr em suspeição a legibilidade e alargar o tempo de espera. Nesses intervalos, justificava-se a espera como a tentativa de verificar se os documentos eram reais. Os documentos solicitados podiam ser desde aqueles relativos à identificação pessoal, como documentos que atestem endereço de moradia, ou de vinculação ao sistema de saúde.

O tempo operava como um mecanismo cotidiano dos processos de Estado, contribuindo para localização de margens e fronteiras relativas tanto aos dispositivos burocráticos quanto de verificação de legitimidade. Contudo, não se trata de um tempo em sua dimensão especificamente dinâmica, mas do tempo da espera.

Como nota Ayuero (2012), a espera tem sido alocada como um tema de menor importância na descrição de fenômenos e processos políticos. Para o autor, a perspectiva é que durante a espera nada acontece, o que é particularmente sensível entre os segmentos mais pobres de uma população. Dado o pouco capital político que permitiria um contato mais próximo com operadores da burocracia que produz o Estado em sua dimensão mais cotidiana, e apesar de uma democracia onde a ordem produz a possibilidade de que todos sejam tratados de modo igual, os corpos alocados nas margens são também constituídos como os que devem esperar, os “pacientes do Estado”. Em termos de uma temporalidade *queer*, descrita por Halberstam e usada no capítulo anterior, as conexões entre margens, espera e a díade paciência-paciente se

estendem para um conjunto mais amplo de serviços e de formas de acesso à cidadania: são os ambulatórios trans e a eventual necessidade de deslocamento para acessá-los; os constrangimentos para reportar às autoridades policiais situações de violência LGBTfóbica, a composição de dossiês com documentos que permitam a realização de cirurgias ou de alteração de nomes civis. A despeito de normas e regulações para esses procedimentos, sua aplicação efetiva se dá no chão da vida social, nas relações mediadas por um balcão e papéis.

Para Ayuero a reflexão sobre a espera e a administração pública coloca dois problemas: a primeira diz respeito a como lidar com o tempo e os espaços de espera em seu aspecto metodológico. O segundo é obviamente político e diz respeito aos significados que a sujeição que se estabelece na organização de rotinas burocráticas a partir de filas, listas de esperas, agendamentos e cancelamentos. Nas histórias que acompanhei, o tempo da espera se estabelece a partir de outros espaços praticados. Esses espaços ganham forma na constituição de relações sociais que antecedem a própria incorporação ao serviço. É a espera pelo resultado do exame, a fila para retirada da medicação, por exemplo. A espera para contar um segredo. É espera ativa implicada em ser capturado pelos agentes de prevenção e aguardar os resultados de testes rápidos; e, em caso positivo, esperar pelos exames de confirmação, a espera pelos resultados, pelas consultas, pelos efeitos da medicação na redução de taxas que formam uma nova linguagem a ser aprendida para ler e interpretar e carga viral, CD4, entre outros. Esse é o tempo da oficialização e performance de uma relação que correlaciona cidadãos que fazem uso do serviço, profissionais e repertórios de conhecimento sobre como a burocracia funciona.

O tempo da espera produz também alternativas para lidar com as próprias complexidades da doença e do sofrimento. Enquanto aguarda na sala de espera de uma unidade de atenção básica, as conversas constroem formas de amizade e parceria, reativam relações que dão novos contornos ao modo como as pessoas também negociam com as possibilidades de agência, mesclando a angústia da espera à insubordinação do contato pessoal. As tantas visitas de Don José, por exemplo, lhe permitiram construir uma relação de intimidade com algumas das funcionárias do SAE de Tabatinga, que permitiram inclusive acesso

ao telefone pessoal das recepcionistas. Isso demanda uma performance cordial, alimentada com trocas de informações e gentilezas a cada nova visita, mesmo que sua conversão em benefício não seja óbvia.

Ainda que a espera seja uma forma de disciplinamento e agregue novas camadas ao sofrimento inculcido pelo diagnóstico, ela, em alguma medida, também é celebrada. Rodrigo, um outro interlocutor, brasileiro e com 32 anos, timidamente celebrava o resultado do exame após mais de 40 dias. O resultado confirmava sua indetectabilidade após seis meses de terapia antirretroviral. Com certa alegria, concluía dizendo “quase não aguentava mais esperar, mas valeu a pena cada minuto”.

É negociando com a dimensão afetiva das amizades e do passado que a espera se transforma também em um espaço onde alternativas são geridas. É em momentos como esses, marcado pela circulação de pessoas pelos espaços institucionais de produção da burocracia e da legitimidade, que os sujeitos recorrem e significam os laços entre “conhecidos”, “amigos” e buscam desfazer a espera e construir formas menos impessoais de contato. A partir dessas relações são concebidos projetos nas margens da burocracia com engajamento ativo dos corpos que produzem o Estado cotidianamente, apesar das margens. As fronteiras são assim retomadas em seu aspecto de espaços por meio dos quais se pode atravessar, fazendo uso das instabilidades e porosidades centrais ao seu funcionamento.

\*\*\*

As relações entre tempo, espaço, deslocamento e a feitura dos direitos são constitutivas das experiências aqui descritas. Frente ao notável processo de desmonte das políticas de acolhida e proteção às pessoas vivendo com HIV nesta última década, especialmente no Brasil, o que vislumbramos é um debate profundo sobre as relações entre Estado e subjetividade, por um lado, e temporalidade e política, por outro. A ambivalência dessas relações – que, me parecem constitutivas entre si – parecem insinuar um ecossistema político-institucional de “desperdício da experiência” que redundando em mecanismos de precarização da vida (Seffner; Parker, 2016) e que ganham forma com o

aumento dos casos de infecção por HIV. Nesse sentido, a despeito da disposição nevrálgica do sistema público de saúde brasileiro e sua presença descentralizada, o que a Aids e o HIV parecem indicar é um processo assimétrico e desigual de precarização daquilo que chamei de espaços institucionais de gestão de sofrimento.

A experiência da cidadania em um ecossistema em que a capacidade instalada é descrita como aquém da demanda resulta em formas de distribuição desigual dos mecanismos de legibilidade. A espera nesses espaços atua como um fator de merecimento, que em última instância também amplifica o modo como os sujeitos vivem sua dor e sofrimento socialmente. Por outro lado, há também camadas de silêncio e segredo que conformam uma espécie de conhecimento venenoso (Das, 2007), ou mesmo de denegação instituídos por formas de disciplinamento corporal e moral que implicam também em uma precarização da vida. Esse conhecimento venenoso e as sensíveis problemáticas colocadas pelos interlocutores sinalizam para um descompasso não só no plano histórico das políticas de saúde para a cidadanização das pessoas vivendo com HIV, mas também uma desarticulação espacial tendo em vista que mesmo que os serviços sejam descentralizados, o modo como a política irradia ainda pauta certas preocupações que não coincidem com aquelas vividas pelas pessoas em seus cotidianos.

Por fim, ainda que essas disputas travadas sinalizem as zonas frágeis do SUS no modo como ele acolhe populações vulnerabilizadas pela distribuição desigual do acesso a direitos básicos, ele ocupa um lugar central na minimização da exposição sistemática de certos grupos à morte. Há assim limites instáveis entre legibilidades e fragilidades no cuidado que devem ser observadas na tentativa de reforçar práticas de solidariedade através da porosidade das fronteiras, atentando sempre para o princípio fundamental de respeito à vida. As gramáticas construídas nesse processo de infiltração sinalizam para regimes de disputa e de contínuo engajamento na defesa de elementos centrais para a vida social e que não podem ser abandonados, ainda que mereçam uma atenção crítica e sua ampliação como parte das responsabilidades do Estado na garantia dos direitos.

## **FORMAS DE OCUPAR O IMPOSSÍVEL, OU ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face dos objetivos traçados para a pesquisa em seu início, bem como sua atualização ao longo dos anos de contato e desenvolvimento, indo aqui alguns pontos centrais para compreensão do que foi discutido e de sua rentabilidade. O primeiro ponto a ser destacado diz respeito não aos resultados em si, mas aos procedimentos de interlocução e construção da etnografia. O material que apresento tem duas formas distintas. O primeiro conjunto de informações reúne eventos, situações e pessoas que conheci nas experiências de pesquisa in loco que tive entre 2016 e 2018. A partir dessas experiências pude construir uma rede de interlocução, amizade e parceria que se estende até hoje e que fui alimentando durante a impossibilidade de retomar a pesquisa in loco em virtude da pandemia de Covid-19 que só no Brasil vitimou mais de 600 mil pessoas, algumas delas interlocutoras e amigas.

Sendo assim, o segundo conjunto de materiais que apresento foram resultado das estratégias que pude desenvolver para dar continuidade à pesquisa e contemplam de forma mais enfática registros burocráticos, documentos, acervos e bases de dados da administração pública. Assim, a pesquisa em algum sentido se caracteriza como uma reflexão que é tanto histórica e etnográfica sobre as relações entre corpo, cidade e diferença a partir de pessoas LGBTI+ vivendo no Alto Solimões e que são tomadas aqui como observadoras e narradoras dos processos de urbanização que vêm se desenvolvendo na região nos últimos 40 anos.

Nestas páginas finais, gostaria de sintetizar alguns aspectos da discussão apresentada, pensando sua extensão, articulações e rentabilidade. O discurso oficial produzido sobre as cidades na Amazônia tem sido marcado por um conjunto de arbitrariedades que, em última instância, são também o veículo motor do conjunto de intervenções que estruturam a região como um reservatório de recursos a serem extraídos. A tradição de estudos crítica a essas formas de observar e lidar com região tem atentado, de forma mais ou menos explícita, a uma espécie de colonialidade de longa duração, ou seja, a persistência de uma

cisão e de uma forma de ver que repercute e reitera um jogo de ambivalências: por um lado, o interesse anunciado desses projetos é a integração e o desenvolvimento; por outro lado, seu resultado ao longo da história mais longa da região tem sido uma cisão e a exposição à violência e à vulnerabilização dos corpos e das múltiplas formas de vida lá existentes.

Ao longo da história, o gênero e a sexualidade têm sido linguagens potentes para legitimar e conferir inteligibilidade à persistência dessas violações. Assim, a retórica da conquista da Amazônia, a presença contínua de práticas e discursos militarizados, o afã da modernidade e do progresso no cotidiano têm no corpo e na vida de homens e mulheres sua realização última. Ainda, a colonização foi um recurso imaginativo e linguístico responsável pela instalação de práticas de poder e de controle sobre o corpo a partir da naturalização de privilégios em torno da masculinidade e da branquidade com regimes.

Assim, a colonização da Amazônia, longe de ser um objeto explícito e autoexplicativo é produzido e interpelado como um dissenso, como uma espécie de equívoco que têm sua linha temporal, elementos e interpretações variáveis e flutuantes a partir das perspectivas construídas por atores sociais concretos e complexos. Essa complexidade é não apenas adjetiva, mas elaborada socialmente a partir dos pertencimentos e das formas de diferenciação social produzidas no cruzamento entre gênero, sexualidade, raça, etnicidade, nacionalidade, religião, classe social, deficiência etc. Em última instância, o que tentei descrever ao longo destas páginas é que o processo de formação de um território é complexo, e que as aproximações e relações de trânsito produzidos quando há o contato entre coletividades distintas tende a se intensificar.

É notável, contudo, que a produção discursiva em que estão engajadas as práticas estatais não atribui centralidade ou relevância a tais elementos. Em alguma medida, isso escoa também às análises que fazem uso de um idioma econômico e de crítica ao desenvolvimentismo sem refletir sobre os efeitos de tais projetos sobre a vida das pessoas que efetivamente habitam tais lugares. Longe de ser um vazio, as Amazônias em sua complexidade e poder criativo têm sido um espaço de comunicação ampla. Em contrapartida, a relação entre Estado e cidades na Amazônia ainda retoma a perspectiva colonial e extrativista



que vem se forjando desde o século XVI. Ecoando Edna Castro, tais projetos têm, no presente, uma atualização ainda mais dramática em vista do papel que as cidades passaram a ocupar na geopolítica do território e seus recursos. Nas palavras da autora, “cidades dos projetos desenvolvimentistas dos anos 1970, e mesmo seguintes, resultaram de projetos colonialistas, com um discurso de ocupar e integrar, antes que outros se ocupassem desse espaço a descobrir” (Castro, 2008: 24).

Essas políticas de integração, desenvolvimento e modernização da Amazônia que foram descritas até aqui a partir do Alto Solimões têm sua base na formação de uma retórica do equívoco. Ou mais precisamente, o dissenso é efeito de uma política de contato em que os agentes institucionais são invisibilizados, constituídos como pessoas sem cor, sem gênero e sem um projeto de poder. Em alguma medida, se o encontro entre diferenças corporificadas foi também uma possibilidade de complexificação de regimes de conhecimento e práticas corporais e afetivas já disponíveis e consolidadas, ela também permitiu a difusão de formas de violência material e simbólica.

O Alto Solimões é uma região marcada pelo encontro constante entre diferenças. Com o processo colonial e a constituição de fronteiras entre domínios imperiais, essas questões foram atualizadas e nuançadas por outras formas de organização dos conteúdos e processos de diferenciação. Nos períodos mais recentes, a urbanização dos assentamentos, povoados e vilas que possibilitou a transformação destes em importantes centros urbanos, acabou por potencializar algumas questões centrais para a compreensão do espaço amazônico no presente, sua configuração social e os sentidos de mudança.

A divisão administrativa da região tal como a conhecemos emergiu como resultado de um debate político mais amplo que tem como cenário a constituição de políticas de Estado (e de nação) de longuíssima duração, a exemplo do que foi tratado no capítulo 4, “A Cidade” a partir da leitura de informações censitárias e de documentos públicos. Esses debates se refletem na posição estratégica dos municípios da região no controle de formas econômicas e produtivas de alta rentabilidade, a exemplo do comércio de narcóticos. A rentabilidade no controle da circulação desses produtos também ganha forma na mobilização humana

para a região e no modo como a partir dela foram instauradas formas institucionais e jurídicas de controle de pessoas, produtos e de organização dos conteúdos espaciais e da cidadania.

Em “A Cidade” e “Duas Ruas” busquei sinalizar a arbitrariedade e a simulação de invisibilidade que formam parte do discurso oficial e da experiência vivida por meus interlocutores. Assim, se no discurso oficial a retórica de organização do espaço faz uso de recursos como “o militar”, “o Forte”, “a fronteira”, no contexto das narrativas microrrelacionais que Mario, Petrônio, Roberto, Deodato e outros produzem, essas histórias ganham outras dimensões e contornos, como se percebe em “Histórias de Família”. Estas são histórias de rodas de café na cozinha de suas casas, de paqueras e de flertes que atentam e descrevem a passagem dos corpos e seus efeitos sobre a temporalidade do lugar. Aí também, a descrição apresentada não é de tipo genérico, do militar desgenerificado e incolor. A obviação dessas diferenças, sua explicitação é um recurso importante para entender a distribuição desigual dos acessos e das possibilidades de exercício da cidadania.

Esses processos são vivenciados de forma diferenciada por pessoas cujos corpos são marcados. Em outros termos, homens e mulheres vivenciam de forma distinta a potencialidade da fronteira, da cidade, e dos jogos de pertencimento que se vislumbram e constituem a especificidade do Alto Solimões e da tríplice fronteira como conteúdos materiais e simbólicos. Tal diferenciação tem participação de processos de fazer Estado que instauram, como correlatos, modos de fazer cidade e de produzir corpos que são interdependentes e relacionados em suas diferenças.

Isso que tenho chamado de forma genérica como “exercício da cidadania”, ou “rotinas burocráticas”, “acesso à direitos”, são formas de descrever os mecanismos complexos, e nem sempre óbvios, que articulam as formas de fazer o Estado aparecer ou desaparecer. No contexto de um Estado praticado nos balcões, filas de espera, postos de saúde e escolas, a simples interdição à presença – seja mandatária ou pelos constrangimentos produzidos no convívio social – constituem modos de fazer aparecer ou esconder e são interpretados

aqui projetos que permitem a proteção ou exposição de pessoas LGBTI+ dos efeitos da violência, da dor, do sofrimento e do abandono.

A sexualidade é um componente importante do processo de negociação das diferenças e potencialidades nessa experiência de urbano transfronteiriço. Isso porque ela é um conteúdo da mobilização política mais ampla e, por meio dela, se organizam as potencialidades produtivas relativas a direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, de homens e mulheres. Categorias de corpo e afeto constituem também formas específicas de sexualidade que ocupam o espaço público, a cidade, o espaço coletivo e que, em virtude das possibilidades de maior ou menos conformidade com as normatividades convencionais, podem ser expostos a situações de violência e vulnerabilidade. Alguns desses elementos são visíveis, por exemplo, nas narrativas de Silvério e Fanny que apresentei no capítulo 6, “Umari”, mas outros podem ter uma continguidade mais amplas e serem exercidos de forma mais sutil, como é possível depreender de algumas narrativas que formam parte do capítulo “A Casa”. Por fim, a sexualidade constitui também um eixo estruturante da conformação de identidades coletivas e de formas de enfrentamento a opressões que se legitimam imbuir-se e adentrar estruturas do Estado através de seus agentes e instituições.

Na relação entre fazer aparecer ou não, a atuação institucional é um nexo importante da organização do cotidiano cidadão. Dito de outra maneira, se a institucionalidade é uma das prerrogativas e benefícios da vida urbana, o seu exercício pode ser descrito como mais ou menos árduo, a depender das condições sociais a que submetidos os corpos afastados dos benefícios e privilégios da cis-heteronormatividade. A isso se acrescentam os efeitos de marcações e complexidades interseccionais quando entram em jogo eixos de diferenciação nacional, racial, étnica, de classe, deficiência, entre outros.

Esses processos foram abordados aqui tomando como eixo trajetórias de vida de alguns interlocutores e suas experiências com o universo afetivo do estado, o escopo moral das suas instituições e os interesses de seus agentes. Por meio de formas de produção e gestão da burocracia, da espera e da flexibilização das categorias de cidadania tais pessoas podem ser mais ou menos acolhidas e participar de forma efetiva de processos sociais e políticos que lhes afetam. A

experiência da gestão da cidadania e os deslocamentos que ela implica foram detalhados no capítulo 7, em que apresento a trajetória de alguns interlocutores peruanos que vivem com HIV e que buscam no Brasil a possibilidade do tratamento. Esses aspectos também se refletem, ainda que de outros modos, no capítulo “A Casa”, no qual se mesclam os efeitos de políticas sociais e conflitos familiares para construção da noção de casa por parte dos interlocutores.

Os capítulos constituem um jogo de espelhamento entre aspectos do ambiente e que são analisados por meio da proposição de que poder e Estado são interpretados a partir de formas específicas que precisam ser elicitadas, ou seja, que precisam aparecer. Não se trata, contudo, de um processo deliberado e racional, mas uma instância dos processos de interação, conflito e das próprias relações construídas entre agentes com estatutos particulares (pessoas entre si, instituições e coisas). Essas formas são analisadas ao longo dos capítulos fazendo uso da noção de fazer aparecer. Acredito que em seu aspecto relacional e contínuo há momentos sensíveis das dinâmicas de interação em que é necessário tornar explícito quais aspectos da vida estão sob disputa e isso se dá pelo destacamento de propriedades específicas da relação.

Alguns destes momentos foram tratados aqui, por exemplo, quando no processo de crescimento e expansão do núcleo urbano de Tabatinga, produziu-se uma forma de distinção baseada entre aqueles que lá viviam e os recém-chegados (em suas sucessivas ondas e momentos). Essa separação ganhava forma a medida em que se acionava argumentos materiais e simbólicos para descrever o que era atraso e o que era algo como a “civilização” ou o “progresso” ou mesmo a “modernidade”. Essas concepções ressoavam também em outras formas de organização da sexualidade, algumas delas contrastando uma ética da discrição a formas de experimentação com gênero e sexualidade no espaço da rua, público por excelência. Essas tensões sinalizavam para uma outra dimensão do processo político de fazer aparecer: a condição de precariedade e vulnerabilidade a que determinados corpos estavam expostos.

Talvez a descrição apresentada até aqui seja um tanto pessimista e focada no aspecto danoso e árduo da vida dos interlocutores e amigos que vivem essa região de fronteira. Essa impressão, ainda que possível, é de minha

responsabilidade e pode acabar por ignorar o imenso esforço de organização, rebeldia e imaginação política produzida pelas pessoas em campo. Seja na partilha da casa, nas práticas de lazer e de compartilhamento do cuidado, há também uma tentativa de produzir espaços acolhedores e seguros contra essas formas institucionais de sujeição e recusa. Cabe assim perguntar o que é ocupar o impossível.

Nas primeiras páginas desta tese argumentava que o impossível ocupava uma posição produtiva, já que delimitava o dissenso em torno do discurso oficial e sua resposta contrária, encontrada, por exemplo, na experiência dos interlocutores apresentados aqui. É no dissenso e na sua possibilidade de produzir formas criativas de rebelião que este trabalho aposta. Assim, quando as narrativas estatais e aquelas produzidas pelos meios de promoção do discurso oficial fala sobre a colonização e o crescimento das cidades como Tabatinga, Benjamin Constant ou Letícia, e quando as pessoas são convidadas a falar sobre a história dessas cidades, o sentido e o conteúdo do que se ouve não é o mesmo. Isso se dá não apenas porque a temporalidade estabelecida pelos interlocutores é mais ampla e repleta de camadas já que articula paisagens, personagens e atitudes variadas, mas também porque elas corporificam e evidenciam aspectos que são invisibilizados no discurso oficial. Em alguma medida, essa interpretação é possível também porque os interlocutores da pesquisa foram majoritariamente pessoas que tinham seus corpos marcados sob alguma insígnia de diferença relativas às formas locais e circunstanciais de entender e localizar raça, gênero, origem, etnia, nacionalidade, por exemplo.

Contudo, esse exercício indica também a rentabilidade e centralidade de considerar as mesmas formas de marcação não como um conteúdo, mas como uma abordagem descritiva que existe no mundo social e que, quando acionada, permite construir outros itinerários interpretativos e acionar novos regimes de imaginação. É possível produzir formas e experiências aparentemente contraditórias, como sonhar a utopia ou ocupar o impossível.

## REFERÊNCIAS

Abrams, Philip. 2006 [1988]. "Notes on the difficulty to study the state". In: A. Sharma & A. Gupta. (Eds). *The anthropology of the state: a reader*. Berkeley: Blackwell Publishing.

Albuquerque, José Lindomar. 2012. "Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: O atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil)". *Geopolítica(s)*, vol. 3, n. 2: 185-205.

Albuquerque, José Lindomar; Cardin, Eric. 2018. "Fronteiras e deslocamentos". *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 6., n. 12: 114-131. DOI 0.20336/rbs.236

Almeida, Mauro. 1986. "Redescobrimo a Família Rural Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.1, n.1: 66-83.

Alves, Yara de Cássia. 2015. *A casa raiz e o voo de suas folhas: família, movimento e casa entre os moradores de Pinheiro-MG*. São Paulo, dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

Alves, Yara de Cássia. 2018. "Sob a luz e o calor do fogo: a criação entre os moradores de pinheiro e as interconexões entre casas, famílias e corpos". In: Marques, Ana Claudia; Leal, Natacha. (Orgs). *Alquimias de parentesco: casas, gentes, papeis e territórios*. São Paulo: Gramma.

Anzaldúa, Gloria. 1999. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute.

Appadurai, Arjun. 1997. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Aponte Motta, Jorge. 2011. *Leticia y Tabatinga: Transformación de un espacio urbano fronterizo en la Amazonia*. Leticia, Dissertação de mestrado, Universidad Nacional de Colombia – sede Leticia.

Arantes, Antonio Augusto. (org). 1982. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.15-42.

Aretxaga, Begoña. 2003. "Maddening states". In: *Annual review of Anthropology*, vol. 32, n.1: .393-410.

Ayuro, Javier. 2012. *Patients of the state: the politics of waiting in Argentina*. Londres e Durham: Duke University Press.

Bacigalupo, Ana Mariella. 2007. *Shamans of the foye tree: gender, power and healing among Chilean Mapuche*. Austin: Texas University Press.

Barragán, Rossana; Wanderley, Fernanda. 2009. "Etnografías del Estado en América Latina: presentación del dossier". *Íconos*, n.º 34: 21-25

Bastos, Francisco; Barcellos, Christovam. 1995. "Geografia social da Aids no Brasil". *Revista de Saúde Pública*, vol. 29, n. 1: 52-62. DOI 10.1590/S0034-89101995000100009

Becker, Bertha. 1990. *Amazônia*. São Paulo: Ática.

Becker, Bertha. 2005. "Geopolítica da Amazônia". *Estudos Avançados*, vol. 19, n. 53: 71-86.

Becker, Bertha. 2013. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond

Belaunde, Luisa Elvira. 2015. "Resguardo e sexualidade(s): uma antropologia simétrica das sexualidades amazônicas em transformação". *Cadernos de Campo*, vol. 24, n. 24: 538-564.

Bemerguy, Telma. 2021. "Etnografando estradas e caminhos da 'conquista': sobre a gramática colonial e a presença bolsonarista na Amazônia". In: Vidal e Souza, Candice; Guedes, André Dumans. *Antropologia das mobilidades*. Brasília: ABA Livros. pp.179-213.

Bemerguy, Telma. 2019. "(Novas) fronteiras e ideários coloniais de longa duração: uma análise a partir da disputa pela reconfiguração territorial da Amazônia brasileira". *Antropolítica*, vol. 46: 188-215. DOI 10.22409/antropolitica2019.0i46.a41932

Bemerguy, Telma; Oliveira, Thiago de Lima. 2021. "Antropologia urbana na Amazônia: des-centrando escalas, genealogias e experiências de cidade". *Wamon – revista de antropologia*, vol. 6, n. 1: 31-52. DOI 10.38047/wamon.2446-8371.v6i1p31-52

Blackwood, Evelyn. 1995. "Falling in love with an-Other lesbian: reflections on identity in fieldwork". In: Kulick, Don; Willson, Margare. (Eds.). *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in the anthropological fieldwork*. Londres: Routledge, pp.51-75.

Biehl, João. 2007. *Will to live: AIDS therapies and the politics of surviving*. Nova York: Princeton University Press.

Boellstorff, Tom. 2005. *The gay archipelago: sexuality and nation in Indonesia*. Princeton: Princeton University press.

Borges, Antonádia. 2013. "Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul". *Cadernos Pagu*, vol. 40: 197-227. DOI 10.1590/S0104-83332013000100006

Brasil. 1967. Decreto 60.606, de 20 de abril de 1967 – cria a Colônia Militar de Tabatinga. Brasília: Secretaria da Presidência.

Brasil. 1968. *Lei 54.49, de 4 de junho de 1968 - Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>

Brasil. 1984. Descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica. Brasília: Secretaria da Presidência da República. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del2183.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2183.htm)

Brasil. 1985a. Exposição de Motivos n. 18, de maio de 1985. Brasília: Assessoria de Assuntos jurídicos. (fac-símile)

Brasil. 1985b. Exposição de Motivos 770, de dezembro de 1985. Brasília: Assessoria de Assuntos jurídicos. (fac-símile)

Brasil. 1985c. Projeto de desenvolvimento das calhas norte do Rio Amazonas e Solimões. Brasília: Assessoria de Assuntos jurídico/Ministério do Exército.

1990.



Brasil. 1997. Relatório Final da Comissão Especial Mista destinada a reavaliar o projeto Calha Norte. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3380385&disposition=inline>

Brasil. 1999. Política Nacional de DST/Aids: princípios, diretrizes e estratégias. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. 2003. Aids nas fronteiras do Brasil: diagnóstico estratégico da situação da epidemia de aids e doenças sexualmente transmissíveis nas fronteiras do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. 2005. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

Butler, Judith. 1993. *Bodies that matter*. on the discursive limits of 'sex'. New York: Routledge.

Butler, Judith. 2003. Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira.

Butler, Judith. 2006. *Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia cotidiana*. Buenos Aires, Paidós.

Butler, Judith. 2015. *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press.

Caguasango, Daniel Esteban Unigarro. 2017. *Los límites de la triple frontera amazónica: encuentros y desencuentros entre Brasil, Colombia y Perú*. Letícia/Bogotá: Editora de la Universidad Nacional de Colombia.

Campbell, Jeremy. 2015. *Conjuring Property: Speculation and Environmental Futures in the Brazilian Amazon*. Washington DC: University of Washington Press.

Campos, Ana Maria de Mello. 2018. *O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant*. Manaus, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas.

Candotti, Fabio. 2017. "Sobre linhas de segmentação amazônicas: dispositivos de saber e movimento". Apresentação no Seminário Internacional Gênero em Territórios de Fronteira. Campinas: PAGU/Unicamp.

Carrara, Sérgio; Simões, Julio Assis. 2007. "Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira". *Cadernos Pagu*, n. 28: 65-100.

Carsten, Janet; Hugh-Jones Stephen. 1995. *About the houses*. Lévi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press.

Castro, Edna. 2009. "Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas". In: Castro, Edna. (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo, Annablume, pp.11-40.

Castro, Celso; Souza, Adriana Barreto. 2006 "A defesa militar da Amazônia: entre histórias e genealogias". In: Castro, Celso. (org). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 3168.

Chauncey, George. 1995. *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940*. Nova York: Basic Books.

Collins, Patricia Hill. 2018. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo.

Collins, Patricia Hill. 2016. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro". *Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1: 99-127. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>

Cordeiro, Manuela Souza Siqueira. 2017. "'Esparramar família': sentidos e pertencimentos na ocupação da Amazônia brasileira". *Etnográfica*, vol. 21, n. 3: 627-638.

Corrêa, Mariza. 1983. *Morte em família*: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal.

Corrêa, Waldomiro. 1981a. "O novo Benjamin Constant". In: *Jornal do Commercio*, Manaus, 6 dez. 1981.

Corrêa, Waldomiro. 1981b. "Salve Tabatinga". In: *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 dez. 1981.

Corrêa, Waldomiro. 1984. "O Amazonas de hoje: por Waldomiro Rodrigues Corrêa". In: *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 dez. 1984.

Costa, Heloísa Lara Campos da. 2005. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EdUA.

Cueto, Marcos. 2001. *Culpa y coraje*: historia de las políticas sobre el VIH/Sida en el Perú. Lima: Consorcio de Investigación Económica y Social, Facultad de Salud Pública y Administración, Universidad 7.

DaMatta, Roberto. 1987. *A Casa e a Rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense

Das, Veena. 2007. *Life and words*: violence and the descent of the ordinary. Berkeley: University of California Press.

De Lauretis, Teresa. 1987. *Technologies of gender*: essays on theory, film and fiction. Indiana: Indiana University Press.

Dean, Tim. 2009. *Unlimited intimacy*: reflections on the subculture of barebacking. Chicago: University of Chicago Press.

Deleuze, Gilles. 2003. *Spinoza, Philosophie pratique*. Paris: Editions de Minuit.

Dille, Haroldo. 2008. "Las ciudades en la frontera: introducción a un debate". In: Dilla, H. (Coord.). *Ciudades en la frontera*: aproximaciones críticas a los complejos urbanos transfronterizos. Santo Domingo: Editora Manatí.

Diniz, Eugenio. 1991. "Um diálogo de surdos: o projeto Calha Norte". *Lua Nova*, n. 34, pp. 87-116. DOI 10.1590/S0102-64451994000300007.

Domingues, Bruno Rodrigues; Gontijo, Fabiano. 2021. "Como assim, cidade do interior? Antropologia, Urbanidade e Interioridade no Brasil". *Ilha – Revista de Antropologia*, vol. 23, n. 3: 61-83. DOI 10.5007/2175-8034.2021.e74075

Durham, Eunice. 1983. "Família e Reprodução Humana". In: Franchetto, Bruna. (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 3. Rio de Janeiro: Zahar.

Dutra, Marcelo José Lima; Pereira, Henrique dos Santos. 2018. "Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946: fragmentos de uma história interrompida e esquecida". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 20, n. 1: 51-68. DOI <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n1p51>

Espinosa, Baruch de. 2015. *Ética*. São Paulo: EdUsp.

Epple, Corolyn. 1998. "Coming to Terms with Navajo 'nádleełí': A Critique of 'berdache', 'gay,' 'alternate gender' and 'Two-Spirit'". *American Ethnologist*, vol. 25, N. 2: 267-29

Essed, Philomena. 1984. *Alledaags Racisme*. Amsterdam: Sara/UvA.

Essed, Philomena. 1990. *Everyday Racism: Reports from women in two cultures*. Claremont: Hunter House

Essed, Philomena. 1991. *Understanding everyday racism: an interdisciplinary theory*. London: Sage.

Eusébio, Flávio 2011. *Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Fabian, Johannes. 2013. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes.

Farmer, Paul. 1997. "On suffering and structural violence: a view from bellow". In: Kleinman, Arthur; Das, veena; Lock, Margaret. (Eds). *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, pp. 261-280.

Faulhaber, Priscilla. 1998. *O lago dos espelhos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Coleção Eduardo Galvão.

Fleischer, Soraya; Ferreira, Jaqueline. (Orgs.). 2014. *Etnografias em serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Garamond.

Ferrarini, Sebastião Antonio. 2013. *Encontro de civilizações: o Alto Solimões e as origens de Tabatinga*. Manaus: Valer.

Ferrarini, Sebastião Antonio. 1979. *Transertanismo: sofrimento e miséria do Nordeste na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

Ferreira, Paulo Rogers. 2007. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo: Hucitec

Ferguson, James. 2006. "Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho". In: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil. (Ed). *The anthropology of the state: a reader*. Berkeley: Blackwell.

Fernandes, Estêvão Rafael. 2015. "Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte". *Dados*, vol. 58, n. 1: 257-294. DOI 10.1590/00115258201544

Freyre, Gilberto. 2003 [1933]. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Global.

Fry, Peter. 1982. "Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil". In: *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 87-115.

Fonseca, Claudia. 2002. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez

Fonseca, Claudia. 2014. *Parentesco e direito na era do DNA*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Foucault, Michel. 1997. *A história da sexualidade – vol. 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel. 2007. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel. 2013. "O sujeito e o poder". In: Dreyfus, Henri; Rabinow, Paul. (Orgs). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Galuch, Mariana. 2019. Do assentamento ao agronegócio: uma etnografia das migrações, políticas e dinâmicas territoriais em Apuí (Amazonas). Tese de Doutorado em Antropologia Social. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

Geertz, Clifford. 2013. "Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social". In: *O Saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, pp.25-40.

Gontijo, Fabiano. 2017. "As experiências da diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais". *Ciência e Cultura*, vol. 69, n. 1: 50-53.

Gontijo, Fabiano; Erick, Igor. 2015. "Diversidade sexual e de gênero, ruralidade, interioridade e etnicidade no Brasil: ausências, silenciamentos e... exortações". *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-oeste*, vol. 2, n. 4: 24-40. DOI 10.48074/aceno.v2i4.3181

Gontijo, Fabiano; Erick, Igor. 2020. "Diversidade sexual e de gênero e pertencimento étnico na Amazônia brasileira". *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR*, São Carlos, v. 10, n. 1: 57-80. DOI 10.4322/2316-1329.128

Gonzalez, Lélia. 1984. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, s/v.: 223-244.

Gonzalez, Lélia. 2019 [1982]. "Lugar de mulher". In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gonzalez, Juan Sebastián Gómez. 2008. *Frontera selvática: la historia de Mayan, siglo XVIII*. Tese de doutorado. Cidade do México: Universidad Nacional de Ciudad de México.

Guedes, André Dumans. 2017. "Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas". *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 23, n. 3: 403-435. DOI 10.1590/1678-49442017v23n3p403

Guillen, Isabel Cristina Martins. 1997. "A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo". *Revista de Sociologia e Política*, n. 9: 95-102.

Gupta, Akhil. 2012. *Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India*. Durham: Duke University Press.

Gupta, Akhil. 1995. "Blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state". *American ethnologist*, vol. 2, n. 2: 375-402

Gupta, Akhil; Ferguson, James. 2000. "Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença". In: Arantes, Antonio Augusto. (Org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus.

Halberstam, Jack. 2007. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. Nova York: New York University Press.

Hammad, Hanan. 2016. *Industrial sexuality: gender, urbanization and social transformation in Egypt*. Austin: Texas University Press.

Hansen, Thomas Blom; Stepputat, Finn. 2001. *States of Imagination: Ethnographic Explorations of the Postcolonial State*. Durham: Duke University Press.

Haraway, Donna. 1995. "Saberes localizados: feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". In: *Cadernos Pagu*, 5: 4-35.

Hartman, Saidiya. 2019. *Wayward lives, beautiful experiments: intimate histories of riotous black girls, troublesome women and queer radicals*. Londres: Norton Press.

Hemming, John. 2009. *Fronteira Amazônica*. São Paulo: EdUsp.

Hirata, Daniel. 2019. "Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: primeiras aproximações". *Dilemas*, vol. Especial 3: 173-197.

Hull, Matthew. 2012. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1970. Sinopse preliminar censo 1970 – Amazonas. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. 1980. Sinopse preliminar censo 1980 – Amazonas. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. 1990a. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas – volume 1. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. 1990b. Sinopse preliminar censo 1990 – Amazonas. Brasília: IBGE.

IBGE. 2000. Sinopse preliminar censo brasileiro - 2000. Brasília: IBGE.

IBGE. 2010. Sinopse preliminar censo brasileiro - 2010. Brasília: IBGE.

IBGE. 2017a. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias – 2017. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

IBGE. 2017b. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil – uma primeira aproximação*. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2011. Comunicados IPEA 110 - Ocupação no setor público brasileiro: tendências e questões em aberto. Brasília: IPEA.

Jacques, Paola. 2008. “Corpografias urbanas”. In: *Vitrus*, vol. 7, n. 93. Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>

Johnston, Linda; Longhurst, Robyn. 2010. *Space, place and sex: geographies of sexuality*. Londres: Rowan and Littlefield

Kilomba, Grada. 2019. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó.

Kleinman, Arthur; Das, Veena; Lock, Margaret. 2007. “Introduction”. In: Kleinman, Arthur; Das, Veena; Lock, Margaret. (eds). *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press.

Lacerda, Renata Barbosa. 2021. “A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia”. *Wamon*, vol. 6, n. 1: 69–89. DOI 10.38047/wamon.2446-8371.v6i1p69-90

Lacerda, Paula. 2021. “Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil”. *Etnográfica*, vol. 25, n. 3: 729-749 DOI 10.4000/etnografica.10328

Lage, Monica Lopes. 2010. *Mulher e seringal: um olhar sobre as mulheres no seringal do Amazonas (1880-1920)*. Dissertação de mestrado em História. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.



Lasmar, Cristiane. 2008. *De volta ao Lago do Leite: gênero e transformação social no Alto Rio Negro*. São Paulo: Editora Unesp.

Lea, Vanessa. 2013. "O som do silêncio (Paul Simon)". In: *Cadernos Pagu*, vol. 41: 1-7. DOI: 10.1590/S0104-83332013000200009

Leiner, Piero de Camargo. 1995. "O Exército e a questão amazônica". *Revista Estudos Históricos*, vol. 8, n. 15.

Lévi-Strauss, Claude. 1959. "A Família". In: *O Olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, pp. 69-98.

Lewis, Oscar. 1950. "An Anthropological Approach to Family Studies". *American Journal of Sociology*, vol. 55, N. 5: 468-475

Lima, Bagdala. 2012. "Fazendo 'babado': a performance das profissionais do sexo em Tabatinga, AM". In: Rodrigues, Gilse; Justamand, Michel. (Orgs.). *Antropologia o Alto Solimões*. Embu das Artes, Alexa, pp. 49-59.

Lobo, Andréa de Souza. 2021. "Entre a casa e o mundo. Pertencimentos e mobilidades na sociedade Cabo-Verdiana". *Lusotopie*, vol. 355. DOI 10.1163/17683084-12341756

Magnani, José Guilherme Cantor; Andrade, José Agnello. 2013. "Uma experiência de etnologia urbana: a presença indígena em cidades da Amazônia". In: Amoroso, Marta; Santos, Gilton Mendes. *Paisagens Ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: Terceiro Nome, pp. 45-74

McDowell, Linda. 1997. "Spatializing feminism". In: Duncan, Nancy. (Ed.). *Body/Space*. Nova York: Routledge, pp. 28-43.

Maizza, Fabiana. 2017. "De mulheres e outras ficções: contrapontos entre antropologia e feminismo". In: *Ilha - Revista de Antropologia*, vol. 19, n. 1: 103-135. DOI 10.5007/2175-8034.2017v19n1p103

Malheiro, Bruno. 2020. "Colonialismo interno e estado de exceção: a "emergência" da Amazônia dos grandes projetos". *Caderno de Geografia*, vol. 30, n.60: 74-98. DOI 10.5752/P.2318-2962.2020v30n60p74-98

Marcelin, Louis Herns. 1997. *A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Marcelin, Louis Herns. 1999. "A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano". *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 5, n. 2: 31-60.

Maricato, Ermínia. 2014. *A questão da habitação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Massey, Doreen. 2000. "O sentido global do lugar". In: Arantes, Antonio Augusto. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus.

Matos, Francisco Carlos Dantas de. 2016. *Comércio e cultura na fronteira: a cultura de consumo no setor varejista de Benjamin Constant*. Dissertação de mestrado. Maus: Universidade Federal do Amazonas.

Mauss, Marcel. 2002a. "As técnicas do corpo". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 399-420.

Mauss, Marcell. 2002b. "Morfologia social: ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós". In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, pp.423-502.

McClintock, Anne. 2010. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp.

McCullum, Cecília. 2013. "Nota sobre as categorias 'gênero' e 'sexualidade' e os povos indígenas". In: *Cadernos Pagu*, vol. 41: 1-9. DOI: 10.1590/S0104-83332013000200006

Melo, Flavia. 2018. "Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia". *Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, n. 3: 201-242.

Melo, Flavia. 2020. *Cadastrar, incluir e proteger: as malhas da assistência social na fronteira Amazônia*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Melo, Flavia; Olivar, José Miguel Nieto. 2019. "O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 34, n. 101. DOI 10.1590/3410116/2019

Mitchell, Timothy. 2006. "Society, economy and the state effect". In: A. Sharma & A. Gupta. (Eds.). *The anthropology of the state: a reader*. Massachusetts: Blackwell Publishing.

Mitchell, Timothy. 2001. "The Limits of the state: beyond statist approaches and their critics". In: *American Political Science Review*, vol.85. n.1: 77-96.

Mongin, Olivier. 2006. *A condição pós-urbana*. São Paulo: Estação Liberdade.

Monteiro, Maria Elizabeth Brêa. 2009. "Pelos fronteiras do Brasil". In: *Brasília Fotográfica*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=17506>

Monteiro, Lício. 2009. Políticas territoriais do Estado Brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Moreno Nieto, Valentina. 2017. *Uno de mujer es andariega: palavras e circulações de mulheres Uitoto entre a selva e a cidade*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Motta, Eugenia. 2020. "Uma casa boa, uma casa ruim e a morte no cotidiano". *Etnográfica*, vol. 23, n. 3: 775-795. DOI 10.4000/etnografica.9603

Nascimento, Silvana. 2018. "Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries". In: *Virtual Brazilian Anthropology*, n. 15:1-18.

Nascimento, Silvana. 2019. Fugas e contrapontos na fronteira: reflexões etnográficas sobre transatividades corporais e de gênero no Alto Solimões/AM. In: *R@U, revista de antropologia*, vol. 11, n.1: 524-551.

Newton, Esther. 1993. *Cherry Grove, Fire Islands: Sixty Years in America's First Gay and Lesbian Town*. Chicago: Chicago University Press.

Nogueira, Ricardo José Batista. 2007. *Amazonas: a divisão a monstruosidade geográfica*. Manaus: EdUA.

Nogueira, Ricardo José Batista. 2009. "Tabatinga: uma cidade na fronteira na Amazônia". In: Castro, Edna. (Org). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 165-192.

Nogueira, Ricardo José Batista; et al. 2018. "Cidades na linha de fronteira: estrutura Militares em Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)". *Intellector*, 15(29). Rio de Janeiro: p.64-81.

Noletto, Rafael; Magni, Claudia Turra; Reith, Flavia. 2019. "Cidades do interior, interior das cidades: apresentação". *Ponto Urbe*, n. 24: 1-5. DOI 10.4000/pontourbe.6875

Olivar, José Miguel Nieto; Melo, Flavia; Rosa, Patrícia Carvalho. 2015. "Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da 'migração peruana na Amazônia brasileira'". *Revista Tomo*, vol. 26: 123-163.

Olivar, José Miguel Nieto. 2018. "Género, dinero y fronteras amazónicas: la "prostitución" en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú". *Cadernos Pagu*, vol. 57: e175115.

Olivar, José Miguel Nieto. 2014. "Adolescentes e jovens nos mercados do sexo na tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia: três experiências, um tour de force e algumas reflexões". *Revista Ártemis*, vol. 18, n. 1: 87-102

Okin, Susan. 1991. *Justice, gender and the family*. 2 ed. New York: Basic Books.

Oliveira Filho, João Pacheco de. 1988. *Nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Oliveira Filho, João Pacheco de. 1991. "A segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do projeto Calha Norte". In: Hebette, Jean. (Org). *O cerco está se fechando: impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes. pp. 321-347.

Oliveira Filho, João Pacheco de 2016. "Narrativas e imagens sobre a presença indígena na Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira". In: Oliveira Filho, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa. pp.161-192.

Oliveira, Roberto Cardoso de. 1977. *O Índio no Mundo dos brancos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Ong, Aihwa. 1999. *Flexible citizenship: the cultural logics of translationality*. Londres e Durham: Duke University Press.

Osborne, Thomas. 1996. "Body amnesia: comments on corporeity". In: Owen, Daniel (Ed.). *Sociology after postmodernism*. London: Sage.

Osório de Almeida, Anna Luiza. 2002. *The Colonization of the Amazon*. Tucson: University of Texas Press.

Paiva, Luiz Fábio. 2019. "As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 34, n. 99. DOI 10.1590/349902/2019

Pateman, Carole. 1988. *The sexual contract*. New York: Polish Books and Blackwell.

Pereira, Bru. 2019. Fecundações cruzadas: gêneros ameríndios e incursões antropológicas. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo.

Perlongher, Néstor. 1987. *O que é Aids?* São Paulo, Brasiliense.

Picón, Jorge Acuña. 2009. Transformación urbana de Leticia: énfasis en el período 1950 – 1960. Trabalho de conclusão de curso. Leticia: Universidad Nacional de Colombia.

Piscitelli, Adriana; Gregori, Maria Filomena; Carrara, Sérgio. 2004. "Apresentação". In: *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, pp.9-38.

Porro, Antonio. 1992. *As Crônicas do rio Amazonas*. Petrópolis: Vozes.

Puri, Joyti. 2016. *Sexual states: governance and the struggle over the antisodomy law in India*. Durham: Duke University Press

Ramos, Jessor Rodolfo. 2021. *De portas abertas para seguir a vida: a Casa 1 e sua política com a rua*. São Paulo, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

Rapp, Rayna. (Ed.). 1977. *Towards an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press.

Rolnik, Raquel. 2015. *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

Rosa, Patrícia Carvalho. 2015. *Das misturas de palavras e histórias: etnografia das micropolíticas de parentesco e os "muitos jeitos de ser Ticuna"*. Campinas, tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

Rosa, Patrícia Carvalho. 2016. "Do "sexo malfeito". Transformações morais e dispositivos de sexualidade indígena". *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-oeste*, vol. 3, n. 5: 73-95

Rosaldo, Michelle; Yanagisako, Collier, Sylvia. 1982. "Is There a Family? New Anthropological Views". In: B. Thorne, B.; Yalom, M. *Rethinking the Family: Some Feminist Questions*. Nova York: Longman, pp. 25-39.

Sahlins, Marshall. 1976. *Âge de pierre, âge d'abondance: L'économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard

Said, Edward. 2007. *Orientalismo: o Oriente como construção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santilli, Marcio. 1987. "Leitura comentada da Exposição de Motivos nº 018/85". Brasília: Conselho Indigenista Missionário. (mimeo). Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/leitura-comentada-da-exposicao-de-motivos-n-01885>

Sarti, Cynthia. 1992. "Contribuições da antropologia para o estudo da família". *Psicologia Usp*, vol.3, n.1-2: 69-76.

Schwarcz, Lilia. 2012. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Companhia das letras

Serje, Margarita. 2013. "El mito de la ausencia del Estado: la incorporación económica de las "zonas de frontera" en Colombia". *Cahiers des Amériques Latines*, n. 71: 91-117. DOI 10.4000/cal.2679.

Silva, Cristina Rodrigues. 2016. *O Exército como família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira*. Tese de doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

Simões, Júlio Assis. 2004. "Homossexualidade masculina e cursos de vida: repensando idades e identidades sexuais". In: Piscitelli, Adriana; Gregori, Maria Filomena; Carrara, Sérgio. (Orgs). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, pp.415-447.

Steiman, Rebecca. 2002. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Strathern, Marilyn. 1992. *Reproducing the Future: Anthropology, Kinship, and the New Reproductive Technologies*. Londres: Routledge.

Strathern, Marilyn. 2006. *O Gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp.

Strathern, Marilyn. 2014. "A Relação". In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac-Naify.

Stoler, Ann Laura. 2007. "Affective states". In: Nugent, David; Vicent, Joan. (eds.). *A Companion to the Anthropology of Politics*. Berkeley: Blackwell. Pp. 4-27.

Silva, Ivamar Moreira da. 2017. *Territorialidades das políticas públicas de HIV/Aids: descentralização e regionalização da saúde no Alto Solimões*. Tese de doutorado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

Taussig, Michael. 2010. *Chamanismo, colonialismo y el hombre salvaje: un estudio sobre el terror y la curación*. Bogotá: Universidad del Cauca.

Thelen, Tajana; Vettters, Larissa; Benda-Bechmann, Keebet von. 2017. "Introduction". In: *Stategraphy: toward a relational anthropology of the state*. Londres: Berghahn.

Uribe, Simon. 2017. *Frontier Road: Power, History, and the Everyday State in the Colombian Amazon*. Berkeley: Blackwell Publishing.

Vallerand, Olivier. 2013. "Home is the place we all share: building queer collective utopias". *Journal of Architectural Education*, vol. 67.

Velho, Otávio. 1972. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar.

Vianna, Adriana. 2013. "Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos". In: Vianna, Adriana. *O fazer e o desfazer dos direitos*. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-Papers.

Vinente, Fabiane. 2018. *O arco e o fuzil: a convivência entre os Ye'pâ-Masa e os militares do Exército Brasileiro em Pari-Cachoeira, Noroeste Amazônico*. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Yanagisako, Sylvia. 1979. "Family and Household: The Analysis of Domestic Groups". *Annual Review of Anthropology*, vol. 8: 161-205

Weston, Kath. 1991. *Families we choose: gay, lesbians, kinship*. Now York: Columbia University Press.

Wittig, Monique. 2007. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Editorial Egales.

Zarate, Carlos. 2008. *Silvícolas, Siringueros y Agentes estatales: El surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia.

Zarate, Carlos. 2013. "La frontera amazónica de Colombia, Brasil y Perú después del conflicto de 1932". *Textos e Debates*, vol. 2, n. 22.